

Pontifícia Universidade Católica De São Paulo
PUC-SP

Vitor Loureiro Sion

A política externa do governo Médici para a América do Sul: mudanças de regime e
difusão autoritária entre 1969 e 1974

Doutorado em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago
Dantas (Unesp/Unicamp/PUC-SP)

São Paulo

2023

Vitor Loureiro Sion

A política externa do governo Médici para a América do Sul: mudanças de regime e difusão autoritária entre 1969 e 1974

Doutorado em Relações Internacionais

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Relações Internacionais, na área de concentração “Instituições, Processos e Atores”, na linha de pesquisa “Governança, Política Internacional e Política Externa”, sob a orientação do Prof., Dr. Reginaldo Mattar Nasser.

São Paulo

2023

Sion, Vitor Loureiro.

S618 A política externa do governo Médici para a América do Sul :
mudanças de regime e difusão autoritária entre 1969 e 1974 / Vitor
Loureiro Sion. – São Paulo, 2023.

182 f. : il.; 30 cm.

Orientador: Reginaldo Mattar Nasser.

Tese (Doutorado em Relações Internacionais) –
UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-graduação em
Relações Internacionais San Tiago Dantas, 2023.

1. Brasil – Relações exteriores – América do Sul – Séc. XX. 2.
Autoritarismo – Brasil – Séc. XX. 3. Brasil – História – 1964-1985.
4. Brasil – Relações exteriores – Estados Unidos – Séc. XX. I. Título.

CDD 327.81

Vitor Loureiro Sion

A política externa do governo Médici para a América do Sul: mudanças de regime e difusão autoritária entre 1969 e 1974

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Relações Internacionais, na área de concentração “Instituições, Processos e Atores”, na linha de pesquisa “Governança, Política Internacional e Política Externa”, sob a orientação do Prof., Dr. Reginaldo Mattar Nasser.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Reginaldo Mattar Nasser (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

Prof. Dr. Shiguenoli Miyamoto (Universidade Estadual de Campinas)

Prof. Dra. Cristina Soreanu Pecequilo (Universidade Federal de São Paulo)

Prof. Dr. Rogério de Souza Farias (Universidade de Brasília)

Prof. Dr. Matias Spektor (Fundação Getulio Vargas)

São Paulo, 14 de março de 2023.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, em 22 dos 58 meses de desenvolvimento desta tese. Este trabalho também contou, durante a totalidade de sua duração, com financiamento da Fundação São Paulo (FUNDASP). As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações aqui expressas são de responsabilidade do autor e não necessariamente refletem a visão da FUNDASP e da CAPES.

AGRADECIMENTOS

Ainda que o trabalho de escrita de uma tese muitas vezes seja solitário, não seria possível concluir este projeto sem o apoio de inúmeras pessoas.

Em primeiro lugar, agradeço à minha família pelo amor sempre presente: Ricardo e Cristina, meus pais, por motivos que nenhuma dedicatória estaria à altura; Julia, minha irmã que também se tornou *roomate*, acompanhando com paciência e compreensão os últimos passos desta tese; e Murilo, meu irmão, companhia inseparável nas incontáveis descidas de Serra rumo à Vila Belmiro.

Agradeço ao professor Reginaldo Nasser pela orientação e pelo apoio na alteração do objeto de pesquisa na primeira metade do doutorado.

Agradeço ao professor e amigo Matias Spektor pela confiança depositada neste trabalho, o que possibilitou o estudo de milhares de fontes primárias no Brasil e nos Estados Unidos durante os saudosos anos em que estive na FGV RI.

Os amigos de longa data Felipe Amorim e Rodolfo Machado foram inspiração e parceria constante nesta missão de desbravar e interpretar os documentos do regime militar. O amigo Guilherme Fasolin também contribuiu com *insights* fundamentais nos almoços dos tempos de FGV RI. Já a amiga Érica Saboya foi um porto seguro em meio aos inúmeros desafios que surgiram no período desta tese e além.

Agradeço ao Rockefeller Archive Center, à Ford Library e à LBJ Library pelo financiamento de viagens a esses três arquivos nos Estados Unidos durante o ano de 2022.

Agradeço também aos professores, aos colegas e às funcionárias do Programa San Tiago Dantas, Giovanna, Graziela e Isabella, por todo o auxílio prestado no período desta tese.

RESUMO

O objetivo do trabalho é analisar a política externa do governo de Emílio Garrastazu Médici para a América do Sul e o seu papel nas mudanças de regime que aconteceram no continente de outubro de 1969 a março de 1974. Neste período, ocorreram transições para o autoritarismo em Argentina, Bolívia, Chile, Equador e Uruguai. Ao analisar a participação de atores internacionais nestes processos, a literatura existente aborda principalmente as ações do governo norte-americano de Richard Nixon, negligenciando a participação do regime militar brasileiro. A única exceção é o golpe de Estado no Chile, em setembro de 1973, que já conta com bibliografia sobre o papel brasileiro. O objetivo deste projeto é, por meio de fontes primárias desclassificadas nos últimos anos, fornecer uma nova interpretação sobre a política externa de Médici na América do Sul e a sua agência nas mudanças de regime no continente. Ao buscar preencher essa lacuna, o projeto estará alinhado com uma nova leva de autores que tem buscado dar maior espaço para o papel de atores latino-americanos durante a Guerra Fria. O trabalho também buscará contribuir com um braço teórico da literatura de Ciência Política e Relações Internacionais que discute os conceitos de difusão e promoção autoritárias. Ao apresentarmos a documentação analisada, também discutiremos o papel do Itamaraty e das Forças Armadas no processo decisório e na implementação da política externa brasileira sob Médici.

Palavras-chave: política externa; Brasil; América do Sul; Estados Unidos; mudança de regime, autoritarismo.

ABSTRACT

The objective of this work is to analyze the foreign policy of the Emílio Garrastazu Médici government towards South America and its role in the regime changes that took place in the continent from October 1969 to March 1974. During this period, transitions to authoritarianism happened in Argentina, Bolivia, Chile, Ecuador, and Uruguay. When analyzing the participation of international actors in these processes, the existing literature mainly addresses the actions of the US government of Richard Nixon, neglecting the participation of the Brazilian military regime. The only exception is the coup d'état in Chile, in September 1973, which already has a bibliography on the Brazilian role. The aim of this project is, through primary sources recently declassified, to provide a new interpretation of Médici's foreign policy in South America and his agency in regime changes on the continent. In seeking to fill this gap, the project will be aligned with a new wave of authors who have sought to give greater space to the role of Latin American actors during the Cold War. The work will also seek to contribute with a theoretical arm of the Political Science and International Relations literature that discusses the concepts of authoritarian diffusion and promotion. By presenting the analyzed documentation, we will also discuss Itamaraty's and the Armed Forces' roles in the decision-making process and in the implementation of Brazilian foreign policy under Médici.

Keywords: foreign policy; Brazil; South America; United States; regime change, authoritarianism.

RESUMEN

El reto de este trabajo es analizar la política exterior del gobierno de Emílio Garrastazu Médici hacia América del Sur y su papel en los cambios de régimen que se produjeron en el continente desde octubre de 1969 hasta marzo de 1974. Durante este período ocurrieron transiciones al autoritarismo en Argentina, Bolivia, Chile, Ecuador y Uruguay. Al analizar la participación de actores internacionales en estos procesos, la literatura existente aborda principalmente las acciones del gobierno estadounidense de Richard Nixon, dejando de lado la participación del régimen militar brasileño. La única excepción es el golpe de Estado en Chile, en septiembre de 1973, que ya tiene bibliografía sobre el papel brasileño. El objetivo de este proyecto es, a través de fuentes primarias desclasificadas en los últimos años, ofrecer una nueva interpretación de la política exterior de Médici en América del Sur y su agencia en los cambios de régimen en el continente. En la búsqueda de llenar este vacío, el proyecto se alineará con una nueva ola de autores que han buscado darle mayor espacio al papel de los actores latinoamericanos durante la Guerra Fría. El trabajo también buscará contribuir con un brazo teórico de la literatura de Ciencias Políticas y Relaciones Internacionales que discuta los conceptos de difusión y promoción autoritaria. Al presentar la documentación analizada, también discutiremos el papel de Itamaraty e de las Fuerzas Armadas en el proceso de toma de decisiones y en la implementación de la política exterior brasileña bajo Médici.

Palabras clave: política externa; Brasil; América del Sur; Estados Unidos; cambio de régimen, autoritarismo.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AERP	Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República
AGC	Authoritarian Gravity Centre
AI-5	Ato Institucional n.5
CECLA	Comissão Especial de Coordenação Latino-Americana
CIA	Central Intelligence Agency
CIEX	Centro de Informações do Exterior
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CSN	Conselho de Segurança Nacional
DSI	Divisão de Segurança e Informações
ESG	Escola Superior de Guerra
EUA	Estados Unidos da América
FAB	Força Aérea Brasileira
Gulf	Bolivian Oil Gulf Company
IPC	International Petroleum Company
NARA	National Archives
NSSM	National Security Study Memorandum
NSC	National Security Council
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
RAC	Rockefeller Archive Center
SIAN	Sistema de Informações do Arquivo Nacional
SNI	Serviço Nacional de Informações
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	A Conjuntura internacional da Guerra Fria e o governo Nixon.....	14
1.2	Características gerais do governo Médici.....	21
1.3	A política externa do governo Médici.....	25
1.3.1	A onda antidemocrática na América do Sul de 1969 a 1974.....	28
1.4	Referencial teórico.....	32
1.5	Tipologia das fontes.....	37
2	DA POSSE DE NIXON À DIFUSÃO DO MODELO BRASILEIRO NA ARGENTINA.....	43
2.1	Os primeiros meses da relação de Nixon com a América Latina e a visita de Rockefeller ao Brasil de Costa e Silva.....	44
2.2	O relatório da missão Rockefeller e as discussões no governo Nixon para uma nova política para a América Latina.....	50
2.3	A posse de Médici e a conjuntura brasileira.....	57
2.4	O modelo do regime brasileiro como exemplo para a Argentina.....	59
3	NOVOS GOVERNOS ESQUERDISTAS AUMENTAM AMEAÇA PARA WASHINGTON E BRASÍLIA NA AMÉRICA DO SUL NO SEGUNDO SEMESTRE DE 1970.....	69
3.1	Juan J. Torres chega ao poder na Bolívia após golpe de Estado em outubro de 1970.....	69
3.2	Vitória eleitoral de Allende no Chile abre nova etapa na Guerra Fria sul-americana.....	77
3.3	A ameaça cubana e o combate às guerrilhas transnacionais na América do Sul.....	81
4	A REAÇÃO ANTICOMUNISTA NA AMÉRICA DO SUL EM 1971....	87
4.1	Ajuste na política externa de Nixon e Médici após vitória eleitoral de Allende.....	87
4.2	Os dez meses de governo Torres até o golpe de Estado que levou Banzer ao poder na Bolívia.....	90

4.2.1	Tentativas fracassadas de depor Torres no primeiro semestre de 1971, com acusações a atores brasileiros e norte-americanos.....	91
4.2.2	Hugo Banzer lidera golpe de Estado na Bolívia em agosto de 1971.....	95
4.3	O envolvimento brasileiro na política interna uruguaia até 1971.....	99
4.3.1	Os primeiros anos da relação entre a ditadura militar e Montevideú.....	99
4.3.2	As eleições no Uruguai em novembro de 1971.....	101
5	A VISITA À CASA BRANCA E A CONSOLIDAÇÃO DOS GOVERNOS ANTICOMUNISTAS NA AMÉRICA DO SUL NA METADE FINAL DO GOVERNO MÉDICI.....	109
5.1	Viagem de Médici a Washington em dezembro de 1971.....	109
5.2	Bolívia: o apoio de Brasília para a estabilidade do governo Banzer.....	114
5.3	A ascensão política dos militares uruguaio do início de 1972 até o fechamento do Parlamento em junho de 1973.....	120
5.4	A volta do peronismo na Argentina e o golpe no Chile.....	125
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	128
	REFERÊNCIAS.....	140
	APÊNDICE – CRONOLOGIA.....	167
	ANEXO A – APROVAÇÃO DE MÉDICI PARA INTERVENÇÃO BRASILEIRA NA ELEIÇÃO URUGUAIA (BRASIL. 1971j).....	170
	ANEXO B – SUMÁRIO DO RELATÓRIO DA MISSÃO ROCKEFELLER (ROCKEFELLER, 1969e).....	175
	ANEXO C – EXEMPLO DE DOCUMENTO EMITIDO DE LA PAZ A PEDIDO DO ADIDO MILITAR (LOPES, 1970g).....	180

1 INTRODUÇÃO

O objeto de pesquisa desta tese de doutorado é a política externa do governo Emílio Garrastazu Médici para a América do Sul. De forma mais específica, este trabalho irá avaliar se o governo Médici tinha uma estratégia de interferir na política interna de outros países do continente para influenciar na chegada ou na manutenção de determinado líder no poder e se a ditadura militar brasileira buscou promover traços autoritários de seu regime para outros Estados sul-americanos¹.

Tal hipótese tem sido cogitada por parte da literatura existente, pois, durante os quase 4 anos e meio em que Médici esteve no poder no Brasil, de 30 de outubro de 1969 a 15 de março de 1974, ocorreu uma série de mudanças de regime no continente, na Bolívia, na Argentina, no Chile, no Uruguai e no Equador. De forma mais ampla, entre o golpe militar ocorrido no Brasil em 1964 e o fim do governo Médici, uma onda autoritária transformou a América do Sul, fazendo com que, dos 10 países do continente na época, apenas Colômbia e Venezuela continuassem tendo democracias como regime político, sendo que, no início deste período, só o Paraguai de Alfredo Stroessner era governado por líderes não eleitos democraticamente².

Até o momento, o principal ator externo a tais mudanças de regime estudado pela bibliografia foi o governo norte-americano de Richard Nixon (1969-1974). Neste trabalho, a ação da Casa Branca e a sua política para a região também serão abordados, uma vez que, em meio ao contexto da Guerra Fria, tal componente é fundamental para compreender os processos políticos.

Para que a discussão sobre o nosso objeto de pesquisa fique mais clara, porém, vale fazermos uma revisão da bibliografia existente sobre o governo Médici e a conjuntura internacional em que ele estava inserido. Dessa maneira, esta introdução será dividida em mais cinco partes.

Na primeira delas, abordamos a conjuntura internacional da Guerra Fria, detalhando a política externa norte-americana para a América Latina desde os anos Kennedy até o governo Nixon e reforçando a importância de estudarmos os agentes locais sul-americanos. Em seguida, fazemos uma apresentação geral das características

¹ Este trabalho utilizará os termos regime militar e ditadura militar como sinônimos para mencionar o tipo de governo que prevaleceu no Brasil entre 1964 e 1985.

² Hoje a América do Sul é formada por 12 países, além da Guiana Francesa. No entanto, o Suriname se tornou independente apenas em 1975 e a Guiana em 1970, ou seja, após o início do que chamamos de onda antidemocrática ou autoritária, em 1964.

principais do governo Médici, de acordo com as obras já publicadas. Na terceira seção, entramos na revisão da literatura sobre o objeto de pesquisa desta tese: a política externa de Médici. Este trecho do capítulo tem ainda um subtópico sobre as mudanças de regime ocorridas na América do Sul entre 1969 e 1974. Na quarta parte desta introdução, apresentamos o referencial teórico que embasará este trabalho, como os conceitos de mudança de regime e promoção autoritária, bem como as principais contribuições pretendidas. Por fim, detalhamos as origens de todas as fontes primárias analisadas nesta tese e apontamos a estrutura dos capítulos seguintes, com os tópicos principais do que será discutido.

1.1 A Conjuntura Internacional da Guerra Fria e o governo Nixon (1969-1974)

Os anos em que Médici governou o Brasil estão inseridos no período que a historiografia denominou de Guerra Fria. Com a derrota de Alemanha e Japão ao final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e o enfraquecimento de outros países como Reino Unido, França e China, os Estados Unidos e a União Soviética (URSS) despontaram em 1945 como as duas nações mais poderosas do mundo (GARTHOFF, 2008). Com sistemas políticos, ideologias e modelos econômicos antagônicos, cada uma das duas superpotências passou a ver na outra uma ameaça à sua hegemonia. Mais do que isso, norte-americanos e soviéticos atribuíam ao outro lado a execução de um plano para dominação mundial (SCHLESINGER JR, 2008). A partir dessa visão recíproca e do desenvolvimento das armas nucleares, que colocavam todo o planeta em risco em caso de novo conflito, surgiu o conceito de Guerra Fria, opondo capitalismo e socialismo.

Nas primeiras décadas após a Segunda Guerra Mundial, todos os acontecimentos internacionais eram interpretados pelas duas superpotências como parte da Guerra Fria, minimizando os elementos locais e regionais (SCHLESINGER JR, 2008). Ainda que Estados Unidos e União Soviética tentassem influenciar todo o mundo, porém, o impacto da Guerra Fria variava de acordo com o país e a região. Com isso, uma preocupação central para Washington e Moscou dizia respeito à influência rival em áreas que historicamente estavam sob a sua hegemonia. Isso porque, como todos os países se viam constrangidos a se engajar em algum dos lados do conflito para garantir a segurança de seus territórios, era fundamental para as duas superpotências demonstrar controle sobre os seus “quintais” (DALLEK, 2007).

No caso específico de Washington, a literatura aponta que, para preservar o controle sobre a sua área de influência durante a Guerra Fria, valia até mesmo promover a chegada e a manutenção no poder de líderes autoritários, o que seria uma contradição frente ao discurso em defesa de um “mundo livre”. O argumento usado pelos sucessivos governos norte-americanos era o de que ditadores eram necessários para estabelecer as bases para as sociedades livres, que Washington aceitava tal fato como consequência colateral da Guerra Fria ou que, naquele momento, mais importante do que a democracia era lutar contra o comunismo (RABE, 2020; SCHMITZ, 2014; TYVELA, 2019).

O trabalho de Lindsey O’Rourke, que fez uso de fontes primárias recentemente desclassificadas para analisar a participação norte-americana em mudanças de regime durante a Guerra Fria, contribuiu significativamente para esse debate. Em cerca de 70% dos casos, os tomadores de decisão em Washington acreditavam que um regime autoritário era a melhor alternativa plausível para os interesses do país (O’ROURKE, 2019, p.28). Em relação às tentativas de mudança de regime efetivamente promovidas por Washington durante a Guerra Fria, apenas 12,5% tinham o objetivo de democratizar um estado com governo autoritário, enquanto 28% buscavam derrubar líderes eleitos democraticamente (O’ROURKE, 2019). Ou seja, os dados apresentados pela autora sugerem que a retórica norte-americana pró democracia ficava em segundo plano no momento da tomada de decisão, priorizando principalmente o apoio a líderes ou alternativas que fossem anticomunistas.

Para os fins desse trabalho, vale destacar o impacto da Guerra Fria na América Latina e, mais especificamente, na América do Sul, territórios sob a esfera de influência de Washington.

Já no final da década de 1950, os Estados Unidos tiveram de enfrentar os primeiros problemas para a sua hegemonia na América Latina. Em 1958, o então vice-presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, foi hostilizado nas ruas de Argentina, Peru e Venezuela em meio a um tour oficial que evidenciou o sentimento antiamericano na região. Um ano depois, em 1959, a Revolução Cubana marcou um divisor de águas para a relação de Washington com a América Latina.

Nos anos seguintes, durante o governo John Kennedy (1961-1963), a questão cubana se tornou ainda mais delicada. Em abril de 1961, uma ação da CIA (Central Intelligence Agency) para tentar derrubar o governo de Fidel Castro acabou fracassada no que ficou conhecido como “A Invasão da Baía dos Porcos”. Pouco mais de um ano depois, em outubro de 1962, a ilha caribenha ficou no centro do que ficou conhecido

como o ápice da Guerra Fria, no episódio da Crise dos Mísseis, quando Washington descobriu que Moscou havia instalado armamentos nucleares em Cuba (ALLISON; ZELIKOW, 1999; WESTAD, 2005).

Apesar de as duas superpotências terem conseguido chegar a um acordo que envolveu a retirada de mísseis norte-americanos da Turquia, a questão cubana alterou a maneira como Washington se relacionava com a América Latina. Em 1965, na gestão de Lyndon Johnson (1963-1969), o país iniciou uma intervenção na República Dominicana, que depois se converteu em ação multilateral da OEA (Organização dos Estados Americanos). Em meio a sucessivas mudanças de poder na República Dominicana, a operação teve o objetivo de evitar “novas Cubas”, ou seja, que outros líderes esquerdistas ou percebidos como comunistas assumissem novos países na região.

A preocupação de Washington com Havana cresceu com a percepção norte-americana de que o governo cubano colocava em prática uma política externa que tinha o objetivo de exportar o seu modelo para outros países da região. Tal política se dava, por exemplo, por meio do apoio tanto a movimentos guerrilheiros, como os Tupamaros no Uruguai, como a partidos legalmente estabelecidos, como a Unidade Popular, de Salvador Allende, no Chile (HARMER, 2013b; BRANDS, 2012).

Ao longo do tempo, o sentimento antiamericano na região aparecia também nas universidades, nas igrejas, nas áreas rurais, nos sindicatos e em movimentos transnacionais de opositores asilados que se uniam em localidades governadas pela esquerda depois da tomada de poder por militares anticomunistas em seus países de origem (MARCHESI, 2017). Além disso, a peregrinação de Che Guevara pelo continente incomodava Washington, o que acabou com a morte dele por forças bolivianas em outubro de 1967.

Além da intervenção militar em alguns casos, como a República Dominicana, os Estados Unidos também buscavam influenciar os países da região por meio de programas econômicos. Anunciada pelo presidente John F. Kennedy em março de 1961, a Aliança para o Progresso era uma maneira de os Estados Unidos atenderem os pleitos dos países latino-americanos por maior ajuda financeira. Com estimativa inicial de envolver US\$ 20 bilhões em dez anos, a Aliança para o Progresso tinha o objetivo de fazer a América Latina crescer com equidade para, assim, tentar manter a região longe do comunismo (LOUREIRO, 2012).

Uma mudança importante representada pela Aliança para o Progresso em relação às políticas anteriores de Washington para o continente era a de que houve um

redirecionamento dos empréstimos norte-americanos: antes mais voltados para as Forças Armadas, eles passaram a ter como objetivo a melhoria das condições de vida das populações locais, uma vez que a pobreza começava a ser vista como “fomentadora de Revoluções” (FICO, 2008, p.26).

Os principais objetivos da iniciativa eram acelerar o desenvolvimento econômico e estabilizar os regimes aliados na América Latina, o que, segundo os formuladores da política externa de Washington, contribuiria para afastar a possibilidade da instalação de governos comunistas na região. Ou seja, a partir da concepção de Kennedy e de seus assessores mais próximos, o combate ao comunismo deveria ser realizado não apenas ideologicamente, mas também por meio da colaboração para minimizar problemas econômicos e sociais dos países da periferia (RIBEIRO, 2006).

Ao assumirem o poder na Casa Branca em janeiro de 1969, Nixon e o Partido Republicano buscaram indicar que o novo governo seria um ponto de inflexão na relação de Washington com a América Latina (KIRKENDALL, 2022). O principal protagonista e formulador da política externa de Nixon foi Henry Kissinger, que ocupou os cargos de assessor de Segurança Nacional (1969-1975) e secretário de Estado (1973-1977). No que se refere à Guerra Fria, a literatura aponta o período Nixon como o início da distensão, com a assinatura de acordo para limitar o risco nuclear, o começo da retirada de tropas norte-americanas do Vietnã no início dos 1970, cuja participação seria finalizada formalmente em 1973, e a visita do presidente norte-americano à China comunista em 1972 (SPEKTOR, 2009).

Uma das primeiras ações do republicano para a América Latina foi a criação da Missão Rockefeller, na qual o então governador de Nova York, Nelson Rockefeller, realizou quatro viagens pela região com o objetivo de produzir um relatório com as demandas dos líderes locais, visando a melhoria da relação.

Dessa forma, pode-se dizer que os três personagens centrais da formulação da política externa norte-americana para a região foram Nixon, Rockefeller e Kissinger. Rockefeller e Kissinger já haviam trabalhado juntos anteriormente, quando Kissinger foi assessor do político republicano, com Rockefeller sendo considerado uma espécie de mentor de Kissinger por parte da literatura (RABE, 2020, p.46; CATERINA, 2012, p.43).

Dada a importância da Missão Rockefeller para a América Latina, a literatura sobre o assunto ainda é incipiente. Em seu mais recente livro publicado em 2020, Rabe dedicou parte de um capítulo à Missão Rockefeller e seu impacto no governo Nixon, fazendo uso de fontes primárias recentemente desclassificadas não só pelo Estado norte-

americano, mas também no arquivo pessoal do ex-governador de Nova York. O autor argumenta que o relatório final reforçou a percepção da Casa Branca de que os militares eram a principal esperança para a estabilização da região, pois já estavam alinhados ao anticomunismo vigente da Guerra Fria (RABE, 2020).

Outros trabalhos acadêmicos também abordaram a missão por meio de fontes primárias disponíveis ao público nos últimos anos. Em trabalho de doutorado defendido em 2019 na Universidade do Texas, Martin analisou os primeiros anos de Nixon e a formulação de sua política externa para a região, por meio da Missão Rockefeller e de outras instâncias internas do governo (MARTIN, 2019). Em dissertação de Mestrado na qual combina a análise de documentos históricos com a leitura da imprensa brasileira da época, Gianfranco Caterina também chega a abordar o relatório Rockefeller, mas se concentra nos relatos dados por reportagens jornalísticas, o que acaba prejudicando o trabalho devido à censura vigente na época (CATERINA, 2012). Ananda Fernandes, por sua vez, aponta que um dos aspectos do relatório seria diferenciar dois tipos de militares na região: os “garantidores”, do qual os brasileiros seriam um exemplo, e os nacionalistas, que deveriam ser combatidos, como o peruano Velasco Alvarado e o boliviano Juan José Torres (FERNANDES, 2010, p.165).

Ao identificar os militares latino-americanos como sua principal alternativa de liderança na região, Washington investiu no treinamento de tais forças como parte de sua política externa. A Escola das Américas, na época localizada no Panamá, serviu como um dos principais centros para esse treinamento militar e policial, que consistia, por exemplo, na transferência de conhecimento sobre operações de contrainsurgência (JOFFILY, 2018). Em 1973, 170 ex-alunos da escola ocupavam cargos relevantes como presidentes, ministros, chefes das Forças Armadas ou líderes de organismos de inteligência em países latino-americanos (SKAAR; MALCA, 2014, p.7).

A literatura considera ainda que a política externa de Nixon e Kissinger para a América Latina não deu importância para a questão da violação dos direitos humanos. Na busca por implementar uma agenda anticomunista, evitar a chegada ou a manutenção de líderes esquerdistas no poder era mais importante do que garantir a concretização dos ideais democráticos. Conforme veremos adiante, as denúncias dos brasileiros asilados sobre violações de direitos humanos do regime são consideradas um dos primeiros casos que ganharam repercussão internacional na América Latina (KELLY, 2014). No Congresso norte-americano, a legislação sobre direitos humanos começou apenas pedindo relatórios ao Departamento de Estado, mas a postura da Casa Branca de Nixon

fez o Legislativo mudar de estratégia e impor restrições mais concretas a países da região, como sanções econômicas (SIKKINK, 2007). Toda a evolução sobre a área de direitos humanos em Washington a partir do que ocorria no Brasil foi detalhada na obra de Green (GREEN, 2009). O tema passou a receber ainda mais importância em 1973, com o golpe no Chile, considerado o ponto de virada no tema dos direitos humanos nos EUA (JOFFILY, 2018, p.69).

Um outro conceito a ser analisado sobre a relação entre América do Sul e Estados Unidos durante o governo Nixon é o de delegação (*delegation*). Ainda antes de chegar ao poder junto com o presidente republicano, Kissinger já escrevia sobre o conceito de delegação, segundo o qual os Estados Unidos deveriam eleger países-chave em cada região para que trabalhassem por objetivos comuns, sendo o Brasil o parceiro ideal na América Latina (KISSINGER, 1961).

Ao analisar a política externa de Nixon, Spektor identificou a presença de tal conceito, com Washington oferecendo maior autonomia para países emergentes ou potências regionais, como era o caso do Brasil na América do Sul, do Irã e da Indonésia na Ásia e da África do Sul na África. Em troca de maior liberdade na política interna de suas regiões, tais países também deveriam assumir maiores custos e responsabilidades (SPEKTOR, 2009). No caso específico do Brasil, um elemento considerado crucial para a Casa Branca era destacar a importância do país por meio de discursos e simbolismos que, a partir da visão de Brasília, reforçariam a interpretação de que a nação sul-americana ganhava espaço no panorama global.

Apesar de o governo Nixon ter buscado se apresentar como um momento de mudanças em relação aos seus antecessores democratas para a América Latina, parte da literatura também aponta traços em comum entre eles. Ainda que com estratégias diferentes, os governos do democrata Lyndon Johnson e do republicano Richard Nixon teriam trabalhado ativamente para promover regimes autoritários no entorno regional do Brasil, com o objetivo de afastar ameaças supostamente comunistas em meio à Guerra Fria e garantir um ambiente favorável às empresas norte-americanas na região (SCHOULTZ, 1998; GRANDIN, 2006).

Ao examinar as mudanças de regime e o impacto das duas superpotências no continente neste período, Tanya Harmer desenvolveu o conceito de Guerra Fria Interamericana (InterAmerican Cold War). De acordo com Harmer, a maneira como a Guerra Fria impactava a região era bastante distinta do que ocorria nos principais centros, em que capitalismo e comunismo, Estados Unidos e União Soviética, rivalizavam em

dois polos estáticos de poder (HARMER, 2012, p.5-6). Com isso, a autora aborda um elemento que tem sido cada vez mais defendido pela literatura: o estudo da agência dos atores locais.

Um dos trabalhos mais simbólicos desse movimento foi o livro organizado por Gilbert Joseph e Daniela Spenser, que viu a chegada de líderes anticomunistas ao poder na América Latina durante a Guerra Fria como uma resposta das elites locais, em sintonia com Washington, para enfrentar uma suposta ameaça de avanço do comunismo pela região. Tal ameaça estaria materializada pela Revolução Cubana e por movimentos locais, que poderiam ser pacíficos e ter o apoio da Igreja Católica e de universidades, ou armados, como os Tupamaros do Uruguai (JOSEPH; SPENSER, 2008).

Outros autores também adotaram essa nova perspectiva em suas obras (BRANDS, 2012; WESTAD, 2005). Em relação ao principal objeto de pesquisa desta tese, vale mencionar Harmer e Simon destacando a necessidade de se reavaliar especificamente a agência dos países sul-americanos nos processos de mudança de regime na região (HARMER, 2012; SIMON, 2021). Mariana Joffily e Juliana Ramos Luiz argumentaram que as elites sul-americanas tinham interesses e agendas semelhantes à norte-americana, sendo predominantemente católicas, anticomunistas e defendendo o *status quo* (JOFFILY, 2018; RAMOS LUIZ, 2012).

O já citado trabalho de O'Rourke também defende essa necessidade em um de seus argumentos. Segundo a autora, todos os casos de tentativas de mudança de regime em segredo implementadas por governos norte-americanos durante a Guerra Fria envolveram a participação de atores domésticos do Estado-alvo ou de outros países. Independente da finalidade dessa participação, que será discutida mais adiante neste capítulo, fica evidente que o estudo dos agentes latino-americanos nos processos ocorridos neste período ainda é uma lacuna da literatura.

Para avaliar essa agência, conforme aponta Harmer, é fundamental a análise dos documentos históricos locais, já que a literatura existente tem exaurido o estudo das fontes desclassificadas por Washington. Essa será a principal contribuição da tese para este tópico da literatura: com documentos brasileiros recentemente desclassificados, avaliar a agência de atores sul-americanos, no caso o Brasil.

1.2 Características gerais do governo Médici

Alçado ao posto de presidente da República por meio de uma eleição indireta ocorrida em consequência do derrame cerebral sofrido por Arthur da Costa e Silva, Médici representou a continuidade da linha dura no poder³. Não à toa, o terceiro presidente do regime militar manteve o AI-5 (Ato Institucional n.5) em vigor e seguiu com 7 ministros de seu antecessor⁴ (SKIDMORE, 1988).

Nascido em Bagé, no Rio Grande do Sul, em 4 de dezembro de 1905, Médici estudou em colégios militares durante toda a sua juventude. No momento do golpe de 1964, Médici era comandante da Aman (Academia Militar das Agulhas Negras) e foi um dos primeiros apoiadores da derrubada de João Goulart. Instalado o regime militar, Médici atuou como adido militar em Washington durante governo Castello Branco (1964-1967). Em 1967, passou a ser chefe do SNI (Serviço Nacional de Informações).

Médici é considerado um dos presidentes mais populares da história do Brasil, mas sua aprovação foi conquistada por meio de um trabalho intenso de propaganda e relações públicas, facilitado pela censura, pelo milagre econômico e pelo título da Copa do Mundo de 1970 (FICO, 2008; SKIDMORE, 1988). O principal órgão do governo responsável pelas campanhas em favor do regime era a Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República (AERP). Criada por Costa e Silva em janeiro de 1968, a AERP teve seu momento áureo durante o governo Médici, com a veiculação de peças publicitárias que alcançaram grande alcance nacional por meio da televisão. A área, porém, sempre foi vista com desconfiança por uma ala das Forças Armadas, tendo sido depois encerrada e, posteriormente, recriada no mesmo mandato de Ernesto Geisel (FICO, 1997). No decorrer deste trabalho, veremos como a ação da AERP era considerada

³ Na divisão comumente realizada pela literatura entre a linha dura e os *castellistas*, Médici e Arthur da Costa e Silva seriam os presidentes do regime que representaram a primeira categoria, enquanto Humberto de Alencar Castello Branco e Ernesto Geisel seriam líderes da segunda (STEPAN, 1971; SCHNEIDER, 1971).

⁴ Os ministros que seguiram no cargo foram: Antonio Delfim Netto (Fazenda), António Dias Leite (Minas e Energia), Mário Andreazza, (Transportes), José Costa Cavalcanti (Interior), Márcio de Souza e Mello (Aeronáutica), Jarbas Passarinho (transferido do Trabalho para a Educação) e Orlando Geisel (que passou do Estado-Maior das Forças Armadas para o Ministério do Exército). Outros ministros de Médici foram promovidos, como João Paulo dos Reis Velloso, que passou de secretário-geral para ministro do Planejamento (SKIDMORE, 1988).

bem-sucedida por outros governos da região, que buscaram reproduzir alguns elementos desse órgão em seus países.

Médici governou valorizando dois setores pelos quais ele passara durante a sua trajetória: as Forças Armadas e os órgãos de informação. Mesmo em comparação com os outros governos do regime militar, o período Médici é considerado pela literatura como aquele em que os militares tiveram maior preponderância sobre os civis (MIYAMOTO, 2013; FERREIRA, 2001; RAMOS LUIZ, 2012; SCHNEIDER, 1971).

Chefe do SNI durante o governo Costa e Silva, Médici também deu protagonismo aos órgãos de informação (FICO, 2008). Dentro do organograma do Itamaraty, por exemplo, a DSI (Divisão de Segurança e Informações) do ministério passou a ocupar um espaço mais próximo do chanceler, aumentando a sua influência em relação aos demais setores (RAMOS LUIZ, 2012, p.62). O SNI, que já era ligado à Presidência da República, ganhou ainda mais espaço na tomada de decisão, sendo que, em 1971, o regime criou a Escola Nacional de Informações para melhorar a formação dos funcionários do órgão.

Os anos Médici são caracterizados pela historiografia por dois pontos principais: o elevado crescimento do PIB, com média anual superior a 11%, justificando a expressão do “milagre econômico”, e o momento de auge da repressão, com a máquina policial ainda mais organizada pouco mais de um semestre depois da implementação do AI-5 (NAPOLITANO, 2015; SIMON, 2021; FICO, 2008; PATTI, 2021). Não à toa, esses dois elementos formam o binômio segurança-desenvolvimento, componentes centrais da Doutrina de Segurança Nacional, elaborada pela ESG (Escola Superior de Guerra) (RAGO FILHO, 1998; VIZENTINI, 1998).

Criada em 1949, a ESG tinha o objetivo de qualificar os militares brasileiros no contexto da Guerra Fria, sendo que “seu alvo era a formação de massa crítica que a credenciasse a formular um planejamento global para proporcionar o *take-off* da economia brasileira em direção à posição de potência mundial” (MIYAMOTO; GONÇALVES, 1991, p.10).

A Doutrina de Segurança Nacional elaborada pela ESG previa a criação de um consenso nacional que eliminasse qualquer forma de dissenso de orientação comunista (MIYAMOTO; GONÇALVES, 1991, p.14). Durante o governo Médici, os principais

focos de oposição formal autorizada pela ditadura eram a Igreja Católica e o que restou da oposição no Congresso após as cassações de mandato (SKIDMORE, 1988).

Assim como a Guerra Fria tinha as suas particularidades locais, a Doutrina de Segurança Nacional também apresentava as suas especificidades em cada país da região onde era desenvolvida e implementada, ainda que ela fosse, segundo Brands, o principal aspecto a ser reproduzido por outros países sul-americanos que viam o regime militar brasileiro como exemplo a ser seguido (BRANDS, 2012). No regime militar brasileiro, o objetivo era transformar o país em uma potência, projeto que ficou conhecido como “Brasil Potência”.

Na economia, há dois motivos considerados principais para o milagre econômico: o conjunto de medidas de Delfim Netto e uma conjuntura internacional mais favorável. A continuidade de Delfim Netto à frente das questões econômicas desde o início do governo Costa e Silva representou também a renovação da aliança entre a linha dura e os tecnocratas (SKIDMORE, 1988).

De acordo com Vizontini, o modelo econômico de Médici era baseado no tripé formado por empresas estatais, capital transnacional e privado nacional. Nos anos Médici, esse tripé foi incentivado pelo governo para a realização de uma série de projetos de infraestrutura, como a ponte Rio–Niterói, a rodovia Transamazônica, barragens para usinas hidrelétricas, estádios de futebol, além de investimentos na área de mineração e plantas industriais (VIZENTINI, 1998; CATERINA; 2012). Em 1972, foi assinado acordo com os EUA para a construção de Angra I (GARCIA, 2005).

O crescimento econômico, porém, não significou uma redução da desigualdade social no país. Ao contrário disso, tanto o modelo planejado pelos militares como a implementação de suas medidas desenvolveram um país socialmente mais injusto, com maior concentração de renda (OLIVEIRA, 1976).

Único governo no qual o AI-5 esteve em vigor durante toda a sua extensão, o período Médici também teve a violação de direitos humanos como característica central. A historiografia argumenta que as ações de segurança interna do governo Médici estavam embasadas em um tripé formado por vigilância, censura e repressão. Os três eixos desse tripé foram aperfeiçoados pelo regime por meio de leis ou atos institucionais que davam às forças militares novas responsabilidades em ações que seriam policiais, deixando de lado o conceito tradicional de guerra para justificar o combate às guerrilhas. No

Ministério da Justiça, esse processo era conduzido por Alfredo Buzaid (MACHADO, 2015).

A vigilância se dava por meio da comunidade de informações, conjunto de agências liderado pelo SNI e que visava identificar o chamado “inimigo interno”. A censura, por sua vez, complementava o trabalho da área de vigilância, controlando a circulação de informações e opiniões negativas e limitando o alcance da criação cultural artística (NAPOLITANO, 2015). Os principais temas sob censura, prática que foi intensificada em setembro de 1972, eram a repressão e a disputa pela sucessão de Médici (SKIDMORE, 1988).

Já a repressão, materializada pelas ações de tortura e desaparecimentos por agentes do Estado, teve as guerrilhas como foco durante o governo Médici (NAPOLITANO, 2015). Internamente, o governo Médici é considerado pela literatura como bem-sucedido na caça ao que o delegado Sérgio Fleury chamava de os “três grandes” líderes rebeldes: Carlos Marighella, assassinado pelas forças policiais em novembro de 1969, Joaquim Câmara Ferreira, torturado e morto em outubro de 1970, e Carlos Lamarca, morto em setembro de 1971. Além disso, no início de 1972 a guerrilha urbana estava controlada, com todos os líderes presos, mortos ou exilados⁵.

Tal atividade, no entanto, passou a impactar diretamente a política externa do regime em meio aos anos Médici. Pouco antes da posse do terceiro presidente da ditadura militar, o então embaixador norte-americano, Charles Elbrick, foi sequestrado em 4 de setembro de 1969 pelos grupos guerrilheiros MR-8 (Movimento Revolucionário Oito de Outubro) e ALN (Ação Libertadora Nacional). Em troca da soltura do embaixador, os sequestradores exigiam a libertação de 15 presos políticos.

O sequestro de Elbrick foi o primeiro de uma série contra diplomatas estrangeiros e tinha como objetivos não apenas a libertação de prisioneiros políticos, mas também chamar a atenção da comunidade internacional para as violações de direitos humanos ocorridas no Brasil. Além do norte-americano, também foram raptados o cônsul japonês Nobuo Okushi (março), o embaixador alemão Ehrenfried Anton Theodor Ludwig Von Holleben (junho) e o embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher (dezembro), todos eles em 1970.

Napolitano argumenta que o sequestro do embaixador norte-americano foi um momento que marcou o recrudescimento da repressão no Brasil, ainda mais agressiva do

⁵ A guerrilha do Araguaia, implementada na região amazônica, acabou derrotada pelas forças do governo em 1975.

que no imediato AI-5. Isso porque, pouco mais de um semestre depois do AI-5, a máquina já atuava de modo mais organizado e articulado (NAPOLITANO, 2015, p.125).

Além das ações dos opositores que se mantinham no país, o governo Médici também precisou se preocupar com os brasileiros asilados. Os brasileiros asilados denunciavam violações de direitos humanos, como tortura e desaparecimentos, o que era repercutido no Congresso norte-americano e afetava a imagem do regime brasileiro no exterior (JOFFILY, 2018). Com isso, ganhava em importância no governo a estrutura do CIEX, órgão do Itamaraty que era clandestino durante a ditadura e monitorava a rotina dos brasileiros que haviam deixado o país após o golpe de 1964, a ser detalhado no decorrer desta tese.

Em suma, o governo Médici começou em meio a uma crise que afetou tanto um dos pilares internos do regime militar, a repressão, como a política externa, devido à importância da relação com os EUA durante a Guerra Fria. No próximo tópico, detalharemos a política externa de Médici para nos aprofundarmos no objeto de pesquisa desta tese.

1.3 A política externa do governo Médici

A política externa do governo Médici ainda carece de estudos mais aprofundados pela literatura especializada. Se comparado com o período de seu sucessor, Ernesto Geisel, fica evidente a escassez de obras sobre a política internacional do Brasil entre 1969 e 1974. O principal trabalho que se concentra exclusivamente na política externa de Médici é o de Cíntia Souto, uma das autoras que faz uso da expressão “Diplomacia do Interesse Nacional” para caracterizar o período do terceiro governo do regime militar brasileiro (SOUTO, 2003).

Durante todo o período Médici, o Itamaraty foi chefiado por Mario Gibson Barboza. Antes de ser chanceler de Médici, Gibson Barboza já havia sido chefe de gabinete do ministro Afonso Arinos de Melo Franco, durante o mandato de Jânio Quadros (1961), e embaixador em Assunção, durante o governo Castello Branco, e em Washington, entre fevereiro e outubro de 1969. Gibson Barboza já tinha relação com os militares desde a década anterior, ao fazer o curso da ESG em 1951.

Em relação aos paradigmas da política externa brasileira durante o regime militar, o governo Médici é considerado pela maioria dos autores como um período de transição

entre o alinhamento com Washington de Castello Branco e o “pragmatismo responsável” de Ernesto Geisel (PINHEIRO, 2004; VIZENTINI, 1998)⁶.

Na definição de Letícia Pinheiro, os anos Médici, juntamente com o período de Costa e Silva, poderiam ser classificados como de “americanismo pragmático”, ficando, assim, entre o “americanismo ideológico” de Castello Branco e o “globalismo hobbesiano” que predominaria do governo Geisel até os anos 1990 (PINHEIRO, 2000). A autora diferencia a política externa de Costa e Silva da de Médici argumentando que, enquanto o primeiro começou a questionar as desigualdades entre o Norte e o Sul globais, diminuindo a importância do conflito Leste e Oeste imposto pela Guerra Fria, o segundo, objeto desta tese, não tinha a pretensão de alterar o sistema internacional, mas apenas a posição do Brasil dentro deste quadro (PINHEIRO, 2004).

Essa busca da diplomacia brasileira por maior influência e poder no sistema internacional durante o governo Médici era baseada no argumento de que o país, em meio ao Milagre Econômico, deveria ser considerado como uma “potência intermediária” (CERVO, 2011). Nos dois governos, porém, haveria uma tentativa de garantir certos espaços de autonomia, mesmo que com larga dependência dos Estados Unidos (PINHEIRO, 2000).

De qualquer maneira, se historicamente a relação com os Estados Unidos sempre foi considerada um elemento central na análise da política externa brasileira, tal elemento tinha ainda mais importância no contexto da Guerra Fria. Do lado norte-americano, independentemente do presidente da vez na Casa Branca, fosse ele republicano ou democrata, o regime militar brasileiro sempre era apontado como um país central na relação com a América Latina. Um dos principais formuladores da política externa do democrata Johnson, Thomas Mann argumentava que “o Brasil é a pedra angular de nossos interesses na América do Sul” (TAFFET, 2007, tradução nossa)⁷. Posteriormente, uma frase famosa do presidente Nixon, do Partido Republicano, na ocasião da visita de Médici a Washington, em dezembro de 1971, causou desconforto em outros países da região: “nós sabemos que, para onde for o Brasil, irá o continente latino-americano” (SIMON, 2021).

⁶ Vale destacar que, em dissertação de mestrado, o autor desta tese questionou o argumento do alinhamento automático entre Castello Branco e Washington, apontando o AI-2 como um momento de inflexão do primeiro governo do regime militar tanto interna, como externamente, em busca de maior autonomia (SION, 2016).

⁷ No original: “Brazil is the keystone of our interests on the continent of South America” (TAFFET, 2007).

No entanto, a percepção do lado brasileiro nem sempre condizia com esse discurso, uma vez que os militares quase sempre se decepcionavam com o que obtinham da Casa Branca. No caso específico do governo Médici, isso também ocorreu, conforme indicou Carlos Fico, ao apontar as diferenças entre o discurso do governo norte-americano, em especial de Kissinger, e as suas ações práticas. Um dos pontos que gerava maior decepção entre os militares brasileiros era sobre o fornecimento de armas (FICO, 2008).

Apesar dessa frustração e das tensões decorrentes do sequestro do embaixador norte-americano, a literatura aponta que os governos Médici e Nixon tinham boa relação, com o norte-americano considerando o regime militar como um exemplo a ser seguido na região (SOUTO, 2003). Fico acrescenta que “a maioria das disputas que aconteceram durante o governo Médici foram de natureza comercial ou diziam respeito a questões que não punham em risco a decisão estratégica de manter o Brasil como aliado contra problemas no continente” (FICO, 2008, p.241). Entre essas discordâncias estiveram as 200 milhas marítimas, a exportação de café e a não assinatura do TNP (Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares). O episódio mais abordado pela literatura para reforçar a boa relação bilateral é o encontro entre Nixon e Médici em Washington em dezembro de 1971, quando os presidentes criaram um canal especial para facilitar a comunicação entre eles para além do trabalho diplomático tradicional (SOUTO, 2003).

Já em relação à América do Sul, a literatura identifica o período de Médici e Gibson Barboza como um momento em que o país buscou intensificar a sua relação com os países do continente (PINHEIRO, 2004). Em dissertação de mestrado, Gabriela Crema argumentou que o intercâmbio comercial do Brasil com os demais sul-americanos cresceu entre 1969 e 1974, o que, segundo ela, seria um sinal do pragmatismo do regime em se relacionar com qualquer governante, independente das questões políticas e ideológicas (CREMA, 2019). A hipótese de nossa tese de doutoramento, porém, discorda do argumento de Crema. Isso porque, para além das questões comerciais, o eventual apoio brasileiro a mudanças de regime em outros países sul-americanos evidenciaria o oposto, que a proximidade ideológica era um ponto central para o regime militar brasileiro em busca de garantir a sua segurança na primeira metade dos anos 1970.

Em termos de infraestrutura continental, o maior feito do governo Médici na região foi a assinatura com o Paraguai do Tratado de Itaipu, em abril de 1973. O acordo permitia o aproveitamento dos recursos hídricos do Rio Paraná por meio da construção da Usina de Itaipu, que seria inaugurada em 1984 (SOUTO MAIOR, 1996, p. 346).

A negociação com o governo de Alfredo Stroessner, porém, desagradou à Argentina, que passou a dificultar os esforços brasileiros para integração regional durante o governo Médici. Com isso, uma ação constante da diplomacia de Gibson Barboza foi a de tentar destruir estereótipos presentes no continente que identificavam o Brasil como aspirante a novo ator hegemônico ou como executor de uma missão subimperial a serviço dos Estados Unidos (CERVO, 2011, p.449).

Por fim, vale destacar uma tentativa de parte da literatura de desvincular o Itamaraty da responsabilidade sobre as violações de direitos humanos e da eventual participação do governo brasileiro nas mudanças de regime ocorridas na América do Sul. “A diplomacia ocupar-se-á com o terrorismo nos órgãos continentais até 1971, enquanto segmentos das Forças Armadas, por ação paralela, apoiavam golpes de Estado contra movimentos de esquerda em países vizinhos” (CERVO, 2011, p.446).

Se a tentativa de isentar o Itamaraty das violações de direitos humanos dentro do Brasil está baseada no fato de que a função da instituição é a política externa, não se pode dizer a mesma coisa das mudanças de regime. A Comissão Nacional da Verdade (CNV) e parte da literatura já detalharam, por exemplo, tratativas para a exportação de práticas repressivas com a participação de diplomatas a serviço do Itamaraty (BRASIL, 2014; CREMA, 2019). Além disso, nos próximos capítulos, por meio da análise de fontes primárias, pretende-se desconstruir ainda mais esse argumento de Cervo.

Em suma, a principal contribuição desta tese neste tópico será preencher a lacuna existente na literatura sobre a política externa de Médici. Como o foco do trabalho será na América do Sul e na relação com Washington, abordaremos principalmente a influência brasileira na onda antidemocrática que ocorreu no continente neste período, tema do próximo item.

1.3.1 A onda antidemocrática na América do Sul de 1969 a 1974

O trabalho que mais se aproxima do objeto de pesquisa desta tese é o de Tanya Harmer. Apesar de se concentrar no caso do Chile (2011, 2013a) e da influência cubana (2013b, 2019) na América Latina, a autora também se preocupa com a participação do regime militar brasileiro. Em um de seus artigos, publicado em 2012, Harmer analisa especificamente o papel do governo Médici. O argumento principal é o de que, entre 1969 e 1974, o regime brasileiro participou dos golpes no Chile e na Bolívia e interferiu nas eleições uruguaias de 1971. A autora indica que os anos Médici foram um momento de

exceção na política externa brasileira, que tradicionalmente defende o princípio da não intervenção. Tal característica seria fruto de características pessoais do presidente Médici e seu grupo mais próximo, formado pela chamada linha dura das Forças Armadas brasileiras (HARMER, 2012).

O sucesso brasileiro em ajudar outros líderes militares anticomunistas a chegarem ao poder na América do Sul durante o governo Médici criou outro ambiente geopolítico regional, diminuindo a percepção de ameaça ao regime, inclusive porque os asilados nacionais tinham menos opções para permanecer no continente. Com isso, as prioridades da política externa de seu sucessor, Ernesto Geisel, puderam ser alteradas, segundo a autora (HARMER, 2012).

Harmer argumenta ainda que, desde abril de 1964, a ditadura brasileira passou a ser uma força de articulação fundamental na onda contrarrevolucionária transnacional, tanto como exemplo para os demais países, como sendo um apoiador direto para as mudanças de regime (HARMER, 2012). Anthony Pereira, por sua vez, reforça essa avaliação sobre a importância regional do regime brasileiro, caracterizando-o como um protótipo de novo tipo de autoritarismo na América Latina (PEREIRA, 2005).

O caso do Chile de 1973 é o que mais chamou a atenção da literatura especializada até hoje, sendo que o trabalho de Harmer pode ser considerado um divisor de águas sobre a participação brasileira no processo (HARMER, 2012). Com base em fontes primárias chilenas e norte-americanas, a autora indica o estudo da documentação do Brasil e de outros países sul-americanos como lacuna a ser futuramente preenchida.

Outro trabalho que indicou a ação brasileira foi o do então embaixador norte-americano em Santiago, Nathaniel Davis. Ao ser escrito por um ator que participou do processo, o livro de Davis buscou responsabilizar o Brasil para minimizar a ação dos EUA, mas sem apresentar evidências concretas de como Médici e seus aliados teriam feito isso (DAVIS, 1985).

Depois de Harmer, outros autores também se debruçaram sobre o tema. Alessandra Castilho, por exemplo, argumenta que o regime militar brasileiro participou da articulação do golpe chileno com amplo arco de forças que ia da igreja ao setor militar (CASTILHO, 2015). Mila Burns também tem posição semelhante, dando alguns exemplos dos mecanismos usados pelo governo Médici, tais como o envio de armas,

medicamentos e pessoal para transferência de conhecimento para os militares chilenos antes do golpe contra Allende (BURNS, 2016). A autora também destacou o envolvimento do então embaixador brasileiro em Santiago, Antonio Câmara Canto, para organizar a oposição a Allende e criar um sistema de perseguição de exilados que serviria de inspiração posterior para a Operação Condor (BURNS, 2016).

Mais recentemente, Roberto Simon publicou um livro resumindo mais de dez anos de investigações sobre o papel brasileiro no golpe do Chile. O autor argumenta que o regime militar esteve “envolvido ativamente para derrubar Allende e facilitar a ascensão de um governo à semelhança da ditadura brasileira” (SIMON, 2021, p.15). Simon afirma ainda que as ações brasileiras teriam ocorrido de forma autônoma, sem sinais de uma articulação com Washington (SIMON, 2021, p.22).

As outras duas mudanças de regime mais citadas na literatura ocorreram em Uruguai e Bolívia. Elio Gaspari, por exemplo, mencionou a chegada ao poder de Hugo Banzer, na Bolívia, e Juan Maria Bordaberry no Uruguai. No caso de La Paz, o autor relatou uma tentativa de golpe em janeiro de 1971, quando o SNI teria colaborado para o envio de armas a opositores em Santa Cruz de la Sierra e, com o fracasso da iniciativa, 7 conspiradores se asilaram na embaixada brasileira e foram posteriormente enviados a São Paulo. Na ocasião, o governo boliviano chegou a denunciar a participação do general da reserva do Brasil Hugo Bethlem. Sobre o movimento que levou Banzer ao poder em agosto de 1971, Gaspari não dá nenhuma evidência sobre a participação brasileira, registrando apenas que Banzer se tornaria “o xodó da diplomacia militar brasileira” e que o governo Médici chegou a enviar um coronel em missão secreta à Bolívia para ajudar a melhorar a imagem do mandatário boliviano (GASPARI, 2003, p.347).

Em relação ao Uruguai, Gaspari indicou que Ernesto Geisel, então presidente da Petrobras, chegou a preparar uma leva de combustível para enviar a Montevideú, caso fosse necessário, quando os militares fecharam o Parlamento em junho de 1973. O autor também destacou a presença de veículos militares brasileiros nas ruas uruguaias neste mesmo momento histórico, que teriam sido parte de uma leva de 300 blindados enviados pela ditadura ao país vizinho (GASPARI, 2003, p.351).

Outro autor brasileiro que estudou esses processos foi Luiz Alberto Moniz Bandeira. Sobre o golpe de agosto de 1971 na Bolívia, Bandeira listou as seguintes ações

como realizadas pelo regime militar então liderado por Médici: fornecimento de armas, apoio logístico para aviões militares, disponibilização de áreas no Mato Grosso para treinamento de opositores e até mesmo uma estratégia para a entrada de efetivos brasileiros na Bolívia para caso de conflito prolongado (BANDEIRA, 2010).

Já em relação à eleição no Uruguai em novembro de 1971, Bandeira indica que “as tropas do III Exército, sediadas no Rio Grande do Sul, prepararam-se para o invadir, executando a Operação Trinta Horas [...], o que só não se concretizou porque o general Liber Seregni, candidato da Frente Ampla [...], perdeu as eleições para os conservadores” (BANDEIRA, 2010, p.413).

Em obra escrita pouco tempo depois dos acontecimentos históricos, o jornalista Paulo Schilling, que teve de se asilar na Argentina e no Uruguai durante o regime militar, também apresentou detalhes do que seria a “Operação Trinta Horas”. Segundo ele, nenhuma alternativa parecia positiva ao Brasil nas eleições uruguaias de 1971: nem a vitória dos partidos tradicionais, o que representaria a continuação das atividades guerrilheiras no país, muito menos a vitória da Frente Ampla (SCHILLING, 1981, p.62). Em seu trabalho, Schilling sugeriu que, por esse motivo, a Operação Trinta Horas poderia ser implementada independente do resultado eleitoral, o que hoje sabemos que não ocorreu.

Já sobre a Bolívia, Schilling indica que o golpe que levou Banzer ao poder “foi planejado e financiado pelo regime militar brasileiro” (SCHILLING, 1981, p.65) e cita diversas vezes a participação de Hugo Bethlem. O autor também fala em ações de propaganda, tráfico de armas e coloca a região de Santa Cruz de la Sierra como base territorial do golpe e da conspiração (SCHILLING, 1981, p.67).

Em suma, ao longo dos próximos capítulos, analisaremos as fontes primárias recentemente disponibilizadas para pesquisa no Brasil com o objetivo de avaliar a participação do governo Médici nessas mudanças de regime ocorridas no continente. Dessa forma, conseguiremos dialogar com a literatura apresentada para concordar ou promover novas interpretações sobre o tema. Devido à quantidade de obras existentes sobre o golpe no Chile, este trabalho priorizará os processos políticos ocorridos na Bolívia, no Uruguai e na Argentina. No entanto, dada a importância da vitória de Allende para a política externa de Brasil e Estados Unidos para a América do Sul, esta tese também

abordará os acontecimentos em Santiago quando isso for necessário para o desenvolvimento de nossos argumentos.

Com o objetivo de fortalecer a análise a ser realizada, vale nos debruçarmos no já citado trabalho de O'Rourke sobre as mudanças de regime patrocinadas por Washington durante a Guerra Fria. Com isso, podemos usar alguns conceitos desenvolvidos pela autora, adaptando-os para a realidade brasileira.

1.4 Referencial teórico

Para discutirmos a influência do governo Médici nas mudanças de regime ocorridas na América do Sul entre 1969 e 1974, é fundamental apresentarmos alguns conceitos que embasarão o referencial teórico desta tese. Ao fazermos uso de tais conceitos, nosso objetivo é dar um sentido mais claro ao material empírico que será exposto, inserindo as interpretações desta tese em debates teóricos em voga nas áreas de ciência política e relações internacionais e fortalecendo os argumentos a serem desenvolvidos.

O primeiro conceito a ser definido é o de regime. Usaremos neste trabalho a mesma definição presente nas obras de Lindsey O'Rourke: "Regime' é definido como a liderança política de um estado ou seus processos políticos e arranjos institucionais" (O'ROURKE, 2018, tradução nossa)⁸.

O conceito de mudança de regime estabelecido pela autora, desta maneira, seria: "uma operação para substituir a liderança política efetiva de outro estado, alterando significativamente a composição da elite governante desse estado, seu aparelho administrativo ou sua estrutura institucional" (O'ROURKE, 2019, tradução nossa)⁹.

Ou seja, segundo o conceito de O'Rourke, a simples troca de um governante, com a consequente alteração de ao menos parte da elite governante ou da estrutura institucional, já seria suficiente para se considerar uma mudança de regime. Tal marco teórico difere de parte da literatura, que considera mudança de regime apenas quando há uma alteração no tipo de sistema político de determinado país (BADER;

⁸ No original: "Regime' is defined as a state's political leadership or its political processes and institutional arrangements" (O' ROURKE, 2018).

⁹ No original: "an operation to replace another state's effective political leadership by significantly altering the composition of that state's ruling elite, its administrative apparatus, or its institutional structure" (O' ROURKE, 2019).

GRÄVINGHOLT; KÄSTNER, 2010; LEHOUCQ; PÉREZ-LIÑÁN, 2014; MILLER; JOSEPH; OHL, 2016).

No nosso entendimento, o conceito de regime estabelecido por O' Rourke é o que melhor se adequa a esta tese porque, desta maneira, podemos estudar todas as trocas de lideranças que ocorreram nos países da América do Sul. Neste caso, evitaríamos de entrar na discussão sobre o tipo de regime implementado depois da mudança de governante, o que poderá ser feito por futuros trabalhos sobre o tema¹⁰. O que será feito no último capítulo desta tese, porém, é avaliar a ação do governo Médici no período posterior à mudança de regime em cada país para determinar o papel da ditadura brasileira também na consolidação dos novos líderes no poder.

Para além dos conceitos acima, o trabalho de O'Rourke também analisa uma série de aspectos das tentativas de mudanças de regime, tais como os mecanismos e as motivações dos países que interferem na política de outro. Antes de entrarmos nestas características, vale destacar que a autora separou o conceito em duas categorias: *overt*, quando um Estado tenta interferir em outro abertamente, e *covert*, em que a operação é realizada em segredo. Além da publicidade dada à operação, essas duas categorias apresentam outras diferenciações, como o custo e o risco envolvidos em cada uma delas, já que iniciativas para alterar o chefe de Estado de outro país representam uma transgressão ao princípio de não-intervenção, consagrado pelo direito internacional desde 1945 (POZNANSKY, 2019). As tentativas de mudança de regime em segredo costumam ser menos custosas, em termos financeiros e de reputação, mas também representam uma possibilidade menor de sucesso, ou seja, de conseguir trocar o líder de um outro estado (O' ROURKE, 2019). Neste trabalho, nos concentraremos nas ações em segredo, uma vez que não há registro de o regime brasileiro ter interferido abertamente em outro país do continente entre 1969 e 1974.

As motivações principais citadas pela autora são segurança nacional e aumento do poder relativo do país. Como o trabalho é focado nas ações de Washington, a própria autora admite que essa característica envia as motivações. Ou seja, em nosso estudo sobre a política externa de Médici, a análise das fontes primárias poderá contribuir para o apontamento de outras possíveis motivações para tentativas de mudança de regime.

¹⁰ Entre os trabalhos que analisam os tipos de regime e dialogam com a teoria deste trabalho está Von Soest e Grauvogel (2017).

Os mecanismos mais importantes de desestabilização de regime, por sua vez, são: a) Assistência financeira, logística e militar a dissidentes; b) Tentativa de incitar uma revolução popular; c) Assassinato de líderes internacionais; d) Patrocínio ao processo propriamente dito de queda do regime; e) fraude eleitoral¹¹ (O'ROURKE, 2018). No decorrer desta tese, buscaremos apresentar quais desses mecanismos teriam sido usados pelo governo Médici para interferir na política interna de outros países sul-americanos, identificando-os em fontes primárias recentemente desclassificadas.

Uma premissa central para que um governo influencie na política interna de outro, visando a derrubada do regime instituído, diz respeito à identificação de uma alternativa plausível de liderança no Estado-alvo que compartilhe das preferências do Estado-interventor (O'ROURKE, 2018, p.26-27). Ou seja, caso o governo Médici tivesse a intenção de trocar o regime de determinado país, o primeiro passo seria a busca por um líder que ele considerasse mais adequado aos seus objetivos. Para os objetivos desta tese, será fundamental a descoberta de documentos que apresentem tal movimento do regime brasileiro.

A partir da identificação de uma liderança alternativa que atenda mais aos interesses do país interventor, o segundo passo seria a realização de uma estratégia conjunta entre esses dois atores. Conforme já foi dito acima, no caso dos Estados Unidos durante a Guerra Fria, todas as tentativas de mudança de regime em segredo envolveram a participação de atores domésticos do Estado-alvo ou de outros países. Isso ocorre devido à necessidade dos líderes dos países interventores em ter um alibi caso a operação chegue a público, o que conceitualmente é chamado na literatura de ciência política de *plausible deniability*. Com isso, esses atores domésticos poderiam assumir a total responsabilidade pelas operações, diminuindo os eventuais custos públicos do país interventor (O'ROURKE, 2018). No caso do regime brasileiro, é natural supor que tal aliança com atores domésticos fosse implementada de maneira semelhante, devido à necessidade de *plausible deniability*, o que também será buscado nas fontes primárias estudadas por esta tese. Vale destacar que o conceito de *plausible deniability* não envolve somente a

¹¹ Há autores que utilizam nomenclatura mais teóricas, reunindo várias ações possíveis em grupos de conceitos. De acordo com Weyland (2017), os quatro principais mecanismos de expansão autoritária seriam *learning*, *competition*, *coercion* e *emulation*. Kneuer e Demmenhuber (2015), por sua vez, dividem os mecanismos que podem ser usados em promoção autoritária em *control*, *active leverage* e *socialization*. Já Downes e Lilley (2010) apresentam mais semelhanças com o referencial de O'Rourke, acrescentando as táticas de propaganda e desestabilização econômica, que a autora deixa de lado por considerar que são ações mais comuns entre Estados independente do objetivo de implementar uma mudança de regime.

participação no planejamento de uma operação em segredo, mas também em cada uma de suas etapas, como o fornecimento de armas e dinheiro (POZNANSKY, 2020).

Pelo número de mudanças de regime ocorridas em curto período de tempo, o Brasil poderia ser considerado um **centro de promoção autoritária** (Authoritarian Gravity Centre, ou AGC, na sigla em inglês), caso fique provada a sua participação nestes processos políticos (KNEUER et al, 2018). De acordo com Kneuer, um país poderá ser considerado um AGC quando é um regime autocrático que tem a disposição e a capacidade para disseminar ideias, normas, valores e técnicas autocráticas e/ou que constituem um modelo para outros países na sua proximidade geopolítica. Tais AGCs estariam interessados em estabelecer um esquema de cooperação regional em sua estratégia de política externa, a fim de criar, **primeiro, um ambiente de autocracias afins que garantam a estabilidade de seu próprio regime, e, em segundo lugar, uma identidade de regime regional para legitimar seu próprio regime, satisfazendo reivindicações de legitimidade doméstica, bem como aquelas em sua região (KNEUER et al, 2018, p.2)**. Ou seja, caso esta tese consiga provar a influência do governo Médici nas mudanças de regime na América do Sul, também precisaríamos apontar a motivação dessa estratégia, que poderia ser a criação de uma identidade comum entre líderes não democráticos.

O conceito de AGC tem como ponto de partida a discussão sobre promoção autoritária, que tem sido aprofundada pela literatura de ciência política desde 2010. Inspirados na bibliografia sobre democratização, uma série de autores passou a analisar os aspectos relacionados a uma suposta expansão de regimes autoritários nos últimos anos, que poderia ser liderada por Rússia e China (AMBROSIO; TOLSTRUP, 2019). Um dos pontos centrais dessa literatura é a busca por ressaltar a importância dos fatores internacionais para analisarmos as mudanças de regime, uma vez que as trocas de governo por vias não democráticas costumam ser mais atribuídas a elementos de política interna (BRINKS; COPPEDGE, 2006; GLEDITSCH; WARD, 2006; BADER; GRÄVINGHOLT; KÄSTNER, 2010).

O principal desafio desta literatura é buscar diferenciar os casos de promoção autoritária, quando há intencionalidade de um governo em reproduzir as suas características em outro país, dos demais, chamados pela literatura de difusão espúria ou difusão autoritária. Segundo Tansey, porém, para que uma ação seja considerada de

promoção autoritária, além da intencionalidade, ela deve ser parte de uma política externa coerente que tem como objetivo a exportação de um determinado tipo de regime autoritário (TANSEY, 2016). Ou seja, Tansey tem um conceito de promoção autoritária distinto dos demais autores. Ao final deste trabalho, discutiremos se as ações do governo Médici na América do Sul podem se enquadrar em ambas as definições.

Já um caso de *difusão espúria* ocorre em uma situação em que as semelhanças observadas entre os atores “não estão conectadas de forma alguma, mas ocorreram independentemente umas das outras, seja por coincidência ou porque ambos os conjuntos de atores (adotantes anteriores e posteriores) buscaram soluções semelhantes para problemas semelhantes” (AMBROSIO; TOLSTRUP, 2019, tradução nossa)¹². Ou seja, para que esse conceito se aplicasse ao tema desta tese, as mudanças de regime em cada país da América do Sul entre 1969 e 1974 teriam ocorrido de forma independente, sem relação direta ou qualquer influência entre os atores envolvidos.

A **difusão autoritária**, por sua vez, seria “o processo pelo qual as instituições, as organizações, as políticas, as estratégias, os quadros retóricos, as normas, etc., que estabelecem, protegem ou fortalecem o regime autoritário, são reproduzidos de um sistema autoritário para outro” (AMBROSIO; TOLSTRUP, 2019, tradução nossa)¹³. Tal reprodução, porém, ocorre por meio de uma “interdependência descoordenada” (ELKINS; SIMMONS 2005), sendo que a ocorrência de um evento político em determinado local aumenta a possibilidade que ele também ocorra em outro país (MILLER; JOSEPH; OHL, 2016), independentemente da intenção do regime que é visto como “exemplo”. Ou seja, podemos resumir difusão autoritária como o processo em que atores de um país reproduzem determinada política, estratégia, discurso, organização ou instituição autoritária após esta ter sido observada em outra localidade. Dentro deste conceito, a agência de toda a implementação do processo está relacionada aos atores internos, sem participação de países terceiros.

No decorrer deste trabalho, utilizaremos as recomendações metodológicas de Ambrosio e Tolstrup, publicadas em 2019, para garantir que cada caso tenha a

¹² No original: “a situation in which the observed similarities between actors are not connected at all, but rather have occurred independently of each other, either through coincidence or because both sets of actors (earlier and later adopters) sought similar solutions to similar problems” (AMBROSIO; TOLSTRUP, 2019).

¹³ No original: “the process by which the institutions, organizations, policies, strategies, rhetorical frames, norms, etc., which establish, protect, or strengthen authoritarian rule, are reproduced from one authoritarian system to another” (AMBROSIO; TOLSTRUP, 2019).

categorização adequada entre as opções apresentadas. Além disso, seguindo a metodologia de Kneuer e Demmelhuber (2015), não nos restringiremos ao momento da mudança de regime. Ou seja, todos os casos analisados serão apresentados em três momentos: antes, durante e depois do processo de mudança de regime. Dessa maneira, poderemos ver também a colaboração da ditadura brasileira com a consolidação de novos governos, um ponto fundamental para este trabalho.

Em suma, para que este trabalho discuta se o governo Médici poderia ser considerado um AGC, analisaremos as fontes primárias recentemente desclassificadas para avaliar se as mudanças de regime ocorridas na América do Sul entre 1969 e 1974 foram, ao menos em parte, consequência de uma política externa em que o Brasil deliberadamente buscou derrubar líderes que não estivessem alinhados a seus interesses para promover um tipo específico de regime ou ao menos parte de suas práticas. Ao longo do texto, repetiremos alguns dos conceitos expostos nesta seção para facilitar a sua aplicação à análise das fontes primárias.

A partir da revisão da literatura realizada neste capítulo, esta tese de doutoramento pretenderá fazer as seguintes contribuições: a) nova interpretação da política externa do governo Médici (não só sobre América do Sul, mas também da relação com EUA); b) novo estudo de caso para agregar à literatura sobre a Guerra Fria que busca dar destaque para a agência dos atores sul-americanos; c) tentar ajudar no desenvolvimento da literatura sobre promoção autoritária; d) apresentar um novo caso para a teoria de mudanças de regime que não seja Washington, o que poderá ampliar a lista de motivações e mecanismos. Antes de entrarmos no próximo capítulo, porém, apresentaremos quais foram os arquivos visitados e as fontes primárias utilizadas para o desenvolvimento deste trabalho.

1.5 Tipologia das Fontes

Nos quase cinco anos desde o início do processo desta tese do doutorado, realizamos extensa coleta de fontes primárias em arquivos do Brasil e dos Estados Unidos sobre o tema de pesquisa, tanto em visitas presenciais, como por meio dos sites de instituições que serão detalhados abaixo. Nesta seção, apresentaremos a documentação usada neste projeto, o que é fundamental em trabalhos qualitativos até para a possibilidade de futuros pesquisadores revisarem os mesmos documentos e avançarem na interpretação aqui desenvolvida.

Foram realizadas quatro viagens ao Arquivo Histórico do Itamaraty, em Brasília, entre julho de 2019 e janeiro de 2020. A coleção mais utilizada neste trabalho foi “Informações para o Senhor Presidente da República”, desclassificada em 2011, mas digitalizada pelo Itamaraty apenas em 2018. Criada durante o governo Costa e Silva para facilitar o contato entre o presidente e seu chanceler, a coleção reúne informações sobre os temas mais relevantes de política externa no governo Médici, tendo inclusive anotações à mão com observações do momento do despacho. Entre tais observações estão, por exemplo, a decisão do presidente sobre determinado assunto, a informação que Médici ficou com o original e pedidos de interação com outros órgãos do governo. Além disso, tais fontes muitas vezes representam um resumo de telegramas e memorandos, que costumavam ser anexados aos documentos desta coleção.

Todos os documentos desta coleção produzidos durante o mandato de Médici foram analisados neste trabalho, com 69 deles citados nas referências¹⁴. Ainda que a maioria das fontes primárias desta série tenha sido produzida por Gibson Barboza, muitas vezes não há assinatura do chanceler e, em alguns casos, outros membros do Itamaraty também enviaram material ao presidente por meio deste canal. Por esse motivo e para agregar todos os documentos juntos na seção “Referências”, optamos por citar o material das “Informações para o Senhor Presidente da República” como BRASIL, ao lado do ano e de uma letra que significa a posição da respectiva fonte primária na lista de obras referenciadas ao final deste trabalho. Vale destacar que todos os documentos citados como BRASIL fazem parte desta coleção, com exceção do relatório da Comissão Nacional da Verdade, que é de fácil identificação por ser do ano de 2014.

Do Arquivo Histórico do Itamaraty, também foram citadas nesta tese as seguintes coleções: a) CIEEX (Centro de Informações do Exterior), coleção produzida durante quase todo o regime militar e que, no governo Médici, tinha como objetivo principal o envio de informações sobre asilados políticos em outros países da América do Sul e também sobre aliados dessas pessoas, mesmo se fossem de outra nacionalidade¹⁵; b) memorandos secretos, ultrassecretos, ostensivos e confidenciais, documentação que é separada cronologicamente por anos pelo Itamaraty; c) maços temáticos secretos, material organizado por tópicos; d) ofícios entre órgãos internos do governo militar brasileiro, que ajudam no estudo do processo de tomada de decisão em política externa.

¹⁴ No anexo A, é possível ver a íntegra de um dos documentos desta coleção citados neste trabalho.

¹⁵ A coleção do CIEEX ficou disponível ao público em 2012. Antes disso, porém, o pesquisador Pio Penna Filho já havia publicado artigo com base nestas fontes primárias (PENNA FILHO, 2009).

Outra instituição brasileira importante para este trabalho foi o Arquivo Nacional, por meio principalmente da plataforma online do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Os documentos mais relevantes consultados por esse sistema foram os produzidos pelo SNI e pelo Conselho de Segurança Nacional (CSN). No caso do CSN, as fontes primárias muitas vezes tinham anexos produzidos por outros órgãos, como o Estado-Maior das Forças Armadas e adidos militares locados nos países estudados nesta tese. Conforme exposto pela CNV, grande parte dos documentos de origem militar produzidos entre 1964 e 1985 ainda está fora do alcance de pesquisadores. Por esse motivo, os anexos do CSN têm relevância ainda maior e mostram avenidas de pesquisa que serão abordadas neste trabalho.

Em uma viagem ao Rio de Janeiro em setembro de 2019, foram analisados documentos do CPDOC-FGV e do acervo pessoal de Médici, no IHGB (Instituto Histórico Geográfico Brasileiro). No CPDOC-FGV, a principal coleção analisada foi a de Antonio Azeredo da Silveira. Chanceler do governo Geisel, entre 1974 e 1979, Azeredo da Silveira foi embaixador na Argentina durante o período esmiuçado nesta tese. Seus relatos da conjuntura política argentina e da percepção dos tomadores de decisão em Buenos Aires sobre processos ocorridos em outros países sul-americanos também acrescentaram informações importantes para os argumentos construídos neste trabalho.

No caso do acervo Médici, o IHGB não permite que o pesquisador tire fotos no local. Devido à pandemia de Covid-19, o serviço de envio das cópias sofreu interrupções e a consulta presencial ainda não foi retomada até janeiro de 2023. Ainda assim, com as anotações feitas durante a única visita ao arquivo, é possível concluir que se trata de um conteúdo muito rico. Um exemplo disso é a série de dossiês do SNI sobre política externa, abordando a relação com a Argentina, o movimento de opositores ao regime pela América Latina, a relação com os EUA de Nixon e temas ligados a direitos humanos. A coleção também é valiosa por conter notas de ministros e assessores especiais ao presidente, bem como manuscritos do próprio Médici, como ele fez após uma conversa com Banzer.

No que se refere a fontes primárias brasileiras, também estudamos em profundidade o relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Considerado o primeiro grande esforço do Estado brasileiro para compreender as violações de direitos humanos durante o período militar, o trabalho da CNV teve o mérito de compilar e jogar luz a uma série de documentos históricos, abrindo inúmeras avenidas de pesquisa. No entanto, por se concentrar nas violações de direitos humanos e, concomitantemente, buscar abranger uma grande quantidade de temas, o relatório final não detalhou

devidamente a política externa do regime. Uma lacuna do trabalho da CNV, já citada nesta introdução, foi a dificuldade em encontrar fontes primárias militares, principalmente as que estão sob custódia das Forças Armadas, tal como o material produzido pelos adidos militares brasileiros da época.

Outro braço importante da pesquisa diz respeito às fontes norte-americanas. Desde março de 2018, reunimos documentos online das seguintes instituições: Central Intelligence Agency (CIA), The Digital National Security Archive (DNSA), *The Foreign Relations of the United States* (FRUS), National Archives (NARA) e National Security Archive (NSA). Por serem fontes primárias disponíveis online e no idioma inglês, esse material já tem sido citado pela literatura. Ainda assim, são documentos que foram fundamentais em nosso trabalho, uma vez que, analisados junto com as fontes brasileiras, permitiram avanços nas interpretações existentes sobre o período.

Em relação ao NARA, há duas bases de fontes primárias: uma online e outra compartilhada pelo pesquisador Felipe Amorim, que viajou a Washington a serviço da Escola de Relações Internacionais da FGV (FGV RI) em janeiro de 2020. Ainda que não tenhamos conseguido consultar a totalidade da documentação de 1969 a 1974 sobre os países estudados, tais fontes também foram valiosas para este trabalho.

Além disso, realizei três viagens de trabalho a arquivos norte-americanos: em outubro de 2019, de abril a junho de 2022 e em novembro de 2022. As viagens de 2022 estavam agendadas para os meses de março a maio de 2020, mas tiveram que ser adiadas devido à pandemia do Covid-19.

O arquivo norte-americano com mais fontes citadas foi a biblioteca presidencial de Richard Nixon, na Califórnia, visitada pelo autor desta tese em outubro de 2019 e junho de 2022. Os documentos deste arquivo nos permitem analisar melhor tanto a relação entre Brasília e Washington, com destaque para o encontro entre os presidentes em dezembro de 1971, quanto a ação brasileira nos outros países sul-americanos. Isso porque, nas fontes norte-americanas, é possível acompanhar o diálogo interno em meio ao processo decisório, com atores importantes da burocracia citando a percepção brasileira de cada caso.

O projeto desta tese de doutoramento também obteve três bolsas para pesquisa em arquivos norte-americanos: no Rockefeller Archive Center, na Lyndon Johnson Foundation e na Gerald Ford Presidential Foundation. Os dois arquivos presidenciais foram visitados em maio de 2022, enquanto a viagem ao Rockefeller Archive Center foi realizada em novembro de 2022. No caso do arquivo Johnson, a documentação é

fundamental para indicarmos não só a conjuntura internacional no início dos governos Nixon e Médici, mas também a percepção da Casa Branca sobre os países sul-americanos naquele momento.

O arquivo do presidente Ford, por ser mais recente, tem mais fontes primárias ainda classificadas em parte ou em sua totalidade. No entanto, os documentos desta biblioteca presidencial nos ajudaram com análises sobre a política externa de Nixon e com processos que continuaram em andamento depois do mandato de Médici, mas que jogam luz sobre a política externa brasileira, como o apoio às sanções contra Cuba.

Já as fontes primárias do arquivo da família Rockefeller são fundamentais tanto sobre a elaboração do relatório Rockefeller, quanto no período posterior, quando assessores do líder republicano continuavam mantendo contatos com a cúpula do regime brasileiro.

Todos os documentos citados também foram organizados em planilhas, produzidas por arquivo. Dessa forma, ficou mais fácil identificar documentos que apareceram em mais de uma caixa ou arquivo pesquisado. No decorrer desta tese, apontaremos em notas de rodapé quando uma fonte primária tiver sido encontrada em outro local além do citado nas referências, com o objetivo de facilitar o acesso ao material. As planilhas também poderão ser compartilhadas com outros pesquisadores para democratizar o acesso às fontes primárias e facilitar qualquer tipo de releitura com base nas fontes estudadas.

Por fim, vale ressaltar que os documentos foram citados de modo a seguir as regras da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). No entanto, cada fonte primária tem as suas particularidades, sendo que nem todas apresentam a totalidade das informações requeridas pela entidade. Dessa forma, o que fizemos neste trabalho foi garantir que qualquer leitor tenha a possibilidade de encontrar todos os documentos por meio da citação das caixas e das pastas consultadas em cada arquivo.

A estrutura desta tese de doutoramento é composta por quatro capítulos, apresentados em ordem cronológica, além desta introdução e das considerações finais.

No próximo capítulo, detalharemos as primeiras iniciativas do governo Nixon para a América Latina em 1969, quando o Brasil ainda era presidido por Costa e Silva. A principal delas foi a Missão Rockefeller, quando o governador republicano fez quatro viagens pelos países do continente. Tal passagem é relevante não apenas por buscar preencher uma lacuna da literatura, mas também pela importância da influência de Washington na América do Sul, que era ainda maior no contexto da Guerra Fria,

conforme indicado nesta introdução. Após abordar a posse de Médici, o capítulo é encerrado com uma análise das mudanças de regime ocorridas na Argentina, em junho de 1970 e março de 1971, bem como das medidas implementadas pelos militares argentinos.

Em seguida, apresentamos os processos políticos que levaram ao poder Juan Torres, na Bolívia, e Salvador Allende, no Chile. A presença desses líderes, tidos como esquerdistas pelo regime brasileiro e pela Casa Branca, na Presidência de dois países sul-americanos aumentou a percepção de ameaça para os governos Nixon e Médici. No caso brasileiro, tal risco era agravado devido aos relatos de colaboração entre representantes de Torres e Allende com brasileiros asilados.

No penúltimo capítulo desta tese, detalharemos os casos de mudanças de regime na Bolívia e no Uruguai. Em La Paz, Torres foi alvo de tentativas fracassadas de golpe de Estado no primeiro semestre de 1971, tendo inclusive acusado atores brasileiros e norte-americanos de participarem da conspiração. Em agosto do mesmo ano, Hugo Banzer liderou com sucesso um movimento de deposição do presidente boliviano. Já em Montevidéu, o presidente Pacheco Areco conseguiu eleger o seu sucessor, Juan María Bordaberry, em uma controversa eleição em novembro de 1971. Conforme indicamos na revisão bibliográfica desta introdução, há suspeita de envolvimento brasileiro nos dois casos, que serão analisados aqui com base nas fontes primárias.

Por fim, no último capítulo, discutiremos quatro tópicos principais: a viagem de Médici a Washington em dezembro de 1971, a consolidação do governo Banzer na Bolívia, a ascensão dos militares na política uruguaia até o fechamento do Congresso em junho de 1973 e a volta do peronismo na Argentina. A importância deste capítulo se deve à análise do comportamento do governo brasileiro em momentos posteriores à mudança de regime para avaliarmos a ação do regime em cada país. Isso porque a promoção ou a difusão de práticas autoritárias não se restringem ao processo de golpe de Estado.

2 DA POSSE DE NIXON À DIFUSÃO DO MODELO BRASILEIRO NA ARGENTINA

Richard Nixon assumiu a Casa Branca em janeiro de 1969 em meio a um clima tenso nas relações bilaterais com o Brasil. Pouco mais de um mês antes da posse do novo presidente norte-americano, o regime brasileiro, então comandado por Arthur da Costa e Silva, implementou o AI-5, que Washington considerou uma medida mais dura do que a média latino-americana (RUSK, 1968).

A resposta do governo Johnson durante os seus últimos dias no poder foi protocolar: o democrata decidiu suspender as negociações para a venda de aviões militares ao Brasil, dando continuidade apenas aos acordos que já estavam assinados, segundo informava por telegrama a embaixada brasileira em Washington (ALMEIDA, 1969a)¹⁶.

A maneira como o governo Nixon lidaria com o crescente autoritarismo no Brasil era relevante por dois motivos. Em primeiro lugar, pela importância da relação bilateral entre uma das duas potências da Guerra Fria e o maior país da América do Sul. Além disso, a resposta de Nixon poderia moldar a sua política para os anos que viriam pela frente, uma vez que estava lidando com temas sensíveis, como a violação de direitos humanos e o enfraquecimento de um país democrático até cerca de cinco anos antes (UNITED STATES, 1969c). Os demais países da região estavam atentos quanto ao caminho que o governo republicano seguiria e qualquer ação teria consequências para além do Brasil.

Este capítulo é composto por outras quatro partes. A primeira delas retrata a chegada de Nixon à Casa Branca, a preparação da Missão Rockefeller e a visita de Nelson Rockefeller ao Brasil. Na sequência, apresenta-se uma análise detalhada do Relatório Rockefeller e das discussões internas do governo Nixon até o lançamento da nova política para a América Latina, no final de outubro de 1969. A terceira seção retrata a posse de Emílio Garrastazu Médici após a doença de Costa e Silva. Na última parte deste capítulo, argumentamos que o regime militar que governou a Argentina de 1966 a 1973 adaptou alguns elementos da ditadura brasileira, que teria funcionado como um modelo para os argentinos, representando, dessa maneira, um exemplo do que a teoria classifica como um processo de difusão autoritária.

¹⁶ A mesma informação também consta em NETTO, 1969.

2.1 Os primeiros meses da relação de Nixon com a América Latina e a visita de Rockefeller ao Brasil de Costa e Silva

No período entre a vitória de Nixon e sua posse, iniciou-se uma corrida para influenciar o novo governo em benefício do regime militar. Ainda em dezembro de 1968, um dos principais defensores dos militares na máquina administrativa norte-americana e aliado de primeira hora no golpe de Estado de 1964, Vernon Walters enviava um memorando a Nixon. A tentativa de Walters era convencer Nixon com um argumento pesado: “*If Brazil were to be lost it would not be another Cuba. It would be another China*” (WALTERS, 1968). Ainda que Nixon e seus auxiliares mais próximos já tivessem sinalizado simpatia com o governo militar durante a campanha eleitoral, a posição de Walters era importante pois representava um contraponto às reações negativas em Washington após o AI-5. O Departamento de Estado, por exemplo, endureceu sua atuação após o AI-5 (ALMEIDA, 1969b).

O regime militar, por sua vez, ainda liderado por Costa e Silva, também se mobilizava em Washington. Em fevereiro de 1969, a ditadura indicou Mario Gibson Barboza como embaixador nos Estados Unidos, posto que estava vago desde junho de 1968. Ao apresentar suas credenciais a Nixon, em 20 de fevereiro, o diplomata entregou uma carta do presidente brasileiro para o colega americano. O documento fora preparado com cuidado, sendo que, em uma das minutas, Costa e Silva admitia que as medidas previstas no AI-5 “interrompem temporariamente o exercício de certos direitos constitucionais”, mas que seria fundamental que as nações amigas compreendessem que, tanto o seu governo, quanto a Revolução de 1964, tinham “propósitos democráticos” e só estavam tentando “evitar o agravamento de tensões internas”. A carta ponderava ainda que o regime militar brasileiro tinha consciência de sua responsabilidade de resolver problemas do hemisfério, mas que, assim como os outros países da região, temia a redução da ajuda externa de Washington. Ao citar um evento da campanha eleitoral de Nixon em Miami, Costa dizia concordar com a preocupação do novo presidente norte-americano com os níveis de endividamento dos países da América Latina e pedia ações que facilitassem a exportação de produtos da região para as nações desenvolvidas (COSTA E SILVA, 1969)¹⁷.

¹⁷ Uma versão anterior do documento também pode ser encontrada na coleção “Informações para o Senhor Presidente da República” (BRASIL, 1969a).

A preocupação de Costa e Silva com uma eventual redução da assistência financeira de Washington à América Latina e com a necessidade de expandir os mercados para os produtos da região tinha motivação histórica: segundo análise produzida pelo Itamaraty, o Partido Republicano defendia a redução das despesas governamentais, entre elas os créditos para o desenvolvimento econômico de outros países, e o estabelecimento de medidas protecionistas que impulsionassem as exportações norte-americanas (BRASIL, 1969m).

Costa e Silva não era o único líder da região incomodado com tal fato. O primeiro mensageiro latino-americano foi o então secretário-geral da OEA, Galo Plaza. Já na primeira semana de governo Nixon, Plaza foi até a Casa Branca para se reunir com o presidente e partiu dele a ideia de criar a missão Rockefeller. O anúncio ocorreria cerca de um mês depois, em 17 de fevereiro, quando Nixon fez um discurso sobre o tema, deixando claro que as viagens não seriam cerimoniais, mas sim de trabalho (NIXON, 1969b)¹⁸.

A decisão de Nixon de enviar Rockefeller à América Latina gerou expectativa na região. Após a primeira reunião entre Nixon e Galo Plaza, mas antes mesmo da Casa Branca anunciar formalmente a criação da missão Rockefeller, os governos latino-americanos passaram a se organizar para apresentar algumas reivindicações em comum a Washington.

Ao tomar conhecimento da possibilidade de realização da Missão Rockefeller, o Itamaraty passou a atuar de forma intensa em várias frentes, sendo que muitas delas estão documentadas na coleção “Informações ao Senhor Presidente da República”. A primeira delas foi a de tentar liderar os países latino-americanos na consolidação das mensagens que seriam passadas a Rockefeller e indicar quais os fóruns adequados para essa discussão interna antes das viagens do representante americano (BRASIL, 1969c).

A partir do momento em que a CECLA (Comissão Especial de Coordenação Latino-Americana) foi definida como o âmbito de discussões latino-americanas, o governo brasileiro alinhou a realização de uma reunião no Chile entre 31 de março e 12 de abril de 1969 (BRASIL, 1969g). Ao final, a reunião da CECLA ocorreu em maio e o seu resultado ficou conhecido como o “Consenso de Viña del Mar”, de 17 de maio de 1969. As recomendações da CECLA eram divididas em seis áreas (comércio, transportes,

¹⁸ O presidente Costa e Silva também recebeu um documento com a tradução de toda a fala do presidente norte-americano, disponível na coleção “Informações para o Senhor Presidente da República” (BRASIL, 1969e).

investimentos, desenvolvimento social, cooperação técnica e desenvolvimento científico e tecnológico) e foram entregues a Nixon na Casa Branca em junho de 1969¹⁹.

Outra ação do Itamaraty relacionada à missão Rockefeller foi a de tentar ajudar Washington a organizar as viagens. No caso do Peru, por exemplo, o regime brasileiro atuou para tentar aproximar os países e evitar o cancelamento da viagem de Rockefeller ao país. A relação entre Washington e Lima vivia um momento delicado desde a chegada do militar Juan Velasco Alvarado ao poder no Peru, ocorrida em outubro de 1968. Em abril de 1969, tal mudança de regime completaria 6 meses, prazo previsto para o acionamento da emenda Hickenlooper, que colocaria uma série de restrições comerciais ao novo regime peruano devido à nacionalização da petrolífera IPC (International Petroleum Company). Ou seja, ainda que a mudança de regime tenha ocorrido sob Johnson, a decisão sobre eventuais punições recaiu sobre Nixon (BRASIL, 1969b)²⁰. Para evitar constrangimentos aos dois governos, o Itamaraty costurou com êxito o adiamento da reunião da CECLA no Chile, inicialmente prevista para março, devido às negociações entre o Peru e os Estados Unidos referentes à IPC, o que foi bem-visto por ambos os atores, chegando a ser pauta de reportagem positiva ao regime no jornal “The New York Times” (BRASIL, 1969i). O Brasil também buscou atuar como intermediador do conflito, levando à Casa Branca algumas posições de Lima, como a de que o conflito deveria se limitar à empresa e ao governo peruano e que outros países latino-americanos já haviam sinalizado estar ao lado do Peru, como a própria Argentina de Juan Carlos Onganía (BRASIL, 1969f). Ainda que os dois lados tenham elogiado essa tentativa de intermediação, o governador republicano não foi a Lima (BARBOZA, 1969b). Vale destacar que, conforme destacado pelo Itamaraty, Rockefeller era um dos principais acionistas da Standard Oil of New Jersey, companhia da qual a IPC era subsidiária, o que pode ter influenciado a tomada de decisão em Washington e Lima (BRASIL, 1969b). Ao final, o governo Nixon decidiu estender o prazo da emenda Hickenlooper até agosto, mas, mesmo com a agenda da visita de Rockefeller planejada, o presidente peruano recuou, declarando que a missão não era bem-vinda em seu país (BROWNE, 1969).

¹⁹ A íntegra das recomendações da CECLA pode ser consultada em: <https://forointernacional.colmex.mx/index.php/fi/article/view/486/476>. Sobre a entrega ao presidente norte-americano, há detalhes em Nixon Library, White House Central Files, Subject Files, Box 7. O SNI também compilou as recomendações da CECLA, em documento que chegou a ser entregue a Rockefeller e será citado no decorrer desta seção.

²⁰ O assunto também foi discutido em Washington, com documentos em Nixon Library, HAK Office Files, box 6.

Ao tentar contribuir com a missão Rockefeller, Gibson se aproximou do governador republicano. Em 15 de março de 1969, o então embaixador do Brasil em Washington se reuniu com o emissário do governo Nixon na própria casa de Rockefeller, quando questionou se o Brasil poderia ser um dos primeiros países a ser visitado, o que foi negado, pois, segundo Rockefeller, a missão perderia impulso se visitasse o maior país logo no início (BRASIL, 1969j). Outro pedido de Gibson não atendido por Washington era que a missão passasse pelo Nordeste (BARBOZA, 1969c).

Enquanto tentava contribuir com a missão Rockefeller, Gibson também aproveitava essa relação em busca de desobstruir o envio de assistência de Washington para o Brasil, pedindo que Rockefeller atuasse em favor do regime militar (FRIELE, 1969). O tema era considerado uma prioridade para Gibson em suas primeiras semanas em Washington, sendo objeto de visitas de trabalho a representantes da Casa Branca e do Poder Legislativo norte-americano (BARBOZA, 1969a). Ainda que as fontes primárias não mostrem o papel de Rockefeller neste processo, o fato é que, em março de 1969, o governo Nixon liberou US\$ 50 milhões que Johnson havia segurado desde o AI-5 (SPEKTOR, 2009).

Internamente, o Ministério das Relações Exteriores argumentava que a passagem da missão Rockefeller pelo Brasil era uma oportunidade de mostrar a Washington os verdadeiros motivos do endurecimento do regime e como isso poderia ser do interesse do governo norte-americano. A visita do governador republicano também era vista como um momento não apenas de revisão da política econômica da potência capitalista para a região, mas de discussão de todos os princípios que baseavam essa relação. O Itamaraty também destacava o grande prestígio político de que gozava Rockefeller, argumentando que o regime militar deveria aproveitar isso buscando que ele atuasse em favor de certas demandas brasileiras em Washington, como o fornecimento de equipamentos militares para a modernização das Forças Armadas (BRASIL, 1969l; BRASIL, 1969m).

A missão de Rockefeller pela América Latina começou em maio de 1969, sendo que a visita ao Brasil inaugurou a terceira série de viagens. Em cada viagem, havia uma comitiva de 20 a 25 membros, que, separadamente, conseguiam conversar com 100 a 200 pessoas em cada um dos países que deveriam ser visitados²¹.

²¹ Dos países da região, apenas Canadá, Cuba e os próprios Estados Unidos não estavam na lista para serem visitados. Dos restantes, apenas Peru, Chile e Venezuela não receberam a missão por motivos diferentes. Para a lista das viagens, ver o anexo de cronologia deste trabalho.

A peça documental mais relevante sobre a visita ao Brasil são as notas pessoais de Nelson Rockefeller dos dois encontros a sós com Costa e Silva em junho de 1969 (ROCKEFELLER, 1969b). Costa buscou argumentar a Rockefeller que o regime militar brasileiro estava fazendo de tudo para combater o comunismo não apenas dentro do seu território, mas também nos vizinhos sul-americanos. O Uruguai foi o país mais citado no encontro como aquele que vinha recebendo apoio brasileiro. Após visita do presidente uruguaio, Jorge Pacheco Areco, ao Brasil, Costa passou a comprar volumes maiores de lã, trigo e carne, mesmo sem necessidade, apenas, segundo ele, para ajudar o Uruguai a afastar o risco de comunismo, ainda que tal movimento tenha sido criticado internamente, principalmente pelos produtores nacionais de tais artigos.

Outro país citado por Costa foi o Paraguai. Segundo o militar brasileiro, seu governo estava trabalhando muito próximo do Paraguai de Alfredo Stroessner, que havia chegado ao poder por meio de golpe militar em 1954. Entre as iniciativas conjuntas estavam o oferecimento de um porto “gratuito” e a construção de uma estrada em território paraguaio para facilitar o escoamento de produtos até essa região litorânea, além da venda de café brasileiro a custo baixo, o que fazia o Paraguai obter lucros substanciais com a revenda no mercado internacional.

O último ponto abordado no primeiro encontro seria uma lista de necessidades militares brasileiras apresentadas por Costa, que ajudariam o país no combate ao comunismo interno. Ainda que a fonte primária não detalhe quais os equipamentos requisitados, o presidente lamentou que os tanques brasileiros fossem de 1942 e fez comparações entre as frotas de aviões militares de Brasil, Argentina e Chile, pontuando que estes dois países dispunham de maior quantidade, apesar de terem populações bem menores. Segundo Costa, Johnson havia prometido vender aviões militares ao Brasil, o que não se concretizou, e, naquele momento, França e Inglaterra tinham interesse na negociação.

Rockefeller, por sua vez, teve a oportunidade de falar mais apenas no segundo encontro. Na ocasião, o representante norte-americano fez ponderações sobre as liberdades individuais no Brasil, indicando quatro elementos que estavam impedindo os EUA de fornecer mais assistência ao governo brasileiro: fechamento do Congresso; suspensão de direitos individuais; censura à imprensa; e “*rough tactics*” do regime, fazendo referência a tortura e maus tratos. Segundo ele, tais pontos vinham sendo abordados pela imprensa e pelo Congresso norte-americanos, dificultando as ações de Washington.

O presidente brasileiro respondeu que entendia a situação da Casa Branca, agradeceu a Rockefeller pela franqueza de seus comentários e passou a explicar alguns pontos específicos citados. Em relação ao AI-5, Costa e Silva ponderou que a medida de exceção precisaria continuar em vigor por mais tempo, mas que o regime brasileiro já se organizava para retornar à democracia. Entre as ações citadas por Costa para seguir neste caminho estavam a reorganização dos partidos políticos, a elaboração de uma nova Constituição e a realização de eleições no ano seguinte, em 1970, para o Congresso, os governos estaduais e as prefeituras. Além disso, Costa e Silva se comprometeu a não ficar no cargo para além do que já estava definido para ser o seu mandato, argumentando que também haveria eleições para definir seu sucessor, ainda que o próprio Rockefeller indicasse que isso ocorreria no Congresso, por meio de pleito indireto. Para reforçar o seu comprometimento com as medidas supostamente democráticas, Costa e Silva chegou a enviar uma carta a Nixon por meio da Missão Rockefeller, tendo sido o primeiro chefe de Estado a realizar tal iniciativa (BELTON, 1969).

Costa e Silva também prometeu a reabertura do Congresso em dois meses. No entanto, quando este prazo estava próximo de ser vencido, o presidente brasileiro sofreu a trombose cerebral que o afastou do cargo, em agosto de 1969, comprometendo parte de suas promessas. No caso do Congresso, ele seria reaberto apenas em outubro de 1969, para homologar o nome de Médici para a Presidência da República. Durante o governo Médici, o Congresso ficaria aberto, mas com poderes reduzidos e com o presidente tendo sempre a possibilidade de fechá-lo, conforme estava previsto no AI-5 (DIAS, 2023).

Além das questões políticas e de assistência militar, os encontros entre Costa e Silva e Rockefeller também envolveram temas econômicos. O presidente brasileiro argumentou que, após o regime ter conseguido estabilizar a inflação em seus primeiros anos, precisaria agora melhorar a qualidade de vida da população para, com isso, expandir o seu mercado interno. Em termos de comércio exterior, Costa e Silva disse confiar nos Estados Unidos para facilitar o acesso dos produtos dos países subdesenvolvidos aos mercados mais ricos, chegando a citar o caso do café como exemplo. O argumento de Costa e Silva sobre comércio exterior, considerado um dos pilares de sua política externa, também é reforçado em um relatório secreto produzido pelo SNI e entregue à missão Rockefeller por um representante do regime brasileiro²².

²² Sobre a discussão do desequilíbrio do comércio global ser um pilar da política externa de Costa e Silva, ver Pinheiro, 2004.

O documento do SNI ecoou dentro da missão Rockefeller, que providenciou a tradução da íntegra das 45 páginas do relatório. A partir do momento em que Médici ganhava força como possível sucessor de Costa e Silva, o material também passava a ter maior relevância, por ter sido preparado pelo grupo que assumiria o país, já que Médici era chefe do SNI até então. O conteúdo era favorável ao governo Nixon, uma vez que fazia críticas à Aliança para o Progresso, desde a sua criação, quando não teria ficado claro se o valor prometido de US\$1 bilhão por ano à região seria algo novo ou apenas o mesmo montante anterior, então repaginado sob novo nome. O relatório também era crítico em relação aos resultados da Aliança para o Progresso, por não ter sido atingido o objetivo de crescimento da renda per capita da região de 2,5% ao ano e pelos juros cobrados aos países latino-americanos. O SNI ainda analisou discursos de Nixon como candidato, pontuando que o início de seu governo e a realização da missão Rockefeller eram oportunidades para que o Brasil liderasse um movimento por um maior equilíbrio do comércio mundial, pois “só o presidente do Brasil tem condições favoráveis para apresentar essa doutrina conciliatória” entre países desenvolvidos e em desenvolvimento (SNI, 1969).

2.2 O relatório final da Missão Rockefeller e as discussões no governo Nixon para a consolidação da nova política para a América Latina

A missão Rockefeller não foi a única iniciativa lançada no início do governo Nixon para moldar a sua política para a América Latina. Enquanto aguardavam a série de quatro viagens do governador de Nova York pela região, bem como o seu respectivo relatório, Nixon e sua equipe já discutiam materiais recebidos da gestão anterior e do NSC (Conselho de Segurança Nacional, na sigla em inglês).

O NSC foi um organismo que ganhou força sob Nixon e teve papel central na formulação de uma nova política para a América Latina. Entre 1969 e 1971, a estrutura do NSC passou de 11 para 150 funcionários, tornando-se o centro operacional da política externa de Washington (SPEKTOR, 2009).

Ao solicitarem um estudo que revisasse a política norte-americana para a América Latina, Nixon e Kissinger pediram foco em cinco segmentos: 1) A postura dos EUA em relação à política interna dos países latino-americanos, especialmente golpes de Estado; 2) O propósito dos programas de assistência militar na América Latina à luz das necessidades de segurança regionais e dos interesses e objetivos de segurança dos EUA;

3) A estratégia de assistência ao desenvolvimento, a Aliança para o Progresso e o papel dos EUA; 4) A integração econômica regional e a política comercial e de investimento na região; e 5) O papel da OEA e de outros organismos multilaterais (KISSINGER, 1969b)²³.

O resultado desse pedido, o NSSM 15 (National Security Study Memorandum), apontava a necessidade de mudanças em todas essas cinco áreas. O documento indicou que a confiança em governos civis e democráticos na região havia reduzido, o que, combinado com um crescente nacionalismo, muitas vezes ganhava um caráter anti-EUA, gerando um risco para a segurança norte-americana no hemisfério. Além disso, o NSSM 15 também reforçava algumas críticas feitas por Costa e Silva a Rockefeller: de que os países da região estavam insatisfeitos com a dificuldade em exportar seus produtos aos mercados desenvolvidos, algo que Washington já havia prometido ajudar, sem sucesso. A principal ferramenta de atuação da Casa Branca na região era a assistência econômica que, ainda assim, precisaria de mudanças para aumentar seu impacto. Sobre a OEA, o documento avaliava que seu potencial era incerto, mas que ao menos o novo secretário-geral parecia ter liderança mais forte que os antecessores (UNITED STATES, 1969c).

Tal documento, porém, foi apenas parte de um longo processo de tomada de decisão e implementação da nova política, que se encerrou apenas em outubro de 1969²⁴. Rockefeller e sua equipe entregaram o relatório em 30 de agosto de 1969. A partir daí, o material foi analisado e discutido internamente pela equipe de Nixon por cerca de 2 meses²⁵.

A versão final do relatório de Rockefeller é composta por cinco capítulos, além de um preâmbulo e uma carta ao presidente Nixon, esquematizados da seguinte maneira: no primeiro capítulo, Rockefeller e sua equipe defendem o que chamaram de relacionamento especial entre Washington e os demais países da América Latina, listando 13 pontos que eles consideraram os principais aspectos a serem endereçados em uma “era de mudanças”²⁶. No segundo capítulo, faz-se uma discussão sobre os objetivos e os

²³ O mesmo documento pode ser encontrado na Nixon Library, caixa H-040.

²⁴ Apenas nos dez primeiros meses de 1969, há ao menos cinco grupos de fontes primárias que analisam a região: Documentos do período da transição, o NSSM 15, a reunião do NSC sobre América Latina, de 9 de julho de 1969, o relatório Rockefeller e a segunda reunião do NSC Meeting sobre América Latina, de 15 de outubro de 1969.

²⁵ No dia 29 de setembro, Rockefeller escreve a Costa e Silva, já afastado, dizendo que havia apresentado o relatório, que estava em análises internas do governo Nixon.

²⁶ Nos arquivos norte-americanos, há diferentes versões do relatório da missão Rockefeller. As citações desta tese são baseadas na versão encontrada na Nixon Library, Box H-024, a mesma que foi discutida na reunião do NSC de outubro de 1969, citada no decorrer deste capítulo.

interesses norte-americanos em relação à região. Em seguida, no terceiro, há um detalhamento dos organismos multilaterais da região, bem como da estrutura interna da Casa Branca para lidar esses países. No quarto, Rockefeller aponta possíveis políticas para uma série de áreas, não só em geral, como economia e política, mas também mais específicas, como agricultura, saúde, comunicações, mulheres, trabalho, educação, ciência e cultura. Por fim, o quinto capítulo é uma conclusão dos principais pontos do relatório (ROCKEFELLER, 1969e)²⁷.

Enviado à América Latina com a recomendação de ouvir os líderes locais, Rockefeller deixou claro tal objetivo no documento final de sua missão. Isso porque o conteúdo do relatório e suas conclusões apresentaram os principais argumentos que eram defendidos pelos próprios países latino-americanos. Os dois pontos mais relevantes do material são o conceito de “relação especial” entre Washington e a região e o foco na melhoria de vida da população, como o próprio nome do relatório, “Quality of Life in the Americas”, já deixa claro.

Já na carta de abertura do relatório, destinada a Nixon, Rockefeller argumentou que os latino-americanos estavam desiludidos com Washington devido à lentidão para a melhoria da qualidade de vida da região e que, sem uma nova política, a Casa Branca teria que enfrentar uma conjuntura com esses países menos dispostos a trabalhar com a superpotência capitalista, uma vez que havia um crescente nacionalismo na região que colocava os Estados Unidos como alvo. Em outras palavras, Rockefeller responsabilizava o suposto fracasso da Aliança para o Progresso para alcançar as expectativas da América Latina. Rockefeller também argumentou que Washington permitiu a deterioração da relação especial que tinha com a região por meio, por exemplo, de políticas comerciais que só beneficiavam a potência, em detrimento de seus vizinhos. A atitude paternalista de Washington também foi criticada, indicando essa característica na busca por intervir em assuntos internos de outros países (ROCKEFELLER, 1969e, p.5-6).

Os cinco tópicos mencionados por Nixon como necessidade de estudo para a sua nova política para a região são discutidos no relatório. Em relação à política interna dos países latino-americanos, o relatório reforçou o argumento de que a pobreza poderia impulsionar a entrada do comunismo. Segundo Rockefeller, ainda que a democracia fosse inegavelmente o melhor modelo político do mundo naquele momento histórico, muitos países da região tinham culturas que privilegiavam o autoritarismo, considerando-o uma

²⁷ A íntegra do sumário do relatório pode ser encontrada no final deste trabalho (ANEXO B).

saída para resolver dilemas sociais e de organização interna. Na previsão para os 10 anos seguintes, a tendência era a de que militares assumissem mais governos na América Latina. Dessa forma, Washington deveria ser mais pragmático e conviver com tal realidade, mantendo relações diplomáticas sem tentar interferir nas políticas internas de cada nação e visando o estabelecimento da democracia apenas no longo prazo (ROCKEFELLER, 1969e, p.45-47).

Sobre o segundo ponto, a assistência militar para a região e as necessidades para garantir a segurança de Washington, o relatório indicou que alguns países latino-americanos não entendiam os motivos para que os EUA se recusassem a vender equipamentos militares para lidar com a subversão. O então governador de Nova York também fez uma análise das mudanças nas Forças Armadas da região, apontando que jovens pobres estavam assumindo cada vez mais cargos de liderança, uma vez que os mais ricos demonstravam menos interesse nestas funções devido ao crescimento urbano e as oportunidades nas cidades. Rockefeller ponderou ainda que os militares poderiam confundir autoritarismo com repressão das liberdades individuais e que governos militares podem adotar qualquer viés ideológico, mas que os treinamentos nos EUA e no Panamá ajudavam a reforçar ideário pró-Occidente. Neste tópico, Rockefeller fez uma defesa da venda de armamentos e dos militares latino-americanos, pedindo aumento do investimento em treinamento com os militares dos EUA, mas reduzindo as missões permanentes na região (ROCKEFELLER, 1969e, p.49-54).

No que se refere à estratégia de aplicação da assistência para o desenvolvimento, Rockefeller reconheceu a realização de alguns avanços na região como consequência da Aliança para o Progresso. No entanto, segundo o documento, desde o seu lançamento, a Aliança para o Progresso teria gerado expectativas fora da realidade. Além disso, Rockefeller argumentou que os países da região deveriam ter maior liberdade para usar os recursos de assistência vindos de Washington ou de qualquer outra fonte, pois estariam preparados para tal responsabilidade. Dessa forma, o governo Nixon daria uma sinalização concreta de que buscava estabelecer uma relação de parceria mais simétrica com a região, sem tantas interferências ou traços paternalistas, expressão usada no relatório.

A política comercial e de investimentos de Washington para a América Latina foi um dos tópicos mais abordados no relatório Rockefeller. O governador republicano reforçou as críticas dos líderes latino-americanos por uma abertura maior do mercado norte-americano e das nações desenvolvidas para os produtos da região. Segundo

Rockefeller, tal medida ajudaria a acelerar o crescimento econômico latino-americano e também a financiar as importações necessárias para um desenvolvimento mais rápido e sustentável. O texto pedia redução de tarifas e acordos regionais com o objetivo de dobrar o comércio entre Estados Unidos e a região até 1976 (ROCKEFELLER, 1969e, p.57-66).

Por fim, ao criticar o caráter paternalista na relação entre Washington e a América Latina até então, Rockefeller argumentou que o governo Nixon deveria compartilhar mais a responsabilidade pelo desenvolvimento com os países da região, inclusive via organizações multilaterais. Uma das principais recomendações do relatório era a implementação de mudanças nesta estrutura multilateral, mostrando uma relevância maior da América Latina na política externa norte-americana.

Em linhas gerais, o conteúdo do relatório Rockefeller era semelhante aos estudos anteriores feitos pela burocracia da Casa Branca²⁸. Uma das críticas internas, porém, era a de que o relatório havia sido feito sem pensar no restante do mundo, como em um vácuo. Isso porque as medidas que Rockefeller solicitava em benefício dos países latino-americanos também teriam impacto direto no comércio com outros países e regiões do mundo, por exemplo (UNITED STATES, 1969a).

Um outro ponto em que o relatório se diferenciava dos demais estudos era em relação à suposta ameaça comunista por meio de ações do governo cubano. Em 9 de outubro de 1969, em reunião de preparação para o encontro que contaria com a presença de Nixon seis dias depois, o general Unger ressaltou que, enquanto o NSSM-15 via o nacionalismo como o maior risco para os Estados Unidos na região, colocando o comunismo apenas como um potencial problema de longo prazo, o relatório de Rockefeller argumentava que o comunismo era a ameaça real naquele momento (UNITED STATES, 1969a). De fato, Rockefeller argumentou que Fidel Castro vinha recrutando e oferecendo treinamento em Cuba para guerrilheiros de todos os países da região, mas ponderava que os governos vinham desenvolvendo práticas para anular essa iniciativa. Ainda que a URSS estivesse investindo US\$300 milhões por ano em Cuba, as guerrilhas impulsionadas por Havana, que tinham a parte agrária como componente central, começavam a perder espaço para o tipo urbano de guerrilhas, que promoviam

²⁸ Além dos temas analisados neste capítulo, o relatório da Missão Rockefeller também aborda outros aspectos das sociedades latino-americanas, como o aumento do protagonismo feminino, o papel da Igreja Católica, a crescente desigualdade da região, a falta de acesso às evoluções científicas e o aumento exponencial da população do continente (ROCKEFELLER, 1969e).

atentados nas cidades, dificultando a reação dos governos (ROCKEFELLER, 1969e, p.20-21).

Na reunião, Kissinger minimizou a divergência, indicando que ela era mais teórica do que em termos das recomendações práticas, mas solicitou um novo estudo para a CIA sobre o tema, que será discutido no próximo capítulo. Unger também discordou da sugestão de Rockefeller de encerrar as missões militares permanentes na região, lembrando da importância dos contatos presenciais com as Forças Armadas de cada país (UNITED STATES, 1969a).

A reunião do NSC com a presença de Nixon, em que o resumo de todos os estudos e os cinco itens propostos foram debatidos, ocorreu em 15 de outubro de 1969. O objetivo era, enfim, definir as principais políticas do mandato para a América Latina, que seriam anunciadas em discurso de Nixon em 31 de outubro, durante evento da Associação Interamericana de Imprensa.

Enquanto Rockefeller tinha exposto desde o princípio a sua intenção de publicar o relatório na íntegra, o que pode ter levado o republicano a querer agradar os latino-americanos com o conteúdo de seu material, a reunião do NSC teve tom distinto²⁹. O presidente deixou claro que o lançamento da nova política precisava ter impacto psicológico, com os latino-americanos vendo algum simbolismo ou movimento real por parte da Casa Branca, ainda que isso significasse assumir riscos políticos com o Congresso. Nixon, porém, também demonstrou certo preconceito com os latino-americanos ao dizer que eles “sabem que não são especiais” e que “não tinham competência” para gerir o dinheiro enviado por Washington em forma de assistência, sendo necessário cuidado para não enviar recursos para o ralo (UNITED STATES, 1969b).

Ao final da reunião, as decisões foram semelhantes ao que o representante do NSC Viron Vaky argumentara a Kissinger alguns dias antes. Em cada tópico, foi definida determinada diretriz: a) Político/diplomático: adotar um mecanismo de reconhecimento de governos mais automático, fortalecendo o Sistema Inter-Americano; b) Segurança/militar: adotar recomendação de Rockefeller e aumentar fornecimento de equipamentos para segurança interna dos países latino-americanos, tentando eliminar a

²⁹ Além do relatório publicado, Rockefeller também entregou análises detalhadas por país visitado, com centenas de páginas em cada uma. Parte delas está disponível em Nixon Library: White House Central Files: Subject Files; Box 7 (South America). A íntegra está disponível no RAC, Nelson A. Rockefeller, Personal, Series O, Record group III 4 O, Box 135.

legislação que dificultava essa iniciativa; c) Comércio: dar tratamento preferencial aos países da região, se necessário; d) Investimento privado: incentivar investimentos de empresários da região e também de empresas privadas norte-americanas. Além disso, a Casa Branca deveria reduzir o envolvimento na proteção dos investimentos privados norte-americanos nestes países (eliminar emenda Hickenlooper era um dos objetivos); e) Assistência para desenvolvimento: fortalecer assistência e organismos multilaterais, dividindo responsabilidades com países locais, conforme recomendação de Rockefeller (VAKY, 1969). Além disso, o governo Nixon também se preocupava com os sinais dados à região e, por isso, aumentou a importância do setor que cuidava de América Latina na Casa Branca.

Em suma, as diretrizes da nova política de Nixon para a América Latina agradavam aos militares latino-americanos, uma vez que reduziam a pressão por governos democráticos, buscavam facilitar o envio de equipamentos militares à região e contemplavam os pedidos por dar preferência aos produtos desses países. Do lado norte-americano, tais objetivos também estavam de acordo com as proposições de Kissinger e Nixon, pois davam maior autonomia para a região, reduzindo o protagonismo norte-americano e compartilhando responsabilidades.

Dentro da Casa Branca, os principais formuladores da política externa não tinham dúvidas que uma das principais causas de atrito com os latino-americanos, principalmente os países maiores, era a restrição para a venda de equipamentos militares, que ajudariam no combate à subversão e substituiriam peças antigas. O Congresso, porém, não via tal ajuda como indispensável para o desenvolvimento da região, com os senadores democratas Frank Church e James William Fulbright liderando as discussões pela restrição na venda de armas (BRASIL, 1969q). Tal debate entre o Executivo e Legislativo norte-americanos permeou a relação com a América Latina durante todo o período Nixon.

O lançamento da nova política norte-americana para a América Latina ocorreu no discurso de Nixon de 31 de outubro (NIXON, 1969a). Na ocasião, o presidente não apenas mencionou o relatório da missão Rockefeller, que seria divulgado em 10 dias, mas também reproduziu alguns de seus objetivos e recomendações. Nem todos os detalhes estavam fechados: o possível esvaziamento das missões militares permanentes, por exemplo, sugerido por Rockefeller, ainda seria melhor analisado e a burocracia ainda estava alinhando outros pontos para serem anunciados com o relatório.

O relatório final da missão Rockefeller foi divulgado em 10 de novembro de 1969, em uma cerimônia que contou com outro discurso de Nixon (NIXON, 1969c). Os dois

eventos marcaram o fim do processo de elaboração da política do novo governo republicano para a América Latina. Enquanto isso, no Brasil, o regime militar terminava o turbulento processo de sucessão de Costa e Silva.

2.3 A posse de Médici e a conjuntura brasileira

A posse de Médici ocorreu em 30 de outubro de 1969, depois de uma transição inesperada devido à doença de Costa e Silva³⁰. O terceiro presidente do regime militar já havia trabalhado por anos com seu antecessor, tendo sido Costa e Silva o responsável por indicar Médici como adido militar em Washington após o golpe de 1964 e, posteriormente, chefe do SNI (DIAS, 2023). Tido como um dos principais conselheiros de Costa e Silva, Médici manteve 7 ministros do gabinete anterior, conforme exposto na introdução.

Considerado um presidente centralizador, Médici organizou a tomada de decisão de seu governo em 3 áreas, segundo a literatura: política, econômica e militar. A política era de responsabilidade do chefe da Casa Civil, João Leitão de Abreu; a econômica era liderada pelo ministro da Fazenda, Delfim Netto; e a militar era centralizada no ministro do Exército, Orlando Geisel (SKIDMORE, 1988; PINHEIRO, 2004; RAMOS LUIZ, 2012).

Além dos três, o presidente também dispunha de um pequeno grupo de assessores de sua confiança, composto pelos generais Carlos Alberto Fontoura, chefe do SNI, e João Batista Figueiredo, então na chefia do gabinete militar e que depois se tornaria presidente em 1979, e o coronel Miguel Pereira Manso Neto (DIAS, 2023). Manso Neto era um antigo homem de confiança de Médici. Quando era adido militar em Washington, Médici pediu que Manso Neto fosse seu adjunto (MÉDICI, 1964). Manso Neto foi personagem central na preparação da viagem de Médici a Washington, em dezembro de 1971. Na ocasião, chegou a ser indicado como representante brasileiro do “canal especial” criado entre Nixon e Médici, mas tal posição não durou muito tempo³¹.

Se o governo em geral apresentava traços de continuidade com o período Costa e Silva, na política externa Médici buscou um novo chanceler. O escolhido foi Mário

³⁰ O processo de escolha de Médici e as divergências internas nas Forças Armadas durante esse período de transição são descritos em Chirio (2012) e Martins Filho (1995).

³¹ Em janeiro de 1972, Manso Neto é acusado de fazer parte de um grupo de desestabilização do governo Médici, que se aproveitava da proximidade do militar com o presidente para influenciar na tomada de decisões. Alguns meses depois, Manso Neto foi nomeado como adido militar na embaixada brasileira na Suíça (MANSO NETO, 1972).

Gibson Barboza, que deixou embaixada em Washington para se tornar ministro das Relações Exteriores. Com ele, o regime militar seguiu sendo um importante ator na manutenção das sanções contra Cuba na OEA (SCOWCROFT, 1973).

Os dois principais pontos do período Médici, conforme apontado na introdução deste trabalho, foram o crescimento econômico e o ápice da repressão aos opositores. Ambos os tópicos eram intensamente discutidos em Washington. Na questão financeira, Delfim Netto era um dos poucos rostos civis no regime militar, com visitas frequentes à capital norte-americana.

Em relação ao segundo ponto, o governo Nixon tinha ciência das ações repressivas praticadas no Brasil. Em documento recentemente desclassificado, o diretor da CIA informava Kissinger sobre a execução de ao menos 104 pessoas pelo aparelho estatal durante o período Médici (COLBY, 1974).

O combate aos chamados subversivos, porém, não se limitou ao território nacional. Em 1966, ainda durante o governo Castello Branco, o regime militar brasileiro criou o CIEX (Centro de Informações do Exterior). Depois de quase quatro décadas em que todos os envolvidos negavam a existência desse órgão, o relatório final da CNV (Comissão Nacional da Verdade), de 2014, destrinchou as funções do CIEX e disponibilizou mais de 8 mil documentos produzidos por esse organismo entre 1966 e 1985. O CIEX era uma “estrutura clandestina” que atuava tanto na vigilância dos brasileiros fora do país, como na produção de informações visando subsidiar o SNI e os órgãos de inteligência das Forças Armadas e da Polícia Federal. Além disso, o CIEX também era responsável pela interlocução com os serviços de inteligência estrangeiros (BRASIL, 2014).

Ao monitorar milhares de brasileiros no exterior, a documentação deixada pelo CIEX também escancara o caráter transnacional desses exilados, que se apoiavam mutuamente em termos financeiros, de moradia, de integração ao novo país. A repressão dos governos sul-americanos, por sua vez, também passou a responder de forma coletiva. Durante o governo Médici, desenvolvia-se o embrião do que futuramente seria chamado de Operação Condor.

A partir de 1970, o CIEX identificou a participação de outros atores governamentais, além de Havana, no suporte a guerrilhas e movimentos de desestabilização ao regime militar brasileiro. Os principais envolvidos seriam os governos de Torres, na Bolívia, e Allende, no Chile, temas que serão discutidos no próximo capítulo desta tese.

Dentro do Brasil, o regime vivia um momento de enfrentamento com os grupos guerrilheiros. Desde o período da junta militar que governou entre Costa e Médici, uma série de sequestros de diplomatas passou a ser realizada. Após intensos debates entre a cúpula do regime militar sobre a conveniência de aceitar as reivindicações dos grupos considerados subversivos, como a publicação de manifestos por veículos de imprensa e a soltura de dezenas de presos políticos, os primeiros pedidos foram atendidos. No entanto, durante o governo Médici, foi adotada uma posição mais dura nas negociações com subversivos, principalmente no sequestro do embaixador suíço, Giovanni Bucher, em 7 de dezembro de 1970, o que foi percebido pela CIA (CIA, 1971b).

Em meio a esse contexto repressivo, uma das preocupações do período Médici foi a busca por melhorar a imagem do regime. Internamente, a AERP, chefiada pelo coronel Otávio Costa, desenvolvia as famosas campanhas que tinham slogans como “Brasil, ame-o ou deixe-o”. Na política externa, Gibson também tinha a missão de melhorar a imagem do Brasil no exterior. Enquanto no Brasil a imprensa permanecia sob censura, no exterior o regime era pauta de reportagens sobre as violações de direitos humanos, com denúncias de torturas e desaparecimentos (DIAS, 2023). Em maio de 1970, por exemplo, o chanceler informou ao presidente sobre uma operação para valorizar os bons resultados econômicos do regime, com a presença do ministro Velloso no exterior (BRASIL, 1970c). Até mesmo a iniciativa privada contribuiu para a veiculação de vídeos em favor do regime no exterior, como na Alemanha (BRASIL, 1971d; BRASIL, 1971g). O SNI também colaborava com o Itamaraty neste processo, com a DSI enviando notícias de todos os países para o órgão de inteligência compilar relatórios mensais (SNI, 1971).

O trabalho da imagem em relação ao regime brasileiro foi tão bem-sucedido que gerou o interesse de outros países em reproduzir parte das suas ações, conforme veremos no próximo tópico.

2.4 O modelo do regime brasileiro como exemplo para a Argentina

Ao chegarem à posição de presidentes, Médici e Nixon encontraram Juan Carlos Onganía como homólogo na Argentina. O militar assumira o poder em junho de 1966, depois de um golpe de Estado contra o presidente Arturo Umberto Illia, no que passou a ser conhecido como o início da “Revolução Argentina”, período que iria até 1973 e também incluiria os mandatos de Roberto Marcelo Levingston (junho de 1970 a março de 1971) e Alejandro Agustín Lanusse (março de 1971 a maio de 1973).

Para além da oscilação entre cooperação e disputa no relacionamento entre Brasil e Argentina, elemento amplamente abordado pela literatura, vale destacar, para os fins deste trabalho, uma característica crucial encontrada na documentação sobre tal período. Às vésperas da mudança de regime de junho de 1966 e também durante os anos seguintes em que os militares estiveram no poder na Argentina, parte das Forças Armadas locais via o regime brasileiro como exemplo. No entanto, o argumento desta tese é que tal movimento ocorreu sem intenção, por parte dos brasileiros, de exportar quaisquer de suas práticas. Aliás, mesmo com regimes e líderes de ideologia similares, os dois países mantiveram relação baseada em um formalismo, na qual declarações positivas de ambos os lados não eram capazes de aquecer ou aproximar os vizinhos, segundo o próprio Itamaraty (BRASIL, 1970a).

Dois dos motivos para isso foram a divergência em torno da utilização das águas da Bacia do Prata e um incidente diplomático na visita de Lanusse ao Brasil, em março de 1972. No restante deste capítulo, apresentamos as evidências coletadas sobre a difusão do modelo brasileiro para a Argentina.

Pouco antes da queda de Illia, representantes do governo Johnson eram procurados em busca de apoio ao futuro regime. Um dos argumentos mais repetidos pelos argentinos era a intenção das Forças Armadas locais de criar um governo semelhante ao de Castello Branco no Brasil, contra o comunismo, a corrupção, a ineficiência da máquina pública, a inflação e com uma política externa totalmente em apoio aos países ocidentais. O embaixador norte-americano em Buenos Aires também relatou que os argentinos acompanharam de perto o aumento da assistência do governo Johnson para Brasília após o golpe de 1964 e o entusiasmo da iniciativa privada em Washington com o novo regime na América do Sul (MARTIN, 1966).

Além desse ponto, Onganía também havia ido ao Brasil antes de assumir a presidência. Ainda que o militar argentino tenha negado a discussão de possíveis ações conjuntas em caso de vitória da esquerda no Uruguai, tal visita deixou claro o desenvolvimento de laços entre as Forças Armadas e os regimes dos dois países (CIA, 1966b).

De fato, ao assumir o poder, Onganía nomeou um gabinete composto, em sua maioria, por civis. Nenhum militar na ativa ocupou cargo neste primeiro gabinete, apenas retirados. Outras possíveis semelhanças entre Castello Branco e Onganía, de acordo com relato da embaixada norte-americana em Buenos Aires, foram a manutenção da liberdade

de imprensa e um baixo nível de intervenção no Poder Judiciário após os primeiros dias do governo (MARTIN, 1967).

Por outro lado, os militares argentinos também indicavam pontos do regime brasileiro que não seriam reproduzidos, como a suposta austeridade excessiva ou a criação de um novo partido pelo próprio governo. Além disso, os primeiros meses do governo Onganía também apresentaram medidas mais semelhantes ao AI-5, como o fechamento do Congresso, da Suprema Corte e de todos os partidos políticos, além da cassação dos representantes das províncias regionais (CIA, 1966a).

Ou seja, os documentos expostos até aqui nesta seção expõem algumas características do mecanismo do processo de difusão. É possível discernir dois momentos diferentes neste processo: em primeiro lugar, as fontes primárias mostram a identificação, por parte de militares argentinos, de quais medidas do regime brasileiro deveriam ou não ser adotadas e adaptadas para o país. Já em uma segunda ocasião, durante o governo Onganía, percebemos algumas medidas de fato sendo executadas, como a manutenção de certa liberdade de imprensa e o gabinete formado, em sua maioria, por civis. Ainda que tais ações pudessem ter o objetivo de se aproximar e ser reconhecido pelo governo norte-americano, o fato é que os militares argentinos apontaram tais características no Brasil para depois implementar em seu país com as adaptações que considerassem necessárias.

O fato de o novo regime argentino ter adotado algumas ações inspiradas no Brasil não significou diminuição da rivalidade entre os países. Em novembro de 1966, a CIA apontava a disputa pela liderança militar da América do Sul por parte do governo Onganía em relação ao Brasil (CIA, 1966a). Na preparação para a missão Rockefeller, um dos materiais recebidos pelo governador republicano também apontava o fracasso dos dois maiores países sul-americanos em se aproximar e coordenar uma política que focasse nos objetivos em comum de Brasília e Buenos Aires na América do Sul (ROWE, 1969).

Se os argentinos observavam Brasília em busca de medidas a serem reproduzidas, o regime militar brasileiro também acompanhava de perto os acontecimentos no país vizinho. Em contato com interlocutores norte-americanos, alguns militares brasileiros indicaram que os argentinos tinham ido longe demais com as suas medidas autoritárias e que isso poderia pressionar o Brasil a adotar iniciativas semelhantes, ainda durante o governo Castello Branco. Como uma possível avenida de trabalho futuro sobre o período da ditadura militar, pesquisadores poderão analisar se houve alguma influência argentina, por meio de um processo de difusão, no processo de endurecimento do regime no Brasil,

com a implementação do AI-5 em dezembro de 1968, ou se apenas fatores domésticos levaram Costa e Silva a adotar tal medida.

Outra ação argentina que preocupou lideranças brasileiras foi a renovação dos equipamentos das Forças Armadas vizinhas. Em 1969, o Estado Maior das Forças Armadas brasileiras pediu detalhes à Embaixada em Buenos Aires sobre o chamado “Plano Europa”, que envolvia 36 contratos para aquisição de armamentos. O terceiro secretário Roberto de Abreu Cruz também informava a chegada de 10 “moderníssimos tanques” comprados da França (CRUZ, 1969).

A aquisição de equipamentos militares europeus e o crescimento econômico da Argentina nos primeiros anos do governo Onganía foram notados pelo NSC em Washington. Devido às dificuldades impostas pelo Congresso para vender armas a Buenos Aires, o NSC analisava em outubro de 1969 que o governo Nixon tinha poucas alternativas para se aproximar da Argentina e garantir o seu apoio em órgãos multilaterais (UNITED STATES, 1969d).

O período anterior ao golpe de 1966 não foi o único momento em que militares e outros segmentos da elite argentina demonstraram interesse em adaptar algumas iniciativas do modelo do regime militar brasileiro. Durante a “Revolução Argentina”, tal movimento apareceu em outras oportunidades, como em 1971, pouco depois da chegada de Lanusse ao poder. De acordo com memorando de Adolpho Corrêa de Sá e Benevides, diretor interino da DSI, a instabilidade política na Argentina e o temor de uma cisão entre as Forças Armadas locais levaram a uma tentativa de aproximação de oficiais argentinos de seus homólogos brasileiros, que viveriam em uma situação mais estável economicamente. Em maio de 1971, o diplomata constatava uma diferença de postura entre os militares jovens e os mais experientes na Argentina, destacando também que o Serviço de Informações de Paso de los Libres, na região fronteira, mas do lado argentino, passou a informar a funcionários brasileiros sobre qualquer ocorrência “de cunho subversivo” (BENEVIDES, 1971).

Outra fonte primária que evidencia a observação de militares argentinos de aspectos da ditadura brasileira foi produzida pelo então embaixador em Buenos Aires, Antonio Azeredo da Silveira, que também ressaltava a sensibilidade do assunto ser trazido a público.

Nota-se, em certos setores das Forças Armadas, principalmente nos últimos tempos, um interesse crescente pelo processo brasileiro e uma

preocupação cada vez mais viva de se estudar a possibilidade de aplicá-lo, com as necessárias adaptações, à realidade Argentina. O extraordinário desenvolvimento brasileiro e a maneira com que o Governo de Brasília tem sabido enfrentar o problema da subversão, explicam a posição desses setores. (...) A delicadeza do assunto e a discrição com que devem agir os organismos militares não dão ensejo a que essas preocupações se manifestem publicamente. Delas, entretanto, há notícias de várias procedências, sabendo-se, inclusive, que o assunto é tema dos mais aprofundados estudos nos Estados Maiores da Forças Armadas (SILVEIRA, 1971b).

O fato de esses setores da sociedade argentina terem receio de expor publicamente a admiração pelo modelo brasileiro residia não apenas na rivalidade entre os países, mas também na disputa entre os diferentes grupos presentes no seio da Revolução Argentina. Tanto a literatura existente como as fontes primárias da época costumam apontar uma divisão entre nacionalistas e liberais dentro das Forças Armadas argentinas.

Os nacionalistas, que também poderiam ser considerados estatizantes, de acordo com a CIA, adotavam posição contrária aos investimentos estrangeiros, pediam uma maior intervenção do Estado na economia e não tinham compromisso com um retorno à democracia representativa no país. Os liberais, por sua vez, defendiam a livre iniciativa na economia e eram mais favoráveis à volta da democracia, mas relutavam em promover representantes das classes sociais mais desfavorecidas a cargos de destaque no governo (CIA, 1968).

Em janeiro de 1970, dois documentos brasileiros também fazem caracterização semelhante, apresentando os dois grupos entre os quais o presidente Onganía tentava se equilibrar, e colocando o general Lanusse, que se tornaria presidente em 1971, como o líder dos liberais (BRASIL, 1970a; BRASIL, 1969o). Em dezembro de 1969, memorando secreto detalhava que Lanusse estaria ganhando espaço no governo Onganía (LANZA, 1969).

A divisão entre nacionalistas e liberais na Argentina, porém, não dá conta da complexidade dos atores que disputavam a liderança do regime argentino. Para além da conceituação desses grupos ideológicos, a adesão a um dos lados também dependia das relações pessoais de cada personagem.

Uma outra análise de Azeredo da Silveira, que privilegiava os aspectos internacionais, caracterizou as classes dirigentes argentinas em quatro grupos em outubro de 1971: i) os que viam no modelo peruano um exemplo a ser seguido e que posteriormente também se interessariam pelo processo chileno; ii) os que defendiam uma aproximação dos demais países sul-americanos, com exceção do Brasil, com o qual

apontavam uma rivalidade pela liderança regional; c) os que, aglutinando elementos das Forças Armadas e de vários setores civis, ressaltavam os bons resultados econômicos brasileiros e o sucesso no combate à subversão, argumentando por uma aproximação crescente do regime de Brasília; d) os que não se interessavam por aspectos internacionais (SILVEIRA, 1971b).

Neste documento, percebemos que o regime militar brasileiro não era o único que implementava medidas que eram vistas como podendo ser replicadas na Argentina, uma vez que um dos grupos indicados por Azeredo da Silveira também citou o modelo peruano. Em outra fonte primária, os governos de Francisco Franco, na Espanha, e de Charles De Gaulle, na França, também são mencionados (CIA, 1968). No entanto, ainda que tais casos sejam vistos como possíveis inspirações, em nenhuma fonte primária conseguimos identificar quais ações, de fato, eram adaptáveis para a Argentina, o que pode ser uma agenda para futuros trabalhos.

Independente da classificação utilizada, o que nos parece incontestável é a existência de distintos grupos que disputavam poder e influência no topo do Estado argentino. Os defensores de uma aproximação ou de uma reprodução de certos aspectos do regime brasileiro temiam retaliações na Argentina caso expusessem seus pontos de vista. O chanceler Luis María de Pablo Pardo, por exemplo, estava na berlinda por apoiar demais as demandas brasileiras na OEA no início de 1971 (AMERICAN EMBASSY IN BUENOS AIRES, 1971).

A diferença entre os grupos que tiveram maior controle do regime argentino entre 1966 e 1973 ficou evidente na condução da política externa, de acordo com a literatura. Conforme prometido pelos militares que buscaram apoio de Washington para o golpe de 1966, a política externa de Onganía ficou conhecida por buscar um alinhamento com o Ocidente. Tal característica se materializou não apenas em discursos e no combate ao comunismo, mas também em acordos comerciais com os Estados Unidos e a Europa. A literatura argentina sobre o assunto ainda vê o governo Onganía como pouco preocupado com a integração regional e também como o início das divergências entre os militares e a chancelaria local sobre o encaminhamento a ser dado na política externa, o que voltaria a aparecer nos governos seguintes da “Revolução Argentina”. Já sob Lanusse, priorizou-se a integração regional, ocorrendo um aumento das tensões com o Brasil, principalmente em relação ao uso do recurso água na Bacia do Prata (ZAPATA, ZURITA, 2005; KLAVEREN, 1990; VIDIGAL, 2007).

O tema da utilização das águas da Bacia do Prata foi o mais relevante das relações entre Brasil e Argentina, sendo considerado o “maior desafio da diplomacia brasileira desde o império” (BRASIL, 1970a). Não à toa, uma parcela significativa dos primeiros documentos da série “Informações para o Senhor Presidente da República” do período Médici era sobre o assunto água (BRASIL, 1969r; BRASIL, 1969s; BRASIL, 1969t; BRASIL, 1969u). Antes disso, porém, durante o governo Costa e Silva, os países da região já haviam discutido e chegado ao Tratado da Bacia do Prata. Nos próximos capítulos, tal assunto voltará a aparecer com maior profundidade.

De acordo com a documentação, a mudança de regime de junho de 1970 na Argentina foi a culminação de um processo que se tornara perceptível cerca de um ano antes, na ocasião dos protestos de Córdoba de maio de 1969. Após esse episódio, a chancelaria brasileira via os militares ganhando ainda mais força no governo (BRASIL, 1969n). Ainda que Onganía tenha conseguido ficar mais um ano no cargo, aqueles episódios abalaram a imagem de que seu governo garantiria tranquilidade e paz social (BRASIL, 1970d). Cerca de 20 dias antes da queda de Onganía, porém, um documento da CIA indicava que o presidente vinha conseguindo satisfazer os líderes militares argentinos, principais fiadores da manutenção de seu governo (CIA, 1970).

O acontecimento que funcionou como gatilho para a queda de Onganía foi o sequestro seguido de assassinato do ex-presidente Pedro Aramburu (1955-1958), realizado pela organização guerrilheira Montoneros. Tal fato reforçou a sensação de que o governo Onganía não conseguia garantir a segurança da população, o que já havia sido argumentado na ocasião do Cordobazo, um ano antes (ROGERS, 1970).

De acordo com a embaixada norte-americana em Buenos Aires, o principal motivo para a queda de Onganía seria o seu afastamento das Forças Armadas (LODGE, 1970). Uma das principais críticas ao governo Onganía era a de que, enquanto na economia uma série de medidas eram adotadas, a institucionalização do novo regime avançava mais devagar. Segundo um documento da embaixada norte-americana em Buenos Aires para o Departamento de Estado, a organização do Estado argentino após o golpe de 1966 também era um dos motivos para a instabilidade, uma vez que a junta formada pelos representantes das três Forças Armadas poderia substituir o presidente caso estivesse insatisfeita, mas, por outro lado, tais líderes estavam hierarquicamente abaixo do mandatário (MARTIN, 1967). De qualquer maneira, todos os possíveis motivos para a queda de Onganía citados nas fontes primárias estudadas indicam uma predominância

dos aspectos domésticos na mudança de governo, sem qualquer citação a uma possível participação brasileira.

O sucessor de Onganía, Marcelo Levingston, chegou ao poder com menos autonomia, uma vez que as suas decisões precisariam passar por uma junta, o que nem sempre ocorria de 1966 a 1970. Se Onganía e seu grupo destacavam suas semelhanças com os primeiros anos do regime militar brasileiro, a trajetória de Levingston apresentava similaridades com a de Médici. No momento em que foi indicado como novo presidente, Levingston era adido do Exército junto à embaixada de Washington, cargo que Médici também havia ocupado. Além disso, ele também tinha experiência em chefiar a comunidade de informações argentina (BRASIL, 1970e). Seu gabinete foi criado com figuras do Frondizismo, movimento ligado ao ex-presidente Arturo Frondizi (1958-1962), que via o desenvolvimento econômico acelerado como solução para os problemas argentinos, conforme argumentado por Costa e Silva e Médici no Brasil (BRASIL, 1970f).

Apesar de todos os documentos apresentados neste capítulo indicarem que parte dos militares argentinos considerou o regime militar brasileiro como um exemplo a ser seguido, não há nenhuma evidência de que qualquer representante de Brasília tenha tentado participar dos processos de mudança de regime no país vizinho. Ou seja, este trabalho não encontrou nenhuma fonte primária que sugira a implementação de qualquer dos mecanismos expostos pela teoria de O'Rourke. Dessa maneira, ainda que isso possa ser alterado no futuro, com a descoberta de novos documentos e evidências, conclui-se que **não houve uma política coordenada da parte do Brasil para promover uma mudança de regime na Argentina**. Segundo o nosso trabalho, esse ponto é válido tanto para a troca de governo de 1966, como para 1970.

Por outro lado, porém, ainda seguindo os parâmetros de O'Rourke, que exige a indicação de ao menos três fontes primárias para a validação de um argumento conceitual, concluímos que houve **difusão autoritária** no processo de mudança de regime argentino. Para consolidar tal argumento, no entanto, repassaremos cada aspecto exigido pela literatura.

Na teoria de difusão autoritária desenvolvida por Ambrosio, o autor aponta duas dinâmicas principais, *appropriateness* e *effectiveness*. A dinâmica de *appropriateness* está relacionada ao ambiente internacional existente. Este conceito tem uma relação causal embutida, pois quanto maior o número de países autoritários, mais aceitável será

considerado esse tipo de regime. Em outras palavras, quanto mais governos autocráticos estiverem no poder, mais legítimas parecerão as práticas adotadas por eles no ambiente do sistema internacional. No decorrer desta seção, nos parece claro que os militares argentinos fizeram uso dessa dinâmica na tentativa de obter apoio de Washington. Conforme descrito neste capítulo, o próprio governo Nixon alterou a política de reconhecimento de novos regimes na América do Sul, aceitando, assim, uma mudança no ambiente político da região.

Já a dinâmica de *effectiveness* é caracterizada pelo autor como “um processo de aprendizado em que os tomadores de decisão são mais capazes de identificar o que funciona ou não a partir da experiência de outros países” (AMBROSIO, 2010, p.382, tradução nossa)³². Ou seja, um governo tem maior probabilidade de adotar práticas autoritárias caso elas estejam sendo bem-sucedidas em outros países. Tal traço também foi identificado entre os militares argentinos, que, a partir do acompanhamento e de uma análise do regime militar brasileiro, escolheram quais medidas seriam ou não replicadas em seu país.

Ainda de acordo com Ambrosio, o fato de dois países vivenciarem um “senso de identidade compartilhada ou simplesmente uma compreensão de que há outros países em circunstâncias similares” também contribui para o processo de difusão (AMBROSIO, 2010, p.387)³³. Conforme as fontes primárias deste capítulo sugerem, os militares argentinos viam o regime brasileiro exatamente como um modelo político que começava a superar problemas semelhantes aos seus, como a necessidade de desenvolvimento econômico e de combater a subversão.

A difusão autoritária via exemplo, conforme argumentamos aqui no caso do Brasil e da Argentina do final dos anos 1960 e no início dos anos 1970, já foi citada amplamente pela literatura. Um outro aspecto teórico que reforça o nosso argumento é o de que, em geral, as mudanças de regimes têm o objetivo de se aproximar do nível de democracia dos seus vizinhos (BADER, GRÄVINGHOLT E KÄSTNER, 2010; KNEUER; DEMMENLHUBER, 2015).

Por fim, responderemos às três perguntas sugeridas pela teoria de Ambrosio para garantir que um processo é mesmo de difusão autoritária. A) O que está sendo difundido?

³² No original: “a learning process by which policymakers are better able to identify what works and what does not through the experiences of others” (AMBROSIO, 2010).

³³ No original: “sense of shared identity or simply an understanding that there are other countries which find themselves in similar circumstances” (AMBROSIO, 2010, p.387).

As iniciativas citadas por militares argentinos e que podem ser identificadas primeiro no regime militar brasileiro e depois no país vizinho são: política externa alinhada ao Ocidente com governo marcadamente anticomunista; medidas que visavam acelerar o crescimento econômico; ações de combate à chamada subversão.

b) Quem é o principal ator que origina o processo de difusão? Conforme foi exposto neste capítulo, uma parcela das Forças Armadas argentinas que assumiu o poder do país a partir de 1966 via o regime brasileiro como um modelo que possuía alguns pontos a serem replicados e adaptados em seu país.

c) Por que o ator que adotou a política autoritária por último decidiu fazer isso? O principal motivo foi o sucesso que o regime brasileiro estava vivenciando, com apoio de Washington, e o encaminhamento de soluções para problemas semelhantes nos países vizinhos.

Em suma, com o nosso argumento de que parte dos militares argentinos viu o regime brasileiro como exemplo, adaptando algumas de suas medidas, tal caso pode reforçar a hipótese desta tese, de que o Brasil atuou como um AGC durante a primeira metade da ditadura, uma vez que Kneuer prevê a possibilidade de um centro de promoção autoritária aumentar sua influência também por um processo de difusão.

As semelhanças entre os regimes brasileiro e argentino e, a partir de junho de 1970, entre os seus respectivos presidentes, poderiam gerar uma maior cooperação entre os países. No próximo capítulo, veremos como eles se relacionaram em um período em que ambos enfrentavam um ambiente regional de maior risco para os militares anticomunistas.

3 NOVOS GOVERNOS ESQUERDISTAS AUMENTAM AMEAÇA PARA WASHINGTON E BRASÍLIA NA AMÉRICA DO SUL NO SEGUNDO SEMESTRE DE 1970

Enquanto o regime militar acompanhava a troca de governo na Argentina em junho de 1970, outros países sul-americanos também passavam por momento de efervescência, sendo que os resultados dos processos políticos na Bolívia e no Chile no segundo semestre de 1970 aumentaram a percepção de ameaça aos militares no Brasil e ao governo Nixon em Washington.

Neste capítulo, que será dividido em três partes, contaremos a chegada ao poder de Juan José Torres na Bolívia e Salvador Allende no Chile, nas duas primeiras seções. No caso de Torres, a mudança de regime de outubro de 1970 significou a derrota da ala anticomunista, mais alinhada à ditadura brasileira, conforme exporemos por meio de fontes primárias inéditas produzidas pelo então adido militar e também pelo embaixador brasileiro em La Paz. Já no Chile, a vitória de Allende surpreendeu os governos de Brasília e Washington e representou uma nova etapa na América do Sul em meio à Guerra Fria. Na parte final, demonstraremos como esses dois presidentes aumentaram a ameaça para a ditadura brasileira, que recebia relatos da promoção de guerrilhas transnacionais próximas ao território do Brasil, por parte destes dois novos governos e com a presença de opositores que haviam deixado o país desde o golpe de 1964.

3.1 Juan J. Torres chega ao poder na Bolívia após golpe de Estado em outubro de 1970

Quando Nelson Rockefeller desembarcou na Bolívia, na segunda perna de suas quatro viagens pela América Latina, no final de maio de 1969, encontrou um momento de profunda instabilidade, como vinha sendo a tônica do país desde 1964. O presidente boliviano era Luis Adolfo Siles Salinas, que chegara ao poder um mês antes, em abril de 1969, após a morte de Rene Barrientos, decorrente de um acidente de helicóptero. Sendo até então um vice civil com pouco protagonismo em meio aos líderes militares, Siles Salinas assumiu o poder monitorado pelo general Alfredo Ovando Candia, considerado o principal herdeiro político de Barrientos (DERPIC, 2012). Ovando Candia, então Comandante em Chefe das Forças Armadas, havia presidido o país em 1966, quando

Barrientos se afastou do cargo para concorrer à eleição presidencial, e era visto como protagonista na captura de Che Guevara, em 1967.

A visita do representante da Casa Branca a La Paz ficou ameaçada por semanas, sendo que a sua realização ficou restrita a um encontro de 3 horas, sem que a delegação norte-americana nem mesmo saísse do aeroporto, por decisão do governo boliviano (ROCKEFELLER, 1969c). Na Bolívia, Rockefeller percebeu que Siles Salinas era obrigado a compartilhar o poder com Ovando Candia, considerado o candidato favorito para o pleito previsto para 1970. Ainda que o apoio de Ovando Candia ao então presidente fosse considerado “muito fraco”, a expectativa da missão Rockefeller era que Siles Salinas continuasse na presidência até as eleições (ROCKEFELLER, 1969a).

No encontro entre Rockefeller e as autoridades bolivianas, Siles Salinas e Ovando Candia fizeram três pedidos principais: que o valor enviado em assistência financeira pudesse ser gasto de forma mais livre pelo país, maior colaboração no fornecimento de equipamentos militares e uma contribuição para compensar os US\$6 milhões gastos para a captura de Che Guevara (ROCKEFELLER, 1969c). Vale destacar que os dois primeiros pontos apareceram nas viagens a diversos países, tendo inclusive constado nas sugestões do relatório final de Rockefeller, conforme detalhado no capítulo anterior.

A expectativa norte-americana de que Siles Salinas concluísse o seu mandato, porém, não foi confirmada, pois Ovando Candia assumiu o poder em setembro de 1969 por meio de um golpe de Estado. Durante os cinco meses em que esteve no poder, Siles Salinas conviveu com ameaças de golpe em ao menos três oportunidades, o que deixa evidente a instabilidade vivida no país³⁴. De acordo com a documentação do Itamaraty, a mudança de regime de setembro de 1969 teria ocorrido por fatores internos, com a união de três facções das Forças Armadas em favor de Ovando Candia e contra Siles Salinas (BRASIL, 1969y). **Não há, até o momento, qualquer evidência nas fontes primárias de tentativa de intervenção brasileira ou norte-americana nesta mudança de regime.**

Ainda que Ovando Candia fosse o favorito para o pleito de 1970 e considerado a maior liderança política e militar do país naquele momento, a sua chegada antecipada ao poder não significou estabilidade para o país. Menos de um mês após a sua ascensão à Presidência, Ovando Candia anunciou a nacionalização da Gulf (Bolivian Oil Gulf Company), em um movimento que, para os observadores da ditadura militar brasileira, já

³⁴ Nos primeiros dias no poder, Siles Salinas foi ameaçado por organizações camponesas. Já em julho de 1969, militares tentavam convencer Ovando Candia a não esperar as eleições de 1970, segundo a inteligência norte-americana (HUGHES, 1969).

representava a busca do militar boliviano pela sobrevivência política de seu governo em meio a pressões de diferentes facções, principalmente militares, que haviam se unido em torno do novo presidente. A nacionalização da Gulf, desta forma, foi classificada como uma medida mais política do que econômica (BRASIL, 1969y).

A medida não pegou Washington de surpresa. Em memorando para Nixon no dia do golpe de Estado, Kissinger explicava que Ovando Candia era fortemente anticomunista e amigável nos contatos com representantes norte-americanos, mas que seu novo governo seria mais nacionalista do que os anteriores na Bolívia e precisaria demonstrar independência em relação aos EUA. Kissinger ainda antecipou que interesses norte-americanos na Bolívia seriam afetados, principalmente nos setores de óleo e mineração, sendo a Gulf o primeiro alvo de pressão por mudanças (KISSINGER, 1969a).

Tanto o governo Nixon como o de Médici viram na nacionalização da Gulf uma inspiração no modelo peruano³⁵. Conforme apontado no capítulo anterior, o presidente peruano, Velasco Alvarado, nacionalizou a IPC logo nos primeiros dias de governo, dando início a um conflito diplomático com Washington (BRASIL, 1969f; BRASIL, 1969h).

A percepção do Itamaraty sobre o caso, porém, foi a de que “ao contrário do Peru, que teve de enfrentar o próprio governo dos Estados Unidos em consequência da nacionalização da IPC, a Bolívia, no caso da ‘Gulf’, só se defrontou praticamente com a reação da própria empresa” (BRASIL, 1970i). Como uma das diretrizes da nova política de Nixon para a América Latina era ser menos paternalista e evitar intervir nos assuntos internos de cada país, tanto política como economicamente, a postura da Casa Branca no caso Gulf poderia ser um dos primeiros exemplos baseados neste novo critério.

Para Martin, uma diferença importante entre os casos de Peru e Bolívia havia sido a postura do governo Ovando Candia, que desde o início do processo sinalizou uma compensação à empresa, ou seja, sem antagonizar tanto os interesses de Washington (MARTIN, 2019, p. 161). Outros autores, como Grandin, não viram mudanças substanciais do governo Johnson para Nixon neste aspecto, considerando que ambos trabalhavam próximos à iniciativa privada para garantir um ambiente propício ao capital norte-americano na América Latina (GRANDIN, 2006). Vale destacar que parte da literatura vê o investimento direto estrangeiro (FDI) como um dos motivos para intervenção visando mudança de regime (AIDT; ALBORNOZ, 2011). Dessa forma,

³⁵ Para o governo Médici, ver (BRASIL, 1970i). Para o governo Nixon, ver (KISSINGER, 1969a).

ainda existe uma agenda de pesquisa a ser desenvolvida no que se refere às ações norte-americanas para cada um desses casos.

Para o governo Médici, porém, havia uma preocupação maior do que a Gulf em La Paz: a ditadura entendia que a boa relação entre a Argentina e o presidente Ovando Candia representava o maior risco para os interesses brasileiros. Desde os primeiros dias do militar boliviano no poder, o regime brasileiro discutia que Ovando Candia era “muito ligado aos setores militares argentinos” (BRASIL, 1969k).

A proximidade não se limitava a aspectos pessoais, pois, antes mesmo do governo Ovando Candia, Buenos Aires já apresentava laços profundos com La Paz. Em 1968, as exportações argentinas para a Bolívia somavam US\$ 12 milhões, enquanto as brasileiras chegavam apenas a US\$2,7 milhões. Além disso, o Itamaraty destacava uma forte penetração cultural argentina na Bolívia, a construção de obras de infraestrutura conjunta entre os dois países e a proximidade militar entre as Forças Armadas (BRASIL, 1969y).

Em dezembro de 1969, três meses depois do início do governo Ovando Candia, a ameaça percebida pelo governo Médici aumentava: com a interrupção de um financiamento do Banco Mundial para a construção de gasoduto na região de Santa Cruz, decorrente da medida ante a Gulf, o governo argentino de Onganía decidiu substituir a garantia da petroleira frente ao Banco Mundial, minimizando o problema boliviano (BRASIL, 1969y). Os compromissos assumidos por Buenos Aires nesta questão boliviana chegaram a US\$30 milhões, sendo que o Itamaraty qualificou tal medida como uma “hipoteca” da independência de La Paz à Argentina (BRASIL, 1970i).

Um estudo da secretária-geral do Conselho de Segurança Nacional, então chefiada pelo futuro presidente João Figueiredo, ainda apontava que a aproximação entre Argentina e Bolívia também estava embasada nas divergências dos dois países com o Chile (CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, 1970).

Em suma, os primeiros meses de Ovando Candia no poder representaram um novo período de desconforto para Washington e Brasília na Bolívia, com os primeiros incomodados com a questão da Gulf e os brasileiros atentos à ação argentina em La Paz. De acordo com relato de Gibson Barboza, tal falta de alinhamento entre La Paz e os dois países criaria um vácuo do qual o maior beneficiado seria exatamente a Argentina, com crescente ascendência na Bolívia (BRASIL, 1970i).

Ainda que a ditadura brasileira estivesse insatisfeita com a presidência de Ovando, o governo Médici não via alternativa melhor do que o militar na Bolívia em dezembro de 1969:

não se vê no momento, porém, no horizonte político, outra figura que possa substituir o general Ovando. Seu afastamento ou desaparecimento levaria a Bolívia a enfrentar uma grave situação interna de competição pelo Poder, cujo desfecho no momento é de todo imprevisível. Mas seria altamente improvável que essa evolução se processasse de forma a antagonizar o esquerdismo nacionalista predominante. A menos que venham a se tornar irresistíveis as pressões externas sobre o país (BRASIL, 1969x).

Para que um governo implemente uma estratégia de *covert action* para tentar mudar o regime de outro país, é fundamental a identificação de uma liderança alternativa capaz de responder às demandas e às expectativas do regime interventor (O’ROURKE, 2019). Deste modo, fica claro que, em dezembro de 1969, a ditadura brasileira considerava Ovando Candia como a opção menos pior para estar no poder na Bolívia. Além disso, vale destacar o argumento de Bader et al (2010) de que, para os tomadores de decisão, **mais importante do que colaborar para a ascensão de um regime similar ao seu, é garantir a estabilidade da região.**

Ou seja, no final de 1969, o regime brasileiro calculava que, por mais insatisfeito que estivesse em relação a Ovando Candia, sua manutenção no poder representava menos riscos do que um processo de mudança de regime, que poderia levar a Bolívia a uma guerra civil ou ao estabelecimento de um presidente ainda mais radical. Ao apontar “perigosas potencialidades” na Bolívia, a sugestão do Itamaraty foi o desenvolvimento de contatos constantes com os chefes das três Forças Armadas e o SNI para acompanhar a evolução do país e, posteriormente, entrar em contato com outros governos da região (BRASIL, 1969x). Com a chegada de Ovando Candia ao poder, as Forças Armadas brasileiras haviam decidido adotar “uma posição de expectativa”, suspendendo a doação de material militar à Bolívia (CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, 1970). Neste caso, ficaram evidentes o protagonismo militar no processo de tomada de decisão do regime brasileiro, bem como a importância, para o Itamaraty, de alinhar qualquer ação com outros países da região.

O prognóstico brasileiro não poderia ter sido mais correto: se Ovando já não era bem visto por Brasília, o seu sucessor geraria ainda mais problemas para Médici. Nos primeiros meses do governo Ovando, o nome de Juan José Torres Gonzáles surgia como sendo um “velho colaborador” do presidente (BRASIL, 1970i). Em uma das tentativas de

retirar Ovando Candia do poder, uma ordem de prisão chegou a ser emitida contra Torres, que se escondeu na casa do então presidente (LOPES, 1970e). Em documentos internos do regime brasileiro e de Washington sobre a Bolívia, quando se caracterizava a cisão dos militares bolivianos, Torres era sempre considerado líder dos esquerdistas, tendo sido inclusive afastado do cargo, a pedido da ala direita, por Ovando, em junho de 1970, enquanto o presidente tentava se equilibrar para seguir no poder (SIRACUSA, 1970a; CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, 1970). A ala conservadora das Forças Armadas bolivianas neste momento era liderada por Rogélio Miranda, Comandante do Exército, e Hugo Banzer, comandante do Colégio Militar, que atuavam em conjunto para emplacar ministros e influenciar o governo Ovando (SIRACUSA, 1970c). Torres, por sua vez, seguiu apoiando Ovando mesmo após deixar o governo, fazendo aparições públicas em que sempre criticava o grupo de Miranda e chegando a propor um referendo popular para aumentar a legitimidade do governo (LOPES, 1970f).

As divergências entre tais grupos se agravaram a partir de julho de 1970, quando membros das Forças Armadas da Bolívia passaram a procurar representantes de Brasil e Estados Unidos em busca de apoio a um possível golpe.

No caso de Washington, tal abordagem foi feita por meio do chefe de protocolo do próprio governo Ovando Candia, Moises Fuentes Ibanez, que era irmão do ministro do Comércio e do comandante da divisão militar de Cochabamba, ao embaixador norte-americano, Ernst Siracusa. Em julho de 1970, o funcionário boliviano avisou a Siracusa que as Forças Armadas não confiavam mais no presidente e pediu a opinião do diplomata sobre o apoio dos Estados Unidos a um eventual governo moderado, que tivesse boas relações com seus vizinhos. O representante norte-americano disse que não poderia responder à questão devido ao bom relacionamento que buscava com o então governo e que acreditava que Ovando Candia seguia na linha da moderação. Ao comunicar à Casa Branca que um golpe de Estado talvez ocorresse nos próximos dias, o representante de Washington destacou que, caso tal possibilidade fosse concretizada, não havia garantias de que a mudança ocorresse de forma pacífica, como na troca de Siles Salinas por Ovando Candia, um ano antes (SIRACUSA, 1970b).

Uma série de documentos emitida pelo adido das Forças Armadas brasileiras em La Paz, o coronel Joffre Sampaio, nos ajuda a entender o final do período Ovando no poder. Assim como ocorrera com o diplomata norte-americano, Joffre Sampaio também foi procurado por representantes da ala anticomunista das Forças Armadas bolivianas em

busca de apoio contra Ovando Candia. No final de julho de 1970, em contato com o comandante da força naval boliviana, o adido brasileiro recebeu a informação de que os chefes militares não acreditavam mais que Ovando se desvencilhasse dos comunistas que faziam parte de seu governo e, por isso, estudavam a sua substituição. Joffre Sampaio defendia que o regime militar atendesse “com presteza” aos pedidos das Forças Armadas bolivianas para a “dupla missão” de combater as guerrilhas e eliminar a influência comunista no governo Ovando, sinalizando, assim, a sua preferência por essa ala anticomunista em relação ao então presidente (LOPES, 1970g).

Em agosto de 1970, após uma tentativa fracassada de derrubar Ovando Candia, o adido brasileiro relatava que a Bolívia seguia em clima de tensão e instabilidade. A partir da divisão indicada acima, o presidente Ovando passou a se contrapor mais ostensivamente à parcela anticomunista dos líderes militares. Junto com Ovando estava o general Torres, enquanto os anticomunistas eram liderados pelo general Miranda e por Hugo Banzer. De acordo com o documento do adido, Ovando e Miranda viajaram em datas parecidas pelo país em busca de apoio dos comandantes das guarnições militares de cada localidade. O grupo de Banzer e Miranda, aparentemente a principal fonte de informações do brasileiro, queria a renúncia do presidente e a saída de Torres do país (LOPES, 1970b).

O adido brasileiro informou ainda que uma eventual mudança de regime poderia ser iniciada pela região de Santa Cruz de la Sierra e que, caso tal hipótese se concretizasse, os golpistas poderiam pedir o auxílio de Brasil, Argentina e Paraguai. No caso da saída de Ovando, já se discutia a possibilidade de se formar uma junta com os três comandantes de força, em uma composição semelhante à que havia ocorrido na Argentina (LOPES, 1970b).

O conteúdo das mensagens do adido é relevante pois demonstra uma avenida de pesquisa a ser desenvolvida no futuro. No decorrer da crise de agosto de 1970 na Bolívia, o embaixador brasileiro no país, Alberto Raposo Lopes, relatava que não tinha acesso às mesmas informações do adido, pois estas eram restritas ao meio militar (LOPES, 1970d). Talvez como consequência disso, as sugestões dos dois funcionários brasileiros na Bolívia apresentavam divergências frequentemente. A documentação produzida pelos adidos, no entanto, **ainda permanece fora do alcance dos pesquisadores**, sendo que a série apresentada neste capítulo só pode ser estudada pois Joffre Sampaio foi obrigado a usar a via do Itamaraty por alguns meses, provavelmente por algum problema na sua comunicação tradicional, quando suas informações foram encaminhadas ao Brasil

assinadas pelo embaixador Lopes. Dado o protagonismo dos militares na tomada de decisão de política externa durante a ditadura no Brasil, a disponibilização de tais fontes primárias é ainda mais relevante para que se analise o papel dos adidos e até mesmo do Itamaraty neste processo³⁶.

Depois de alguns documentos com divergências entre o adido e a embaixada, esta também passa a apoiar saída de Ovando:

só um governo forte e autenticamente nacionalista, apoiado maciçamente pelas Forças Armadas e dotado de elementos intelectuais e morais para formular e executar, sem concessões à demagogia, um projeto nacional compatível com a realidade do país, e para negociar com o capital estrangeiro num plano de elevação e dignidade, poderá mover a Bolívia do impasse em que foi colocada. O atual governo, pelos seus vícios de origem e pela situação para que derivou, não parece preencher essas condições. A Bolívia necessita vitalmente da compreensão e do apoio dos seus vizinhos. [...] O Brasil também muito pode contribuir para o fortalecimento das instituições e a eliminação dos crônicos focos de instabilidade social e política na Bolívia (BRASIL, 1970i).

Ou seja, no final de agosto de 1970, o adido e o embaixador brasileiros em La Paz indicavam a seus superiores em Brasília que o melhor caminho era apoiar a ala anticomunista das Forças Armadas bolivianas em seu desejo de substituir o presidente Ovando Candia.

O embaixador brasileiro em Buenos Aires foi inclusive orientado a apurar posição argentina sobre governo boliviano (SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 1970b). O chanceler argentino, por sua vez, respondeu que confirmaria a posição exata do regime sobre o governo Ovando, embora acreditasse, após viagem a La Paz, que o presidente boliviano tentava se cercar de moderados (SILVEIRA, 1970b). Tal divergência entre Brasília e Buenos Aires não era uma surpresa, uma vez que os argentinos mantinham ótima relação com o então presidente boliviano, conforme exposto neste capítulo.

Em 7 de outubro de 1970, chegou ao fim o governo Ovando Candia, sendo sucedido por seu então aliado, Juan José Torres. De acordo com relato de Kissinger a Nixon, Torres chegou ao poder devido à “incrível incompetência e indecisão” dos militares conservadores que haviam tirado Ovando da presidência, com citação ao general

³⁶ Em maio de 1970, entrou em vigor um novo regulamento para os adidos militares, que detalha a maneira como ele deveria se comunicar com as forças no Brasil e o trabalho a ser desenvolvido no país terceiro (ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS, 1970).

Miranda (KISSINGER, 1970a). Já segundo os representantes do regime brasileiro, Torres teria chegado ao poder derrubando a junta militar que assumira provisoriamente, advogando contra “a tentativa de implantação de um Estado absolutista de extrema direita”, com o apoio da Força Aérea, de operários e universitários (BRASIL, 1970m). Ou seja, a percepção de ambos os países foi a de que a ala anticomunista das Forças Armadas bolivianas, cujos líderes eram Miranda e Banzer, conseguiu tirar Ovando da presidência, mas não teve capacidade de se organizar, abrindo um vácuo que foi ocupado por Torres.

Apesar da posição do adido e, posteriormente, do embaixador brasileiro pela saída de Ovando da presidência, nos faltam outras evidências que garantam a implementação dessa intenção em ações concretas pela mudança de regime por parte da ditadura brasileira no segundo semestre de 1970, ainda que o desfecho tenha sido diferente do desejado por Brasília. A documentação apresentada até aqui, no entanto, nos mostra que o regime brasileiro ao menos já tinha identificado um grupo que representava uma alternativa que coincidia mais com os seus interesses na Bolívia. No próximo capítulo, abordaremos o período do governo Torres, quando a ditadura de Médici continuou alinhada à parcela anticomunista liderada por Banzer e Miranda. Dessa forma, estaremos em consonância com a teoria de O’Rourke, na qual cada país deve ser considerado como um estudo de caso, e não cada mudança de regime pontual.

3.2 Vitória eleitoral de Allende no Chile abre nova etapa na Guerra Fria sul-americana

O período da vitória eleitoral de Allende, em setembro de 1970, até a sua queda, em setembro de 1973, tem sido analisado por centenas de autores, sendo considerado o golpe de Estado mais estudado da América Latina (WEYLAND, 2018; HASLAM, 2005). No que se refere aos aspectos mais importantes para esta tese, sobre o envolvimento da ditadura brasileira na política interna chilena, as obras mais relevantes são as de Tanya Harmer e Roberto Simon. Dado o detalhamento de tais trabalhos, nesta tese buscaremos ressaltar os argumentos mais úteis para o nosso referencial teórico e acrescentar algumas fontes primárias ao caso do Chile.

Uma das contribuições de Simon foi avançar no quadro sobre a percepção do regime brasileiro sobre a vitória de Allende, a partir de fontes primárias brasileiras e

chilenas, o que fora apontado como avenida para futuras pesquisas pela própria Harmer, (2012, p.6).

Em sua obra, Simon relata que a trajetória política de Allende já era acompanhada tanto por brasileiros, como por norte-americanos, desde a década de 1950. No caso de Washington, o chileno passou a ser visto com ressalvas em 1954, a partir do seu repúdio, como senador, ao golpe patrocinado pela CIA na Guatemala contra o presidente Jacobo Arbenz. Já no Brasil, o regime militar tinha conhecimento da relação entre Allende e João Goulart, que se encontraram ainda em 1964 em Montevidéu. Allende inclusive teria considerado o golpe de 1964 no Brasil como uma ação dirigida por Washington. Em 1965, em carta a Goulart, Allende argumentou que o golpe no Brasil deveria ser um exemplo para que casos semelhantes não se repetissem na América Latina (SIMON, 2021).

No início de 1970, os governos de Brasil e Estados Unidos monitoravam a evolução do processo político chileno, mas não viam Allende como favorito ao pleito. O candidato que liderava as pesquisas, segundo a documentação interna desses dois países, era Jorge Alessandri, do Partido Nacional, enquanto o candidato democrata-cristão era Radomiro Tomic, que disputava a segunda colocação com Allende. A Unidade Popular de Allende era formada pelos partidos Socialista, Comunista, Radical e o Movimento de Ação Popular Unitária (Mapu), que era uma dissidência dos democratas-cristãos.

Com base em livro de Mónica González, Simon argumentou que os únicos que tinham informações precisas sobre a força de Allende no começo de 1970 eram os militares chilenos. Naquele momento, as Forças Armadas chilenas, lideradas por René Schneider, defendiam dar posse a quem quer que fosse, como parte do que ficou conhecido como “Doutrina Schneider” (SIMON, 2021, p.36-37).

No decorrer da campanha eleitoral, a Casa Branca diminuiu o seu envolvimento no Chile, na comparação com pleitos anteriores. Nas eleições de 1964, os democratas-cristãos, liderados por Eduardo Frei Montalva, eram a força política apoiada financeiramente por Washington, o que contribuiu para a sua vitória. Já em 1970, tal contribuição foi reduzida. Por outro lado, baseado em livro de Hathaway e Smith, Simon indica que Cuba e URSS fizeram doações para a campanha de Allende, de ao menos US\$350 mil e US\$ 500 mil, respectivamente (SIMON, 2021, p. 55).

Um mês antes da eleição, o governo argentino manifestava preocupação ao regime brasileiro com as consequências de possível vitória de Allende, mas ainda indicava favoritismo de Alessandri (BRASIL, 1970h). Cerca de 15 dias antes do pleito, Médici foi

informado de equilíbrio entre os três principais candidatos (BRASIL, 1970g). Já nos Estados Unidos, o governo Nixon tinha um plano de contingência para caso Allende e Alessandri passassem para o segundo turno, que ocorreria apenas no Congresso, mas contava com Alessandri sendo o mais votado (UNITED STATES, 1970c). O plano envolvia envio de dinheiro por um intermediário e mostra preocupação de Washington de não ser identificado.

O primeiro turno da eleição chilena terminou com vitória de Allende, com 36,63% dos votos, seguido de Alessandri, com 35,29%. Os dois candidatos, assim, se classificaram para o segundo turno, que ocorreria apenas no Congresso. No período entre a vitória de Allende nas urnas, em 4 de setembro de 1970, e a sua posse, dois meses depois, em 4 de novembro, a literatura indica a ocorrência de tentativas de Brasil e, principalmente, Estados Unidos de impedirem o início do governo esquerdista no Chile.

Em Washington, a posição do governo Nixon mudara completamente. Se, antes da eleição, o seu governo parecia não dar grande importância ao Chile, após a vitória eleitoral de Allende, mas antes da confirmação do Congresso, a cúpula do governo Nixon estava dividida: enquanto a Casa Branca e a CIA buscavam meios de impedir a posse de Allende, o Departamento de Estado sugeria a aceitação do resultado sem interferência interna no Chile (SIMON, 2021, p.64-65).

E não era apenas o governo que estava preocupado com a vitória de Allende: Nixon e Kissinger foram abordados por executivos ligados a empresas norte-americanas que tinham negócios no Chile pedindo ações contra a candidatura de Allende (MARTIN, 2019, p. 147). A literatura apontou a participação da ITT (International Telephone and Telegraph Corporation), com a doação de US\$ 1 milhão, e do jornal *El Mercurio* em iniciativas contra a chapa de esquerda (SIMON, 2021; WEINER, 2008). Além disso, a Anaconda procurou o governo Nixon meses antes do pleito pedindo dinheiro a Alessandri (AMERICAN EMBASSY IN SANTIAGO, 1970).

De acordo com a obra de Tim Weiner, Nixon ordenou ao diretor da CIA, Richard Helms, que organizasse um golpe militar no Chile sem que o embaixador em Santiago, o secretário de Estado ou o secretário de Defesa tivessem conhecimento. Weiner detalhou ainda que Lanusse, então líder das Forças Armadas que assumiria o regime militar argentino no ano seguinte, foi à sede da CIA depois da vitória de Allende para conversar com Helms, mas não teria se animado a participar do plano, argumentando que tal empreitada poderia se transformar no seu Vietnã (WEINER, 2008, p.357). Em

memorando para Kissinger, Vaky argumentava que nenhum país da região parecia estar inclinado a intervir abertamente nos assuntos chilenos (VAKY, 1970).

Agentes da CIA entraram em contato com ao menos dois generais chilenos, Viaux e Valenzuela, na tentativa de evitar a posse de Allende. (WEINER, 2008, p.362).

Em encontro entre embaixadores brasileiro e norte-americano no Chile após a vitória de Allende nas urnas, Korry informou a Câmara Canto que um material seria distribuído entre membros das Forças Armadas chilenas para que refletissem “sobre o que poderá acontecer em num eventual governo marxista”. O Itamaraty indicava a Médici que as estratégias do governo Nixon não funcionariam e criticava a falta de ações por parte de Washington antes do pleito (BRASIL, 1970k).

Em 8 de outubro de 1970, Médici recebeu informações detalhadas que concluíam que as chances de Allende não ser confirmado pelo Congresso e, em seguida, empossado estavam diminuindo rapidamente (BRASIL, 1970l). O documento também apresentava a posição de cada uma das forças armadas: a Força Aérea e o corpo de carabineiros estavam dispostos a tentar atuar contra Allende; a Marinha havia mudado de posição, adotando agora uma defesa da posse do novo presidente; enquanto o Exército seguia as orientações de Schneider, também em apoio ao respeito da Constituição.

Um episódio trágico marcou o fim da esperança norte-americana de impedir a posse de Allende. No final de outubro de 1970, Schneider, líder militar que dizia não permitir um golpe de Estado, foi assassinado, gerando grande comoção no Chile. Washington seguiu de perto tal acontecimento, com receio de quem seria o responsável e qual arma teria usado. Ao final o responsável foi Viaux, mas com uma arma sem qualquer relação com a CIA, o que teria aliviado o governo Nixon, ainda que tivesse que aceitar a chegada do líder esquerdista ao poder no Chile (WEINER, 2008, p.362).

Neste primeiro momento da política chilena, da eleição até a posse de Allende, concordamos com o argumento de Simon de que os governos de Brasil e Estados Unidos minimizaram o risco de vitória de Allende e, quando especialmente Washington buscou intervir para evitar a posse, a chance de êxito era pequena. A posse de Allende, assim, ocorreu em um momento de mudanças na política externa de Havana, conforme veremos na próxima seção.

3.3 A ameaça cubana e o combate às guerrilhas transnacionais na América do Sul

No início do governo Nixon, o combate às guerrilhas vivia um novo momento na América Latina para os Estados Unidos. De acordo com a CIA, a partir do final da década de 1960 e, principalmente, após a morte de Che Guevara, em 1967, as guerrilhas rurais patrocinadas por Havana passaram a dar espaço para os movimentos urbanos, também como consequência da crescente urbanização da região. Na América do Sul, os países mais afetados com esse tipo de iniciativa eram Uruguai, Argentina e Brasil, sendo que os uruguaios viviam sob maior risco devido ao grupo conhecido como tupamaros. Uma característica central da guerrilha urbana era a realização de atos de violência que geravam grande repercussão, como o sequestro de diplomatas e aviões, roubo a bancos e depósitos de armas e o assassinato de agentes de forças de segurança. Ainda que tais movimentos tivessem o governo cubano como inspiração, a CIA considerava que eram grupos que optavam por independência tática e financeira, com o nacionalismo como um traço central. A estimativa da CIA era que, em janeiro de 1971, quando Torres e Allende já estavam no poder, havia cerca de 3.000 guerrilheiros nas cidades da América do Sul, enquanto as guerrilhas rurais representavam apenas cerca de 1.000 pessoas (CIA, 1971b).

Um dos principais teóricos do novo modelo de guerrilha na América do Sul era o brasileiro Carlos Marighella, autor do “Mini Manual do Guerrilheiro Urbano”. Após o seu assassinato, em novembro de 1969, num momento de aumento da repressão no Brasil, sua obra passou a ser mais divulgada, inclusive pelo governo cubano de Fidel Castro. Ainda que Havana tivesse reduzido o seu apoio a guerrilheiros no final da década de 1960, a vitória de Allende no Chile representou, ainda segundo a CIA, um novo local seguro de interação entre agentes cubanos e “terroristas” sul-americanos (CIA, 1971b).

Um pouco diferente era o caso da Bolívia. Em 1967, a Bolívia era vista em Washington como a possível bola da vez no projeto expansionista cubano na América do Sul (HELMS, 1967). Mesmo alguns anos depois, no governo Nixon, a CIA indicava que guerrilhas rurais apoiadas por Fidel Castro ainda tinham alguma relevância no país, tentando se reorganizar em 1969 e 1970. O país também servia como ponte de contato para guerrilheiros de outros países, com a CIA citando a presença de chilenos e uruguaios em um evento em setembro de 1970 (CIA, 1971b).

Portanto, antes mesmo de Torres chegar ao poder, Washington já monitorava a situação das guerrilhas transnacionais na Bolívia. No início do segundo semestre de 1970, uma troca de mensagens entre Richard Nixon, Henry Kissinger e outras autoridades do

Departamento de Estado e da CIA indicava o fortalecimento das guerrilhas esquerdistas na Bolívia, principalmente o ELN (Exército de Libertação Nacional), e com a colaboração de atores de outros países, como os tupamaros uruguaios. Ainda que a Bolívia fosse um país pequeno e sem tanta relevância geopolítica para os Estados Unidos, Nixon era claro ao demonstrar sua preocupação: a comunidade de inteligência norte-americana precisava dar alta prioridade para o estudo da relação transnacional entre os grupos insurgentes latino-americanos para que ele recebesse o máximo de informação o mais rapidamente possível (NIXON, 1970).

Ou seja, na virada de 1970 para 1971, Washington se mantinha atenta tanto aos movimentos guerrilheiros no Chile e na Bolívia, como às ligações transnacionais entre os atores esquerdistas, conseguindo distinguir entre as ações rurais e as urbanas e colocando os tupamaros uruguaios como um risco mais intenso até mesmo do que Havana.

Se na Casa Branca o apoio de Cuba às guerrilhas sul-americanas já era visto em uma fase decrescente, em Brasília a cúpula da ditadura militar recebia informes distintos, principalmente após a posse de Allende. O que a inteligência de ambos os países concordava era que o Chile entrava na rota guerrilheira e, com a mudança de centenas de brasileiros de Montevideu para Santiago, se tornava uma das prioridades para o monitoramento do regime por meio, por exemplo, do CIEX.

Menos de dez dias após a posse de Allende, o presidente Médici já era informado pelo Itamaraty de que entre 50 e 150 asilados e banidos brasileiros estavam gradualmente concentrando-se no Chile, provenientes de Argélia, China, Havana, Uruguai e Bolívia. O documento ainda argumentava que tal movimento ocorria com apoio do governo Allende, citando o consentimento do ministro do Interior, José Tohá Gonzalez, que teria garantido que os nomes desses brasileiros não constariam em listas oficiais. Os deslocamentos eram financiados por “organizações subversivas brasileiras, sendo o Uruguai uma das principais vias de encaminhamento”. A posterior chegada ao Brasil ocorreria via Bolívia para concentrações no Paraná e no Mato Grosso. O MIR (Movimiento Izquierda Revolucionario), que não fazia parte da Unidade Popular, mas prestava um apoio crítico a Allende e teria ligações com Havana, Pequim e Argel, já teria disponibilizado dois campos de treinamento em Santa Bárbara e Concepción. O treinamento seria feito por brasileiros preparados em Havana, além da assistência de técnicos cubanos no nível de major (BRASIL, 1970o).

Se em novembro de 1970 o regime militar brasileiro contabilizava até 150 asilados brasileiros no Chile, no início de 1971 esse número já chegava a cerca de 300, segundo o

SNI. O principal órgão da inteligência brasileira aprofundava as informações recebidas do Itamaraty, indicando que a origem de tais “subversivos” era diversa, de Brasil, Uruguai, Bolívia, Argélia, Cuba, França e Tchecoslováquia. Ainda de acordo com o SNI:

Havana e Santiago estão favorecendo e incentivando a união de diversos grupos subversivos dos vários países continentais, utilizando como elementos de atração o fornecimento de adestramento, apoio geológico e, eventualmente, contribuição financeira, atribuindo máxima prioridade às atividades subversivas contra o BRASIL (SNI, 1972a).

As informações sobre os campos de treinamento de guerrilheiros eram semelhantes às do Itamaraty, com dois locais tendo sido reativados em fins de 1970 para uso do MIR e por grupos subversivos de outros países, especialmente brasileiros, mas também com participação de argentinos (SNI, 1972a).

O SNI também acusava o governo Torres de manter contato com asilados brasileiros não apenas na Bolívia, mas também no Chile e no Uruguai, em trabalho que era feito pelos “subversivos” Izidoro Vianna Gutierrez, Cândido Aragão e Joaquim Pires Cerveira. De acordo com o SNI, “a intenção da cúpula subversiva seria a de preparar uma organização militar, suficientemente grande para sobreviver a choques frontais com as unidades antiguerrilheiras das Forças Armadas brasileiras” (SNI, 1972a).

Ou seja, nos primeiros meses de Allende no poder, a ditadura brasileira já considerava que os governos cubano e chileno atuavam ativamente para apoiar os seus opositores asilados na preparação de uma invasão ao Brasil. Pouco mais de seis anos após o golpe de 1964 e dois do AI-5, fatos históricos que levaram os opositores a deixarem o Brasil para múltiplos destinos, agora tais asilados tinham um território seguro para se reunir e planejar ações contra o regime militar, com o apoio do governo local. A percepção de ameaça era ainda maior devido à proximidade geográfica do Chile ao Brasil.

No decorrer de 1971, tal percepção ganhou ainda mais força. Em abril, Médici era informado de que Fidel Castro e Salvador Allende haviam dividido o continente americano para facilitar o trabalho de subversão, com Havana sendo responsável pelas ações na América Central, enquanto Santiago coordenava as ações na América do Sul. O documento também relatava que os dois governos haviam dado prioridade máxima às operações contra o Brasil, por ser elemento chave no continente e ter conseguido, até aquele momento, neutralizar as guerrilhas (BRASIL, 1971h).

Em agosto de 1971, o presidente Médici recebeu informações de que os líderes da subversão brasileira, sediados no Chile, haviam decidido pela “utilização dos territórios

do Peru e da Bolívia para bases de subversão no Brasil”, o que seria um fato “incontestável”, com futura entrada por Rondônia e Acre. “O governo Torres não pode desconhecer o trabalho dos brasileiros em seu território”, mas “nada indica estar o governo peruano a par do assunto”. Além de brasileiros, tal movimento também contaria com bolivianos, chilenos, uruguaios e argentinos. O documento ainda conclui que o êxito da ditadura em conter ações terroristas dentro do território nacional parecia ter contribuído para o início do planejamento de iniciativas nos países limítrofes, “onde agem com relativa segurança” (BRASIL, 1971).

Em suma, até meados de 1971, tanto o regime militar brasileiro como a Casa Branca tentavam monitorar de perto as ações guerrilheiras no Chile e na Bolívia. Ou seja, a chegada ao poder de Allende e Torres aumentara a percepção de ameaça para os dois países. Do lado norte-americano, o principal risco era o estabelecimento de uma nova base soviética na região. Já para a ditadura militar, a presença de opositores nestes dois países representava um risco concreto de confronto, de acordo com os documentos acima, que vinham de fontes diferentes e detalhavam inclusive os estados por onde os conflitos poderiam ser iniciados. Além disso, tanto Nixon como Médici estavam atentos aos laços transnacionais entre esses atores.

Ainda que tais informações tivessem origem em órgãos de confiança do governo, como o Itamaraty e o SNI, parte da literatura considera que os relatos eram exagerados ou inverídicos. De acordo com Simon, o governo Allende em nenhum momento incentivou a realização de atividades guerrilheiras em seu território. No caso chileno, figuras centrais da comunicação diplomática brasileira, como o embaixador Câmara Canto, teriam enviado mensagens a Médici (SIMON, 2021, p.75).

De qualquer forma, o governo Médici não era o único sul-americano que percebia a administração Allende como ameaçadora. Em documento da coleção Informações para o Senhor Presidente da República, o Itamaraty registrava que a “Argentina sabe-se extremamente vulnerável a ações armadas oriundas de ‘santuários’ chilenos”. A fonte primária também defendia que era o momento do Brasil liderar uma contra ofensiva para reagir ao avanço esquerdista no Chile, no Peru e na Bolívia (BRASIL, 1970p).

No entanto, enquanto os grupos guerrilheiros desenvolviam suas atividades transnacionais, os governos sul-americanos ainda começavam a se articular na colaboração pela repressão. Em junho de 1970, os governos de Brasil e Argentina discutiam o estabelecimento de troca de informações sobre ações da subversão, sendo que o chanceler argentino propôs maior cooperação bilateral sobre o assunto por questão

de sobrevivência, mas sem “acordo formal” (SILVEIRA, 1970a). Em julho de 1970, há um documento que mostra cooperação pontual entre os regimes brasileiro e argentino, após a prisão de um subversivo argentino no Brasil, que o governo Médici sinalizou que poderia transferir para o país vizinho (SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 1970a).

Em agosto de 1970, o governo Nixon reiterava a necessidade de os atores locais assumirem maior responsabilidade no combate às guerrilhas transnacionais, pois considerava que, até então, tal apoio era mínimo (JOHNSON, 1970). No mesmo mês, o Departamento de Estado já havia autorizado Buenos Aires a prestar assistência a La Paz no combate a guerrilhas após ser questionado sobre o assunto pelo próprio governo argentino. Washington também solicitava que, sem consultar o governo Médici, a embaixada norte-americana em Brasília comentasse qual seria a reação da ditadura brasileira sobre o tema (UNITED STATES, 1970a). Neste momento, porém, a partir de informações coletadas pelo adido militar em La Paz, o Brasil já tinha conhecimento de que EUA e Argentina haviam oferecido ajuda ao governo Ovando para o combate às guerrilhas (LOPES, 1970a). Mais do que isso, em 28 de julho de 1970, Joffre Sampaio apresentou uma lista de pedidos militares da Bolívia para atuar contra o foco guerrilheiro (SAMPAIO, 1970, p.22).

Em agosto de 1970, o Itamaraty indicava que o Brasil estava sendo pressionado a enviar armas e equipamentos para conter guerrilhas na Bolívia e reiterava o pedido por cooperação ao menos na troca de informações com a Argentina (SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 1970b). O chanceler argentino, por sua vez, respondeu que só havia recebido pedidos de medicamentos, o que não era verdade, segundo os documentos expostos acima (SILVEIRA, 1970b).

Em novembro de 1970, em novo episódio de desconfiança entre os vizinhos, o diretor da DSI do Itamaraty, Luiz Mello, questionava informações recebidas via Buenos Aires sobre a “Reunião de Canelones”, que teria reunido guerrilheiros de vários países em abril do mesmo ano (MELLO, 1970)³⁷.

Ou seja, as fontes primárias recentemente desclassificadas de Brasil e Estados Unidos e usadas nesta tese sugerem que os países sul-americanos não confiavam tanto entre si e nem mesmo em Washington para o compartilhamento de informações sobre a repressão. A colaboração que existia até o final de 1970 era de forma pontual e com

³⁷ Informações semelhantes podem ser encontradas na coleção de Maços Temáticos Secretos, Caixa 232, do Arquivo Histórico do Itamaraty.

desconfianças de ambos os lados, já que Buenos Aires se mostrava reticente de compartilhar informações com Brasília sobre a sua relação com a Bolívia, enquanto a ditadura brasileira não confiava nas informações que recebia do país vizinho.

Com as chegadas de Torres e Allende às presidências de Bolívia e Chile, que representaram dois revezes à ditadura brasileira, a percepção de ameaça cresceu na América do Sul entre os militares anticomunistas. Dessa forma, os governos de Nixon e Médici tiveram que alterar a sua estratégia para a região, conforme veremos no próximo capítulo.

4 A REAÇÃO ANTICOMUNISTA NA AMÉRICA DO SUL EM 1971

Com a chegada ao poder de Allende e, em menor importância, de Torres, os governos de Brasil e Estados Unidos fizeram alterações em suas políticas para a América do Sul, cada um à sua maneira. Neste capítulo, dividido em três partes, começaremos detalhando a discussão para mudar a política para o continente em Washington e Brasília.

No caso da Bolívia, o regime militar brasileiro permaneceu alinhado com as forças anticomunistas que foram derrotadas por Torres em outubro de 1970. A segunda seção deste capítulo é composta por dois tópicos. No primeiro deles, apresenta-se o episódio em que tais forças lideraram uma nova tentativa fracassada de golpe de Estado, em janeiro de 1971, desta vez com o governo boliviano acusando o envolvimento de atores brasileiros. Militares norte-americanos na Bolívia também são acusados pelo governo em participação em outra tentativa de golpe, em abril, também detalhada nesta parte do trabalho. No outro tópico desta seção, expõe-se a chegada ao poder de Hugo Banzer em agosto de 1971, na Bolívia. Neste golpe de Estado, novamente há indicações nas fontes primárias de participação brasileira, o que será discutido também com a literatura teórica.

A parte final deste capítulo, sobre o Uruguai, também é dividida em dois tópicos. No primeiro deles, detalhamos o início da relação bilateral entre a ditadura militar brasileira e os governos democráticos uruguaios, permeada pela presença de asilados brasileiros em Montevidei. Já na última seção, apresentamos novos documentos sobre o envolvimento do governo Médici no processo eleitoral uruguaio de novembro de 1971, por meio do SNI e do Itamaraty, em operação aprovada pelo presidente.

4.1 Ajuste na política externa de Nixon e Médici após vitória eleitoral de Allende

Após a posse de Allende, o governo Nixon realizou uma revisão em sua política externa para a América Latina, que havia sido desenvolvida durante todo o ano de 1969 e envolvido não apenas a burocracia interna da Casa Branca, mas também o governador Rockefeller e uma longa lista de assessores. Cerca de um mês depois de Allende iniciar seu mandato no Chile, Kissinger solicitou, a pedido de Nixon, um novo estudo que reavaliasse as conclusões de 1969 à luz dos fatos recentes que ocorreram na região (KISSINGER, 1970d). Além da região como um todo, também foram revisadas análises específicas para Brasil e Chile.

Tal trabalho foi iniciado antes mesmo desse pedido formal de Kissinger de 10 de dezembro de 1970. Uma das iniciativas da Casa Branca foi o envio de Vernon Walters para Brasil e Argentina, entre a aprovação de Allende pelo Congresso chileno e a sua posse efetiva. Ao reportar a sua viagem para Kissinger e Nixon, Walters reiterou argumentos que ele e Rockefeller já haviam sugerido no início do mandato: que a Casa Branca se aproximasse dos militares brasileiros e argentinos, por meio, por exemplo, da venda de armamentos modernos. Com essa ajuda, argumentava Walters, seria mais fácil que Washington influenciasse tais países, delegando a seus regimes parte das responsabilidades na América do Sul, o que poderia ser mais aceitável para os vizinhos da região e com ações *low profile* (WALTERS, 1970). Além do conceito de delegação, as sugestões de Walters também reforçavam a necessidade de Washington fazer sinalizações de que esses países eram importantes, deixando claro a relevância dos simbolismos nas relações com os países latino-americanos, o que também foi destacado pela literatura (SPEKTOR, 2009; MARTIN, 2019).

Em novembro de 1970, ou seja, no mesmo mês em que Allende assumira a Presidência do Chile, a Casa Branca começou a discutir internamente a relação com o regime militar brasileiro, mas os tomadores de decisão estavam divididos sobre o novo caminho a seguir. Ao analisar o NSSM 67, estudo que havia sido feito sobre o Brasil antes da vitória de Allende, Arnold Nachmanoff, membro do NSC especializado em América Latina, argumentou a Kissinger que

a tendência do estudo de dar uma ênfase muito maior às considerações desenvolvimentistas do que políticas parece desproporcional em vista dos recentes desenvolvimentos no Chile. **Parece claro que um elemento importante de nossa estratégia atual envolverá a busca de apoio e cooperação sempre que possível do governo no Brasil em nossos esforços para frustrar a realização dos objetivos do governo Allende (NACHMANOFF, 1970b, tradução nossa)**³⁸.

Outro membro do NSC e um dos formuladores do estudo, K. Wayne Smith não concordou com as críticas de Nachmanoff. Para ele, seria um erro guiar as relações bilaterais com o regime militar brasileiro pelo propósito de dificultar o governo Allende de atingir seus objetivos. O funcionário norte-americano ainda lamentava que tinha entregado o trabalho há meses, sem receber qualquer sugestão até então (SMITH, 1970).

³⁸ No original: “the tendency of the Study to give far greater emphasis to developmental rather than political considerations appears out of proportion in view of recent developments in Chile. **It seems clear that a major element of our present strategy will involve seeking support and cooperation wherever feasible from the Government in Brazil in our efforts to frustrate achievement of the Allende Government’s objectives**” (NACHMANOFF, 1970b).

O estudo, que havia sido concluído em março, indicava que nenhuma ameaça à segurança brasileira ou norte-americana justificaria qualquer assistência militar ao Brasil. Qualquer apoio neste sentido deveria ser visto como uma acomodação política ao desejo de Brasília de modernizar suas Forças Armadas (UNITED STATES, 1970b).

Até então, em abril de 1970, a comunicação entre Médici e Nixon era considerada difícil devido à dureza do embaixador Charles Eldrick, segundo análise da equipe de Rockefeller (FRIELE, 1970a). Ainda que o relatório Rockefeller já tivesse sido publicado no final de 1969, ele e parte de seus assessores continuavam mantendo contatos com representantes da cúpula do regime brasileiro e buscando influenciar a tomada de decisões na Casa Branca.

Um dos principais assessores do republicano, Berent Friele escreveu a Kissinger em setembro de 1970 argumentando que o governo precisava dar mais atenção ao Brasil, ao menos simbolicamente, para evitar retrocessos nos esforços bilaterais desenvolvidos nos últimos 30 anos. Tal conclusão surgiu após viagem a Brasília e contatos com Manso Neto, um dos principais assessores do presidente até então, e o filho de Médici, Roberto, quando o regime sinalizou preocupação com Chile, Peru e Bolívia (FRIELE, 1970b).

Na revisão sobre a política para a América Latina, realizada em dezembro de 1970, o objetivo da Casa Branca passou a ser “estabelecer e manter relações próximas com os líderes militares” da região, principalmente nos países onde os militares representavam uma força política relevante (KISSINGER, 1970c). Foi em meio às discussões sobre como se aproximar do Brasil que surgiu a ideia da visita de Médici aos EUA, assunto que será detalhado no próximo capítulo (NACHMANOFF, 1970a).

No caso do Brasil, Martin argumentou que o próprio Nixon fazia questão de se aproximar ainda mais do regime militar comandado por Médici, ainda que Kissinger não estivesse totalmente convencido disso (MARTIN, 2019, p.196). Spektor, por sua vez, viu nas figuras de Kissinger e Rockefeller um ponto central na busca por se aproximar do Brasil e implementar a política de delegação sobre a qual o norte-americano já havia escrito antes mesmo de chegar ao governo (SPEKTOR, 2009).

Além do Brasil e da América Latina, a Casa Branca também reavaliou a sua relação com o Chile após a vitória de Allende, que Nixon classificou como “fria e correta”, mas também aumentando a pressão para dificultar a implementação de políticas contrárias aos interesses norte-americanos (KISSINGER, 1970b). Nos meses de novembro e dezembro de 1970, o governo Nixon adotou uma série de medidas para se afastar de Santiago, como a suspensão do envio de tanques que já haviam sido contratados

pelo Chile e o adiamento de respostas sobre a venda de aviões e a obtenção de novos empréstimos (KISSINGER, 1970e). Nos primeiros dias no cargo, o presidente chileno retomou as relações diplomáticas com Cuba, o que também levou Washington a se articular com países da região, principalmente Brasil e Argentina, para evitar o avanço do tema na OEA (NACHMANOFF; KENNEDY, 1970). O Departamento de Estado também se preparou para fornecer informações obtidas abertamente e em segredo (*covert*) para convencer outros países da região sobre as ligações do novo governo de Santiago com grupos subversivos, fazendo com a que a postura norte-americana fosse compreendida e acompanhada (UNITED STATES, 197-).

O argumento de que Nixon se viu obrigado a reajustar a sua política externa após a chegada de Allende ao poder também foi desenvolvido por Martin. O autor considera que a Casa Branca teve que se preocupar mais com os fatos presentes do que com uma perspectiva futura. Martin argumentou que a falta de apoio no Congresso e a priorização do Vietnã e do Oriente Médio também colaboraram para dificultar a implementação da política que havia sido alinhada em 1969. Na reavaliação de Washington, o foco passava a ser nas relações bilaterais com os países maiores e com governos anticomunistas (MARTIN, 2019).

Se nos Estados Unidos o governo Nixon decidiu ajustar a sua política externa para a América Latina após a posse de Allende, dentro do regime militar brasileiro também surgiram vozes semelhantes. Em novembro de 1970, Gibson Barboza sugeria a Médici que o Brasil tomasse a iniciativa e a direção do resto da região. O primeiro passo neste caminho seria uma aproximação da Argentina e, posteriormente, de Colômbia, Peru e Venezuela. Com a criação de um bloco de países “democráticos”, ficaria prejudicada qualquer tentativa de expansão de uma suposta aliança entre Havana, Santiago, La Paz e Lima (BRASIL, 1970p). O ano de 1971 reservava desafios para a ditadura militar brasileira em seu continente, principalmente na Bolívia e no Uruguai, conforme veremos nas próximas seções.

4.2 Os dez meses de governo Torres até o golpe de Estado que levou Banzer ao poder na Bolívia

O processo de derrocada do governo Torres na Bolívia será detalhado em dois tópicos nesta seção. No primeiro deles, abordamos tentativas fracassadas de derrubar o

presidente boliviano. Já no segundo, apresentamos os acontecimentos mais importantes que levaram ao golpe de estado de agosto de 1971.

4.2.1 Tentativas fracassadas de depor Torres no primeiro semestre de 1971, com acusações a atores brasileiros e norte-americanos

Depois de chegar ao poder na Bolívia surpreendendo os observadores dos governos de Brasil e Estados Unidos, o general Torres teve que conviver com a percepção que tais países tinham sobre suas convicções esquerdistas e a proximidade com as guerrilhas transnacionais.

No Brasil, a primeira análise do governo Torres foi a de que, em seu discurso de posse, ele havia se classificado como “nacionalista de esquerda”. O Itamaraty recomendava aguardar mais alguns dias para avaliar o quanto o novo presidente conseguiria equilibrar as demandas da esquerda com os militares anticomunistas, que continuavam na chefia das Forças Armadas, mas sugeria o reconhecimento do novo governo em breve, o que Argentina já havia feito (BRASIL, 1970m). Poucos dias depois, a ditadura brasileira reconheceu o governo Torres, com o Itamaraty sinalizando internamente uma moderação do presidente (BRASIL, 1970n).

Em Washington, Viron Vaky via Torres como mais radical que os generais peruanos, com potencial nasserista, em referência ao líder militar egípcio Gamal Abdel Nasser, que governou seu país de 1954 a 1970 (KISSINGER, 1970a). Após o primeiro encontro do embaixador norte-americano com o novo presidente da Bolívia, porém, Ernest Siracusa argumentou que, se Washington tivesse paciência e flexibilidade, poderia se dar bem com o general Torres (SIRACUSA, 1970a).

Um dos principais problemas do novo governo foi conviver com a instabilidade política boliviana. Já em novembro de 1970, em seu segundo mês como presidente, Torres dizia ao embaixador norte-americano que tinha ciência da pressão que continuava a ser realizada dentro das Forças Armadas. Os dois nomes então citados foram os do general Miranda, que fazia parte do grupo rival a Torres desde o governo anterior, e do próprio ex-presidente Ovando Candia, seu antigo aliado (SIRACUSA, 1970a).

Neste mesmo mês, a embaixada brasileira também informava à cúpula do governo Médici sobre três planos para derrubar Torres, sendo que um deles era liderado por Banzer e outro pedia o retorno à presidência de Victor Paz Estenssoro, que havia chefiado o país de 1952 a 1956 e de 1960 a 1964 (LOPES, 1970c). Apesar da profusão de ameaças

golpistas, Torres tinha clareza que o maior risco era a ala comandada por Miranda e Banzer. Na tentativa de enfraquecer seus adversários políticos, o presidente abriu processos internos contra cerca de 200 oficiais ligados a esse grupo anticomunista e também transferiu Banzer para o interior do país para dificultar a conspiração em La Paz, segundo relatos da embaixada brasileira na Bolívia (COSTA, 1970a; COSTA, 1970b).

Apesar de ter negado publicamente a sua participação em ações golpistas, Banzer seguia organizando a oposição a Torres. Em janeiro de 1971, uma nova tentativa de golpe abalou as relações entre Brasil e Bolívia. Liderados por Banzer, os golpistas chegaram a tomar o prédio do Estado-Maior do Exército boliviano, prendendo os comandantes das três armas e da inteligência militar (SIMON, 2021, p.126; GASPARI, 2003, p.347).

Ao conseguir reprimir a tentativa de golpe, Torres afirmou que os envolvidos eram os mesmos que tinham tentado derrubar o governo Ovando Candia no ano anterior, mas desta vez o presidente boliviano também ressaltava a participação do Brasil. Em documento norte-americano, os citados foram os coronéis Hugo Banzer e Edmundo Valencia e também há menção a evidências de que o regime brasileiro poderia estar envolvido (ELIOT JR, 1971a). O documento ainda questionava a capacidade dessa ala militar boliviana não apenas para realizar o golpe de Estado, mas também para governar o país. Cinco militares se asilaram na embaixada brasileira de La Paz após Torres conseguir abafar a tentativa (LOPES, 1971e). Banzer, por sua vez, decidiu se asilar na Argentina.

Três personagens brasileiros teriam participado da conspiração: Hugo Bethlem, ex-adido militar e ex-embaixador em La Paz, reformado em 1960, e os adidos brasileiros do Exército e da Aeronáutica, Joffre Sampaio e Hernani Ferraz de Almeida, respectivamente. O governo Torres inocentou Sampaio, mas pediu à embaixada que enviasse Hernani Almeida de volta ao Brasil para que ele não fosse considerado *persona non grata* no país, uma vez que haveria provas contra ele (BRASIL, 1971a)³⁹. Vale destacar que, até o governo anterior, o Brasil tinha apenas Joffre Sampaio como adido na Bolívia. A chegada de Ferraz de Almeida a La Paz era parte da estratégia elaborada pelo Estado-Maior das Forças Armadas, a pedido do Conselho de Segurança Nacional, para aprofundar as relações entre os militares dos dois países (SILVA, 1970).

Segundo o noticiário da imprensa esquerdista boliviana, relatado em fontes primárias norte-americanas, Bethlem teria distribuído **dinheiro para civis e militares** em

³⁹ Informação semelhante pode ser encontrada no Arquivo Histórico do Itamaraty, na coleção de Maços Secretos, Caixa 215.

Cochabamba. Um dos civis envolvidos na tentativa de golpe foi preso e, em depoimento, admitiu ter se encontrado algumas vezes com Hugo Bethlem (SIRACUSA, 1971a).

A embaixada respondeu a Brasília que Almeida e Bethlem teriam apenas feito “contatos imprudentes com certos elementos locais” comprometidos com a tentativa de golpe (BRASIL, 1971a)⁴⁰. Seguindo as orientações provenientes do Brasil, a missão brasileira em La Paz negou todas as demais acusações do governo Torres (SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 1971b). Vale destacar, porém, que a documentação produzida por Sampaio, apresentada no capítulo anterior, também deixa clara a sua atuação junto à ala anticomunista dos militares bolivianos.

Internamente, o então embaixador em La Paz, Alberto Raposo Lopes, foi repreendido por Brasília por não ter comunicado que Bethlem havia se hospedado na embaixada. O embaixador pediu desculpas, por meio de telegrama, pelas faltas e omissões que poderia ter incorrido em razão de uma excessiva boa fé e justificou que havia tido dificuldades em informar com precisão devido à sequência de tumultuadas ocorrências que colocaram em risco a integridade física dos membros da missão (LOPES, 1971c). Em outro telegrama, Lopes também argumentou que hospedou Bethlem na embaixada devido à sua alta patente no Exército e que desaconselhara Bethlem a fazer qualquer participação na política interna boliviana, mesmo com o militar argumentando que estava no país apenas para rever antigos amigos e fazer turismo (LOPES, 1971b).

Ainda que Bethlem não estivesse a serviço do governo Médici, o seu envolvimento na tentativa de golpe na Bolívia em janeiro de 1971 também se enquadra na tipologia de táticas desenvolvidas por O’Rourke. A participação de elementos privados no processo de desestabilização de um regime pode ser realizada com o objetivo de facilitar o afastamento do governo de determinada ação, como prevê o conceito de *plausible deniability*. No caso de Bethlem, ficou evidente o uso da tática de patrocínio a golpes de Estado e a grupos dissidentes. Além disso, mesmo que as ações do militar não estivessem alinhadas com a ditadura, vale reforçar o uso da estrutura do Estado ao se hospedar na embaixada e a sua trajetória no Exército e como antigo representante do Brasil em La Paz como adido e embaixador, o que facilitava a sua circulação entre atores locais. A literatura existente também identificou a atuação de Bethlem (BANDEIRA, 2010; SCHILLING, 1981).

⁴⁰ Informação semelhante pode ser encontrada no Arquivo Histórico do Itamaraty, na coleção de Maços Secretos, Caixa 215.

Na documentação brasileira, também há menção a acusações da imprensa boliviana ao governo argentino (LOPES, 1971d). No entanto, não encontramos outras fontes primárias que reforcem tal ponto, nem nos arquivos brasileiros, nem nos norte-americanos, com qualquer declaração do governo Torres neste sentido. Assim, é mais uma possível avenida de pesquisa para trabalhos futuros.

O governo Nixon também foi acusado de tramar contra a continuidade de Torres na Presidência boliviana. Em abril de 1971, dois adidos militares dos Estados Unidos, os majores Cowel Leibach e Nathaniel C. Lee, foram acusados de se reunir com políticos para organizar um golpe contra o governo Torres. Agentes bolivianos fizeram buscas nas casas dos militares norte-americanos, o que teria ocorrido por engano, segundo o chanceler Huascar Taborga (UNITED STATES, 1971a).

Ainda assim, esse caso gerou atrito entre Washington e La Paz. Isso porque, em junho de 1971, a expulsão de militares norte-americanos era justificada por esse episódio, que, segundo a CIA, o governo norte-americano não havia conseguido negar com eficiência. “As bases para a expulsão do Grupo Consultivo de Assistência Militar foram lançadas em abril, quando membros da missão militar foram acusados de conspiração de golpe e os EUA não conseguiram obter uma retratação oficial definitiva das falsas acusações” (CIA, 1971a, tradução nossa)⁴¹.

O estudo de tentativas fracassadas de mudança de regime é considerado uma área fundamental de agenda de pesquisa para os próximos anos (DARWICH, 2017). Ambos os episódios abordados nesta seção podem nos ajudar a avançar com a literatura teórica sobre o assunto. No entanto, conforme argumenta O'Rourke, cada país deve ser tratado como um estudo de caso ao final de um processo político. Portanto, é indispensável que estudemos os próximos acontecimentos na Bolívia em 1971, conforme faremos abaixo.

⁴¹ No original: “The groundwork for the Military Assistance Advisory Group expulsion was laid in April, when members of the US military mission were accused of coup plotting and the US failed to obtain a definitive official retraction of the false charges” (CIA, 1971a).

4.2.2 Hugo Banzer lidera golpe de Estado na Bolívia em agosto de 1971

Mesmo depois de serem acusados como participantes de tentativas de golpe pelo governo Torres, Brasil e Estados Unidos seguiam planejando alternativas para a Bolívia, cada um à sua maneira.

No mês de junho de 1971, em contato com autoridades norte-americanas, representantes dos regimes brasileiro e argentino consideravam os militares como a melhor alternativa para a Bolívia. Em meio ao processo de possível expulsão dos adidos norte-americanos, os dois países sul-americanos também destacaram a importância da presença de Washington em La Paz. Gibson Barboza confidenciou ao embaixador norte-americano em Brasília que o regime brasileiro, apesar de muito insatisfeito com Torres, ainda tinha dificuldades para decidir quais políticas implementar na relação bilateral e que uma saída norte-americana abriria espaço para os soviéticos na região (ROUNTREE, 1971a). O então embaixador argentino em La Paz, por sua vez, pediu ao seu homólogo norte-americano que “fizesse algo” pelos militares bolivianos e que tal ação ocorresse imediatamente (SIRACUSA, 1971b).

Nas discussões internas do governo Nixon sobre a Bolívia, também em junho de 1971, os norte-americanos reconheciam que os militares eram “a única instituição viável que tem uma preocupação real com a virada para a esquerda de hoje e um potencial para fazer algo a respeito” (SIRACUSA, 1971c, tradução nossa)⁴². Vale destacar que, já que Torres também era militar, quando os governos de Brasil, Argentina e Estados Unidos mencionavam as Forças Armadas como a melhor alternativa para a Bolívia, faziam menção à parcela anticomunista dessas instituições.

No mesmo documento, o embaixador de Nixon em La Paz também enumerava uma série de decepções com Torres e argumentava que, a menos que o governo boliviano apresentasse alguma mudança ou fosse substituído por algo melhor, Washington tinha muito a perder nos próximos meses. A principal preocupação do diplomata era que a Bolívia pudesse se tornar uma espécie de novo satélite da União Soviética na região a um custo baixo: “A nossa conclusão é que devemos fazer algo para combater isso e que

⁴² No original: “the only viable institution that has both real concern with today’s leftward swing and a potential to do something about it” (SIRACUSA, 1971c).

devemos fazê-lo por meios positivos e imediatamente” (SIRACUSA, 1971c, tradução nossa)⁴³.

Ou seja, para além da preocupação com as guerrilhas transnacionais, Washington também queria evitar, em meio à Guerra Fria, que a União Soviética tivesse outro aliado na região, além de Havana e Santiago. De acordo com Simon, a KGB e o governo soviético, de fato, analisaram a possibilidade de mandar armas e dinheiro a Torres para afastar possibilidade de golpe (SIMON, 2021).

Ainda em junho de 1971, a CIA informava à Casa Branca sobre o desenvolvimento de uma frente comum contra o governo Torres, que reuniria grupos civis e militares de bolivianos dissidentes, que tinham o objetivo de atuar de forma coordenada e estavam intensificando *plotting activities* (CIA, 1971a). O documento relatava ainda que havia poucas evidências de que a URSS tivesse objetivos mais amplos no país e que sua ação tinha sido mais de retórica do que de substância até o momento.

A estratégia desenvolvida por Washington na Bolívia ficou conhecida pela expressão *two track*: enquanto mantinha relações e pedia moderação a Torres, também financiava alguns de seus opositores. Em uma iniciativa que causou atritos dentro do governo Nixon, a CIA enviou uma quantia em dinheiro para dois militares dissidentes (UNITED STATES, 2023). Em reunião do Comitê dos 40, ficou clara a divergência interna, sendo que Charles Meyer, especialista em América Latina do Departamento de Estado, indicou que Argentina e Paraguai pareciam mais preocupados do que o Brasil com a questão boliviana (JESSUP, 1971).

Em agosto de 1971, assessores de Torres argumentaram que a nova organização do golpe era patrocinada por entidades estrangeiras de Brasil, Paraguai e Argentina, com concentração em Santa Cruz de la Sierra, região mais influenciada pela presença de brasileiros (AMERICAN EMBASSY IN LA PAZ, 1971).

Especificamente sobre o envolvimento do Brasil na queda de Torres, ocorrida em agosto de 1971, as fontes primárias mais esclarecedoras foram produzidas nos dias posteriores ao golpe. Em um diálogo entre Banzer e o embaixador brasileiro em La Paz, Claudio Garcia de Souza, menos de dois meses após o golpe de Estado, o presidente boliviano questiona “se era verdade, como disse o General Bethlem [...] que o auxílio dado pelo Brasil, durante os acontecimentos de agosto último, fôra conseguido por ação pessoal daquele militar brasileiro junto ao nosso Governo” (BRASIL, 1971o). Neste

⁴³ No original: “It is our conclusion that we must do something to fight this and that we must do it by positive means and immediately” (SIRACUSA, 1971c).

documento, fica clara a colaboração do Brasil com o golpe de Estado, ainda que não se detalhem as ações executadas e que o diplomata negue o protagonismo de Bethlem. Além disso, na mesma fonte primária, o presidente Banzer confirma que manteve relações com Bethlem desde quando o brasileiro ocupou a adidância em La Paz, continuando a se corresponder mesmo quando o boliviano esteve asilado na Argentina. Ou seja, nem mesmo após ser acusado de uma tentativa fracassada de golpe, Bethlem deixou de manter contato com Banzer e de ser visto, ao menos por parte dos golpistas bolivianos, como um ponto de contato com o governo brasileiro.

Em fevereiro de 2023, o jornalista Walter Sotomayor publicou na revista *Piauí* um artigo em que, também baseado em fonte primária, argumenta que Bethlem recebeu em Brasília o agente secreto boliviano Oscar F. Barrientos e que teria o levado até o presidente Médici, quando se negociou a liberação de armas para uso no golpe de Estado de agosto de 1971 (SOTOMAYOR, 2023).

Em telegrama para a secretaria-geral do Itamaraty em setembro de 1971, o embaixador Claudio Garcia de Souza descreveu dois encontros que sugerem o apoio militar brasileiro ao golpe na Bolívia. Em um deles, o adido militar brasileiro em La Paz detalhara a Souza que teria havido remessa de armas de empresários paulistas, transportadas por avião da FAB (Força Aérea Brasileira), via Corumbá e Puerto Suárez até Santa Cruz de la Sierra (SOUZA, 1971d).

Além disso, outros documentos mostram que o regime brasileiro também patrocinou diretamente o momento do golpe de Estado. Em conversa do embaixador brasileiro com o novo chanceler boliviano, Mario Gutierrez afirmou que “as Forças Armadas de seu país [...] não poderiam esquecer a colaboração em nível castrense recebida do Brasil no momento da Revolução” (SOUZA, 1971d).

A avaliação da CIA, dois meses depois do golpe de 1971, era a de que

Argentina, Brasil e Paraguai serviram de bases de operação para os conspiradores anti-Torres e ajudaram sutilmente em seus esforços para tomar o poder. Tendo participado da reversão do curso para a esquerda da Bolívia, esses vizinhos continuam a mostrar um grande interesse pelos assuntos bolivianos (CIA, 1971c, p.7, tradução nossa)⁴⁴.

⁴⁴ No original: “Argentina, Brazil, and Paraguay served as bases of operation for the anti-Torres plotters and subtly aided their effort to seize power. Having taken part in the reversal of Bolivia’s leftward course, these neighbors are continuing to show a keen interest in Bolivian affairs” (CIA, 1971c, p.7).

Ou seja, de acordo com o relato da CIA, a colaboração desses três países ao golpe de Estado não se limitou ao envio de armas, mas também ao patrocínio dos grupos golpistas e ao oferecimento de seus territórios para a organização do golpe. Em outro documento da agência de inteligência norte-americana, de 1972, há menção ao fornecimento de armas e suprimentos, da parte do regime brasileiro, para Banzer e seus aliados durante a disputa pelo poder (CIA, 1972).

A satisfação com a queda de Torres e a posse de Banzer foi tanta que, um dia após o golpe de Estado, o chanceler Mário Gibson Barboza escreveu ao presidente Médici que “o novo Governo mostrará sensível simpatia pelo Brasil” (BRASIL, 1971m). Gibson elencou dois pontos principais para essa perspectiva positiva de relação bilateral: o relacionamento antigo entre alguns integrantes do novo governo com funcionários do regime brasileiro e a inclinação política anticomunista dos novos líderes de de La Paz.

De acordo com Simon, citando documentação chilena, as informações internas no governo Allende davam conta que o Brasil tinha 20 mil homens na fronteira com a Bolívia, caso Torres resistisse. O autor também argumenta que não houve alinhamento entre Brasília e Washington nesta mudança de regime (SIMON, 2021, p. 129).

Em suma, a participação brasileira, de acordo com os documentos levantados acima, se deu de três maneiras: a) doação de equipamentos bélicos, não só do governo brasileiro, mas também de empresários paulistas, com apoio logístico da FAB; b) doação de dinheiro; c) auxílio em bases de operação pré-golpe. Todas essas ações ocorreram de forma secreta e com a participação de outros atores que permitissem ao governo Médici negar o envolvimento na tentativa de mudança de regime. Dessa forma, o custo de tais operações para Brasília era bastante baixo.

A participação do governo argentino no golpe contra Torres, por sua vez, foi confirmada pelo presidente Lanusse em conversa com o embaixador dos Estados Unidos em Buenos Aires. “As soluções devem vir de dentro dos países em questão, mas essas soluções podem ser assistidas de fora, como a Argentina acaba de fazer com algum sucesso na Bolívia” (LODGE, 1971, tradução nossa)⁴⁵. Além do apoio ao golpe, a declaração de Lanusse também reforça outro ponto da literatura teórica sobre mudança

⁴⁵ No original: “Solutions must come from within countries concerned but these solutions can be assisted from outside such as Argentina has just done with some success in Bolivia” (LODGE, 1971).

de regime, de que o apoio exterior deve ser um empurrão adicional a ações organizadas por atores domésticos (DAUGHERTY, 2010).

4.3 O envolvimento brasileiro na política interna uruguaia até 1971

4.3.1 Os primeiros anos da relação entre a ditadura militar e Montevideú

Desde o golpe de Estado em 1964, a ditadura militar brasileira sempre se manteve atenta ao que ocorria no Uruguai. Um dos motivos iniciais para a atenção brasileira em relação a Montevideú foi porque alguns dos principais opositores ao regime, como o ex-presidente João Goulart e o ex-governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola se exilaram neste país vizinho, que também era o principal destino em número de asilados durante o governo Castello Branco.

Dada a proximidade geográfica entre os dois países e a presença de tais opositores em território uruguaio, a hipótese de intervenção brasileira no Uruguai foi bastante discutida durante o regime militar, de acordo com as fontes primárias e a literatura existente.

Em 1965, a CIA informava à Casa Branca de Johnson não ter dúvidas de que o Brasil de Castello Branco tinha um plano de contingência para invadir o Uruguai e que tal fato era discutido abertamente pelo regime militar como uma forma de pressionar Montevideú (CIA, 1965). Bandeira também apresentou relatos de planos de invasão no primeiro governo da ditadura militar, sendo que a principal ponderação para a sua implementação seria a postura da Argentina (2010, p.382-3).

Neste período, durante o governo Castello Branco, o Uruguai era dirigido por um Conselho Nacional de Governo, que tomava as decisões de forma colegiada. De acordo com análise da CIA de junho de 1965, tal sistema tinha sido um dos motivos para a deterioração econômica uruguaia (CIA, 1965). Tal modelo de governo, porém, foi substituído em março de 1967, no mesmo mês da posse de Costa e Silva no Brasil.

Enquanto esteve na Presidência, Costa e Silva viu a chegada ao poder de Jorge Pacheco Areco, que assumiu em dezembro de 1967, como consequência da morte por ataque cardíaco de Oscar Gestido, o primeiro presidente após o fim do Conselho Nacional de Governo. Então com 47 anos, Pacheco Areco foi caracterizado em memorando para Johnson como mais decidido que o seu antecessor e amigável aos Estados Unidos

(ROSTOW, 1967). Os dois principais desafios de Pacheco Areco eram a economia e a segurança interna, principalmente devido às ações dos tupamaros. Em ambas as áreas, Montevideu buscou apoio do regime brasileiro.

A situação econômica do Uruguai no início do governo Nixon era considerada delicada, segundo o relatório enviado pela missão Rockefeller. Os quatro principais setores da economia uruguaia que mais geravam produtos de exportação passavam por uma crise: lã, carne, couro e trigo (ROCKEFELLER, 1969d).

Em 1969, a ditadura militar fez uma série de concessões comerciais a Montevideu, principalmente nestes setores de maior produção no Uruguai, com o objetivo de aumentar as exportações uruguaias ao Brasil em cerca de US\$10 milhões e, com isso, contribuir para o fortalecimento interno de Pacheco Areco (BRASIL, 1969p). Tal negociação foi concluída durante visita do uruguaio ao Brasil sob Costa e Silva, em junho de 1969 (BRASIL, 1970b).

O segundo desafio de Pacheco Areco atingiu em cheio a relação com o regime militar brasileiro. O mandato do presidente uruguaio foi marcado pela implementação de medidas de exceção, como o estabelecimento do estado de sítio, que já ocorriam desde 1968 (FERNANDES, 2010).

Durante o governo Médici, autoridades brasileiras foram alvo de diversas ações de tupamaros. O exemplo mais conhecido foi o sequestro do cônsul Aloysio Dias Gomide, em julho de 1970⁴⁶. O diplomata foi libertado apenas em fevereiro de 1971, após seis meses sob cárcere privado, o que gerou tensão nas relações bilaterais entre os países, que chegaram a ser suspensas (BARBOZA, 1971). A posição de Pacheco Areco era intransigente no sentido de não negociar com os sequestradores, o que teria mudado apenas em janeiro de 1971, quando sinalizou a um emissário de Médici que poderia garantir a saída dos criminosos do país, caso entregassem os sequestrados com vida. O regime brasileiro, por sua vez, pressionou para que Montevideu negociasse com os tupamaros, como fez em episódios semelhantes dentro do Brasil (FREDERICO, 2020).

A relação dos tupamaros com parte dos opositores brasileiros que viviam no Uruguai, monitorada pela ditadura por meio do CIEX, também gerou outros atritos entre os países. Em fevereiro de 1969, o Uruguai concedeu asilo ao jornalista Roberto Emilio Manes a contragosto da ditadura brasileira, que o qualificava como criminoso comum

⁴⁶ Outro caso relatado nas fontes primárias foi o sequestro por algumas horas de um funcionário do Banco do Brasil em setembro de 1970, quando recebeu ameaças para que deixasse o país e voltasse ao Brasil, tendo tido o seu carro roubado (BRASIL, 1970j).

(BRASIL, 1969d). Por outro lado, conforme argumentado no capítulo anterior, também havia cooperação pontual contra os chamados “subversivos”: no segundo dia do governo Médici, em 1 de novembro de 1969, o governo uruguaio entregou à ditadura brasileira o opositor Wilson do Nascimento Barbosa, em decisão que teria sido aprovada dias antes pelo general Jayme Portella, considerado braço direito de Costa e Silva. O transporte de Wilson Barbosa ao Brasil ocorreria como parte de uma troca de presos políticos, com tupamaros sendo enviados ao Uruguai. Em documento recebido por Médici, porém, Gibson Barboza ressaltava que o Itamaraty não havia adotado nenhuma ação para a entrega de tupamaros às autoridades uruguaias (BRASIL, 1969v). O relatório da CNV, por sua vez, concluiu de forma contrária, ao argumentar que o Ministério das Relações Exteriores teve “envolvimento direto, e em alto nível” ao menos neste episódio (BRASIL, 2014, p.231). O texto da CNV apontou para a participação específica do então embaixador brasileiro no Uruguai, Luiz Bastian Pinto, que participara das negociações que incluíam, por exemplo, a definição da data e do local onde o brasileiro seria entregue.

4.3.2 As eleições no Uruguai em novembro de 1971

Com a vitória de Allende no Chile, não foram apenas Nixon e Médici que perceberam a importância do ano de 1971 na América do Sul. Logo após o primeiro turno chileno, em setembro de 1970, Pacheco Areco foi até a embaixada brasileira em Montevideu e se disse preocupado com o resultado eleitoral no Chile. Na ocasião, destacou a responsabilidade que Brasil e Argentina teriam para colaborar com Uruguai e Paraguai (PINTO, 1970).

Nos primeiros meses de 1971, Pacheco Areco tentava amenizar os dois principais problemas do país antes da eleição presidencial, sempre se mantendo próximo dos regimes brasileiro e argentino. Em janeiro de 1971, o presidente uruguaio antecipava ao embaixador brasileiro que solicitaria ao Congresso uma prorrogação do estado de sítio no país, mas, a pedido de Médici, por um período menor do que o cogitado inicialmente. Pacheco Areco também destacou ao diplomata que as medidas de segurança tinham elevado a sua popularidade e citou que eventual vazamento de informações beneficiaria a Frente Ampla, coalizão de esquerda formada em fevereiro de 1971 (PINTO, 1971b). A política de segurança interna era um motivo de orgulho do presidente uruguaio, que adotou o slogan eleitoral de “Pacheco ou caos” (ELIOT JR, 1971c).

Na parte econômica, Pacheco Areco pedia ajuda a seus dois vizinhos. Em fevereiro de 1971, em encontro com o presidente argentino Levingston, o uruguaio conseguiu US\$ 32 milhões (BRASIL, 1971b). O presidente uruguaio citava a ameaça esquerdista em abril de 1971 para tentar um empréstimo com o Brasil (BRASIL, 1971c; BRASIL, 1971f). Em maio de 1971, o presidente uruguaio solicitou mais dois créditos de US\$15 milhões, um para o Brasil e outro para a Argentina (BRASIL, 1971i).

Para o regime brasileiro, conforme exposto até aqui nesta tese, a percepção de risco havia aumentado tanto no continente, com Allende e a instabilidade na Bolívia, como dentro do Uruguai, com as ações de tupamaros. Em consequência disso, o governo Médici identificou nas eleições presidenciais uruguaias de 1971 um momento fundamental para sua política externa, elaborando uma estratégia de envolvimento no pleito com meses de antecedência.

A eleição de novembro de 1971 no Uruguai era complexa. Cada eleitor tinha três votos para dar: 1) indicando se aceitava uma possível reeleição do presidente Pacheco Areco; 2) votando no partido de sua preferência; 3) escolhendo um entre os candidatos do partido preferido. Ao final da apuração, cada partido tinha um determinado número de votos, somando todos os seus candidatos no pleito. O presidente eleito seria o candidato com mais votos dentro do partido vencedor.

Ou seja, a busca por um candidato a apoiar na eleição uruguaia não era tarefa fácil, pois o regime militar brasileiro não tinha condições de saber se a reeleição seria aprovada e os partidos escolheram seus nomes para o pleito poucas semanas antes da votação. Para o governo Médici, porém, mais importante do que escolher o sucessor de Pacheco Areco era garantir que a esquerda não tivesse chances de chegar ao poder (BRASIL, 1971f).

O sistema político do Uruguai contava com dois partidos tradicionais, o Blanco (ou Nacional) e o Colorado, que se revezavam no poder há mais de 100 anos, sendo que o Nacional era mais conservador e ligado à população rural, enquanto o Colorado era considerado mais liberal e o preferido da classe média urbana (AMERICAN EMBASSY IN MONTEVIDEO, 1969). A coalizão de esquerda Frente Ampla se organizou inspirada na vitória eleitoral de Allende no Chile, que era vista como um exemplo para as forças esquerdistas uruguaias (BRASIL, 1971c).

Desde os primeiros telegramas sobre o pleito, a ditadura brasileira era informada de que a Frente Ampla não tinha chances reais de eleger o próximo presidente, mas poderia aumentar a sua bancada no Congresso (BRASIL, 1971e; BRASIL, 1971k).

Ainda assim, nos meses que antecederam o pleito, o embaixador em Montevideu, Luiz Bastian Pinto, escreveu uma série de telegramas em que repetia que a situação política uruguaia era delicada. Em abril, ao detalhar uma crise relacionada com a quebra do Banco Mercantil, o diplomata informou que os tupamaros atuavam com ousadia e tranquilidade frente à impotência do governo, que a Frente Ampla crescia, mas ponderava que Pacheco Areco ainda parecia a melhor figura política do país (PINTO, 1971c). Já em maio, Bastian Pinto dizia que muitas pessoas o haviam procurado argumentando que a segurança do Uruguai dependia do Brasil e da Argentina (PINTO, 1971a).

A estratégia da ditadura brasileira para interferir na eleição uruguaia de 1971 foi detalhada em um documento da série “Informações ao senhor Presidente da República”, desclassificado para o acesso de pesquisadores em 2018 e que também conta com exposição do SNI (ANEXO A).

Em 21 de junho de 1971, o presidente Médici autorizou “apoiar o Uruguai, moral e materialmente, a partir de agora até a eleição presidencial, empregando todos os recursos possíveis [...] por intermédio do SNI, com apoio do Itamarati” (BRASIL, 1971j). No documento em que consta o despacho de Médici, o chanceler brasileiro argumentava ao presidente que já havia conversado com o chefe do SNI sobre o assunto e que a operação deveria se basear em três pilares:

- a) apoiar, por todos os meios disponíveis, os grupos anti-comunistas uruguaios, visando a assegurar-lhes a vitória nas eleições de NOV/71;
- b) [...] reduzir ao mínimo possível os riscos de identificação da participação brasileira;
- c) procurar, com as necessárias cautelas, obter a coordenação do apoio brasileiro com o governo argentino, a fim de somar esforços (BRASIL, 1971j).

O primeiro ponto a se destacar na análise deste documento é a preocupação do regime brasileiro em não ter as suas ações descobertas. Tal elemento consta em dois dos três pilares aprovados por Médici: reduzir os riscos de identificação e procurar a participação de terceiros, no caso o governo argentino e grupos anticomunistas uruguaios. A literatura sobre intervenção estrangeira em processos de mudanças de regime prevê tal comportamento, por meio do conceito de *Plausible deniability*, que consiste em ter argumentos para poder negar a ação do país caso seja descoberto, por ter ciência de que tal operação infringia o princípio de não intervenção do direito internacional.

Uma pergunta central sobre o conteúdo dessa fonte primária é: quais seriam os “recursos” ou “meios disponíveis” para a ditadura brasileira apoiar os grupos não esquerdistas no Uruguai? De acordo com outro trecho do documento, escrito pelo SNI,

as correntes democráticas uruguaias solicitavam principalmente “armas e recursos em dinheiro” (BRASIL, 1971j).

A fonte primária também estabelecia que o projeto organizasse “um esquema alternativo de ação para a hipótese de vitória da ‘Frente Ampla’” e um plano de emergência em caso de tentativa de subversão armada por parte das esquerdas (BRASIL, 1971j).

A alternativa prevista no plano de Médici e do SNI para o caso de uma vitória da Frente Ampla ficou conhecida como Operação 30 Horas, cujo nome era referência ao tempo que os militares brasileiros demorariam para invadir o país e chegar até Montevideu. Entre os autores que fizeram referência à Operação 30 Horas, citados na introdução desta tese, estão Bandeira (2010), Fernandes (2010), Frederico (2020) e Schilling (1981). A imprensa de Brasil e Uruguai publicaram reportagens recentes sobre o tema (REINA, 2021; LA RED, 2007).

Um dos relatos mais citados é o do coronel Dickson Grael, que na época servia em Uruguiana, em região próxima à fronteira do Brasil com Argentina e Uruguai. Grael argumentou em seu livro de memórias que, ao receber os primeiros estudos sobre a intervenção, manifestou a sua oposição ao chefe imediato. Como consequência disso, Grael teria sido deixado à margem da organização da operação. No entanto, o militar ainda relatou uma visita a Uruguiana de Arthur Moura, então adido militar de Washington, sugerindo que o governo Nixon tinha ciência dos planos brasileiros (GRAEL, 1985).

Ainda que não tenha sido colocado em prática, a existência de um plano de intervenção no Uruguai, relatado por diferentes fontes secundárias, demonstra a importância dada ao regime militar pela situação do país vizinho. Caso a Operação 30 Horas fosse implementada, o governo Médici executaria uma ação aberta em busca de uma mudança de regime em Montevideu. Conforme O’Rourke detalha em seu trabalho, uma operação aberta representa gastos financeiros e custos de reputação muito superiores a uma iniciativa em segredo.

Ainda de acordo com a proposta de Gibson Barboza aprovada por Médici e baseada em análise do SNI, o projeto seria tocado pelo adido militar e o contato com Buenos Aires só deveria ser feito quando o regime brasileiro tivesse claro qual candidato apoiar, que seria aquele “com maior probabilidade de vitória”. O SNI informava também

que, ainda que a Frente Ampla não fosse favorita no pleito, uma possível vitória representaria séria ameaça ao Brasil (BRASIL, 1971j).

Em suma, para os fins deste trabalho, nos caberia encontrar outros documentos que indiquem que tal plano de intervenção sugerido pelo SNI e pelo Itamaraty e aprovado pelo próprio Médici foi, de fato, implementado entre junho e novembro de 1971.

Após a aprovação pelo presidente Médici da estratégia brasileira nas eleições uruguaias, um novo embaixador foi designado para o posto em Montevidéu: Arnaldo Vasconcellos substituiu Bastian Pinto em agosto de 1971. Em seus primeiros dias no cargo, Vasconcellos informava sobre um pedido de empréstimo de US\$ 10 milhões pelo governo uruguaio, que provavelmente seria usado na campanha eleitoral. A orientação dada a Brasília era que o valor fosse fornecido, mas em parcelas, para evitar que a ditadura brasileira fosse acusada de intromissão no país e também para garantir que o recurso não fosse pedido a um terceiro Estado (VASCONCELLOS, 1971).

Em resposta, a secretaria de Estado, orientada por Gibson Barboza, concordou com toda a avaliação de Vasconcellos e aprovou a concessão parcelada do valor (SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 1971a). Ou seja, o chanceler brasileiro, que estava ciente do plano do SNI para interferir na eleição uruguaia, autorizou o empréstimo de US\$ 10 milhões para uso na campanha do partido governista. Ainda que não seja possível confirmar que tal empréstimo fosse parte do plano que envolvia o SNI ou que tal operação tivesse sido coordenada com a agência de inteligência brasileira, aqui temos outra fonte primária que reforça o desejo da ditadura e a orientação do Itamaraty de interferir na eleição uruguaia por meio do envio de dinheiro. Se as forças anticomunistas precisavam principalmente de armas e dinheiro, como argumentara o SNI, ao menos a parte financeira havia sido encaminhada pelo Itamaraty.

Mesmo com o embaixador brasileiro querendo evitar tal possibilidade, Pacheco Areco também pediu dinheiro à Argentina, segundo Lanusse, também em agosto de 1971 (LODGE, 1971).

Em Washington, o governo Nixon também monitorava a evolução da política uruguaia. Em agosto de 1971, o embaixador norte-americano no Brasil relatava a Washington que o governo Médici prestava ativa assistência e apoio a Montevidéu e “agora busca fortalecer o governo Pacheco para evitar uma vitória da ‘Frente Ampla’ [...],

possibilidade que muito preocupa o governo brasileiro” (ROUNTREE, 1971b, tradução nossa)⁴⁷.

O candidato da Frente Ampla denunciava na reta final da campanha que os governos de Brasil e Estados Unidos estavam por trás de ataques à sua candidatura (ADAIR, 1972). A três meses da eleição, a embaixada norte-americana em Montevideú defendia uma aproximação aberta e em segredo dos veículos de imprensa contrários à Frente Ampla, bem como sugeria que Washington argumentasse ao futuro governo pela necessidade de uma campanha de relações públicas para reforçar o otimismo entre a população (ORTIZ, 1971).

Algumas semanas antes da eleição, Kissinger solicitou a elaboração de um plano de contingência para o Uruguai, apontando que a situação no país era de contínua deterioração e que havia a possibilidade de intervenção de outros países sul-americanos (KISSINGER, 1971a). Na véspera do pleito, a avaliação do Departamento de Estado a Kissinger foi a de que Brasil e Argentina pesavam prós e contras de uma intervenção no Uruguai em caso de vitória da Frente Ampla (ELIOT JR, 1971c).

Ao final da eleição, o Partido Colorado, do presidente Pacheco Areco, foi o que recebeu mais votos, mas por uma diferença de 12.802 votos ou 0,74 ponto percentual em relação ao Partido Nacional, em resultado que ficou conhecido mais de dois meses depois, apenas em fevereiro de 1972. O desempenho da Frente Ampla foi ligeiramente melhor do que na eleição anterior, passando de 14%, em 1966, para 18% (ADAIR, 1972).

No entanto, 59,09% dos uruguaios não aprovaram a reeleição no país. Com isso, o então ministro da Agricultura, Juan María Bordaberry, que seria vice-presidente caso a reeleição fosse aprovada, foi eleito presidente mesmo tendo recebido 60 mil votos a menos que Wilson Ferreira, o candidato mais votado do Partido Nacional, de oposição, mas também considerado anticomunista.

A lisura do resultado, porém, permanece questionável até hoje. Em livro de memórias publicado em 1999, Enrique Colet, então funcionário da Corte Eleitoral que participou do processo de apuração de votos em 1971, apresenta uma série de denúncias de fraude sobre o pleito. De acordo com o relato de Colet, a apuração de votos foi iniciada apenas algumas semanas depois do pleito, sendo que as urnas teriam sido deixadas neste período em um ginásio de basquete. Em meio à apuração, quando já se sabia que o

⁴⁷ No original: “is now seeking to bolster the Pacheco government to prevent a ‘Frente Amplio’ victory [...], a possibility which greatly alarms the GOB” (ROUNTREE, 1971b).

resultado seria apertado, as Forças Armadas entregaram cerca de cem urnas, que representavam em torno de 30 mil votos e que não eram esperadas pelos funcionários da Corte Eleitoral, mas foram aceitas pelos ministros da instituição. Colet argumenta que os indícios de fraude estavam presentes durante a apuração, mas que, nos meses seguintes, já durante o governo Bordaberry, uma análise mais aprofundada constatou a existência de alguns distritos com mais votos do que eleitores habilitados. Além disso, mesmo nas localidades onde o índice ficou acima dos 90%, o autor considerou que tais números eram muito improváveis de serem atingidos, pois a lista de votantes no Uruguai era fechada com meses de antecedência, sem a atualização de mortos, presos ou pessoas que deixaram o país no período. Colet também argumenta que a organização da fraude começou com a decisão pela obrigatoriedade do voto no país e que seu objetivo era impedir uma vitória do partido Nacional. O trabalho de Colet foi entregue às autoridades responsáveis em 1972 e, a partir daí, o autor passou a receber uma série de ameaças à sua família, obrigando-o a renunciar ao emprego na Corte Eleitoral e deixar o país (COLET, 1999).

Uma outra denúncia mencionada pela literatura foi a semelhança entre as cédulas em que os uruguaios votavam para presidente e para a possível reeleição, o que teria confundido os eleitores e facilitado a fraude eleitoral (FREDERICO, 2020).

Uma fonte primária norte-americana indica que a ação do regime militar brasileiro no Uruguai de fato aconteceu e foi bem-sucedida. Em 20 de dezembro de 1971, o presidente Richard Nixon, em diálogo com o então primeiro-ministro britânico, Edward Heath, afirmou que “os brasileiros ajudaram a fraudar a eleição uruguaia” (KISSINGER, 1971d, tradução nossa)⁴⁸.

Apesar de a fonte norte-americana ser menos conclusiva do que a do SNI, uma vez que é baseada apenas na fala de Nixon a um outro líder, abrindo a possibilidade para que o presidente republicano estivesse mentindo, podemos argumentar que existem evidências suficientes da participação brasileira na manipulação do pleito uruguaio antes e depois do dia da votação.

A escassez de documentos do SNI sobre a operação no Uruguai poderia levantar a hipótese, ainda que pouco provável, de que Médici autorizou a participação do SNI e do Itamaraty para manipular a eleição uruguaia e se gabou de ter feito isso ao presidente Nixon, mas que tal ação não teria sido implementada na prática. Os empréstimos

⁴⁸ No original: “The Brazilians helped rig the Uruguayan election” (KISSINGER, 1971d).

financeiros de Brasília a Montevideu também reforçam a hipótese de intervenção brasileira, uma vez que a documentação desclassificada do Itamaraty indica o uso de tal dinheiro na campanha eleitoral. Ou seja, a ação do regime brasileiro na eleição uruguaia de 1971 ajudou a garantir que o candidato esquerdista não ganhasse o pleito.

Um outro ponto a ser levantado é sobre a participação do governo argentino. Ainda que o planejamento inicial do SNI e do Itamaraty previsse a coordenação com Buenos Aires, este tópico ainda deverá ser aprofundado em pesquisas futuras. Na documentação analisada por esta tese, o governo Lanusse, que assumira em março de 1971, sempre argumentou que a questão uruguaia poderia ser resolvida com certa facilidade (SILVEIRA, 1971a)⁴⁹. A posição argentina era a de que outros países sul-americanos, como o Chile, a preocupavam mais, uma vez que, para resolver um eventual problema em Montevideu, bastaria uma parceria com o Brasil. Ainda que a literatura indique que os governos de Brasil e Argentina não tenham conseguido se aproximar apesar da similaridade de seus regimes, a chegada ao poder da esquerda no Uruguai poderia ser uma ameaça que deixasse de lado outras divergências. Dessa forma, a desclassificação e a descoberta de novas fontes primárias podem alterar as conclusões deste trabalho, principalmente com a documentação do lado argentino.

No decorrer desta seção, apresentamos evidências da intervenção do regime militar brasileiro no processo eleitoral uruguaio, tanto nos meses que antecederam o pleito, como na apuração. A literatura teórica, porém, também prevê a necessidade de analisar os meses posteriores, no processo de consolidação do novo governo (KNEUER; DEMMELHUBER, 2015). É o que faremos no próximo capítulo, quando abordaremos a visita de Médici à Casa Branca e a consolidação dos governos Banzer, na Bolívia, e Bordaberry, no Uruguai, bem como as ações de Brasil e Estados Unidos na desestabilização de Allende no Chile.

⁴⁹ O documento foi elaborado a partir de relato do adido brasileiro na Argentina, repassado pelo embaixador.

5 A VISITA À CASA BRANCA E A CONSOLIDAÇÃO DOS GOVERNOS ANTICOMUNISTAS NA AMÉRICA DO SUL NA METADE FINAL DO GOVERNO MÉDICI

Depois de contribuir para as mudanças de regime na Bolívia e no Uruguai, Médici encerrou o segundo semestre de 1971 com o que parte da literatura considera o ponto alto de sua política externa: a visita à Casa Branca.

Este capítulo será dividido em quatro partes. Na primeira delas, abordamos a visita de Médici a Washington, em dezembro de 1971. Na segunda e na terceira seções, detalhamos o processo de consolidação dos governos anticomunistas da Bolívia e do Uruguai, que chegaram ao poder em 1971 e continuaram sendo apoiados por Brasília nos meses seguintes. Em ambos os casos, o governo Médici foi consultado para exportar práticas de seu regime, como o SNI e campanhas de relações públicas para melhorar a imagem junto à população, **como parte do combate à subversão**. Assim, nas seções sobre La Paz e Montevideu, discutiremos se a ditadura militar poderia ou não ser um caso de promoção autoritária. Na quarta e última seção, abordamos a volta do peronismo ao poder na Argentina e os últimos meses da política externa brasileira com Médici à frente da ditadura militar.

5.1 Viagem de Médici a Washington em dezembro de 1971

A visita de Médici a Washington, planejada em meio ao ajuste da política externa de Nixon, no final de 1970, teve duração de três dias, de 7 a 9 de dezembro de 1971. Spektor argumentou que a decisão de receber Médici significava que os temas de repressão e autoritarismo não eram uma prioridade para a Casa Branca, mas ressaltou que a viagem aumentou a pressão sobre as violações de direitos humanos na imprensa norte-americana (SPEKTOR, 2009, p.46).

No material que Nixon recebeu como preparação para o encontro, quatro países sul-americanos foram destacados como temas para conversas com Médici: Argentina, Chile, Uruguai e Bolívia, justamente os quatro mais abordados por esta tese. Além disso, Washington também via Brasília como um aliado na luta pela manutenção das sanções a Havana (ROGERS, 1971).

Do lado brasileiro, Médici também recebeu uma série de documentos para se preparar para a viagem. O principal assessor do presidente na organização da visita foi Manso Neto. Além de manter contato com a Casa Branca sobre os detalhes da agenda e do cerimonial, Manso Neto produziu longas análises sobre a conjuntura internacional, com orientações a Médici sobre o que deveria ser dito a Nixon. Em uma delas, Manso Neto argumentava que o Brasil estava preparado para dividir responsabilidades com os Estados Unidos na América do Sul, mas que Washington também precisaria colaborar no reaparelhamento das Forças Armadas brasileiras (MANSO NETO, 1971). O ex-ministro do Planejamento durante o governo Castello Branco e ex-embaixador nos EUA, Roberto Campos, também enviou a Médici as suas considerações sobre a viagem, argumentando que o maior risco para o Brasil no continente seria um isolamento em relação aos países de língua hispânica (CAMPOS, 1971).

Logo no primeiro dia da viagem, em 7 de dezembro, Nixon se reuniu de forma reservada com Médici, em encontro que contou apenas com a presença de Vernon Walters além dos dois presidentes. O mandatário republicano se disse preocupado com as situações de Argentina, Chile e Uruguai. Médici concordou que o panorama latino-americano parecia sombrio fora do Brasil e lamentou que a Argentina tivesse fechado o Congresso e o Poder Judiciário, além de conviver com inflação de 60% ao ano. O ditador brasileiro informou que estava dando assistência a Bolívia e Uruguai, sendo que, neste último, a Frente Ampla teria crescido de 5% para 20% dos votos em relação ao pleito anterior, números que não eram corretos, conforme analisado no capítulo anterior. Médici disse ainda não acreditar que a China e a URSS estivessem interessadas em ajudar governos esquerdistas na região e que o comunismo crescia devido à pobreza dos países, que Brasil e Estados Unidos deveriam fazer de tudo para ajudar. Como parte da estratégia de simbolismo por parte da Casa Branca, Nixon aproveitou o encontro para pedir a opinião do brasileiro sobre pontos que estavam em discussão em Washington desde a publicação do relatório Rockefeller, como a facilitação para a entrada de produtos latino-americanos nos Estados Unidos e uma possível redução do efetivo militar norte-americano na região, o que foi visto negativamente por Médici, que considerava tal presença como fundamental. Nixon, seguindo orientação de Kissinger, também abordou seus planos para visitar URSS e China nos meses posteriores, mas ressaltou que não pretendia mudar sua política em relação a Cuba. Médici, por sua vez, disse que se

encontraria em março de 1972 com o argentino Lanusse, o que gerou interesse de Nixon, que pediu detalhes da reunião depois que ela ocorresse (KISSINGER, 1971b)⁵⁰.

Ao final desse primeiro encontro, Médici entregou a Nixon um documento de seis páginas em que criticava medidas econômicas recentes do governo norte-americano, como a aplicação de sobretaxa de 10% em importações. No texto, o presidente brasileiro argumentava que, apesar de prejudiciais ao Brasil, havia recomendado que seus ministros não criticassem tal iniciativa publicamente para não afetar as relações com Washington, mas que, a sós com Nixon, se sentia à vontade para lamentar que os produtos latino-americanos também tivessem entrado nesta nova regra. Em relação à América do Sul, Médici pedia o auxílio da Casa Branca a Bolívia, Uruguai, Equador e Guiana. De acordo com o documento, o Brasil não tinha o objetivo de intermediar a relação dos Estados Unidos com outros países latino-americanos, mas assumia maiores responsabilidades decorrentes do seu progresso, ainda que necessitasse de auxílio norte-americano para a modernização de suas Forças Armadas (MÉDICI, 1971).

Um traço que chamou a atenção da literatura sobre esse primeiro dia da viagem foi a ausência de qualquer representante do Itamaraty e, em menor medida, do Departamento de Estado na reunião de Médici com Nixon e Walters, que acabaria tendo que atuar também como tradutor ao brasileiro (SPEKTOR, 2009, p.51).

No dia 8, Médici se encontrou com Kissinger, em reunião que também contou com o chanceler Gibson Barboza e o embaixador em Washington, João Araujo Castro, do lado brasileiro, e Walters e Nachmanoff, também representando a Casa Branca. O primeiro tema abordado, a partir de uma pergunta de Araujo Castro, foi a entrada da “China Comunista” nas Nações Unidas. Kissinger respondeu que a expectativa era que a China atacasse tanto os Estados Unidos como a União Soviética na ONU, mas que, com o passar do tempo, Pequim perceberia ter mais discordâncias de Moscou do que com Washington. Na sequência, ao entrarem nos temas da América Latina, Médici e Kissinger concordaram que qualquer divergência entre Brasília e Washington deveria ser considerada uma discussão em família, com Kissinger acrescentando que o governo Nixon havia feito menos do que desejava para a região, devido a restrições burocráticas e do Congresso norte-americano. Ao abordar especificamente a situação de Bolívia e Uruguai, Kissinger argumentou que seria fundamental uma coordenação com o Brasil para que cada governo implementasse algumas ações em direção aos objetivos em

⁵⁰ Toda a documentação sobre a visita localizada nesta caixa também está em Nixon Library, National Security Council Files, VIP Visits, Box 911, Folder 2.

comum, com o governo Nixon necessitando de conselhos brasileiros para a região. Em resposta, Médici concordou e apontou que a fala de Kissinger era semelhante ao que tinha ouvido do presidente Nixon no dia anterior (UNITED STATES, 1971b).

A estratégia de Kissinger de ressaltar a relevância brasileira para a elaboração de determinadas iniciativas norte-americanas para a América do Sul é mais um exemplo de como o governo Nixon via os simbolismos como fundamentais para os sul-americanos. Em documento de preparação para o encontro, Nachmanoff sugeria a Kissinger reconhecer as aspirações brasileiras para ter um status de potência global (NACHMANOFF, 1971b).

No segundo encontro entre Nixon e Médici, no dia 9 de dezembro, os presidentes conversaram sobre Cuba, Chile, Peru, Bolívia e Argentina. Nixon tomou a iniciativa de esclarecer novamente a Médici que, apesar da aproximação com China e URSS, o seu governo não pretendia fazer o mesmo com Cuba enquanto Castro estivesse no poder e também devido à tentativa de Havana de exportar a subversão, o que teve a concordância do ditador brasileiro. Em seguida, Médici detalhou algumas medidas que adotara para colaborar com seus vizinhos, principalmente a Bolívia. Entre os exemplos dados pelo brasileiro estavam o fornecimento de açúcar a ser pago apenas depois de três anos e o convencimento do ditador paraguaio, Alfredo Stroessner, de oferecer a La Paz parte da energia que seria produzida com a hidroelétrica do Rio Paraná. Por outro lado, Médici informou a Nixon que havia negado um pedido do governo boliviano para a venda de aviões de caça, que também começariam a ser pagos depois de três anos, segundo a proposta boliviana. O argumento do brasileiro teria sido que não fazia sentido a compra de aviões por um país que estava em situação econômica desesperadora. Tal episódio foi contado por Médici como um exemplo de dificuldade do Brasil em lidar com os outros países da região, o que, segundo ele, era intensificado pelas diferenças de idioma entre os países, algo que aproximava o Brasil dos Estados Unidos, uma vez que nenhum dos dois tinham o espanhol como língua principal, diferentemente da maioria dos sul-americanos. Questionado pelo presidente norte-americano sobre o Chile, Médici argumentou que Allende sofreria um golpe pelos mesmos motivos que Goulart havia caído no Brasil, indicando que as Forças Armadas chilenas eram capazes de promover uma mudança de regime (KISSINGER, 1971c).

Em uma versão semelhante e anterior do documento acima, escrito por Walters, que fora o único presente na reunião além dos dois presidentes, também consta a informação de que Nixon e Médici estabeleceram um contato direto para temas sensíveis,

fora dos canais diplomáticos tradicionais, com Kissinger do lado norte-americano e Gibson Barboza ou Manso Neto, no brasileiro (WALTERS, 1971).

A visita de Médici causou insatisfação em Buenos Aires, com representantes do governo Lanusse questionando funcionários de Washington se a Casa Branca considerava o Brasil o principal país da América Latina e se Brasília havia sido escolhido como instrumento para a potência capitalista se relacionar com a região. Na tentativa de amenizar tal tensão, o Departamento de Estado sugeriu ainda em dezembro de 1971 que Nixon enviasse uma carta ao presidente argentino (ELIOT JR, 1971b). Em janeiro de 1972, a equipe de Kissinger terminava de preparar tal carta, argumentando que ela ajudaria a acalmar Lanusse e indicando que a Casa Branca se preocupava com os interesses argentinos e continuaria fazendo consultas frequentes ao país sobre temas globais (HEWITT, 1972).

Na carta, sem citar o Brasil, Nixon argumentava que, conforme Lanusse já estava ciente, a Casa Branca vinha consultando governos aliados nas últimas semanas sobre uma série de tópicos, entre eles as suas viagens a Pequim e Moscou, o que foi realizado em Buenos Aires por meio do embaixador John Davis Lodge. O presidente norte-americano concluiu o documento garantindo que os interesses argentinos seriam levados em conta nas viagens e que Lanusse seria informado de qualquer resultado obtido (NIXON, 1972).

Conforme Médici havia informado Nixon, o presidente argentino visitou o Brasil em março de 1972. O encontro, porém, foi marcado por uma quebra de protocolo por parte de Lanusse, que, em seu discurso, não seguiu o material preparado em conjunto pela diplomacia dos dois países e decidiu abordar o tema água⁵¹. Em dossiê sobre o encontro bilateral, o SNI considerou que houve “quebra de ética” por parte do ditador argentino. O documento da agência brasileira de informações também detalhou uma dura fala de Médici a Lanusse no encontro privativo: “Senhor Presidente, estou profundamente decepcionado com sua visita, pois verifico que sua finalidade principal era o trato do problema água, e não o revigoramento das boas relações entre nossos países, indispensável à paz americana” (SNI, 1972b, p.5).

A literatura existente tem conclusões distintas sobre o impacto da viagem. De acordo com Spektor, a viagem foi parte de um processo em que Kissinger conseguiu convencer o Congresso a aumentar o limite máximo de vendas à América Latina, o que

⁵¹ Para uma análise aprofundada sobre o tema água nas relações entre Brasil e Argentina, ver Vidigal, 2007.

destravou a negociação por 42 aviões, sete contratorpedeiros e sete submarinos de Washington ao Brasil (SPEKTOR, 2009, p. 55).

Para Cervo, o encontro “pouco contribuiu para a melhoria qualitativa” da relação bilateral. O autor destacou divergências entre os governos, que teriam “interesses e conceitos antagônicos”, como a política nuclear, a não assinatura do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares pelo Brasil, a extensão do mar territorial para 200 milhas e acordos internacionais de café e açúcar (CERVO, 2011, p.437). Carlos Fico, por sua vez, considerou tais divergências irrelevantes, se comparadas aos objetivos em comum na América Latina durante a Guerra Fria, como a necessidade de conter a influência do Chile de Allende na região (FICO, 2008, p.241).

Para esta tese, a relação de cooperação entre Brasil e Estados Unidos nunca foi ameaçada durante a primeira década do regime militar. No entanto, desde o AI-2, ainda sob Castello Branco, a ditadura buscou autonomia em determinados assuntos e não se intimidou com possíveis sanções em meio ao aumento da repressão interna no Brasil (SION, 2016). Com a visita de Médici a Washington, a relação pessoal entre os dois presidentes se aprofundou, com ambos passando a se elogiar mutuamente para diversos interlocutores a partir de então. Ou seja, o encontro em Washington contribuiu para melhorar a confiança entre os chefes de Estados em meio a uma conjuntura adversa.

Uma evidência desse argumento é uma fonte primária produzida pelo secretário Rogers em maio de 1973. Na ocasião, a avaliação de Rogers após visita à América do Sul era a de que as relações com Médici estavam no melhor momento (KISSINGER, 1973).

5.2 Bolívia: o apoio de Brasília para a estabilidade do governo Banzer

Além da colaboração no processo de mudança de regime em agosto de 1971, a ditadura brasileira também atuou para fortalecer e consolidar o governo Banzer, conforme o próprio Médici fez questão de destacar a Nixon durante a visita à Casa Branca.

Em setembro de 1971, no mês seguinte ao golpe de Estado, o regime militar brasileiro doou cinco aeronaves e enviou armas e medicamentos à Bolívia. A doação dos aviões ocorreu em Campo Grande e sem qualquer anúncio público, conforme alinhado entre as forças aéreas dos dois países (SOUZA, 1971b). Já o equipamento militar, composto por fuzis, mosquetões, munições e fardamento, foi transportado pela FAB em cinco voos realizados entre 8 e 12 de setembro de 1971, sendo que o embaixador

brasileiro em La Paz assistiu à entrega em um desses dias, quando o material foi colocado em caminhões militares próximo à estação de passageiros sem qualquer cuidado por parte dos bolivianos para ocultar o conteúdo recebido (SOUZA, 1971c).

Na segunda metade de setembro, o governo boliviano seguia recebendo equipamentos militares do Brasil. Em relatório de viagem de membros do SNI à Bolívia, os funcionários brasileiros informavam ter acompanhado a chegada de viaturas e de munição. Na visita, os oficiais do SNI detalharam a representantes do governo boliviano a estrutura brasileira no combate à subversão, dos órgãos de inteligência e repassaram documentos com informações sobre guerrilha urbana, bem como receberam pedidos para a ida de bolivianos ao Brasil para intercâmbio no SNI e em instituições repressivas. Da parte do governo Banzer, os brasileiros ouviram a promessa de que, para cada vítima de sequestro no país, 20 prisioneiros comunistas seriam executados em praça pública (VELLOSO, 1971).

Ainda que o regime brasileiro já tivesse doado cinco aeronaves à Bolívia, o documento destacou o interesse do governo Banzer em adquirir mais aeronaves, do modelo Xavantes, negócio que foi vetado por Médici, segundo o próprio presidente expôs a Nixon em Washington. O SNI também apontou problemas de organização no envio de material à Bolívia, sugerindo melhorias neste tipo de operação no exterior, que deveria ser coordenada pelo próprio serviço de inteligência e a Presidência da República (VELLOSO, 1971). Neste trecho, fica clara a posição periférica do Itamaraty neste tipo de operação.

O governo de La Paz também destacou uma série de outras medidas implementadas pelo regime brasileiro que poderiam ser reproduzidas em seu país, como a reformulação do sistema político, para que contasse apenas com um partido de situação e outro de oposição (VELLOSO, 1971). Banzer esperava fazer governo semelhante ao de Castello Branco, com medidas econômicas que poderia afetar a sua popularidade, e também fez reclamações sobre a demora argentina em cumprir suas promessas de cooperação e da redução de assistência financeira da parte de Washington, o que aumentava a sua dependência do Brasil.

Os enviados do SNI não foram os únicos que ouviram de representantes do governo boliviano sobre o fato de terem o regime brasileiro como exemplo: o cônsul boliviano em São Paulo afirmou que o governo Banzer pretendia “reproduzir o exemplo brasileiro com os ideais do governo Médici que fizeram do Brasil um país modelo para a América Latina” (CORRIGAN, 1971).

Em conversa entre Banzer e o embaixador brasileiro em La Paz, o presidente boliviano disse que seu governo poderia ser comparado ao de Castello Branco, ainda que as Forças Armadas de seu país estivessem desunidas (BRASIL, 1971n).

Nas fontes primárias acima, representantes do governo boliviano mostram que se espelhavam no Brasil em determinados aspectos. Tal ponto é um dos necessários para a identificação do fenômeno de difusão e promoção autoritária, que discutiremos mais adiante nesta seção.

Um relatório da CIA, que já havia destacado sobre a participação de Brasil e Argentina no processo de deposição de Torres, também informava em outubro de 1971 que os dois países estavam fornecendo assistência militar e econômica para o novo governo e que ambos ficariam profundamente preocupados se houvesse sinais de ressurgimento da esquerda na Bolívia (CIA, 1971c).

Em dezembro de 1971, quando o embaixador brasileiro compartilhou informações sobre a subversão na América do Sul com o presidente Banzer, este agradeceu e solicitou cooperação na formação de oficiais de informações bolivianos (SOUZA, 1971a). Em fevereiro de 1972, o mesmo diplomata Claudio Garcia de Souza continuava informando o governo de La Paz sobre o assunto, inclusive sobre ações do ex-presidente Torres, mas foi repreendido pelo adido das Forças Armadas, que comunicou o Estado Maior do Exército em Brasília por considerar que era uma “descoordenação” do regime brasileiro ter dois órgãos diferentes em contato com autoridades de La Paz sobre o tema (SOUZA, 1972a). Tal documento apresenta um ruído entre o Itamaraty e as Forças Armadas.

Posteriormente, no mesmo mês, o embaixador fez novo relato a Banzer, quando salientou que o adido também havia repassado informações detalhadas ao Estado-Maior do Exército Boliviano. O presidente agradeceu e respondeu que autoridades de segurança argentina também estavam cooperando com seu governo sobre asilados do país no Chile (SOUZA, 1972b). Naquele momento, a previsão era a de que haveria uma tentativa de invasão dos grupos guerrilheiros instalados no Chile para a Bolívia em 60 dias (SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 1972).

Em março de 1972, “seguindo a diretriz geral de apoio ao governo Banzer”, o Itamaraty relatava a Médici sobre a existência de grupos subversivos bolivianos no Chile, liderados pelo ex-presidente Torres. O documento ainda indicava que La Paz tinha problemas não só com o Chile, mas também enfrentava a desconfiança ou a contrariedade

de Argentina, Cuba, Peru e Paraguai e que Torres havia se encontrado com Perón e Ovando Candia na Europa (BRASIL, 1972b).

Após encontro presencial entre Banzer e Médici em Corumbá, em abril de 1972, os dois presidentes anunciaram a venda de petróleo boliviano ao Brasil com valor por barril 7 centavos mais caro do que vinha sendo pago por Chile e Peru, o que representava uma demonstração de colaboração da ditadura a La Paz que renderia cerca de US\$12 milhões por ano. No encontro também foi formalizado o apoio para a construção de estradas e pontes (AMERICAN EMBASSY IN LA PAZ, 1972). Ainda que tal colaboração ocorra com alguma frequência entre países vizinhos, vale destacar que no governo Ovando Candia, por exemplo, o regime brasileiro considerava o apoio argentino a La Paz nesta área de infraestrutura como um elemento de proximidade entre os dois governos, o que incomodava Brasília.

Como parte da manutenção de consultas entre os dois países, conforme alinhado na visita de dezembro de 1971, Médici escreveu a Nixon falando sobre ações de Allende e lamentando que o Chile estivesse permitindo o treinamento de opositores bolivianos que colocavam em risco a sobrevivência do governo Banzer em abril de 1972. O brasileiro argumentou que a subversão e o caos na Bolívia seriam um perigo para a segurança brasileira, uma vez que, devido à posição estratégica do país, um regime marxista-leninista em La Paz teria consequências mais graves do que Cuba (MÉDICI, 1972).

Em março de 1973, dois oficiais do SNI foram mais uma vez a La Paz para “prestar assistência ao serviço de informações” criado pelo governo boliviano a partir de informações já compartilhadas pelo regime brasileiro anteriormente. Uma das formas de assistência foi a realização de um curso de instrução a oficiais locais (SOUZA, 1973b). Ao confirmar a colaboração do regime brasileiro no desenvolvimento de uma agência de inteligência na Bolívia, a pedido do próprio governo local, consideramos que esse conjunto de documentos reforça a hipótese de promoção autoritária, uma vez que Brasília também teve a intenção de difundir tal característica de seu regime. Ou seja, ao menos neste ponto, argumentamos que não haveria uma hipótese alternativa, uma vez que tal elemento foi constatado em mais de três fontes primárias, de meses e origens diversos. Em agosto de 1973, a embaixada e os adidos brasileiros em La Paz receberam instruções para dar continuidade a esse trabalho (EMBAIXADA DO BRASIL NA BOLÍVIA, 1973a).

Em junho de 1973, com o peronismo no poder na Argentina, Torres e líderes subversivos brasileiros buscavam o apoio de Buenos Aires para fortalecer a busca pelo poder em seus países. Em contato com o coordenador dos oficiais peronistas do Exército argentino, a resposta foi a de que eles poderiam ajudar no fornecimento de armas e na instalação dos guerrilheiros em granjas agrícolas que serviriam de local para treinamento, próximo às fronteiras (BRASIL, 1973e). O tema do peronismo será detalhado mais adiante em outra seção deste capítulo.

Também em junho de 1973, o governo Banzer, por meio do chefe do Estado Maior da sua Força Aérea, chegou a pedir que o Brasil monitorasse dois aviões que tinham destino ao Chile e que supostamente levariam armas e opositores que começariam uma campanha contra seu regime. Ainda que o pedido não fosse para derrubar o avião, tal possibilidade era cogitada pelos bolivianos em caso de fuga, o que fez com que o Brasil recusasse tal solicitação, mas que demonstra a proximidade e confiança entre os países (SOUZA, 1973c).

A instabilidade boliviana e os relatos constantes sobre conspirações golpistas, presentes na realidade do país desde 1964, não deixaram de existir com o governo anticomunista no poder. Em agosto de 1973, Banzer reprimiu uma tentativa de golpe que teria tido apoio de agentes argentinos do governo peronista (EMBAIXADA DO BRASIL NA BOLÍVIA, 1973b).

Em outubro de 1973, Médici recebia consulta de uma empresa privada brasileira para o financiamento e a exportação de material bélico ao governo boliviano (BRASIL, 1973g). Ainda que este trabalho não tenha conseguido identificar o desfecho deste episódio, vale destacar que o CSN havia criado uma diretriz para que o regime brasileiro buscasse expandir o mercado bélico nacional (CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, 1970).

Também em outubro de 1973, um representante do governo brasileiro, coronel Camargo, viajou a La Paz e se encontrou com o presidente Banzer para discutir a colaboração da AERP com a Bolívia (SOUZA, 1973a).

No final do governo Médici, no início de 1974, a ditadura brasileira ainda discutia como colaborar ainda mais com o regime de Banzer. Em março, por exemplo, La Paz havia solicitado a presença de quatro assessores militares brasileiros e dois grupos de artilharia como parte da cooperação militar entre os países. Ou seja, para além dos equipamentos, o governo Banzer também tinha interesse no processo de compartilhamento do conhecimento das Forças Armadas brasileiras, conforme discutiam

internamente diversos setores do Itamaraty (MACDOWELL, 1974). Tal pedido já havia sido realizado em setembro de 1973 e acabou negado pelo governo Geisel, que justificou que tais treinamentos deveriam ocorrer no Brasil.

A partir das fontes primárias apresentadas nesta seção, argumentamos que tanto o governo Banzer tinha interesse em reproduzir práticas do regime brasileiro, como este também se disponibilizava a cooperar neste processo. Os documentos expostos nesta seção indicam que o governo Médici colaborou com a Bolívia de Banzer nos seguintes aspectos: doação de equipamento bélico, de aeronaves e medicamentos; compartilhamento de informações para o combate à subversão; colaboração na criação de órgãos de repressão e inteligência; intercâmbio de oficiais; assistência financeira por meio da compra de produtos acima do preço de mercado; apoio na construção de obras de infraestrutura; e colaboração na criação de órgãos para melhoria da imagem do governo.

Parte desses elementos pode ser considerada comum na relação entre países e ocorriam entre Brasil e Bolívia mesmo durante o governo Torres, como o intercâmbio de oficiais. No entanto, outros pontos citados representam a reprodução de características típicas de um governo autoritário, consistindo, assim, em uma promoção de tais práticas por parte do governo Médici. Entre os exemplos desta segunda possibilidade estão a colaboração para a criação e o desenvolvimento de órgãos de repressão, inteligência e de relações públicas.

Há ainda uma outra categoria que seria a de ações para a consolidação do governo, como a doação de equipamentos bélicos e a compra de produtos com valor acima do mercado. Neste caso, ainda que o regime brasileiro não estivesse incentivando a reprodução de suas características, são iniciativas que poderiam ser criticadas internamente, mas se justificavam em nome da sobrevivência de um governo aliado.

Vale destacar ainda que Brasília nem sempre atendia aos pedidos bolivianos, como ocorreu quando La Paz solicitou o monitoramento de uma aeronave proveniente do Chile que levaria opositores de Banzer. Este episódio sugere que havia limites para tal colaboração, uma vez que o custo político e internacional de tal medida poderia ser alto para Brasília.

Além disso, ainda que o governo argentino tenha se gabado de ter colaborado com o golpe de agosto de 1971 e que Banzer tivesse uma relação pessoal mais próxima com Buenos Aires, a documentação indica um maior alinhamento do governo boliviano com

Brasília. Ou seja, este seria mais um objetivo atingido da política externa de Médici para o país vizinho.

5.3 A ascensão política dos militares uruguaios do início de 1972 até o fechamento do Parlamento em junho de 1973

Ao assumir o poder em 1º de março de 1972, depois da polêmica eleição de novembro de 1971, Bordaberry deu continuidade à maioria das ações de Pacheco Areco, seu antecessor e padrinho político (PADRÓS, FERNANDES; 2012). Da parte do regime brasileiro, depois de contribuir para que a esquerda não vencesse o pleito, a disposição era a de ajudar o Uruguai em “todos os campos”, sendo que a posição de Montevideu era a de priorizar o comércio, o financiamento para a construção da usina hidrelétrica de Palmar e as áreas de comunicações, turismo e intercâmbio científico e cultural (BRASIL, 1972a).

Uma das primeiras avaliações entregues pelo Itamaraty ao presidente Médici era a de que os primeiros 100 dias de governo Bordaberry tinham sido um sucesso, principalmente pela série de ações realizadas contra os tupamaros. As ações contra o grupo foram intensificadas em abril de 1972, quando, após seis atentados simultâneos pelo grupo guerrilheiro, o Congresso acatou o pedido do governo pela decretação do Estado de Guerra Interna. Com isso, as Forças Armadas receberam poderes excepcionais para o combate à subversão. Em dois meses de operação, o Itamaraty relatava que os militares uruguaios haviam conseguido prender 500 tupamaros e identificar 50 esconderijos subterrâneos, onde foram encontradas centenas de armas e granadas e libertadas as duas últimas pessoas que haviam sido sequestradas pelo grupo. A avaliação de Montevideu era a de que tais operações haviam reduzido o arsenal bélico dos tupamaros em 30% a 40% e a quantidade de membros em 20%, o que também afetava o recrutamento de novos quadros. O documento também relatava a evolução da colaboração financeira, em obras de infraestrutura e no intercâmbio de assistência técnica, com a visita de funcionários uruguaios ao Brasil. Em relação à parte militar, o Itamaraty ressaltava o despreparo material e de treinamento das Forças Armadas uruguaias, apesar do avanço na repressão (BRASIL, 1972c).

Apesar do início promissor de Bordaberry, o governo Médici seguia considerando que, “do ponto de vista político, é de imediato interesse para a segurança nacional o

estabelecimento de vínculos cada vez mais profundos com a República Oriental do Uruguai, peça de fundamental gravitação no equilíbrio de forças no Prata” (BRASIL, 1972d). O documento também destacava que o fortalecimento econômico e a estabilidade política do Uruguai representariam “fatores de segurança no plano regional e no nosso próprio âmbito interno”.

Em julho de 1972, o governo uruguaio pediu o auxílio de Brasília para uma campanha de imagem junto à sua população, como parte da luta contra a subversão e com o objetivo de restaurar a confiança nas instituições do país. O governo Médici, porém, via com cautela a iniciativa devido à presença de um suposto esquerdista no grupo uruguaio. O próprio governo Bordaberry, por meio do seu secretário da Presidência, havia avisado Brasília sobre tal inconveniente. A proposta de Gibson Barboza então foi a de oferecer o envio de um ou dois especialistas a Montevidéu, em vez de receber o grupo no Brasil. Médici aprovou a sugestão do chanceler, acrescentando “maior procrastinação” (BRASIL, 1972e)⁵². Tal episódio reforça um dos argumentos principais desta tese, de que, para o regime brasileiro, a segurança contra ameaças consideradas subversivas era mais importante do que exportar as suas práticas em um processo de promoção autoritária. Como explicação alternativa, caso a prioridade da ditadura fosse compartilhar as suas práticas, poderíamos ver um outro desfecho neste caso, com um pedido de substituição do funcionário uruguaio suspeito de envolvimento com a esquerda, por exemplo.

O êxito das Forças Armadas no combate aos subversivos no início do governo Bordaberry fez com que os militares buscassem ampliar ainda mais a sua participação em outras áreas do governo. Para as Forças Armadas, além do combate aos tupamaros, também era necessário agir contra a presença de esquerdistas em outros setores do país, como o político, o judiciário e o econômico. Se, no início do governo, o presidente Bordaberry valorizava tal presença militar, com o apoio até mesmo da oposição no Congresso, ela passou a ser uma crise a partir de novembro de 1972, quando membros da elite política e econômica pediam a atuação do Executivo para impor limites aos militares (BRASIL, 1972f).

⁵² O mesmo documento também pode ser encontrado no Arquivo Histórico do Itamaraty, coleção de Maços Temáticos Secretos, Caixa 235.

A principal preocupação dos políticos uruguaios era um possível golpe de Estado dos militares, enquanto o presidente tentava se equilibrar entre o apoio parlamentar e da população, de um lado, e das Forças Armadas, cujo principal líder era Gregorio Alvarez, de outro (BRASIL, 1972g). A fonte primária também indicava que os militares ainda não se consideravam preparados para assumir o poder, pois estavam se aproximando de civis de confiança e cogitando inclusive manter Bordaberry no cargo, com aumento das funções para a caserna.

Em um curto momento em que a tensão entre militares e políticos parecia arrefecer, uma fonte do Exército uruguaio informava à embaixada norte-americana que um próximo episódio conflituoso poderia ser devido ao pedido pelo fim da imunidade parlamentar do senador Enrique Erro, que teria ligações com os tupamaros, segundo os militares. O mesmo documento argumentava que os militares argentinos tinham influência sobre os uruguaios e que um pedido de moderação por parte de Buenos Aires poderia gerar resultados positivos (ORTIZ, 1972a).

Em fevereiro de 1973, a crise se aprofundou: o Exército e a Força Aérea não aceitaram a nomeação de um novo ministro da Defesa, realizada pelo presidente Bordaberry, que passou a ter apenas a Marinha a seu lado. No dia 10 de fevereiro, os militares publicaram comunicado com uma série de diretrizes que o país deveria seguir. Com isso, o Itamaraty indicava a continuidade da crescente participação dos militares na política do país, ainda que não estivesse claro se Bordaberry conseguiria contornar a situação por meio de algumas concessões a este grupo (BRASIL, 1973a).

No dia 23 de fevereiro, Bordaberry anunciou a criação do Cosena (Conselho de Segurança Nacional), que, segundo ele, seria a maneira como os militares participariam da política uruguaia. Além do novo órgão, o presidente também foi constrangido pelas Forças Armadas a realizar outras mudanças em seu governo, como a demissão do secretário-geral da presidência, Barrios Tassano, que seria enviado para um cargo no exterior e, até então, era considerado por Washington um dos três civis com maior influência sobre Bordaberry. Em contato com a embaixada norte-americana em Montevideu na semana seguinte à criação do Cosena, Barrios Tassano argumentou que novos capítulos da crise poderiam surgir nas semanas seguintes, uma vez que o presidente não controlava o Congresso e os militares começavam a divergir internamente. A fonte do diplomata norte-americano apontava a existência de dois grupos principais, os “peruanistas” e os “brasilianistas” (ORTIZ, 1973). Ainda que o documento não detalhe

com profundidade as características de cada grupo, o simples fato de haver uma ala dos militares conhecida como brasilianista sugere que os militares uruguaios acompanhavam a evolução do regime militar brasileiro de perto, cogitando reproduzir parte de suas medidas.

Tal observação da ditadura brasileira por parte de militares uruguaios está presente em outros documentos norte-americanos. Em outubro de 1972, ao relatar a expansão dos poderes das Forças Armadas no país, a embaixada norte-americana em Montevideú dizia não ter confirmação dos boatos de que os militares planejavam um golpe semelhante ao ocorrido no Brasil, na Argentina ou no Peru (ORTIZ, 1972b).

Além disso, o movimento dos militares uruguaios por expandirem a sua área de atuação em busca de identificar e afastar esquerdistas em outras áreas da sociedade já havia ocorrido no Brasil. De acordo com a equipe de Rockefeller, o conceito de segurança nacional havia sido alterado no início da ditadura brasileira justamente com esse objetivo (UNITED STATES, 1969e).

De acordo com informação obtida pelo CIEX, o PCU acreditava que o regime brasileiro tinha dado o sinal verde para o golpe de fevereiro, por meio do Estado-Maior, enquanto Argentina e Estados Unidos haviam sido contrários (CIEX, 1973). No entanto, vale destacar que as fontes do CIEX são menos confiáveis do que as Informações ao Senhor Presidente da República, por exemplo. Como não encontramos nenhum outro documento neste sentido, consideramos que o argumento que o governo Médici aprovou o fechamento do Congresso uruguaio depende de novas fontes que o sustentem para poder ser levado em conta. A avaliação norte-americana, por exemplo, era a de que os militares uruguaios eram extremamente nacionalistas e suspeitos de qualquer ação estrangeira, focando a sua atenção na conjuntura interna (AMERICAN EMBASSY IN MONTEVIDEO, 1973).

Mesmo com a criação do Cosena, os conflitos entre as Forças Armadas e o Poder Legislativo continuavam. Em maio de 1973, em meio à discussão no Parlamento sobre a possível cassação da imunidade do senador Erro por suposta ligação com os tupamaros, os militares divulgaram uma circular em que argumentavam ter esgotado todos os meios para fornecer provas ao Senado contra Erro, que faziam uma última tentativa de conciliação com o Parlamento e que estariam “em condições de atuar em qualquer

momento” (BRASIL, 1973d)⁵³. A partir de tal pronunciamento, o Itamaraty concluía o documento entregue a Médici cogitando a dissolução do Congresso nos próximos dias.

O fechamento do Congresso e o conseqüente golpe de Estado no Uruguai ocorreu em 27 de junho de 1973. O estopim para a medida foi a derrota do Executivo, apoiado pelos militares, no pedido pela cassação e a prisão do senador Enrique Erro, em processo que ocorria há meses. O relato do Itamaraty era o de que tal movimento foi apenas uma primeira etapa, com Gibson concluindo:

abstenho-me de enumerar aqui os aspectos favoráveis para nossos interesses desta evolução da conjuntura uruguaia, plenamente conhecidos que são de Vossa Excelência. Permito-me apenas ressaltar a circunstância de que o rumo que assume o governo uruguaio é diametralmente oposto ao sentido em que se desenvolve o quadro político argentino. Mais ainda, é inevitável o surgimento de numerosos pontos de atrito entre os dois países (BRASIL, 1973f, p. 4-5).

Assim como no caso boliviano, o regime brasileiro sob a liderança de Médici implementou uma série de medidas para contribuir na consolidação do governo Bordaberry. No entanto, no caso do Uruguai, tais ações parecem estar em uma categoria mais tradicional entre os países, como o auxílio financeiro, o intercâmbio entre funcionários públicos e a construção de obras de infraestrutura.

Ao ser solicitada a cooperação para uma campanha de imagem como parte do combate à subversão, o governo Médici recuou devido à presença de um esquerdista no gabinete de Bordaberry. Ou seja, o governo Médici parecia disposto a promover elementos do seu regime, mas desde que não colocasse em risco a sua segurança.

O crescimento da influência dos militares na tomada de decisão do governo uruguaio ainda representa uma avenida de pesquisa para os pesquisadores no Brasil. O estudo de novas fontes primárias militares, se encontradas e desclassificadas, podem ajudar no futuro a avançar a nossa interpretação. O que sabemos até o momento é que uma parcela das Forças Armadas uruguaias tinha o regime brasileiro como inspiração, mas que o nacionalismo e a desconfiança de atores estrangeiros podem ter afastado a participação dos militares brasileiros na promoção de práticas da ditadura de Brasília, como ocorrera na Bolívia. Como não temos evidências de quais medidas teriam sido reproduzidas, entendemos que os aspectos domésticos foram os mais relevantes no processo político uruguaio.

⁵³ O documento foi produzido a partir de informações que também constam na caixa 226 de Maços Secretos do Arquivo Histórico do Itamaraty.

Durante o governo Médici, os militares uruguaios não tinham o objetivo de tirar Bordaberry do poder. Nos anos seguintes, quando o Brasil já estava sob a liderança de Geisel, o comportamento do regime brasileiro pode ter sido alterado não só pela troca de presidente do regime, mas também pela mudança de objetivo das Forças Armadas uruguaias, ponto este que representa uma futura avenida de pesquisa.

Em junho de 1976, portanto já no governo Geisel, Bordaberry foi afastado do poder pelas Forças Armadas, sendo substituído por Alberto Demicheli, que havia assumido como vice em 1975. Em setembro de 1976, Demicheli seria substituído por Aparicio Mendez, que ficou no poder até setembro de 1981.

5.4 A volta do peronismo na Argentina e o golpe no Chile

Apesar de, do ponto de vista de Brasília, a situação na Bolívia e no Uruguai ter melhorado com a estabilização do governo Banzer e a crescente participação dos militares na política uruguiaia, o regime militar brasileiro passava a se preocupar com outro problema ainda mais grave em 1973: a volta do peronismo ao poder. Depois de vencer as eleições de março de 1973 com 49,6% dos votos, o peronista Héctor José Cámpora assumiu a presidência cerca de dois meses depois, em maio.

O Itamaraty descreveu a vitória do peronismo como “um dos mais fragorosos repúdios já dados a um regime político”, com o candidato do governo Lanusse, o Brigadeiro Ezequiel Martínez, tendo 2,72% dos votos (BRASIL, 1973b). Em documento entregue a Médici, Gibson Barboza fazia previsões sobre a nova política externa argentina e constatava que “as áreas de coincidência com o Brasil são praticamente inexistentes”, citando como exemplos um endurecimento de Buenos Aires sobre as iniciativas na Bacia do Prata, uma aproximação da Argentina com Cuba e a priorização da pesquisa no setor nuclear, o que poderia servir como elemento desencorajador do expansionismo brasileiro (BRASIL, 1973c).

O governo Cámpora, porém, não durou muito: em julho de 1973, o presidente e seu vice renunciaram, dando início a um novo processo eleitoral. É curioso, porém, que tal medida não consta na série “Informações ao Senhor Presidente da República”, assim como a vitória eleitoral de Juan Domingo Perón, em setembro, com 61,86% dos votos, e sua posse, em outubro.

No curto período em que Cámpora foi o presidente argentino, porém, o CIEEX já identificava a ida de brasileiros subversivos para a Argentina peronista em junho de 1973.

E em 13 julho de 1973, no mesmo dia em que Cámpora renunciava, o SNI apontava que Buenos Aires estava num momento ainda mais central para o combate ao comunismo, considerando que era o momento de estimular e apoiar as Forças Armadas argentinas e outras correntes democráticas do país para não serem desagregadas em meio a uma conjuntura negativa, quando líderes subversivos começavam a se dirigir ao país. A agência de informações da ditadura brasileira também argumentava que o território argentino tinha características que facilitavam a criação de campos de treinamento guerrilheiros e que a esquerda no poder poderia gerar instabilidades em outros países da região, como o Paraguai (SNI, 1973a).

Desde os primeiros dias do retorno de Perón ao poder, os governos de Brasil e Estados Unidos avaliavam que o líder argentino enfrentava graves problemas de saúde e discutiam se a sua esposa e vice, María Estela Martínez de Perón, conhecida como Isabelita, poderia ser a sucessora (UNITED STATES, 1973a). Perón faleceu nove meses depois de voltar à Presidência, em 1º de julho de 1974, momento em que Geisel já era o responsável pela ditadura brasileira. Isabelita assumiu o poder e permaneceu até março de 1976, quando foi derrubada por um novo golpe de Estado.

O final do mandato e da política externa de Médici, porém, foram marcados por uma mudança de regime crucial para a Guerra Fria na América do Sul: em setembro de 1973, Augusto Pinochet liderou o golpe de Estado que tirou Allende do poder no Chile. Conforme exposto na introdução desta tese, o episódio já foi abordado por grande quantidade de autores. Para os objetivos deste trabalho, vale ressaltar o que foi dito sobre a participação brasileira, principalmente por Tanya Harmer, Mila Burns e Roberto Simon, que fizeram uso de metodologia semelhante, com fontes primárias recentemente desclassificadas. Nesta seção, apresentaremos os argumentos desses autores para duas fases: na preparação para o golpe de Estado e na estabilização do novo governo.

Os três autores concordam que o governo Médici colaborou com o processo de mudança de regime, por meio das seguintes ações: envio de oficiais ao Chile, que entravam no país de forma clandestina, como turistas, para não chamarem a atenção do governo Allende e compartilharem informações de inteligência com as forças militares locais; envio de armas e suprimentos; e assistência financeira (HARMER, 2012; BURNS, 2016; SIMON, 2021). Tais pontos se enquadrariam em duas táticas apontadas no trabalho de O'Rourke: apoio financeiro e logístico a grupos dissidentes e patrocínio de golpes de Estado. No entanto, tal como previsto na literatura teórica, é fundamental ressaltar que a

mudança de regime foi resultado de ações realizadas predominantemente por atores domésticos (DAUGHERTY, 2010).

Outro ponto a se destacar nas três obras é a presença da reprodução, no Chile, de elementos ocorridos no Brasil durante o processo de deposição de Goulart. Sobre as semelhanças nos processos de mudança de regime, os autores apontaram a participação de empresários, a narrativa de um possível autogolpe do presidente esquerdista que estava no poder e o protagonismo feminino em protestos contra o governo (HARMER, 2012; BURNS, 2016; SIMON, 2021).

Além disso, as três obras também detalharam a colaboração do regime brasileiro com a ditadura de Pinochet no momento posterior ao golpe. Entre os pontos citados pelos autores nesta fase da mudança de regime estão assistência financeira, com a liberação de uma linha de crédito de mais de US\$ 100 milhões, auxílio nos interrogatórios e na repressão a presos políticos e envio de suprimentos (HARMER, 2012; BURNS, 2016; SIMON, 2021).

A conclusão de Simon foi a de que o objetivo do governo Médici era construir um regime “à semelhança da ditadura brasileira” (SIMON, 2021). No entanto, consideramos que faltam elementos para chegarmos a tal argumento. Assim como ocorrera nos casos detalhados nesta tese, a prioridade do regime brasileiro era garantir a sua segurança. Vale lembrar que, conforme já foi exposto em capítulos anteriores, as informações que chegavam ao presidente Médici, tanto da embaixada no Chile, como por órgãos de inteligência, como o SNI e o CIEX, davam conta que Allende apoiava os asilados brasileiros em Santiago, permitindo inclusive que eles realizassem treinamentos para atos de guerrilha. Ou seja, o envolvimento de Brasília na desestabilização do governo Allende tinha motivação semelhante ao que ocorrera na Bolívia com o presidente Torres.

Até o presente momento, não há fontes primárias que embasem o argumento de que a ditadura brasileira tivesse o objetivo de instalar regimes à sua semelhança na América do Sul. Mesmo que tal desfecho possa ter sido benéfico para os militares brasileiros, essa conclusão não tem amparo dos documentos históricos. A explicação alternativa de que o Brasil era visto como um exemplo para os chilenos, como argumentou Harmer, nos aproximaria da conclusão de que houve um processo de difusão, e não de promoção autoritária no Chile. As diferenças entre cada um dos casos citados neste trabalho serão retomadas em seguida, em nossas considerações finais.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal conclusão desta tese é a de que o governo Médici atuou de forma distinta em cada um dos países estudados, tanto pelas táticas usadas, como pelos momentos em que foram implementadas. Diferentemente do que argumenta parte da literatura, que viu na série de mudanças de regime na América do Sul no início dos anos 1970 uma ação baseada num possível expansionismo brasileiro, consideramos que a ditadura não tinha uma estratégia coordenada de interferir deliberadamente na política interna de outros países do continente com o objetivo de instalar governos ideologicamente alinhados. Neste trabalho, a partir das fontes primárias recentemente desclassificadas, argumentamos que o governo Médici atuou em favor de forças anticomunistas que assumiram o poder na Bolívia, no Uruguai e no Chile, mas que, ao nos aprofundarmos nas particularidades de cada país, não seria possível concluir pela existência de um projeto de promoção do tipo de regime brasileiro.

A análise da documentação apresentada indica que as principais motivações do regime militar brasileiro eram semelhantes às levantadas por O'Rourke no caso de Washington durante a Guerra Fria: a segurança nacional, o que significava garantir a sobrevivência do regime e afastar os asilados que haviam fixado residência nos países da América do Sul, e o aumento do poder relativo do país no continente, buscando principalmente ter influência maior do que a Argentina entre os vizinhos. Ou seja, não encontramos evidências de que a ditadura buscava exportar o seu modelo de regime ou criar uma identidade comum entre os governos da região. Para que tais argumentos fiquem mais claros, vale repassarmos os processos políticos estudados em cada um dos países sul-americanos neste trabalho, apontando a participação brasileira nos três momentos exigidos pela literatura: antes (com a respectiva motivação para atuar), durante e depois de cada mudança de regime (KNEUER; DEMMELHUBER, 2015).

No caso da Bolívia, seguindo o referencial de O'Rourke, que exige ao menos três fontes primárias para a validação de um argumento, concluímos que o regime brasileiro atuou em parceria com a parcela anticomunista das Forças Armadas bolivianas nos três momentos: antes do golpe de Estado que colocou Banzer no poder, no momento da mudança de regime de agosto de 1971 e na consolidação do novo governo.

Em relação ao momento anterior ao golpe de 1971, vale destacar que o aprofundamento do contato entre representantes do regime brasileiro e os militares bolivianos anticomunistas ocorreu ainda durante o governo Ovando Candia, quando o adido militar em La Paz sugeria o envio de armas para as Forças Armadas locais combaterem movimentos guerrilheiros e se prepararem para uma mudança de regime (LOPES, 1970g)⁵⁴. No entanto, neste primeiro momento, não temos evidências da implementação de qualquer medida, uma vez que havia divergências de posições dentro do governo brasileiro. De qualquer forma, tratava-se de um processo de **identificação das alternativas** que fossem mais convenientes aos interesses brasileiros, conforme a literatura prevê que ocorra antes que um país participe de tentativas de mudanças de regime no exterior (O'ROURKE, 2018). Já durante o governo Torres, a partir do último trimestre de 1970, Brasília atuou mais diretamente pela troca de presidente na Bolívia, tendo sido inclusive acusada de participar em uma tentativa fracassada de golpe de Estado em janeiro de 1971. As motivações brasileiras neste caso foram o auxílio dado pelo governo Torres a asilados brasileiros, as tendências esquerdistas que o presidente boliviano fazia questão de destacar e a instabilidade política na Bolívia, que vivia uma sequência de mudanças de regime.

Em agosto de 1971, durante o golpe, identificamos as seguintes três táticas por parte do governo Médici: assistência militar por meio do envio de armamentos; auxílio financeiro, com a doação de dinheiro aos revoltosos que buscavam o poder; e assistência logística às bases de operação para preparação do movimento golpista. Todos esses pontos foram abordados em ao menos três fontes primárias brasileiras ou norte-americanas.

Já no momento posterior, apresentamos evidências de uma série de medidas da ditadura brasileira não apenas para consolidar o governo Banzer, mas também para promover características do regime autoritário que existiam no Brasil, como na colaboração para o desenvolvimento de órgãos de inteligência e repressão.

Vale destacar ainda que a Bolívia não poderia ser considerada uma democracia ao menos desde o golpe de 1969, que levou Ovando Candia ao poder. Ou seja, a questão para o governo Médici não era alterar o tipo de regime vigente no país vizinho, mas sim afastar do poder líderes com tendência esquerdista que pudessem abrigar brasileiros asilados e tentar estabilizar a Bolívia, que vivia um período de instabilidade política desde

⁵⁴ O documento em questão pode ser visto na íntegra no Anexo C deste trabalho.

1964 (GASPARI, 2003). Além disso, conforme destacamos na introdução, o conceito de mudança de regime usado neste trabalho diz respeito apenas à troca de liderança de um determinado país, sem entrarmos no tipo de regime adotado.

Já no caso do Uruguai, a principal ação foi no pleito de 1971, quando o governo Médici interferiu na eleição com o objetivo de evitar a vitória da esquerda, em operação coordenada pelo SNI. No período anterior à eleição, as medidas de cooperação da ditadura brasileira com o governo Pacheco Areco identificadas neste trabalho foram de auxílio financeiro, comuns entre países vizinhos independente do momento histórico. Com a proximidade do dia da votação, o regime brasileiro concedeu novo empréstimo ao Uruguai, mas desta vez com os representantes de Brasília cientes de que o dinheiro poderia ser usado para a campanha eleitoral do partido governista. A motivação de Brasília para atuar no pleito era o receio de uma vitória da Frente Ampla, que repetiria o que acontecera no Chile um ano antes. Ou seja, neste caso, o objetivo de Médici era evitar o estabelecimento de um novo governo esquerdista no continente, e não a troca do tipo de regime no Uruguai, de uma democracia para uma ditadura.

Durante o governo Bordaberry, a partir de 1972, tais medidas de colaboração econômica foram continuadas, com os militares uruguaios observando certos elementos da ditadura brasileira a serem posteriormente reproduzidos. No entanto, ao menos até junho de 1973, o foco das Forças Armadas uruguaias era a contenção dos tupamaros e a expansão do seu poder interno que culminou com o fechamento do Congresso. Ainda que algumas medidas das Forças Armadas uruguaias se pareçam com ações da ditadura brasileira, argumentamos que, até o momento, não há evidências suficientes para que se possa concluir que Montevideú tenha se inspirado em Brasília concretamente em alguma medida específica. Ou seja, a descoberta e o estudo de novas fontes ainda poderão classificar este caso futuramente como um exemplo de promoção autoritária, difusão autoritária ou difusão espúria. O que argumentamos aqui, porém, é que não há dúvidas da participação brasileira na escolha eleitoral para a mudança do governo Pacheco Areco para o de Bordaberry.

No caso do Chile, conforme mencionado na introdução, nos baseamos em trabalhos já existentes que também fizeram uso de fontes primárias recentemente desclassificadas. Em concordância com Harmer, Burns e Simon, esta tese também argumenta que o governo Médici contribuiu para o golpe de Estado contra Allende, ainda que sendo um elemento periférico no processo de desestabilização do governo,

protagonizado pelos próprios atores chilenos. No entanto, não encontramos elementos suficientes para identificar o fenômeno de promoção autoritária, conforme argumentou Simon.

Em relação à Argentina, não encontramos qualquer documento que indique uma tentativa de Brasília de influenciar a política interna de seu vizinho mais poderoso em nenhuma das mudanças de regime ocorridas em Buenos Aires no período estudado, em junho de 1970, março de 1971 e março de 1973. Conforme exposto no decorrer desta tese, o que as fontes primárias sugerem é um processo de difusão de certas medidas da ditadura brasileira, que foram consideradas bem-sucedidas por uma parcela dos tomadores de decisão argentinos e, posteriormente, implementadas. Há algumas hipóteses para justificar esse comportamento brasileiro: o risco de uma reação bélica argentina caso o regime brasileiro fosse descoberto tentando interferir em sua política interna; a dificuldade de Brasília encontrar uma alternativa que considerasse confiável; e a preferência pela estabilidade política regional em relação a uma tentativa de mudança de regime, algo previsto por Bader et al (2010).

Vale destacar ainda que, mesmo com a chegada dos militares argentinos ao poder, em 1966, os dois países seguiram com dificuldades para articular atuações em comum e melhorar as relações bilaterais até o final do governo Médici, foco da pesquisa desta tese. Ainda que os dois regimes tenham atuado com objetivos semelhantes em alguns episódios, como o golpe de 1971 na Bolívia, não há evidências de que houve um alinhamento prévio entre os governos visando uma divisão de tarefas. Em meio às eleições do Uruguai, em 1971, quando Brasília e Washington temiam uma vitória da Frente Ampla, documentos de origens variadas indicavam que Buenos Aires confiava numa articulação com o governo Médici para evitar a chegada do grupo esquerdista ao poder, caso necessário. No entanto, como tal possibilidade não se materializou, o alinhamento entre os dois regimes como resposta a um cenário mais adverso surge apenas como explicação alternativa.

Outro país sul-americano que passou por uma mudança de regime durante o governo Médici foi o Equador. Em fevereiro de 1972, o presidente José Maria Velasco Ibarra foi derrubado por um golpe militar e sucedido por Guillermo Rodríguez Lara. Ainda que o Equador tivesse menor relevância geopolítica para o Brasil e não tenha sido citado pela literatura, o governo Lara também poderia ter reproduzido práticas do regime brasileiro. Na documentação analisada por esta tese, há evidências de que o regime de Lara solicitou o envio de um oficial brasileiro a Quito para assessorar o Instituto de Altos

Estudos, equivalente à ESG no país, para melhorar a imagem de seu governo junto à população. Tal pedido ocorreu via Itamaraty, mas já havia sido aprovado previamente pelos militares dos dois países, com o Estado-Maior das Forças Armadas sendo responsável pela decisão do lado brasileiro (MARIZ, 1972). A assistência solicitada por Quito de fato ocorreu, sendo que, no final de 1974, já durante o governo Geisel, o regime brasileiro substituiu o referido oficial, cuja avaliação entre os militares equatorianos foi a de que o alto nível do representante brasileiro exerceu uma influência preponderante na orientação dos cursos (SILVEIRA JÚNIOR, 1974). Ou seja, ainda que seja necessário aprofundar os estudos, há evidências de que o regime equatoriano também recebeu assistência do governo Médici para desenvolver parte de sua estratégia de repressão.

Ao fazermos um balanço da política externa de Médici para a América do Sul, concluímos que boa parte dos objetivos do governo foi alcançada. 1) O regime militar seguiu no poder no Brasil, sem que a sua segurança ou a sua sobrevivência fosse nem mesmo colocada em perigo durante o governo Médici, que passou o poder para Geisel sem sobressaltos. 2) Além de ter conseguido reduzir drasticamente os movimentos guerrilheiros no Brasil, o governo Médici, por meio da sua política externa, também contribuiu para dificultar a permanência dos asilados nos territórios vizinhos, obrigando-os a se abrigar em países mais distantes, como os europeus. 3) No caso da Bolívia, o governo Médici conseguiu estabelecer com Banzer relações mais próximas do que com presidentes anteriores, diminuindo a influência argentina sobre o país, o que era uma preocupação da ditadura em 1969. Em relação ao Uruguai, o Itamaraty também tinha avaliação semelhante ao final de 1973: de que enquanto Montevidéu passava por um processo de aumento da influência de militares anticomunistas na tomada de decisão, Buenos Aires ia no caminho contrário com a volta do peronismo ao poder, o que tenderia a afastar os governos desses dois vizinhos, algo visto como positivo para Brasília (BRASIL, 1973f).

O comportamento do regime brasileiro nas mudanças de regime estudadas nesta tese pode ser resumido por um documento do SNI, produzido em julho de 1973 e que analisava a melhor resposta da ditadura a movimentos esquerdistas que poderiam se fortalecer no continente com a chegada do peronismo ao poder na Argentina:

Na conjuntura mundial atual está comprovado que somente os movimentos integrados por naturais de um país, porém devidamente apoiados do exterior, conseguem êxito. [...] a melhor e mais eficiente

forma de o Brasil defender-se da Política de Cerco que lhe está sendo movida, é apoiar, de todas as formas possíveis, as correntes e governos anticomunistas dos países da América do Sul, de forma a permitir que resolvam os seus problemas, em benefício de toda a coletividade continental (SNI, 1973a, p.6).

Tal trecho nos mostra que a compreensão do regime brasileiro sobre como influenciar a política interna dos países vizinhos para uma mudança de regime coincide com a literatura teórica. Isso porque os autores dessa área destacam a necessidade de alinhamento entre os países que desejam intervir em algum território e as forças domésticas. Tal ponto é desenvolvido na bibliografia por dois motivos principais: a) o apoio do exterior só pode ser efetivo se implementado como um “empurrão” que auxilie um movimento de atores locais, que costumam ser protagonistas em uma mudança de regime (DAUGHERTY, 2010); b) devido aos constrangimentos da comunidade internacional para esse tipo de ação, o país interventor deve atuar junto a terceiros para que tenha um alibi, caso a ação seja descoberta, permitindo que o governo negue ter responsabilidade sobre a iniciativa, diminuindo, assim, os custos sobre a operação, algo previsto no conceito de *plausible deniability* (POZNANSKY, 2019).

A partir da análise desenvolvida até aqui, vale retomarmos alguns pontos da teoria de difusão autoritária para avaliarmos se o caso brasileiro durante o governo Médici pode se enquadrar em tal referencial teórico.

Em relação ao conceito de promoção autoritária, que prevê a intencionalidade e a capacidade de um regime autoritário exportar as suas práticas, consideramos que o governo Médici implementou tal processo apenas no caso da Bolívia. Ou seja, este seria o único episódio em que o conceito de promoção autoritária, tal como definido por Ambrosio (2010), seria aplicado.

Se o referencial teórico utilizado fosse o de Tansey (2016), que é mais restrito e exige que um governo tenha como objetivo de sua política externa a exportação do próprio tipo de regime, não poderíamos aplicar o conceito de promoção autoritária para nenhum momento do governo Médici. Ainda que outros governos sul-americanos tenham reproduzido algumas práticas realizadas pela ditadura, as ações brasileiras por mudanças de regime não visavam o estabelecimento de um tipo específico de regime autoritário.

Como ressalta o autor, muitas vezes o autoritarismo pode ser a consequência de um processo que tinha outros objetivos a serem promovidos, como, no caso do regime militar brasileiro, ocorreu no combate aos grupos guerrilheiros transnacionais e na

colaboração a aliados regionais. Ou seja, não encontramos evidências neste trabalho de que o governo Médici tivesse uma política externa de promoção do autoritarismo em si, mas sim a de tentar garantir a sua segurança e a estabilidade do regime.

Outro conceito central dessa teoria é o de AGC. Diferentemente de Tansey, esse conceito prevê a possibilidade de exportação de certos elementos do regime, e não dele como um todo. Além disso, os AGCs também são caracterizados pela reprodução de suas práticas tanto por difusão, como via promoção. Dessa forma, além da Bolívia, também estariam enquadrados neste escopo os casos da Argentina, do Chile e do Uruguai. No entanto, como o argumento desta tese é o de que o governo Médici não tinha o objetivo de criar uma identidade regional ou um ambiente de autocracias que ajudasse a legitimar o regime internamente, consideramos que tal denominação não estaria de acordo com o que ocorreu no entorno do Brasil entre 1969 e 1974.

A conclusão deste trabalho está mais alinhada com o argumento de Bader et al (2010), de que, mesmo para um regime autoritário, mais importante do que ter um governo semelhante no seu entorno, é garantir a estabilidade da região. Tal análise de custo-benefício, que seria feita antes de um país implementar uma tentativa de mudança de regime no exterior, nos ajudaria a explicar os motivos pelos quais a ditadura brasileira apoiou a continuidade da democracia no Uruguai em 1971, por exemplo.

Ainda sobre a literatura em questão, vale destacar que uma das dificuldades de se estudar a promoção autoritária é a escassez de evidências, uma vez que tal processo costuma ser sigiloso. No caso desta tese, dentro do governo brasileiro, nos concentramos principalmente na documentação proveniente do Itamaraty, conseguindo captar não apenas a percepção dos funcionários de carreira, mas também de militares, com algumas fontes produzidas por adidos militares, do CSN, do SNI e do Estado-Maior das Forças Armadas. No entanto, parte da cooperação autoritária pode ter ocorrido sem registros documentais ou com fontes ainda desconhecidas. A CNV, por exemplo, abordou viagens do delegado Sérgio Fleury a outros países sul-americanos, quando ele teria compartilhado técnicas de repressão com agentes locais (BRASIL, 2014). Além disso, o relatório também apontou outros casos de presos políticos entregues pelo regime a países vizinhos e no sentido oposto, para o Brasil. Ainda que alguns episódios sejam conhecidos, não se pode descartar a hipótese que outros tenham ocorrido sem divulgação. Ou seja, consideramos que esta tese contribuiu para o avanço da empiria do caso da difusão autoritária pela ditadura brasileira, mas que ainda há espaço para novas interpretações e colaborações à literatura por meio de novas fontes primárias.

Outro ponto fundamental abordado por esta tese diz respeito à relação entre Brasil e Estados Unidos. Ainda que os governos Médici e Nixon tivessem interesses semelhantes na América do Sul, como a tentativa de evitar o estabelecimento de governos esquerdistas na região, não há evidências de ação conjunta entre os países. Durante a visita de Médici a Washington, em dezembro de 1971, os dois governos articularam a criação de um contato fora dos canais diplomáticos, que seria usado para a discussão e o planejamento de ações visando objetivos em comum. No entanto, conforme aponta Simon (2021), ainda não foram encontradas ou desclassificadas fontes primárias que comprovem esse diálogo. No momento da viagem do ditador brasileiro aos Estados Unidos, as ações brasileiras para mudança de regime na Bolívia e no Uruguai já haviam sido efetivadas. O que temos evidência é uma ação conjunta pela estabilização do governo Banzer, a pedido de Médici, mas para iniciativas comuns entre Estados, como a cooperação financeira.

Se refletirmos sobre tais elementos à luz da empiria apresentada nesta tese e do conceito de delegação, criado por Kissinger antes de sua chegada ao governo, apreende-se que, no caso do Brasil, os interesses em comum foram o principal suporte da relação bilateral. Isso porque, do lado brasileiro, havia o desejo de assumir maiores responsabilidades, mas desde que Washington também ajudasse a arcar com parte dos custos, por meio, por exemplo, do aumento do fornecimento da assistência militar. O governo Nixon, porém, tinha restrições devido ao Congresso e não conseguiu atingir as expectativas da ditadura brasileira neste aspecto.

Em relação especificamente ao governo Nixon, ainda que a América Latina não fosse uma prioridade da sua política externa e que as diretrizes alinhadas em 1969 para a região, após a publicação do relatório da Missão Rockefeller, tenham sido alteradas depois da chegada de Allende ao poder, também não é possível argumentar que sua atuação tenha sido um fracasso absoluto. Vale lembrar que a política externa de Nixon para a região era dividida em cinco pontos: a) adotar um mecanismo de reconhecimento de governos mais automático, buscando interferir menos nos países da região; b) aumentar o fornecimento de equipamentos para segurança interna dos latino-americanos, o que era dificultado pelo Congresso; c) dar tratamento preferencial aos produtos da região; d) incentivar investimentos da iniciativa privada e reduzir o envolvimento da Casa Branca em litígios entre países da região e empresas norte-americanas; e) fortalecer organismos multilaterais, dividindo mais as responsabilidades com os atores locais e diminuindo o sentimento de paternalismo de Washington.

Em maio de 1973, um estudo do NSC feito a pedido de Kissinger admitia que muito do que fora planejado não havia sido implementado para a América Latina: não houve concessão em preferências comerciais, as consultas sobre a tomada de decisão da Casa Branca foram menos frequentes do que o previsto e havia tido uma piora na relação com militares (CRIMMINS, 1973).

Ainda assim, durante a transição para o governo Ford, um documento que resumia a situação no continente concluía que a ameaça de segurança externa para o hemisfério havia diminuído (STATE DEPARTMENT, 1974). Além disso, a mesma fonte primária indicava que a assistência e o investimento norte-americanos passaram a ter menor importância do que uma década antes na região. Ou seja, ao menos dois dos objetivos principais de Nixon para a América Latina foram atingidos. Vale destacar ainda que, durante esta tese, outros episódios indicaram que algumas diretrizes elaboradas em 1969 foram seguidas, como um menor envolvimento da Casa Branca em litígios privados, como ocorrera com a Gulf na Bolívia, e um reconhecimento mais automático dos governos latino-americanos.

Além da discussão acima, sobre a história diplomática do Brasil sob Médici, a participação brasileira em mudanças de regime no continente e a exportação de certos elementos autoritários do regime, vale retomar também os outros objetivos deste trabalho expostos na introdução.

Sobre a necessidade de se estudar a agência dos atores locais em meio à Guerra Fria, entendemos que o caso brasileiro na América do Sul foi um bom exemplo da importância desse movimento. Ainda que o protagonismo nas mudanças de regime seja de atores internos, a participação do maior país do continente também ajudou a revelar detalhes importantes desses processos políticos. No entanto, como a chegada ao poder de líderes anticomunistas em diversos países sul-americanos entre as décadas de 1960 e 1970 ocorreu devido principalmente a motivações internas em cada local, o estudo da conjuntura de tais países e seus atores torna-se ainda mais imperativa. Ainda que Brasil e Estados Unidos tenham participado de alguns desses processos, como na Bolívia, no Chile e no Uruguai, seria difícil argumentar que o desfecho seria o mesmo sem os atores locais.

De qualquer forma, consideramos que, com o trabalho de coleta e apresentação de centenas de fontes primárias brasileiras, esta tese contribuiu para reforçar a necessidade de estudo dos agentes sul-americanos. Vale ponderar, no entanto, que também

reconhecemos as limitações do trabalho ser baseado em documentos históricos recentemente desclassificados. Cada fonte primária carrega os interesses de quem a produz, o que também pode representar análises tendenciosas. Em suma, nesta tese buscamos não considerar o conteúdo de cada documento como um dogma, mas sim cruzar as informações contidas em materiais produzidos em órgãos e atores diversos para mitigar as vulnerabilidades desse tipo de trabalho.

Por fim, vale discutirmos o papel do Itamaraty na tomada de decisão e na implementação da política externa brasileira sob Médici. No decorrer deste trabalho, apresentamos diversos episódios que jogam luz no processo decisório e na divisão de tarefas entre os órgãos do governo para ações no exterior.

Em uma das decisões mais relevantes apresentadas nesta tese, a de interferir nas eleições uruguaias de 1971, Médici autorizou a ação que seu chanceler sugeria, mas que era baseada em análise do SNI, que também ficaria responsável pela operação. Ou seja, neste caso, o Itamaraty referendou o encaminhamento do SNI e teve posição secundária na implementação da iniciativa. Tal conclusão, no entanto, não diminui a responsabilidade do Ministério de Relações Exteriores de apoiar uma política que vai contra um dos princípios do órgão, de respeitar a soberania de cada país.

Um relatório do SNI de abril de 1973 argumentava que o Brasil precisava treinar melhor os seus funcionários que atuavam no exterior, colocando o órgão à disposição para oferecer “cursos rápidos” ao pessoal do Ministério das Relações Exteriores (SNI, 1973b). Ou seja, neste caso, a agência de inteligência do regime, onde Médici tinha desenvolvido parte de sua carreira recente, não apenas apresentava uma suposta fraqueza do Itamaraty, mas também buscava complementar a formação do ministério. Tal ponto contraria o argumento de parte da literatura de que a ditadura militar não interferiu no Ministério das Relações Exteriores por confiar na formação técnica dos diplomatas.

Além do SNI, os representantes do Itamaraty também tiveram que dividir responsabilidades na execução da política externa com os militares. O caso da Bolívia retratado nesta tese comprova a relevância dos adidos militares na apuração e no encaminhamento de informações dos postos no exterior para Brasília. Ainda que a maioria dos documentos produzidos pelos adidos durante a ditadura não esteja ao alcance dos pesquisadores, o relatório da CNV já deixava claro o papel central desses atores ao argumentar que as adidâncias implementavam uma espécie de “diplomacia paralela” (BRASIL, 2014).

Até mesmo a Casa Branca discutia internamente a relevância do Itamaraty e de seu ministro da política externa brasileira. Na preparação para visita a Washington, em 1971, o governo Nixon identificava profunda divisão entre o Palácio do Planalto e o Itamaraty (SPEKTOR, 2009, p.48). Cerca de duas semanas após a visita de Médici a Washington, porém, Nachmanoff indicava a Kissinger que a relação entre Gibson e o ditador brasileiro era mais próxima do que eles supunham (NACHMANOFF, 1971a). Ou seja, ao menos durante a viagem, mesmo com o chanceler tendo ficado de fora dos dois encontros entre Médici e Nixon, a percepção da Casa Branca era a de que a influência do Itamaraty era maior do que o imaginado.

Em relação a este ponto, vale ressaltar que o processo de tomada de decisão não foi o mesmo durante todos os governos da ditadura militar, variando de acordo com uma série de fatores, como a conjuntura da época, a importância do assunto a ser deliberado e o relacionamento entre o presidente da vez e o seu chanceler. O que se pretendeu nesta tese foi apenas demonstrar, por meio das fontes primárias, o que ocorreu em determinados casos do governo Médici, dando uma contribuição para o prosseguimento deste debate.

Este trabalho não tem a pretensão de esgotar as possibilidades de interpretação do período estudado. Devido à pandemia de Covid-19, infelizmente não foi possível consultar de forma presencial os arquivos dos países estudados, principalmente Argentina, Bolívia e Uruguai. Até mesmo no Brasil, consideramos que novas visitas ao Arquivo do Itamaraty, ao CPDOC-FGV e ao IHGB permitiriam a análise de outras levadas de fontes primárias que acrescentariam informações valiosas para o nosso argumento.

Por esse motivo, consideramos válido encerrar este trabalho com a indicação de três avenidas de pesquisa futura. Uma delas é a relevância das empresas transnacionais. No decorrer desta tese, a atuação de companhias norte-americanas surgiu como um elemento importante dos processos de mudanças de regime no Peru (na transição de Johnson para Nixon), na Bolívia e no Chile, com diferenças em cada um desses casos. Durante o mandato de Nixon, havia a intenção de diminuir o envolvimento da Casa Branca nas disputas entre as empresas e os governos locais. Tal ponto ainda precisaria ser estudado com maior profundidade, avaliando se houve diferença nas ações de Nixon e de Johnson, por exemplo.

Outra avenida de pesquisa diz respeito a uma possível influência argentina no Brasil. Conforme apontado neste trabalho, consideramos que os governos militares argentinos implementaram algumas medidas que avaliavam como bem-sucedidas no

Brasil. No entanto, uma lacuna a ser preenchida seria sobre o caminho inverso, da ditadura brasileira sendo influenciada por ações argentinas e colocando-as em prática no Brasil por meio de um processo de difusão. No decorrer desta tese indicamos, por exemplo, que o regime militar brasileiro, ainda durante o governo Castello Branco, considerou excessivas algumas medidas de repressão praticadas por Buenos Aires. Internamente, porém, Castello Branco já era pressionado por uma parcela das Forças Armadas para endurecer o seu governo. Ou seja, uma hipótese a ser futuramente estudada seria se o governo Costa Silva analisou as consequências da repressão na Argentina antes da implementação do AI-5.

A última avenida de pesquisa a ser indicada nesta conclusão envolve o tema da repressão. Neste trabalho, argumentamos que algumas ações do governo Médici, como a operacionalização do SNI e o uso de campanhas de relações públicas para melhorar a imagem do regime em meio ao combate interno a opositores, foram reproduzidos por outros líderes sul-americanos, seja por promoção ou difusão autoritárias. No entanto, essa posição brasileira como exemplo para os demais países da região no que se refere a práticas repressivas parece ter se alterado nos anos seguintes. A partir de novembro de 1975, data que, segundo a CNV, marcou a primeira reunião da Operação Condor, o regime brasileiro perdeu o protagonismo na área. Isso porque algumas ditaduras que assumiram o poder em seus países depois dos militares no Brasil, como ocorreu na Argentina, no Chile, no Uruguai e na Bolívia, adotaram práticas ainda mais violentas. Ou seja, com as informações que temos disponíveis hoje, a interpretação vigente é a de que, depois de colaborar no desenvolvimento de uma rede repressiva na América do Sul, a ditadura brasileira passou a ocupar uma posição marginal neste processo na segunda metade da década de 1970. Com os conceitos e as fontes primárias aqui apresentados, consideramos que o tema da repressão transnacional ainda merece ser estudado com maior profundidade no futuro para avaliarmos as diferenças na atuação do Brasil em cada um dos governos militares, bem como das motivações dos presidentes para adotar as suas respectivas posturas. Tal estudo poderá contribuir não apenas no conhecimento sobre os regimes anticomunistas sul-americanos do período da Guerra Fria, mas também sobre eventuais diferenças na cooperação regional entre ditaduras e democracias.

REFERÊNCIAS

ADAIR, Charles W. **1971 Uruguayan Election Wrap-Up**. Montevideo, 23 feb. 1972. Confidential. Consultado no Nara. RG 59, SNF 1970-1973, Box 2660.

AIDT, Toke S.; ALBORNOZ, Facundo. Political Regimes and Foreign intervention. **Journal of Development Economics**, v. 94, March 2011.

ALLISON, Graham T.; ZELIKOW, Philip D. **Essence of decision: explaining the Cuban Missile Crisis**. 2nd ed. Nova York: Longman, 1999.

ALMEIDA, Jorge de Sá. **Relações brasileiro americanas. Situação política brasileira**. Washington, 4 jan. 1969. Secreto. Consultado no Arquivo Histórico do Itamaraty. Coleção de Maços Temáticos Secretos, Caixa 401.

ALMEIDA, Jorge de Sá. **Relações brasileiro americanas**. Washington, 10 jan. 1969. Secreto. Consultado no Arquivo Histórico do Itamaraty. Coleção de Maços Temáticos Secretos, Caixa 401.

AMBROSIO, Thomas; TOLSTRUP, Jakob, How Do We Tell Authoritarian Diffusion from Illusion? Exploring Methodological Issues of Qualitative Research on Authoritarian Diffusion, **Quality & Quantity**, 2019.

AMBROSIO, Thomas. .Constructing a Framework of Authoritarian Diffusion: Concepts, Dynamics, and Future Research. **International Studies Perspectives**, n. 11, 2010.

AMERICAN EMBASSY IN BUENOS AIRES. **Rumored Tensions in Highest Government Circles**. Buenos Aires, 21 feb. 1971. Confidential. Consultado no Nara. RG 59, SNF 1970-1973, Box 1677.

AMERICAN EMBASSY IN LA PAZ. **Banzer-Médici Meeting**. La Paz, 5 apr. 1972. Consultado no Nara. RG 59, SNF, 1970-1973, Box 2123.

AMERICAN EMBASSY IN LA PAZ. **Golpe plotting continues in provinces**. La Paz, 14 aug. 1971. Confidential. Consultado no Nara. RG 59, SNF 1970-1973, Box 2126.

AMERICAN EMBASSY IN MONTEVIDEO. **Preliminary Analysis of Possible External Orientation of Uruguayan Military**. Montevideo, 11 feb. 1973. Confidential. Consultado no Nara. RG 59, SNF, 1970-1973, Box 1817.

AMERICAN EMBASSY IN MONTEVIDEO. **Rockefeller Mission: Background on Political Affairs**. 1969. Confidential. Consultado em RAC. Gubernatorial Records. James Cannon, Series 7, Subseries 2, Box 10, Folder 83.

AMERICAN EMBASSY IN SANTIAGO. **The electoral stakes, the POT and the Jockey with the money**. Apr. 1970. Consultado em Nixon Library. HAK Office Files, Box 128, Folder Chile Wrap-up and post-mortem the president March 1971 [1 of 3].

BADER, Julia; GRÄVINGHOLT, Jörn; KÄSTNER, Antje. Would autocracies promote autocracy? A political economy perspective on regime-type export in regional neighbourhoods. **Contemporary Politics**, 2010.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Brasil, Argentina e Estados Unidos – Conflito e Integração na América do Sul (Da Tríplice Aliança ao Mercosul)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BARBOZA, Mario Gibson. **Na diplomacia, o traço todo da vida**. Brasília: FUNAG, 2020.

BARBOZA, Mario Gibson. **Relações Brasil-Estados Unidos**. Washington, 09 mar. 1969. Secreto. Consultado no Arquivo Histórico do Itamaraty. Coleção de Maços Temáticos Secretos, Caixa 401.

BARBOZA, Mario Gibson. **Relações Estados Unidos Peru. Visita do Governador Rockefeller ao Peru**. Washington, 11 jun. 1969. Secreto. Consultado no Arquivo Histórico do Itamaraty. Coleção de Maços Temáticos Secretos, Caixa 401.

BARBOZA, Mario Gibson. Sem título. Carta para Nelson Rockefeller. 13 May 1969. Consultado em RAC, NAR Gubernatorial Records, James Cannon, Series 7, Subseries 2, Box 6, Folder 57.

BARBOZA, Mario Gibson. Sem título. 13 jan. 1971. Ultrassecreto. Consultado no Arquivo Histórico do Itamaraty. Coleção de Memorandos Ultrassecretos, Caixa 2.

BELTON, William. **Rockefeller Mission**. Telegram n. 4867. Rio de Janeiro, 19 jun. 1969. Secret. Consultado no Nara, RG 84, Entry P 87, box 4, folder E-7 Visits Rockefeller.

BENEVIDES, Adolpho Corrêa de Sá e. **Aproximação de militares argentinos com oficiais brasileiros**. 4 mai. 1971. Secreto. Consultado no Arquivo Histórico do Itamaraty. Coleção de Memorandos Secretos, Caixa 8.

BRANDS, Hal. **Latin America's Cold War**. Cambridge: Harvard University Press, 2012.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório final da Comissão Nacional da Verdade**. Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informações para o Senhor Presidente da República. 1969, n. 09. **Roteiro para Carta do Presidente da República ao Presidente Nixon, dos Estados Unidos, a ser entregue pelo Embaixador Mario Gibson Barboza**. 06 jan. 1969. Arquivo Histórico do Itamaraty, Secreto.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informações para o Senhor Presidente da República. 1969, n. 49. **Relações Peru-Estados Unidos da América. Política Interna Peruana**. 03 fev. 1969. Arquivo Histórico do Itamaraty, Confidencial.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informações para o Senhor Presidente da República. 1969, n. 54. **Relações dos Estados Unidos com a América Latina. OEA, CIES e CIAP. CECLA.** 05 fev. 1969. Arquivo Histórico do Itamaraty, Ostensivo.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informações para o Senhor Presidente da República. 1969, n. 63. **Roberto Emilio Manes, no Uruguai.** 12 fev. 1969. Arquivo Histórico do Itamaraty, Secreto.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informações para o Senhor Presidente da República. 1969, n. 70. **Declaração do Presidente Nixon sobre a viagem do Governador Rockefeller aos Países da América Latina.** 21 fev. 1969. Arquivo Histórico do Itamaraty, Ostensivo.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informações para o Senhor Presidente da República. 1969, n. 71. **Relações Peru-Estados Unidos da América.** 21 fev. 1969. Arquivo Histórico do Itamaraty, Confidencial.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informações para o Senhor Presidente da República. 1969, n. 74. **Relações dos EEUU com a América Latina. OEA, CIES e CIAO. CECLA.** 24 fev. 1969. Arquivo Histórico do Itamaraty, Ostensivo.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informações para o Senhor Presidente da República. 1969, n. 78. **Reunião da CECLA. Relações Peru - Estados Unidos.** 24 fev. 1969. Arquivo Histórico do Itamaraty, Confidencial.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informações para o Senhor Presidente da República. 1969, n. 93a. **Relações Brasil-EUA. Artigo de Benjamin Welles.** 05 mar. 1969. Arquivo Histórico do Itamaraty, Confidencial.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informações para o Senhor Presidente da República. 1969, n. 197. **Viagem do Governador Nelson Rockefeller à América Latina.** 19 mar. 1969. Arquivo Histórico do Itamaraty, Secreto.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informações para o Senhor Presidente da República. 1969, n. 231. **Situação política na Bolívia.** 29 abr. 1969. Arquivo Histórico do Itamaraty, Confidencial.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informações para o Senhor Presidente da República. 1969, n. 255. **Missão Rockefeller.** 02 jun. 1969. Arquivo Histórico do Itamaraty, Ostensivo.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informações para o Senhor Presidente da República. 1969, n. 260. **Missão Rockefeller.** jun. 1969. Arquivo Histórico do Itamaraty, Secreto.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informações para o Senhor Presidente da República. 1969, n. 267. **Situação política na Argentina.** jun. 1969. Arquivo Histórico do Itamaraty, Confidencial.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informações para o Senhor Presidente da República. 1969, n. 282. **Situação política na Argentina: novo Gabinete.** 20 jun. 1969. Arquivo Histórico do Itamaraty, Secreto.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informações para o Senhor Presidente da República. 1969, n. 286. **Negociações com o Uruguai.** 24 jun. 1969. Arquivo Histórico do Itamaraty, Confidencial.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informações para o Senhor Presidente da República. 1969, n. 296. **Senado norte-americano. Exame da cooperação militar com a América Latina. Informação n.1.** 01 jul. 1969. Arquivo Histórico do Itamaraty, Confidencial.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informações para o Senhor Presidente da República. 1969, n. 396. **Relações Brasil-Argentina. Nota da Embaixada Argentina.** 21 nov. 1969. Arquivo Histórico do Itamaraty, Secreto.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informações para o Senhor Presidente da República. 1969, n. 397. **Relações Brasil-Argentina. Carta do Ministro das Relações Exteriores da Argentina.** 21 nov. 1969. Arquivo Histórico do Itamaraty, Secreto.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informações para o Senhor Presidente da República. 1969, n. 398. **Relações Brasil-Argentina. Nota do governo brasileiro.** 21 nov. 1969. Arquivo Histórico do Itamaraty, Secreto.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informações para o Senhor Presidente da República. 1969, n. 399. **Relações Brasil-Argentina. Carta do Ministro das Relações Exteriores do Brasil ao Ministro das Relações Exteriores da Argentina.** 21 nov. 1969. Arquivo Histórico do Itamaraty, Secreto.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informações para o Senhor Presidente da República. 1969, n. 400. **Notícias na Imprensa sobre troca de refugiados entre o Brasil e o Uruguai.** 28 nov. 1969. Arquivo Histórico do Itamaraty, Secreto.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informações para o Senhor Presidente da República. 1969, n. 414. **A situação política na Bolívia.** 22 dez. 1969. Arquivo Histórico do Itamaraty, Secreto.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informações para o Senhor Presidente da República. 1969, n. 415. **Política argentina na Bolívia. Situação geral da "Gulf".** 22 dez. 1969. Arquivo Histórico do Itamaraty, Secreto.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informações para o Senhor Presidente da República. 1970, n. 03. **Relações Brasil-Argentina.** 02 jan. 1970. Arquivo Histórico do Itamaraty, Confidencial.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informações para o Senhor Presidente da República. 1970, n. 11. **Relações Brasil-Uruguai. Encontro presidencial.** 17 jan. 1970. Arquivo Histórico do Itamaraty, Secreto.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informações para o Senhor Presidente da República. 1970, n. 95. **Correção da imagem do Brasil no exterior.** 16 mai. 1970. Arquivo Histórico do Itamaraty, Secreto.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informações para o Senhor Presidente da República. 1970, n. 121. **Situação política da Argentina.** 09 jun. 1970. Arquivo Histórico do Itamaraty, Confidencial.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informações para o Senhor Presidente da República. 1970, n. 124. **Situação política da Argentina.** 18 jun. 1970. Arquivo Histórico do Itamaraty, Confidencial.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informações para o Senhor Presidente da República. 1970, n. 130. **Situação política da Argentina.** 25 jun. 1970. Arquivo Histórico do Itamaraty, Confidencial.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informações para o Senhor Presidente da República. 1970, n. 154. **Situação política no Chile. Eleições presidenciais.** 13 ago. 1970. Arquivo Histórico do Itamaraty, Confidencial.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informações para o Senhor Presidente da República. 1970, n. 155. **Situação do Uruguai e Chile.** 17 ago. 1970. Arquivo Histórico do Itamaraty, Secreto.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informações para o Senhor Presidente da República. 1970, n. 160. **Bolívia. Situação atual e tendências. Posição do Brasil.** 22 ago. 1970. Arquivo Histórico do Itamaraty, Secreto.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informações para o Senhor Presidente da República. 1970, n. 174. **Terrorismo no Uruguai. Assalto a funcionário do Banco do Brasil.** set. 1970. Arquivo Histórico do Itamaraty, Confidencial.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informações para o Senhor Presidente da República. 1970, n. 183. **Eleição presidencial no Chile.** 22 set. 1970. Arquivo Histórico do Itamaraty, Secreto.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informações para o Senhor Presidente da República. 1970, n. 195. **Eleição presidencial no Chile.** 08 out. 1970. Arquivo Histórico do Itamaraty, Secreto.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informações para o Senhor Presidente da República. 1970, n. 197. **Bolívia. Situação política interna.** 12 out. 1970. Arquivo Histórico do Itamaraty, Confidencial.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informações para o Senhor Presidente da República. 1970, n. 210. **Política interna boliviana.** 21 out. 1970. Arquivo Histórico do Itamaraty, Secreto.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informações para o Senhor Presidente da República. 1970, n. 226. **Concentração de subversivos brasileiros no Chile.** 13 nov. 1970. Arquivo Histórico do Itamaraty, Secreto.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informações para o Senhor Presidente da República. 1970, n. 228. **Ação diplomática brasileira na América Latina.** 13 nov. 1970. Arquivo Histórico do Itamaraty, Secreto.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informações para o Senhor Presidente da República. 1971, n. 11. **Situação política na Bolívia. Tentativa de golpe de estado.** 12 jan. 1971. Arquivo Histórico do Itamaraty, Secreto.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informações para o Senhor Presidente da República. 1971, n. 25. **Encontro dos Presidentes Levingston e Pacheco Areco.** 24 fev. 1971. Arquivo Histórico do Itamaraty, Confidencial.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informações para o Senhor Presidente da República. 1971, n. 50. **Política interna do Uruguai. Frente ampla.** 29 mar. 1971. Arquivo Histórico do Itamaraty, Confidencial.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informações para o Senhor Presidente da República. 1971, n. 59. **Imagem do Brasil no exterior. Viagem de parlamentares alemães ao Brasil.** 12 abr. 1971. Arquivo Histórico do Itamaraty, Confidencial.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informações para o Senhor Presidente da República. 1971, n. 62. **Resumos analíticos mensais. Março de 1971.** 12 abr. 1971. Arquivo Histórico do Itamaraty, Reservado.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informações para o Senhor Presidente da República. 1971, n. 65. **Situação interna do Uruguai.** 23 abr. 1971. Arquivo Histórico do Itamaraty, Secreto.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informações para o Senhor Presidente da República. 1971, n. 66. **Imagem do Brasil no exterior. Fundo de empresas alemãs.** 19 abr. 1971. Arquivo Histórico do Itamaraty, Confidencial.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informações para o Senhor Presidente da República. 1971, n. 80. **Atividade subversivas no Brasil. Base apoio no Chile.** 29 abr. 1971. Arquivo Histórico do Itamaraty, Secreto.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informações para o Senhor Presidente da República. 1971, n. 82. **Situação interna do Uruguai.** 21 mai. 1971. Arquivo Histórico do Itamaraty, Secreto.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informações para o Senhor Presidente da República. 1971, n. 97. **Conjuntura política do Uruguai.** 21 jun. 1971. Arquivo Histórico do Itamaraty, Secreto.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informações para o Senhor Presidente da República. 1971, n. 127. **Situação política interna do Uruguai. Perspectivas eleitorais.** 09 ago. 1971. Arquivo Histórico do Itamaraty, Confidencial.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informações para o Senhor Presidente da República. 1971, n. 129. **Atividades subversivas brasileiras no exterior.** 09 ago. 1971. Arquivo Histórico do Itamaraty, Ultrassegredo.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informações para o Senhor Presidente da República. 1971, n. 131. **Situação na Bolívia.** 23 ago. 1971. Arquivo Histórico do Itamaraty, Confidencial.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informações para o Senhor Presidente da República. 1971, n. 142. **Relações Brasil-Bolívia,** 20 set. 1971. Arquivo Histórico do Itamaraty, Secreto.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informações para o Senhor Presidente da República. 1971, n. 148. **Presença do General Hugo Bethlem em La Paz.** 4 out. 1971. Arquivo Histórico do Itamaraty, Secreto.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informações para o Senhor Presidente da República. 1972, n. 14. **Programa de cooperação Brasil-Uruguai,** 22 fev. 1972. Arquivo Histórico do Itamaraty, Secreto.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informações para o Senhor Presidente da República. 1972, n. 21. **Atividades subversivas contra o governo Banzer.** 27 mar. 1972. Arquivo Histórico do Itamaraty, Secreto.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informações para o Senhor Presidente da República. 1972, n. 45. **Situação interna do Uruguai,** 26 jun. 1972. Arquivo Histórico do Itamaraty, Secreto.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informações para o Senhor Presidente da República. 1972, n. 52. **Relações Brasil-Uruguai. Reunião econômico-comercial em Montevidéu.** Brasília, 24 jul. 1972. Arquivo Histórico do Itamaraty, Confidencial.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informações para o Senhor Presidente da República. 1972, n. 56. **Campanha de opinião pública. Pedido de assessoramento pelo governo uruguaio,** 17 jul. 1972. Secreto.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informações para o Senhor Presidente da República. 1972, n. 90. **Situação político-institucional uruguaia. Aparição de Poder Militar no cenário político.** 3 nov. 1972. Arquivo Histórico do Itamaraty, Confidencial.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informações para o Senhor Presidente da República. 1972, n. 100. **Conjuntura político-militar uruguaia.** 1972. Secreto.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informações para o Senhor Presidente da República. 1973, n. 13. **Situação político institucional uruguaia. Poder Civil x Poder Militar.** 12 fev. 1973. Arquivo Histórico do Itamaraty, Confidencial.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informações para o Senhor Presidente da República. 1973, n.19. **Análise das eleições na Argentina**. 15 mar. 1973. Arquivo Histórico do Itamaraty, Secreto.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informações para o Senhor Presidente da República. 1973, n.20. **Argentina. Política externa do governo justicialista**. 19 mar. 1973. Arquivo Histórico do Itamaraty, Secreto.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informações para o Senhor Presidente da República. 1973, n. 28. **Política interna do Uruguai. Crise político-militar**. 15 mai. 1973. Arquivo Histórico do Itamaraty, Confidencial.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informações para o Senhor Presidente da República. 1973, n. 38. **Conversações entre o peronismo e líderes subversivos brasileiros e bolivianos**. 11 jun. 1973. Arquivo Histórico do Itamaraty, Secreto.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informações para o Senhor Presidente da República. 1973, n. 42. **Situação política uruguaia. Golpe de Estado**. 27 jun. 1973. Arquivo Histórico do Itamaraty, Confidencial.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informações para o Senhor Presidente da República. 1973, n.86. **Exportação de material bélico para a Bolívia**. Brasília, 2 out. 1973. Arquivo Histórico do Itamaraty, Secreto.

BRINKS, Daniel; COPPEDGE, Michael. “Diffusion is No Illusion: Neighbor Emulation in the Third Wave of Democracy.” **Comparative Political Studies**. 2006, v. 39, n. 4, p. 463–489.

BROWNE, Malcolm W. Peru Strives to set up coalition against U.S. in Latin America. **The New York Times**. 02 May 1969. Consultado em RAC, Nelson A. Rockefeller personal papers, series O, Subseries 8, Box 164, Folder 1340 “Peru – Cancelled”.

BURNS, Mila. Ditadura tipo exportação: a diplomacia brasileira e a queda de Salvador Allende. **História e Cultura**. V.5, n.3, dez. 2016.

CAMPOS, Roberto. Sem título. Relatório de Roberto Campos para Médici se preparar à visita aos EUA. 1971. Documento disponível no acervo Médici, do IHGB, sob o código BR IHGB 117DL 03,08, pasta 245.

CASTILHO, Alessandra. **Diplomacia e repressão política: a atuação do Centro de Informações do Exterior e da Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores no Chile (1968-1973)**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

CATERINA, Gianfranco. **O Regime Militar Brasileiro Visto desde Washington (1967-1978)**. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

CERVO, Amado Luiz. Meios e resultados do pragmatismo em política externa (1967-1979). In CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 4a ed. rev. e ampl. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

CHIRIO, Maud. **A política nos Quartéis**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2012.

CIA. Directorate of Intelligence. **Bolivia under Torres**. Intelligence Memorandum. 16 jun. 1971. Secret. Consultado em Nixon Library, National Security Council Institutional Files (H-Files), Box H-055.

CIA. Directorate of Intelligence. **Brazil Widens its Horizons**. Intelligence Memorandum. 26 May 1972. Secret. Consultado por meio do site da CIA.

CIA. Directorate of Intelligence. **Outlook for the Onganía Regime in Argentina**. Current Intelligence Weekly Special Report. 04 nov. 1966. Secret. Consultado em LBJ Library, National Security File, Country Files, Box 6, Folder Argentina, Volume 2: 9/64 – 2/67 [2 of 4].

CIA. Directorate of Intelligence. **Political Dynamics in Argentina**. Special Report Weekly Review. 14 jun. 1968. Secret. Consultado em LBJ Library, National Security File, Country Files, Box 6, Folder Argentina, Volume 3: 3/67 – 12/68 [2 of 2].

CIA. Directorate of Intelligence. **The Latin American Guerrilla Today**. Weekly Summary Special Report. 22 jan. 1971. Secret. Consultado por meio do site da CIA.

CIA. Directorate of Intelligence. **Turnabout in Bolivia**. Weekly Summary Special Report. 29 oct. 1971. Secret. Consultado por meio do site da CIA.

CIA. Office of Central Reference. **Argentina – Juan Carlos Onganía**. June 1966. Secret. Consultado em LBJ Library, National Security File, Country Files, Box 6, Folder Argentina, Volume 2: 9/64 – 2/67 [3 of 4]

CIA. **The Outlook for Argentina**. National Intelligence Estimate. Washington, 21 May 1970. Secret. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve10/d62>

CIA. **The situation in Uruguay**. 17 jun. 1965. Secret. Consultado em LBJ Library, National Security Files, National Intelligence Estimates, Box 9, folder 98, Uruguay.

CIEX. **Crise político-militar no Uruguai. Posição da esquerda**. Doc. 130 de 1973. 13 mar. 1973. Secreto. Consultado por meio do Sistema de Informações do Arquivo Nacional.

COLBY, William E. **Decision by Brazilian President Ernesto Geisel To Continue the Summary Execution of Dangerous Subversives Under Certain Conditions**. Washington, 11 apr. 1974. Secret. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve11p2/d99?platform=hootsuite>

COLET, Enrique. **El fraude de 71**: el día que Wilson Ferreira no pudo ser presidente. Montevideo: La Republica, 1999.

CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL. **Estudo especial n. 075/SG-1/70**. Brasília, 14 ago. 1970. Ultrassecreto. Consultado por meio do Sistema de Informações do Arquivo Nacional.

CORMAC, Rory; WALTON, Calder; PUYVELDE, Damien Van “What constitutes successful covert action? Evaluating unacknowledged interventionism in foreign affairs”. **Review of International Studies**. 2021, p.1-18.

CORRIGAN, Robert. Sem título. São Paulo, 3 sep. 1971. Consultado no Nara. RG 59, SNF 1970-1973, Box 2123.

COSTA, Aderbal. **Situação política interna na Bolívia. Rumores de conspirações**. La Paz, 27 nov. 1970. Secreto. Consultado no Arquivo Histórico do Itamaraty. Série de telegramas secretos recebidos e expedidos das embaixadas em Guatemala e La Paz, Caixa 107.

COSTA, Aderbal. **Situação política boliviana**. La Paz, 13 nov. 1970. Secreto. Consultado no Arquivo Histórico do Itamaraty, coleção de Maços temáticos Secretos, Caixa 232.

COSTA E SILVA, Arthur da. Sem título. Minuta de carta a Richard Nixon. 9 jan. 1969. Secreto. Consultado no Arquivo Histórico do Itamaraty. Coleção de Maços Temáticos Secretos, Caixa 401.

CREMA, Gabriela. **A Política Externa Do Governo Médici (1969-1974) Para Os Países Sul-Americanos Sob A Influência Da Esquerda**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

CRIMMINS, John Hugh. **Review of U. S. Policy Toward Latin America**. 29 May 1973. Secret. Consultado no Nara. RG 59, A1 5763, Box 20.

CRUZ, Roberto de Abreu. **Argentina. Plano Europa**. 27 fev. 1969. Secreto. Consultado no Arquivo Histórico do Itamaraty. Coleção de Memorandos Secretos, Caixa 6.

DALLEK, Robert. **Nixon and Kissinger: Partners in Power**, Nova York, HarperCollins, 2007.

DARWICH, May. Creating the enemy, constructing the threat: the diffusion of repression against the Muslim Brotherhood in the Middle East. **Democratization**, 2017

DAUGHERTY, William J. “Covert Action: Strengths and Weaknesses”. In JOHNSON, Loch K (ed.). **The Oxford Handbook of National Security Intelligence**. p. 608-626. 2010.

DAVIS, Nathaniel. **The last two years of Salvador Allende**. Ithaca: Cornell University Press, 1985.

DERPIC, Jorge Carlos. **The (Im) Possible Revolution: Ideology, Framing and Historical Events in the Making of the Bolivian Popular Assembly of 1971**. Thesis (Masters of Arts). The University of Texas at Austin, 2012.

DIAS, Sônia. Verbete sobre Emílio Garrastazu Médici. Consultado em janeiro de 2023. Disponível no site da FGV em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/medici-emilio-garrastazu>

DOWNES, Alexander B.; LILLEY, Mary Lauren. Overt Peace, Covert War? Covert Intervention and the Democratic Peace. **Security Studies**. 2010, v. 19, n. 2, p.266-306.

ELIOT JR, Theodore L. **Alleged Coup Attempt in Bolivia**. Memorandum for Mr. Henry Kissinger and The White House. Washington, 11 jan. 1971. Consultado no Nara. RG 59, SNF 1970-1973, Box 2126.

ELIOT JR., Theodore L. **Argentine sensitivities toward Brazil sharply increase**. Washington, 24 dec. 1971. Confidential. Consultado no Nara. RG59, SNF 1970-1973, Box 2134.

ELIOT JR, Theodore L. **The Uruguayan Elections**. Memorandum for Mr. Henry Kissinger. Washington, 27 nov. 1971. Secreto. Consultado por meio do site da The George Washington University, disponível em <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB71/doc8.pdf>

ELKINS, Zachary; SIMMONS, Beth. On Waves, Clusters, and Diffusion: A Conceptual Framework. **Annals of the American of Political and Social Science**. 2005.

EMBAIXADA DO BRASIL NA BOLÍVIA. **Informações sobre preparativos subversivos contra a Bolívia e o Paraguai. Contato com o serviço de inteligência boliviano**. La Paz, 28 ago. 1973. Secreto. Consultado no Arquivo Histórico do Itamaraty. Coleção de Maços temáticos secretos, Caixa 243.

EMBAIXADA DO BRASIL NA BOLÍVIA. **Situação política na Bolívia. FSB. Valverde**. La Paz, 20 ago. 1973. Secreto. Consultado no Arquivo Histórico do Itamaraty. Coleção de Memorandos Ultrassecretos, Caixa 4.

ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS. **Exposição de Motivos PR 4.671.70 – n.3-FA2-68**. 11 mai. 1970. Consultado no Arquivo Histórico do Itamaraty, coleção de Maços Temáticos Secretos, Caixa 262.

FERNANDES, Ananda. A política externa da ditadura brasileira durante os “anos de chumbo” (1968-1974): as intervenções do “Brasil Potência” na América Latina. **Revista História Social**, v. 18, p. 157- 176, 2010.

FERREIRA, Oliveiros. **A crise da política externa: autonomia ou subordinação?**. Organização Reginaldo Mattar Nasser. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

FICO, Carlos. **O grande irmão: da operação brother sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

FREDERICO, Fabio Rocha. **Política Externa e Guerrilha no Cone Sul**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2020.

FRIELE, Berent. **Message from Brazilian Ambassador**. Memorandum to Governor Nelson A. Rockefeller. 19 mar 1969. Consultado em RAC, NAR Gubernatorial Records, James Cannon, Series 7, Subseries 2, Box 6, Folder 57.

FRIELE, Berent. **President Médici of Brazil**. Memorandum to Nelson A. Rockefeller. 28 apr. 1970. Consultado em RAC, Rockefeller Family Associates, Berent Friele Papers. Series 3, Box 7, Folder 106.

FRIELE, Berent. **U.S. - Brazil Relations**. 28 sep. 1970. Consultado em RAC, Rockefeller Family Associates, Berent Friele Papers. Series 3, Box 7, Folder 114.

GARCIA, Eugênio Vargas. **Cronologia das Relações Internacionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2005.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GARTHOFF, Raymond L. Why Did the Cold War Arise, and Why Did It End? In: HOGAN, Michael J. **The end of the cold war: its meaning and implications**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

GLEDITSCH, Kristian Skrede; WARD, Michael D. Diffusion And The International Context Of Democratization. **International Organization**. 2006, V. 60, N. 4, P. 911–33.

GRAEL, Coronel Dickson M. **Aventura, corrupção e terrorismo. À sombra da impunidade**. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

GRANDIN, Greg. **Empire's Workshop: Latin America, the United States, and the Rise of the New Imperialism**. Nova York: Holt Paperbacks, 2006.

GREEN, James. **Apesar de vocês: Oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009

HALE, Henry E. Regime Change Cascades: What We Have Learned from the 1848 Revolutions to the 2011 Arab Uprisings. **Annual Review of Political Science**, v.16, p.331-353, May 2013.

HARMER, Tanya. Brazil's Cold War in the Southern Cone, 1970–1975, **Cold War History**, 2012.

HARMER, Tanya. **Allende's Chile and the Inter-American Cold War**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2011.

HARMER, Tanya. **El gobierno de Allende y la Guerra Fria Interamericana**. Santiago do Chile: UDP, 2013.

HARMER, Tanya. Two, three, many revolutions: Cuba and the prospects for revolutionary change in Latin America, 1967–1975, **Journal of Latin American Studies**, 45:1 (2013).

HARMER, Tanya. The 'Cuban Question' and the Cold War in Latin America, 1959–1964, **Journal of Cold War Studies**, 21:3 (2019).

HASLAM, Jonathan. **The Nixon Administration and the Death of Allende's Chile: A Case of Assisted Suicide**. New York: New York: 2005.

HELMS, Richard. **The situation in Bolivia**. 14 sep. 1967. Secret. Consultado em LBJ Library, National Security Files, National Intelligence Estimates, Box 9, folder 92, Bolivia.

HEWITT, Ashley C. **Letter from President to President Lanusse of Argentina**. 1972. Secret. Consultado em Nixon Library. NSC Files. Presidential Correspondence. Box 748.

HUGHES, Thomas Lowe. **BOLIVIA: Coup Preparations Under Way—but not yet Inevitable**. Washington, 9 jul. 1969. Secret. Disponível em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve10/d78>

JESSUP, Peter. **Minutes of the Meeting of the 40 Committee, 6 July 1971**. Washington, 6 jul. 1971. Secret. Disponível em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve10/d105>

JOFFILY, Mariana. A política externa dos EUA, os golpes no Brasil, no Chile e na Argentina e os direitos humanos, **Revista de História**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 38, p. 58-80, mai./ago. 2018.

JOHNSON, U. Alexis. **Insurgency in Bolivia**. Memorandum for the president. 22 aug. 1970. Secret. Consultado no Nara. RG 59, SNF 1970-1973, Box 2125.

JOSEPH, Gilbert M.; SPENSER, Daniela. **In from the Cold: Latin America's New Encounter with the Cold War**. Durham, NC: Duke University Press, 2008.

JOSEPH, Gilbert M. Border crossing and the remaking of Latin American Cold War Studies. **Cold War History**, n.1, 2019.

KELLY, Patrick William. "Magic words". The Advent of Transnational Human Rights Activism in Latin America's Southern Cone in the Long 1970s. In: ECKEL, Jan; MOYN, Samuel (Eds.). **The Breakthrough**. Human Rights in the 1970's. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2014.

KIRKENDALL, Andrew. **Hemispheric Alliances: Liberal Democrats and Cold War Latin America**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2022.

KISSINGER, Henry A. **Bolivia**. Memorandum for the President. Washington, 07 oct. 1970. Secret. Consultado por meio do site da CIA.

KISSINGER, Henry A. **Bolivian Coup**. Memorandum to the President. Washington, 26 sep. 1969. Confidential. Disponível em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve10/d79>

KISSINGER, Henry A. **Contingency Planning**. Washington, 30 sep. 1971. Consultado por meio do site da CIA.

KISSINGER, Henry A. **Meeting With President Emílio Garrastazu Médici of Brazil on Tuesday, December 7, 1971, 11:30 a.m. in the President's Office, The White House**. Washington, 7 dec. 1971. Top Secret. Consultado em Nixon Library. National Security Council Files, Presidential/HAK Memcons, Box 1025.

KISSINGER, Henry A. **Meeting With President Emílio Garrastazu Médici of Brazil on Thursday, December 9, 1971, at 10 a.m. in the President's Office, The White House**. Washington, 9 dec. 1971. Top Secret. Consultado em Nixon Library. National Security Council Files, VIP Visits, Box 911, Folder 2.

KISSINGER, Henry A. **Policy Towards Chile**. Washington, 9 nov. 1970. Top Secret. Consultado em Nixon Library, National Security Council Institutional Files (H-Files), Box H-049.

KISSINGER, Henry A. **Review of the US Military Presence in Latin America**. Washington, 8 dec. 1970. Secret. Consultado em Nixon Library, National Security Council Institutional Files (H-Files), Box H-049.

KISSINGER, Henry A. **Review of U.S. Policy Toward Latin America**. National Security Study Memorandum 15. Washington, 03 feb. 1969. Secret. Disponível em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve10/d1>

KISSINGER, Henry A. **Review of U.S. Policy Toward Latin America**. National Security Study Memorandum 108. Washington, 10 dec. 1970. Secret. Disponível em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve10/d32>

KISSINGER, Henry A. **Roger's Trip to Latin America**. Memorandum for the President. Washington, 28 mai.1973. Confidential. Consultado em Nixon Library. NSC Files. VIP Visits, Box 953.

KISSINGER, Henry A. **Senior Review Group Agreements and Requirements for Further Work by the Ad Hoc Interagency Group**. Washington, 27 nov. 1970. Secret. Consultado em Nixon Library, National Security Council Institutional Files (H-Files), Box H-049.

KISSINGER, Henry A. **The Necessity For Choice: Prospects of American Policy**. Nova York: HarperCollins, 1961.

KISSINGER, Henry A. **The President's Private Meeting with British Prime Minister Edward Heath on Monday, December 20, 1971, 1:30-5:00 p.m., in the Sitting Room**

of Government House, Bermuda. 20 dec. 1971. Top Secret. Consultado por meio do site da The George Washington University, disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB71/doc15.pdf> .

KLAVEREN, Alberto Van, “Democratización y política exterior: el acercamiento entre Argentina y Brasil”. **Revista CIDOB d’Afers Internacionals**, n. 18, 1990.

KNEUER, Marianne; DEMMENLHUBER, Thomas. Gravity centers of authoritarian rule: a conceptual approach. **Democratization**, 2015.

KNEUER, Marianne; DEMMENLHUBER, Thomas; PERESSON, Raphael; ZUMBRAGEL, Tobias. Playing the regional card: why and how authoritarian gravity centres exploit regional organisations. **Third World Quaterly**, 2018.

LANZA, Narto. **Situação Interna Argentina. Embaixador Osiris Villegas.** 17 dez. 1969. Secreto. Consultado no Arquivo Histórico do Itamaraty. Coleção de Memorandos Secretos, Caixa 6.

LA RED. **El fraude de 1971.** Respuesta a Sanguinetti. 25 sep. 2007. Disponível em: https://www.lr21.com.uy/editorial/276473-el-fraude-de-1971-respuesta-a-sanguinetti?utm_source=redirects&utm_medium=dominiolargo&utm_campaign=301_Redirects

LEHOUCQ, Fabrice; PÉREZ-LIÑÁN, Anibal. Breaking Out of the Coup Trap: Political Competition and Military Coups in Latin America. **Comparative Political Studies**. 2014.

LI, Richard P. Y.; THOMPSON, William R. The "Coup Contagion" Hypothesis. **Journal of Conflict Resolution**, v.19, 1975.

LODGE, John Davis. **The Ouster of Onganía in Retrospect.** Telegram from Amembassy to SecState. Buenos Aires, 16 jun. 1970. Consultado no Nara, RG 59, SNF, 70-73, Box 2090.

LODGE, John Davis. **Transmittal of Message from Ambassador Lodge.** Buenos Aires, 31 aug. 1971. Secret. Disponível em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve10/d72>

LOPES, Alberto Raposo. **Acusações da imprensa boliviana no Brasil.** La Paz, 22 jan. 1971. Secreto. Consultado no Arquivo Histórico do Itamaraty. Coleção de Maços Temáticos Secretos, Caixa 215.

LOPES, Alberto Raposo. **Movimento Internacional de Esquerdistas.** La Paz, 22 jul. 1970. Secreto. Consultado no Arquivo Histórico do Itamaraty. Série de telegramas secretos recebidos e expedidos das embaixadas em Guatemala e La Paz, Caixa 107.

LOPES, Alberto Raposo. **Relações Brasil-Bolívia. Chefe do Posto do CAN em La Paz.** La Paz, 21 jan. 1971. Secreto. Consultado no Arquivo Histórico do Itamaraty. Coleção de Maços Temáticos Secretos, Caixa 215.

LOPES, Alberto Raposo. **Situação interna boliviana. Crise Político-Militar**. La Paz, 18 ago. 1970. Secreto. Consultado no Arquivo Histórico do Itamaraty. Série de telegramas secretos recebidos e expedidos das embaixadas em Guatemala e La Paz, Caixa 107.

LOPES, Alberto Raposo. **Situação política boliviana. Acusações ao Brasil**. La Paz, 27 jan. 1971. Secreto. Consultado no Arquivo Histórico do Itamaraty. Coleção de Maços Temáticos Secretos, Caixa 215.

LOPES, Alberto Raposo. **Situação política boliviana. Campanhas contra o Brasil**. La Paz, 29 jan. 1971. Secreto. Consultado no Arquivo Histórico do Itamaraty. Coleção de Maços Temáticos Secretos, Caixa 215.

LOPES, Alberto Raposo. **Situação Política Interna da Bolívia. Asilados Políticos na Embaixada do Brasil**. La Paz, 12 jan. 1971. Secreto. Consultado no Arquivo Histórico do Itamaraty. Coleção de Maços Temáticos Secretos, Caixa 215.

LOPES, Alberto Raposo. **Situação política interna na Bolívia. Rumores de conspirações**. La Paz, 24 nov. 1970. Secreto. Consultado no Arquivo Histórico do Itamaraty. Série de telegramas secretos recebidos e expedidos das embaixadas em Guatemala e La Paz, Caixa 107.

LOPES, Alberto Raposo. **Situação político-militar na Bolívia**. La Paz, 01 ago. 1970. Secreto. Consultado no Arquivo Histórico do Itamaraty. Série de telegramas secretos recebidos e expedidos das embaixadas em Guatemala e La Paz, Caixa 107.

LOPES, Alberto Raposo. **Situação político-militar na Bolívia**. La Paz, 5 ago. 1970. Secreto. Consultado no Arquivo Histórico do Itamaraty. Série de telegramas secretos recebidos e expedidos das embaixadas em Guatemala e La Paz, Caixa 107.

LOPES, Alberto Raposo. **Situação político-militar na Bolívia**. La Paz, 10 ago. 1970. Secreto. Consultado no Arquivo Histórico do Itamaraty. Série de telegramas secretos recebidos e expedidos das embaixadas em Guatemala e La Paz, Caixa 107.

LOPES, Alberto Raposo. **Situação político-militar da Bolívia**. La Paz, 30 jul. 1970. Secreto. Consultado no Arquivo Histórico do Itamaraty. Série de telegramas secretos recebidos e expedidos das embaixadas em Guatemala e La Paz, Caixa 107.

LOUREIRO, Felipe Pereira. **Empresários, Trabalhadores e Grupos de Interesse: a Política Econômica nos governos Jânio Quadros e João Goulart, 1961-1964**. 2012. 644 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MACDOWELL, Joaquim. **Cooperação militar Brasil-Bolívia**. 22 mar. 1974. Secreto. Consultado no Arquivo Histórico do Itamaraty. Coleção de Maços Temáticos Secretos, Caixa 263.

MACHADO, Rodolfo. **Alfredo Buzaid e a contrarrevolução burguesa de 1964: crítica histórico-imanente da ideologia do direito, da política e do Estado de Justiça**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

MANSO NETO, Miguel. Sem título. 1971. Documento disponível no acervo Médici, do IHGB, sob o código BR IHGB 117DL 03,03, pasta 205.

MANSO NETO, Miguel. Sem título. Carta de Manso Neto a Médici. 04 set. 1972. Documento disponível no acervo Médici, do IHGB, sob o código BR RJIHGB 117 DL 16,20, pasta 298.

MARCHESI, Aldo. Southern Cone Cities as Political Laboratories of the Global Sixties: Montevideo (1962-1968); Santiago de Chile (1969-1973); Buenos Aires (1973-1976). **Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe** 28, n.2, 2017.

MARIZ, Vasco. **Designação de oficial brasileiro para o Instituto de Altos Estudos**. Quito, 17 out. 1972. Secreto. Consultado no Arquivo Histórico do Itamaraty. Coleção de Maços Temáticos Secretos, Caixa 263.

MARTIN, Edwin. **Appraisal Argentine Cabinet Changes**. Buenos Aires, 11 feb. 1967. Confidential. Consultado em LBJ Library, National Security File, Country Files, Box 6, Folder Argentina, Volume 2: 9/64 – 2/67 [1 of 4].

MARTIN, Edwin. Sem título. Buenos Aires, 08 jun. 1966. Secret. Consultado em LBJ Library, National Security File, Country Files, Box 6, Folder Argentina, Volume 2: 9/64 – 2/67 [2 of 4].

MARTIN, James Ralph. **In Search of the Nixon doctrine on Latin America: levers of influence and resistance in hemispheric relations**. Dissertation (History) The University of Texas at Austin, Austin, 2019.

MARTINS FILHO, João Roberto. **O Palácio e a Caserna: a dinâmica das crises políticas na ditadura (1964-1969)**. São Carlos: Ed. da Universidade Federal de São Carlos, 1995.

MÉDICI, Emílio Garrastazu. **Aide Memoire**. Washington, 7 dez. 1971. Secreto. Consultado no Arquivo Histórico do Itamaraty, coleção de Maços Temáticos Secretos, Caixa 517.

MÉDICI, Emílio Garrastazu. Sem título. Carta ao presidente Nixon, Brasília, 27 abr. 1972. Consultado em Nixon Library, National Security Council Files, Presidential Correspondence, Box 749.

MÉDICI, Emílio Garrastazu. Sem título. Cartas a Décio Escobar. 4 dez. 1964. Documento disponível no acervo Médici, do IHGB, sob o número 44 e o código BR IHGB 117 DL 14,39.

MELLO, Luiz Parente de. **Terrorismo na América do Sul. Reunião de Canelones**. 24 nov. 1970. Secreto. Consultado no Arquivo Histórico do Itamaraty. Coleção de Memorandos Secretos, Caixa 7.

MESQUITA, Bruce Bueno de; SMITH, Alastair; SIVERSON, Randolph M.; MORROW, James D. **The Logic of Political Survival**. Cambridge: MIT Press, 2005.

MILLER, Michael, JOSEPH, Michael; OHL, Dorothy Are Coups Really Contagious? An Extreme Bounds Analysis of Political Diffusion. **Journal of Conflict Resolution**. 2016.

MIYAMOTO, Shiguenoli. Política Externa Brasileira: 1964-1985. **Carta Internacional**, 2013, vol. 8, n.2, p. 3-19.

MIYAMOTO, Shiguenoli; GONÇALVES. Williams da Silva. A política externa brasileira e o regime militar: 1964-1984. **Primeira Versão**, 1991, n. 38, IFCH/Unicamp.

NACHMANOFF, Arnold. **Follow-up to Médici Visit**. 21 Dec. 1971. Top Secret. Consultado em Nixon Library. National Security Council Files, VIP Visits, Box 911, Folder 2.

NACHMANOFF, Arnold. **Relations with Brazil**. Memorandum for Dr. Kissinger. 1 dec. 1970. Confidential. Consultado em Nixon Library, National Security Council Institutional Files (H-Files), Box H-049.

NACHMANOFF, Arnold. **Senior Review Group Meeting on Brazil Program Analysis - NSSM 67 (Tuesday, December 1)**. Memorandum for Dr. Kissinger. Washington, 25 nov. 1970. Secret. Consultado em Nixon Library, National Security Council Institutional Files (H-Files), Box H-049.

NACHMANOFF, Arnold. **Your Meeting With Brazilian President Médici**. Washington, 7 dec. 1971. Secret. Consultado em Nixon Library. National Security Council Files, VIP Visits, Box 911, Folder 2.

NACHMANOFF, Arnold; KENNEDY, Richard T. **SRG Meeting on Chile, November 18**. Memorandum for Dr. Kissinger. 17 nov. 1970. Top Secret. Consultado em Nixon Library, National Security Council Institutional Files (H-Files), Box H-049.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2015.

NETTO, Fernando Buarque Franco. **Entrevista com o Encarregado de Negócios americano**. 15 jan. 1969. Secreto. Consultado no Arquivo Histórico do Itamaraty. Coleção de Memorandos Secretos, Caixa 6.

NIXON, Richard. **Insurgency in Bolivia and Latin America**. Washington, 15 sep. 1970. Secret. Consultado por meio do site da CIA.

NIXON, Richard. **Remarks at the Annual Meeting of the Inter American Press Association**. 31 oct. 1969. Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/remarks-the-annual-meeting-the-inter-american-press-association>

NIXON, Richard. Sem título Washington, 29 jan. 1972. Consultado em Nixon Library. NSC Files. Presidential Correspondence. Box 748.

NIXON, Richard. **Statement Announcing Governor Nelson A. Rockefeller's Mission to Latin America**. 17 feb. 1969. Disponível em:

<https://www.presidency.ucsb.edu/documents/statement-announcing-governor-nelson-rockefellers-mission-latin-america>

NIXON, Richard. **Statement on Governor Rockefeller's Report on Latin America**. 10 nov. 1969. Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/statement-governor-rockefellers-report-latin-america>

OLIVEIRA, Eliézer R. de. **As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)**. Petrópolis: Vozes, 1976.

O'ROURKE, Lindsey A. **The Strategic Logic of Covert Regime Change: US-Backed Regime Change Campaigns during the Cold War**. *Security Studies*. 2019.

O'ROURKE, Lindsey A. **Covert Regime Change: America's Secret Cold War**. Nova York: Cornell University Press, 2018.

ORTIZ, Frank V. **Further views in Uruguayan Institutional Struggle**. Montevideo, 09 nov. 1972. Confidential. Consultado no Nara RG 59, SNF 1970-1973, Box 1817.

ORTIZ, Frank V. **Transmission of a Preliminary Analysis and Strategy Paper – Uruguay**. Montevideo, 25 aug. 1971. Secret. Consultado por meio do site da The George Washington University, disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB71/doc2.pdf>

ORTIZ, Frank V. **Uruguayan Institutional Struggle**. Montevideo, 30 oct. 1972. Secret. Consultado no Nara. RG 59, SNF 1970-1973, Box 1817.

ORTIZ, Frank V. **Views of the former secretary general of the Presidency, Dr. Barrios Tassano**. Montevideo, 02 Mar. 1973. Confidential. Consultado no Nara. RG 59, SNF 1970-1973, Box 2660.

PADRÓS, Enrique Serra; FERNANDES, Ananda Simões. **A gestação do golpe no Uruguai: o governo Bordaberry e o papel dos militares (1972-1973)**. *Estudos Ibero-Americanos*, v.38, 2012.

PATTI, Carlo. **Brazil in the Global Nuclear Order, 1945–2018**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2021

PENNA FILHO, Pio. **O Itamaraty nos anos de chumbo – O Centro de Informações do Exterior (CIEX) e a repressão no Cone Sul (1966-1979)**. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v.52, 2009.

PEREIRA, Anthony W. **Political (In)Justice: Authoritarianism and the Rule of Law in Brazil, Chile, and Argentina**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2005.

PINHEIRO, Leticia. **Política Externa Brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.

PINHEIRO, Leticia. Traídos pelo Desejo: Um Ensaio sobre a Teoria e a Prática da Política Externa Brasileira Contemporânea. **Contexto Internacional**, v. 22, n.2, jul/dez. 2000, p. 305-335.

PINTO, Luiz Bastian. **Eleições uruguaias. Candidato da Frente Ampla à Vice-Presidência. Juan José Crottogini**. Montevideú, 29 mar. 1971. Secreto. Consultado no Arquivo Histórico do Itamaraty. Coleção de Maços Temáticos Secretos. Caixa 217.

PINTO, Luiz Bastian. Sem título. 15 jan. 1971. Ultrassecreto. Consultado no Arquivo Histórico do Itamaraty. Coleção de Memorandos Ultrassecretos, Caixa 2.

PINTO, Luiz Bastian. **Situação política interna do Uruguai**. Montevideú, 20 abr. 1971. Secreto. Consultado no Arquivo Histórico do Itamaraty. Coleção de Maços Temáticos Secretos. Caixa 217.

PINTO, Luiz Bastian. **Situação Política na América Latina**. Montevideú, 08 set. 1970. Secreto. Consultado no Arquivo Histórico do Itamaraty. Coleção de Maços Temáticos Secretos. Caixa 212.

POZNANSKY, Michael. Feigning Compliance: Covert Action and International Law. **International Studies Quarterly**, 63 (1), p. 72-84, 2019.

POZNANSKY, Michael. Revisiting plausible deniability. **Journal of Strategic Studies**, First View, p.1-23, 2020.

RABE, Stephen. **Kissinger and Latin America: Intervention, Human Rights, and Diplomacy**. Nova York: Cornell University Press, 2020.

RAGO FILHO, Antonio. **A Ideologia 64: os gestores do capital atrofico**. 1998. 371 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

RAMOS LUIZ, Juliana. **O Diplonnaping no Brasil: uma análise sobre o processo decisório em política externa no governo Médici em face dos sequestros de diplomatas (1969-1971)**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

REINA, Eduardo. Ditadura militar apresentou aos EUA plano de invasão do Uruguai em 1971. **UOL**. 29 out. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/10/29/ditadura-militar-brasil-invasao-uruguai-eua-1971.htm>

RIBEIRO, Ricardo Alaggio. **A Aliança para o Progresso e as relações Brasil- Estados Unidos**. 2006. 384 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

ROCKEFELLER, Nelson A. **Bolivia**. 1969. Consultado no RAC. NAR Personal Papers, Series O, Subseries 8, Box 151, Folder 1219.

ROCKEFELLER, Nelson A. **Brazil**. 1969. Personal and Confidential. Consultado em RAC, NAR Personal Papers, Series O, Subseries 8, Box 101, Folder 790 “Brazil - NAR Notes”.

ROCKEFELLER, Nelson A. **Country Report: Bolivia**. 1969. Consultado no RAC. Nelson A. Rockefeller, Personal Series O, Record group III 4 O, Box 135, Folder 1085.

ROCKEFELLER, Nelson A. **Country Report: Uruguay**. 1969. Consultado no RAC. Nelson A. Rockefeller, Personal Series O, Record group III 4 O, Box 138, Folder 1105.

ROCKEFELLER, Nelson A. **Quality of life in the Americas: Report of a U. S. Presidential Mission for the Western Hemisphere**. 30 Aug. 1969. Consultado em Nixon Library, National Security Council Institutional Files (H-Files), Box H-024.

ROGERS, William P. **Argentine President Deposed by Military Leaders**. Memorandum to President Nixon. Washington, 10 jun. 1970. Secret. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve10/d63>

ROGERS, William P. **The Medici Visit: Perspectives**. Memorandum for the President. Washington, 2 dec. 1971. Confidential. Consultado em Nixon Library, National Security Council Files, VIP Visits, Box 911, Folder 1.

ROSTOW, Walt. **New Uruguayan President**. Washington, 06 dec. 1967. Confidential. Consultado em LBJ Library, National Security Files, Country Files, Box 74, Folder Uruguay, Volume 1 1/64-12/68 [3 of 4].

ROUNTREE, William M. **Deterioration of situation in Bolivia**. Brasília, Jun. 1971. Secret. Consultado no Nara. RG 59, SNF 1970-1973, Box 2123.

ROUNTREE, William M. **Monthly Trends Report - August 1971**. Brasília, 02 sep. 1971. Confidential. Consultado no Nara. RG 59, SNF 1970-1973, Box 2129.

ROWE, James W. **Argentina in 1969**. Apr. 1969. Consultado no RAC. Nelson A. Rockefeller personal papers, Record group III 4 O, Box 117, Folder 911.

RUSK, Dean. **Developments in Brazil**. Telegram From the Department of State to the Embassy in Brazil. Washington, 17 dec. 1968. Secret. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v31/d237>

SAMPAIO, Joffre. **Atividades subversivas na Bolívia**. La Paz, 28 jul. 1970. Secreto. Consultado por meio do Sistema de Informações do Arquivo Nacional em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_z4/rex/ips/0482/br_dfanbsb_z4_rex_ips_0482_d0001de0001.pdf

SCHILLING, Paulo R. **O expansionismo brasileiro: a geopolítica do general Golbery e a diplomacia do Itamarati**. São Paulo: Global, 1981.

SCHLESINGER JR, Arthur. **Some Lessons from the Cold War**. In. HOGAN, Michael J. **The end of the cold war: its meaning and implications**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

SCHMITZ, David. **The United States and Right-Wing Dictatorships, 1965-1989**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

SCHNEIDER, Ronald M. **The political system of Brazil: emergence of a "modernizing" authoritarian regime, 1964-1970**. New York: Columbia University Press, 1971.

SCHOULTZ, Lars. **Beneath the United States: A History of U.S. Policy toward Latin America**. Cambridge: Harvard University Press, 1998.

SCOWCROFT, Brent. **Support from Brazil on Cuban Sanctions**. Washington, 9 mar. 1973. Secret. Consultado em Nixon Library. HAK Office Files, Box 128, Folder Médici File March 6 [1973].

SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Atividades subversivas contra a Bolívia**. 1.mar.1972. Ultrassegredo. Consultado no Arquivo Histórico do Itamaraty. Coleção de Memorandos Ultrassegredos, Caixa 3.

SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Auxílio econômico ao Uruguai. Visita ao Brasil do ministro do Exterior do Uruguai**. 27 ago. 1971. Ultrassegredo. Consultado no Arquivo Histórico do Itamaraty. Coleção de Memorandos Ultrassegredos, Caixa 2.

SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Detenção do chefe do PRT da Argentina**. 22 jul. 1970. Consultado no Arquivo Histórico do Itamaraty. Série de telegramas secretos recebidos e expedidos pela embaixada em Buenos Aires.

SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Relações Brasil-Bolívia. Retransmissão de telegrama**. 2 ago. 1970. Secreto. Consultado no Arquivo Histórico do Itamaraty. Série de telegramas secretos recebidos e expedidos pela embaixada em Buenos Aires.

SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Suposta ingerência do Brasil em assuntos da Bolívia**. 22 jan. 1971. Secreto. Consultado no Arquivo Histórico do Itamaraty. Coleção de Maços Temáticos Secretos, Caixa 215.

SILVA, Murillo Vasco do Valle. **Aviso n. 35. FA-2-267**. Brasília, 13 out. 1970. Ultrassegredo. Consultado por meio do Sistema de Informações do Arquivo Nacional.

SILVEIRA, Antonio Azeredo da. **Argentina. Situação dos países sul-americanos. Relações com o Brasil. Visita do presidente Lanusse**. Buenos Aires, 2 set. 1971. Secreto. Consultado no Arquivo Histórico do Itamaraty. Coleção de Maços Temáticos Secretos. Caixa 212.

SILVEIRA, Antonio Azeredo da. **Relatório Básico. República Argentina**. Out. 1971. Consultado no CPDOC-FGV, Arquivo Azeredo da Silveira, Tomo I, Código de localização AAS eba 1969.02.18.

SILVEIRA, Antonio Azevedo da. **Situação na Bolívia e Peru. Troca de Informações**.

Buenos Aires, 7 jun. 1970. Secreto. Consultado no Arquivo Histórico do Itamaraty. Série de telegramas secretos recebidos e expedidos pela embaixada em Buenos Aires.

SILVEIRA, Antonio Azevedo da. **Situação política da Bolívia**. Buenos Aires, 4 ago. 1970. Secreto. Consultado no Arquivo Histórico do Itamaraty. Série de telegramas secretos recebidos e expedidos pela embaixada em Buenos Aires.

SILVEIRA JÚNIOR, Alarico. **Instituto de Altos Estudos Nacionais do Equador. Assessor Brasileiro**. Quito, 28 nov. 1974. Secreto. Consultado no Arquivo Histórico do Itamaraty. Coleção de Maços Temáticos Secretos, Caixa 263.

SIMON, Roberto. **O Brasil contra a Democracia: a ditadura, o golpe no Chile e a Guerra Fria na América do Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

SION, Vitor Loureiro. **A política externa do governo Castello Branco nas atas do Conselho de Segurança Nacional: determinantes domésticos na ação internacional de um ator semiperiférico (1964-1967)**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

SIKKINK, Kathryn. **Mixed Signals: U.S. Human Rights Policy and Latin America**. Nova York: Cornell University Press, 2007.

SIRACUSA, Ernest. **Alleged key coup figure arrested: some others released**. 19 jan. 1971. Confidential. Consultado no Nara. RG 59, SNF 1970-1973, Box 2126.

SIRACUSA, Ernest. **Meeting with President Torres**. Nov. 1970. Confidential. Consultado no Nara. RG 59, SNF 1970-1973, Box 2127.

SIRACUSA, Ernest. **Plans for possible coup**. Telegram 3802 for Assistant Secretary Meyer. La Paz, Jul. 1970. Secret. Consultado no Nara. RG 59, SNF 1970-1973, Box 2125.

SIRACUSA, Ernest. Sem título. Telegram 2993 for Meyer and Crimmins. La Paz, Jun. 1971. Secret. Consultado no Nara. RG 59, SNF 1970-1973, Box 2127.

SIRACUSA, Ernest. Sem título. Telegram 3022. La Paz, 07 jun. 1971. Secret. Consultado no Nara. RG 59, SNF 1970-1973, Box 2127.

SIRACUSA, Ernest. **Views of Colonel Hugo Banzer, Commandant of the Colegio Militar**. La Paz, 06 jun. 1970. Confidential. Consultado no Nara. RG 59, SNF 1970-1973, Box 2123.

SKAAR, Elin; MALCA, Camila Gianella. **Latin American Civil-Military Relations in a Historical Perspective: A Literature Review**. CMI Working Paper, 2014. Disponível em: <https://www.cmi.no/publications/file/5189-latin-american-civil-military-relations-in-a.pdf>

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SMITH, K. Wayne. **Brazil Study**. Memorandum for Dr. Kissinger. 27 nov. 1970. Secret. Consultado em Nixon Library, National Security Council Institutional Files (H-Files), Box H-049.

SNI. Agência Central. **O movimento subversivo na América Latina**. Mar, 1972. Secreto. Consultado no Arquivo Histórico do Itamaraty. Coleção de Maços temáticos secretos, Caixa 232.

SNI. Agência Central. **Política de cerco ao Brasil na América Latina**. 13 jul. 1973. Secreto. Consultado no Arquivo Histórico do Itamaraty. Coleção de Maços temáticos secretos, Caixa 235.

SNI. Agência Central. **Publicações e pronunciamentos sobre o Brasil no exterior**. 20 mai. 1971. Secreto Consultado no Arquivo Histórico do Itamaraty. Coleção de Memorandos Secretos, Caixa 8.

SNI. **Aspectos da Segurança Externa Continental Brasileira na Década de 1970**. 06 abr. 1973. Confidencial. Consultado por meio do Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/AAA/73075111/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_73075111_d0001de0001.pdf

SNI. **Brasil – Estados Unidos – América Latina**. 1969. Secreto. Consultado em RAC, NAR Personal Papers, series O, subseries 8, Box 194, Folder 1704.

SNI. Sem título. 20 mar. 1972. Documento disponível no acervo Médici, do IHGB, sob o código BR RJHGB 117 DL 10,07, pasta 269.

SOTOMAYOR, Walter. Uma solução rápida e satisfatória. **Revista Piauí**. Fevereiro de 2023.

SOUTO, Cíntia Vieira. **A diplomacia do interesse nacional: a política externa do governo Médici (1969-1974)**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

SOUTO MAIOR, Luiz Augusto. O “Pragmatismo Responsável”. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (Org). **Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1996. v. 1, p. 337-360.

SOUZA, Claudio Garcia de. **Atividades subversivas contra a Bolívia**. La Paz, 3 fev.1972. Ultrassegredo. Consultado no Arquivo Histórico do Itamaraty. Coleção de Memorandos Ultrassegredos, Caixa 3.

SOUZA, Claudio Garcia de. **Atividades subversivas na América Latina**. La Paz, 21 dez. 1971. Secreto Consultado no Arquivo Histórico do Itamaraty. Coleção de Maços temáticos secretos, Caixa 232.

SOUZA, Claudio Garcia de. **Colaboração da AERP com o governo boliviano**. La Paz, 3 out. 1973. Consultado no Arquivo Histórico do Itamaraty. Coleção de Memorandos Ultrassegredos, Caixa 4.

SOUZA, Claudio Garcia de. **Cooperação Brasil-Bolívia em matéria de informação.** La Paz, 14 mar. 1973. Secreto Consultado no Arquivo Histórico do Itamaraty. Coleção de Maços temáticos secretos, Caixa 263.

SOUZA, Claudio Garcia de. **Cooperação Militar BrasilWABolívia.** La Paz, 8 set. 1971. Ultrassecreto. Consultado no Arquivo Histórico do Itamaraty. Coleção de Memorandos Ultrassecretos, Caixa 2.

SOUZA, Claudio Garcia de. **Cooperação Militar Brasil-Bolívia.** La Paz, 13 set. 1971. Ultrassecreto. Consultado no Arquivo Histórico do Itamaraty. Coleção de Memorandos Ultrassecretos, Caixa 2.

SOUZA, Claudio Garcia de. **Guerrilhas na Bolívia. Relações Bolívia-Chile.** 16.fev.1972. Ultrassecreto. Consultado no Arquivo Histórico do Itamaraty. Coleção de Memorandos Ultrassecretos, Caixa 3.

SOUZA, Claudio Garcia de. **Pedido de cobertura aérea para a Bolívia.** La Paz, 12 jun. 1973. Ultrassecreto. Consultado no Arquivo Histórico do Itamaraty. Coleção de Memorandos Ultrassecretos, Caixa 4.

SOUZA, Claudio Garcia de. **Relações Brasil-Bolívia.** La Paz, 4 set. 1971. Ultrassecreto. Consultado no Arquivo Histórico do Itamaraty. Coleção de Memorandos Ultrassecretos, Caixa 2.

SPEKTOR, Matias. **Kissinger e o Brasil.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.

STATE DEPARTMENT. **Issues in U.S.-Latin American Relations.** 16 Dec. 1974. Confidential. Consultado em Ford Library. Coleção National Security Advisor: Latin American Affairs Staff Files, 1974-77, Box 10, Folder Issues and Accomplishments in Latin America (1).

STEPAN, Alfred. **The Military in Politics: changing patterns in Brazil.** New Jersey: Princeton University Press, 1971.

TAFFET, Jeffrey. **Foreign Aid as Foreign Policy: The Alliance for Progress in Latin America.** Abingdon: Routledge, 2007.

TANSEY, Oisín. The problem with autocracy promotion, **Democratization** 23, no 1, 2016.

TYVELA, Kirk. **The Dictator Dilemma: the United States and Paraguay in the Cold War.** Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2019.

UNITED STATES. **Chile – Status Report on Implementation of NSDM 93.** [197-]. Secret. Consultado em Nixon Library, National Security Council Institutional Files (H-Files), Box H-049.

UNITED STATES. Department of State. **Argentine Army Request for Information from MILGROUP.** 24 jul. 1970. Secret. Consultado no Nara. RG 59, Subject-Numeric Files 1970-1973, Box 1678.

UNITED STATES. Department of State. **Wire service treatment of embassy protests.** 07 apr. 1971. Consultado no Nara. RG 59, SNF 1970-1973, Box 2127.

UNITED STATES. **Editorial note.** Consultado no site do FRUS em janeiro de 2023. Disponível em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve10/d76a>

UNITED STATES. **Latin America (NSSM 15).** Minutes of an NSC Review Group Meeting. Washington, 9 oct. 1969. Secret. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve10/d12>

UNITED STATES. **Minutes of the NSC Meeting on Latin America, October 15, 1969.** Washington, 15 oct. 1969. Secret. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve10/d14>

UNITED STATES. National Security Council. **A Study of U. S. Policy Toward Latin America (NSSM 15).** 05 Jul. 1969. Secret. Consultado em Nixon Library, National Security Council Institutional Files (H-Files), Box H-023.

UNITED STATES. National Security Council. **Conversation with Brazilian foreign minister.** 26 Sep. 1973. Consultado no Nara. RG 59, SNF 1970-1973, Box 2129.

UNITED STATES. National Security Council. **Memorandum of Meeting.** Washington, 8 dec. 1971. Secret. Consultado em Nixon Library, National Security Council Files, VIP Visits, Box 911, Folder 2.

UNITED STATES. National Security Council. **Talking Points - Review Group Meeting on Brazilian Program Analysis.** 1970. Secret. Consultado em Nixon Library, National Security Council Institutional Files (H-Files), Box H-049.

UNITED STATES. National Security Council Interdepartmental Group for Inter-American Affairs. **FY 1971 Country Analysis And Strategy Paper (CASP)—Argentina.** Washington, 9 oct. 1969. Secret. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve10/d59>

UNITED STATES. **Phase II Planning.** 23 aug. 1970. Secret. Consultado em Nixon Library. HAK Office Files, Box 128, Folder Chile Wrap-up and post-mortem the president March 1971 [2 of 3].

UNITED STATES. **United States Presidential Mission to Brazil.** 1969. Consultado no RAC. Nelson A. Rockefeller personal papers, Series O, Subseries 8, Box 101, Folder 792.

VAKY, Viron P. **Reactions in Latin America to Allende's victory in Chile.** 21 sep. 1970. Secret. Consultado por meio do site da CIA.

VAKY, Viron P. **Review Group Meeting on Latin America – October 9, 1969.** Washington, 8 oct. 1969. Secret. Consultado em Nixon Library, National Security Council Institutional Files (H-Files), Box H-040.

VASCONCELLOS, Arnaldo. **Auxílio econômico ao Uruguai. Visita ao Brasil do ministro do Exterior do Uruguai.** Montevideu, 24 ago. 1971. Ultrassecreto. Consultado no Arquivo Histórico do Itamaraty. Coleção de Memorandos Ultrassecretos, Caixa 2.

VELLOSO, Mauricio. **Relatório da Segunda Viagem à Bolívia.** Rio de Janeiro, 4 out. 1971. Consultado por meio do Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Disponível na p.2 de: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/71038609/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_71038609_d0001de0002.pdf

VIDIGAL, Carlos Eduardo. **Relações Brasil-Argentina: a construção do entendimento (1962-1986).** Tese (Doutorado em Relações Internacionais). Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985).** Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

VON SOEST, Christian; GRAUVOGEL, Julia. Identity, procedures and performance: how authoritarian regimes legitimize their rule, **Contemporary Politics**, v.23, n.3, 2017.

WALTERS, Vernon. **Brazil.** Memorandum to Dr. Kissinger. 1968. Consultado em Nixon Library. HAK Office Files, Administrative and Staff Files, Transition, Box 1.

WALTERS, Vernon. **Courses in Latin America.** Memorandum for Dr. Kissinger. Washington, 3 Nov. 1970. Secret. Consultado via DNSA, collection CIA Covert Operations 3 (1961-1974).

WALTERS, Vernon. **Memorandum to Dr. Kissinger.** Dec. 1971. Consultado em Nixon Library. National Security Council Files, Presidential/HAK Memcons, Box 1025.

WEINER, Tim. **Legacy of Ashes: The History of the CIA.** New York: Anchor Books, 2008.

WESTAD, Odd Arne. **The global Cold War.** New York: Cambridge University Press, 2005.

WEYLAND, Kurt. “Autocratic diffusion and cooperation: the impact of interests vs. ideology”. **Democratization**, 2017.

WEYLAND, Kurt. “Limits of US Influence: The Promotion of Regime Change in Latin America.” **Journal of Politics in Latin America**, 10, 3, p.135–164. 2018.

ZAPATA, Victoria; ZURITA, María Delicia. “Las vacilaciones de la Revolución Argentina en su Política Exterior: ¿Alineamiento norteamericano o nacionalismo heterodoxo?” **Estudios Relaciones Internacionales**, n.29, 2005.

APÊNDICE: CRONOLOGIA**1969**

- 20 de janeiro: Richard Nixon assume a Presidência dos Estados Unidos.

- 11 a 19 de maio: Primeira viagem da missão Rockefeller, com destinos a México, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Costa Rica, Panamá e El Salvador.

- 27 de maio a 4 de junho: Segunda viagem da missão Rockefeller para Colômbia, Equador, Bolívia e Trinidad e Tobago.

- 16 a 25 de junho: Terceira viagem da missão Rockefeller para Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina.

- 29 de junho a 6 de julho: Última leva de viagens de Rockefeller para Haiti, República Dominicana, Guiana e Barbados.

- 31 de agosto: Presidente Costa e Silva sofre derrame cerebral e Presidência passa a ser exercida por Junta Militar.

- 4 de setembro: sequestro do embaixador norte-americano no Brasil, Charles Elbrick.

- 26 de setembro: General Ovando Candia assume o poder na Bolívia após golpe de Estado contra o presidente Luis Adolfo Siles Salinas.

- 30 de outubro: Emílio Garrastazu Médici assume o poder no Brasil.

- 10 de novembro: Governo Nixon divulga o relatório final da missão Rockefeller.

1970

- 8 de junho: Juan Carlos Onganía sofre golpe de Estado na Argentina.

- 18 de junho: Roberto Marcelo Levingston é escolhido pelas Forças Armadas para assumir a Presidência argentina.

- 31 de julho: Sequestro do cônsul brasileiro no Uruguai, Aloysio Gomide.

- 4 de setembro: Salvador Allende é o candidato mais votado à Presidência do Chile com 36,6% dos votos; ele disputaria o cargo no Congresso com o segundo colocado, Jorge Alessandri.

- 7 de outubro: General Juan José Torres Gonzáles substitui Ovando Candia após golpe de Estado na Bolívia.

- 24 de outubro de 1970: Votação no Congresso chileno dá vitória a Allende, com apoio de 153 dos 195 votantes.

- 4 de novembro: Salvador Allende assume a Presidência no Chile.

1971

- 26 de março: Assume na Argentina Alejandro Agustín Lanusse.

- 21 de Agosto: Coronel Hugo Banzer lidera golpe de Estado na Bolívia.

- 28 de novembro: Juan María Bordaberry, ministro da Agricultura, vence acirrada eleição presidencial no Uruguai, cuja apuração terminaria apenas em fevereiro do ano seguinte.

- 7 a 9 de dezembro: Presidente Médici visita a Casa Branca.

1972

- 15 de fevereiro: José Maria Velasco Ibarra é derrubado por militares no Equador.

- 1º de março: Juan María Bordaberry assume o poder no Uruguai.

1973

- 23 de fevereiro: criação do Cosena no Uruguai.

- 26 de abril: assinatura do Tratado de Itaipu entre Brasil e Paraguai.

- 25 de maio: Héctor José Cámpora assume a Presidência depois de vencer eleições diretas em março de 1973 com 49,6% dos votos; Perón foi proibido de participar do pleito por não estar morando na Argentina.

- 27 de junho: Golpe de Estado fecha Parlamento uruguaio.

- 13 de julho: Após renúncias de Cámpora e de seu vice, Vicente Solano Lima, Raúl Alberto Lastiri assume a Presidência interinamente.

- 11 de setembro: Golpe militar leva Augusto Pinochet à Presidência do Chile.

- 12 de outubro: Perón assume novamente a Presidência depois de vencer eleições em setembro com 62% dos votos.

1974

- 15 de março: Médici passa o poder no Brasil para Ernesto Geisel.

**ANEXO A – APROVAÇÃO DE MÉDICIS PARA INTERVENÇÃO BRASILEIRA
NA ELEIÇÃO URUGUAIA (BRASIL. 1971j)**

**MINISTÉRIO
DAS
RELAÇÕES EXTERIORES**

SECRETO

00007

INFORMAÇÃO PARA O SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Data: Em 21 de junho de 1971

Indice: Conjuntura política do Uruguai.

*O PR aprovou; o ME falou
a respeito c/ Ch/SNI.*

**DECLASSIFICADO
DE ACORDO COM A LEI
12.527, DE 18/11/2011**

Após haver examinado a síntese sobre a situação no Uruguai, preparada pelo Serviço Nacional de Informações e que restituo anexa, informo Vossa Excelência de que a mesma coincide plenamente com o quadro levantado pelo Itamaraty, com substanciado nas Informações que tenho submetido a Vossa Excelência. Estou convencido de que não pode o Governo brasileiro assistir inerte à rápida e crescente deterioração das instituições uruguaias promovida deliberadamente pelas forças anárquico-comunistas. Outrossim, concordo integralmente com a linha de ação sugerida no item 2/d do documento em referência.

2. À luz do mesmo e de conformidade com as conversações que mantive, em 15 de junho corrente, com o Senhor Chefe do Serviço Nacional de Informações, quer-me parecer que a conduta do Governo brasileiro deverá basear-se nas seguintes premissas:

- a) apoiar, por todos os meios disponíveis, os grupos anti-comunistas uruguaios, visando a assegurar-lhes a vitória nas eleições de NOV/71;
- b) evitar envolvimento formal no quadro político uruguio, bem como reduzir ao mínimo possível os riscos de identificação da participação brasileira;
- c) procurar, com as necessárias cautelas, obter a coordenação do apoio brasileiro com o Governo

SECRETO

SECRETO

DESCCLASSIFICADO
DE ACORDO COM A LEI
12.527, DE 18/11/2011

MRE/ SECRETO/1971/2.

Govêrno argentino, a fim de somar esforços.

2. Segundo o entendimento que tive com o General Fontoura, será constituído um grupo especial para traçar o programa de ação e controlar o seu desenvolvimento, com representante do EMPA, do SNI e do Itamaraty. Em Montevidéu, o "projeto" será controlado pelo Adido Militar e por um Diplomata lotado na Embaixada, de forma a resguardar o status formal do Chefe da Missão.

3. Com base nesses elementos, submeto à alta decisão de Vossa Excelência as seguintes considerações que, caso me reçam sua aprovação, servirão de linhas mestras para o trabalho do grupo especial:

- 19) configurada a inviabilidade do continuísmo pretendido pelo Presidente Pacheco Areco (golpe de Estado, reforma constitucional ou adiamento das eleições), torna-se imperioso convencê-lo dessa realidade e evitar que êle e seus adeptos prejudiquem o êxito do "projeto"; tratar-se-ia de aliciar seu apoio para o mesmo, inclusive acenando com compensações posteriores;
- 29) esgotar a hipótese de apresentação de candidato único dos "blancos" e "colorados" às eleições presidenciais, embora seja ela aparentemente impossível de conseguir;
- 39) verificada a impossibilidade de conduzir "blancos" e "colorados" à candidatura única, procurar levá-los a um compromisso pré-eleitoral de que o vencedor fará um Govêrno de coalizão, repartindo Ministérios e outros postos administrativos entre os dois partidos, em proporção ao total de votos de cada um; tal acôrdo poderia evitar ataques recíprocos na campanha eleitoral e criar bases para recuperação político-administrativa do país no próximo período presidencial;

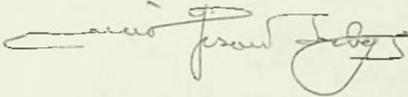
SECRETO

SECRETO

MRE/SECRETO/1971/3.

presidencial;

- 4º) sendo inviável a apresentação de candidato único e sem prejuízo do acôrdo sugerido no item 3º, determinar qual o candidato que reúne maior probabilidade de vitória, a fim de com êle concertar os têrmos para que receba nosso amplo apoio;
 - 5º) só estabelecer contacto com o Govêrno argentino para coordenação de esforços após havermos determinado concretamente o quadro de desenvolvimento do "projeto", as probabilidades de êxito da fórmula selecionada e os têrmos em que melhor poderia atuar a Argentina;
 - 6º) prever um esquema alternativo de ação para a hipótese de vitória da "Frente Ampla" nas eleições presidenciais;
 - 7º) prever um esquema de emergência para a hipótese de tentativa de subversão armada por parte das esquerdas.
4. Aguardo, pois, as determinações de Vossa Excelência para, em conjugação com o Senhor Chefe do SNI, dar andamento ao projeto ora esboçado.

DESCLASSIFICADO
DE ACORDO COM A
12.527 DE 18/11/2011**SECRETO**

SECRETO

Junho de 1971

DECLASSIFICADO
DE ACORDO COM A LEI
12.527, DE 18/11/2011

SITUAÇÃO NO URUGUAI
(Síntese)

EXPOSIÇÃO

1. A Nação uruguaia atravessa séria crise política, econômica e social, sem precedentes em sua história.
2. O governo atual é incapaz de controlar a ordem pública, e a segurança do Estado está ao sabor de um poder paralelo - o chamado Poder Tupamaro.
3. Este Poder está sendo exercido quer ostensivamente, quer subrepticamente por se haver infiltrado em todas as classes sociais, inclusive em órgãos do Governo.
4. Em novembro próximo haverá eleições presidenciais. As perspectivas são as seguintes:
 - a. O Partido Colorado é majoritário. Poderá eleger o novo Presidente, mesmo isoladamente.
 - b. O Partido Blanco é o segundo em eleitorado. Também poderá eleger o Presidente, mesmo isoladamente.
 - c. Não há esperanças de que os dois partidos se unam para apresentar um candidato único. São praticamente irreconciliáveis.
 - d. A Frente Ampla, abriga todas as correntes esquerdistas, inclusive os Tupamaros. A estimativa de suas possibilidades eleitorais é ainda problemática. Se o eleitorado flutuante e os novos eleitores (jovens) se decidirem apoiá-la, poderá eleger o Presidente.
5. O continuismo de ARECO é praticamente impossível. Através de eleição, necessitaria de cerca de 750.000 assinaturas para reformar a Constituição. O seu Partido, o Colorado, não conta com tal eleitorado. Um "golpe" de Estado é improvável, pois além de não ter forças para tanto, sua atuação no Governo não o credencia a permanecer.
6. As "esquerdas" do URUGUAI parece não desejam empolgar o Governo pela força. Temem os seus vizinhos: BRASIL e ARGENTINA. Desejam, porém, conquistá-lo pela via eleitoral, a exemplo do CHILE. Estimam que nesta última hipótese, pelo menos os EE UU ficariam neutros. Conjecturam a respeito da reação do

SECRETO

SECRETO

- 2 -

BRASIL e da ARGENTINA, com tendência a admitir que não ficarão inertes, embora admitam também que o exemplo do CHILE poderá vingar no URUGUAI.

CONSIDERAÇÕES

1. A vitória da FRENTE AMPLA, não muito provável, mas possível, representará séria ameaça à segurança do BRASIL.
2. As correntes democráticas uruguaias não dispõem de recursos para enfrentar uma campanha eleitoral, nem a intimidação desencadeada pelos Tupamaros. Armas e recursos em dinheiro, é a solicitação feita pelas principais personalidades do país vizinho ao BRASIL.
3. O BRASIL é sem dúvida o líder incontestado da AMÉRICA DO SUL. Sua vitória sobre o comunismo internacional em 1964 e o grau de desenvolvimento econômico e social de que hoje desfruta, credenciam-no como baluarte da democracia nesta parte do mundo, mau grado os atos de terrorismo ainda vigentes e a atuação do clero.

CONCLUSÃO

Em face do exposto, são lícitas as seguintes linhas de ação:

1. Deixar o URUGUAI entregue à sua própria sorte, correndo o risco maior no futuro.
2. Apoiar o URUGUAI, moral e materialmente, a partir de agora até a eleição presidencial, empregando todos os recursos possíveis:
 - a. por intermédio do Itamarati;
 - b. por intermédio do S N I;
 - c. por intermédio do Itamarati, com apoio do S N I;
 - d. por intermédio do S N I, com apoio do Itamarati.

Esta Chefia sugere a linha de ação nº 2d.

SECRETO

DESCLASSIFICADO
 DE ACORDO COM A LEI
 12.527, DE 10/11/2011

**ANEXO B – SUMÁRIO DO RELATÓRIO DA MISSÃO ROCKEFELLER
(ROCKEFELLER, 1969e)**

SECRET

	<u>INDEX</u>	<u>Page</u>
LETTER TO THE PRESIDENT		i
LIST OF ADVISERS		vii
FOREWORD		xi
PREAMBLE		1
CHAPTER ONE: QUALITY OF LIFE IN THE WESTERN HEMISPHERE		5
A. The Special Relationship in the Western Hemisphere		5
B. The Existing Situation		7
C. Forces of Change		10
-- Communications		10
-- Science and Technology		12
-- Population Growth		12
-- Urban Life		14
-- Nationalism		14
-- Young People		15
-- Labor		16
-- The Cross and the Sword		16
-- The Church		17
-- The Military		17
-- Business		19
-- Communist Subversion		20
-- Changes in the Decade Ahead		21
CHAPTER TWO: THE CHALLENGE TO POLITICAL AND ECONOMIC FREEDOM		23
A. The Nature of the Challenge		23
B. The United States National Interest		25
C. Our National Objective		27

SECRET

SECRET

	<u>Page</u>
CHAPTER THREE: ORGANIZATION	29
A. Organization of U.S. Government	29
1. Create Secretary of Western Hemisphere Affairs	32
2. Create Western Hemisphere Policy Director and Staff	32
3. Create Economic and Social Development Agency	33
4. Create Institute of Western Hemisphere Affairs	34
5. Support Overseas Private Investment Corporation	36
6. Create Joint Congressional Committee	36
B. Country-By-Country Relations	38
C. Regional Organizations	39
1. Provide Financial and Technical Assistance	40
2. Appoint Assistant Secretaries to CACM, LAFTA, and CARIFTA nations	40
3. Air Transport Facilities for Assistant Secretary	40
D. Inter-American Organizations	41
1. Political Recommendations	42
2. Economic and Social Recommendations	42
3. Education, Science and Cultural Recommendations	42
4. Security Recommendations	43
5. CECLA	43
E. International Organizations	44
1. Bi-lateral and regional assistance programs	44
2. Avoid isolationism	44

SECRET

SECRET

	<u>Page</u>
CHAPTER FOUR: POLICY AND ACTION	45
A. U.S. Political Relations with the Hemisphere	45
B. Western Hemisphere Security	49
C. Economic and Social Development	56
1. Trade Policies	61
- Tariff Preferences	66
- Aid U.S. Workers	67
- Readjust Import Quotas	67
- Fair Prices	70
- Coffee	70
- Sugar	71
- Regional Markets	71
- Shipping Conferences	71
2. Development Assistance	72
- AID Impediments	75
- Program Loans	76
- Project Loans	76
- Western Hemisphere Development Committee (OAS)	76
- Low Interest Rates	77
- Repeal Additionality	77
- Broaden Restrictions	77
- Modify present policy on Assistance Cutoffs.	77
- Repeal Shipping Restriction	77
3. Debt Service Problems	78
- Generous Rescheduling	78
- Survey (CIAP)	79
- Using Local Currency Funds	79
4. Private Savings and Investment	80
- Tax Rules	83
- Contract Mechanism	83
- OPIC	84
- Smaller Companies Combining	84
- Developing Entrepreneurs	85
- Local Savings, Open-End Investment Trusts	85
- Uniform Rules	86

SECRET

SECRET

	<u>Page</u>
5. Urban Development and Housing	87
- Rehabilitate U.S. Cities	90
- Total Community Development	90
- Better Loan Programs	90
- Joint Efforts	91
- Promote Individual Participation	91
D. The Division of Labor	92
-- Hemisphere Conference	94
E. Education, Science and Culture	95
-- \$100 million financing of Institute	103
-- Powers of Institute	103
F. Labor	105
-- Labor Representation in Developmental Planning	106
-- American Institute for Free Labor Development	106
G. Agriculture	107
-- Rural Development and Agrarian Reform	113
-- Opening U.S. Markets	113
-- Demonstration Programs	114
H. Conservation	115
-- Inter-American Institute of Natural Resource Conservation	117
-- Classify Problems	118
-- Information Program	118
-- Training Program	118
-- Public Works Program	118
I. Health	119
-- Infant Mortality	119
-- Water	121
-- Hunger	121
-- Birth Control	123

SECRET

SECRET	<u>Page</u>
1. Nutrition Program	124
2. Support Multilateral Groups	125
3. Tropical Medicine	126
J. Women	127
K. Communications	129
-- Stepped Up Program	130
-- Match Radio Havana	130
-- Special Team to Visit Media in U.S.	130
-- Greater Exchange	130
CHAPTER FIVE: CONCLUSION	133
-- People	133
-- Western Hemisphere as a Unity	133
-- Crossroads	134
-- Interdependence of the Hemisphere	135
-- The U.S. as an Example	135
-- A Course of Action	135
1. Major Policy Statement	136

ANEXO C – EXEMPLO DE DOCUMENTO EMITIDO DE LA PAZ A PEDIDO DO ADIDO MILITAR (LOPES, 1970g)

DESCLASSIFICADO
DEACORDO COM O DEC. 3.351, DE 21/12/2004

SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

TELEGRAMA

RECEBIDO 12.379

DA EMBAIXADA EM LA PAZ
EM/30/31/VII/70

ACE

SECRETO-URGENTÍSSIMO

G/AAA/DSI/600(31)

Situação político-militar
na Bolívia.

FEITO SUBSTITUTO

165 - QUINTA FEIRA - AS 17:00 HORAS.

PARA CONHECIMENTO DEVOSSENCIA ET VG APEDIDO DOADID
O DAS FFAA DESTA MISSÃO VG PARASER TRANSMITIDO COM AMÁXIMA URGÊNCIA
INDEPENDENTEMENTE DE OFÍCIO AOCHEFE DA SEGUNDA EME MIN. EXÉRCITO VG AO
CHIEFE SEGUNDA ADICO SEGUNDA ENAER MIN. AERONÁUTICA VG AOCHEFE DO ESTADO
MAIOR DAS FÓRCAS ARMADAS PARENT EMFA PARENT ET AA ARMADA RESPECTIVA-
MENTE COM OS NÚMEROS CENTO DEZESSETE VG CENTO DEZOITO VG SETE ET VIN-
TE CINCO P TRÊS ZERO DOIS ZERO TRÊS ZERO BIPT ABRASPAS ONTEM DIA
VINTEHOVE FUI CHAMADO PELO ALMIRANTE ALBARRACIN VG COMANDANTE FÓRÇA
NAVAL VG PARA UMA CONVERSA INFORMAL ET ALTAMENTE SIGILOSA CONFIDEV-
CICLIARIE QUE BIPT AOS SALTOS CHEFES MILITARES JAH SECONVENCERAM DAINPOS-
SIBILIDADE DELEVAREM OPRESIDENTE OVANDO ADESCARTARSE DESEUS COMPRO-

E. C.

RAB/31/VII/70 MOD. IN 1

SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

TELEGRAMA

RECEBIDO

12 379

DA EMBAIXADA EM LA PAZ/165/SECRETO-URGENTÍSSIMO/EM/31/VII/70/PAG. 2.

MISSOS COM OS COMUNISTAS E QUE POR ISSO ESTÃO ESTUDANDO SUA SUBSTITUIÇÃO
 NO PTVG A QUAL ATITUDE PRETENDEM INTERPRETAR O INCONFORMISMO DE SEUS
 SUBORDINADOS, EM RELAÇÃO AAS ATITUDES DÚBIAS DO PRESIDENTE EM SEU ESFORÇO
 DE EQUILIBRARSE ENTRE FORÇAS CONTRADITÓRIAS ELEGIAS POR ELE PARA SUS-
 TENTÁCULOS DE SEU GOVERNO PTVG. ESSE INCONFORMISMO ATINGIU O AUGE NO
 RECENTE EPISÓDIO DA RENÚNCIA DO MINISTRO DE INFORMAÇÕES ALBERTO BAILEY
 GUTIERREZ QUE PRETENDEU DEIXAR O CABINETE SOB PRETEXTO DE QUE UMA CONTRA-
 REVOLUÇÃO DE DIREITA ESTÁ PRESTES A DERROCAR O ATUAL GOVERNO PTVG E
 A INFORMAR A IMPRENSA QUE SUA RENÚNCIA NÃO FÔRA ACEITA E O PRÓPRIO MI-
 NISTRO TIDO COMO MAIS ESQUERDISTA DE TODOS DECLAROU QUE O PRESIDENTE
 PROMETEU O APROFUNDAMENTO DO ESQUERDISMO VIGENTE E A DISPOSIÇÃO CONFIR-
 MADA EM SEGUIDA COM A INTERVENÇÃO DO CHEFE DO GOVERNO PARA QUE A UNIVERSIDA-
 DE DE LA PAZ FÔSSE DEVOLVIDA AOS COMUNISTAS PTVG E AAS FORÇAS ARMADAS UNI-
 DAS EM TORNO NECESSIDADES COMBATER O FOCO GUERRILHEIRO DE OROONTE ET
 OUTROS CUJO SURGIMENTO EM ESPERADO PARA QUALQUER MOMENTO NÃO PODEM A-
 CEITAR QUE SUAS OPERAÇÕES SEJAM COMPROMETIDAS POR UMA RETAGUARDA MI-
 NADA PELOS MESMOS INIMIGOS QUE COMBATEM NAS MONTANHAS PT ALNTE ALBARR

E. C.

SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

TELEGRAMA

RECEBIDO

12 379

DA EMBAIXADA EM LA PAZ/165/SECRETO-URGENTÍSSIMO/EM/31/VII/70/PAG. 3.

ACIN ADMITE INCLUSIVE A POSSIBILIDADE DETEREM QUE SOLICITAR AUXÍLIO DE
 TROPAS DOS PAÍSES VIZINHOS NO CASO DE AEXTENSÃO DO MOVIMENTO GUERRILHEI-
 RO ABSORVER AS FORÇAS NACIONAIS IMPEDINDO A SUSTENTAÇÃO DO NOVO GOVÉR-
 NO CONTRA A REAÇÃO DAS AMPLAS CORRENTES ESQUERDISTAS PT PESSOALMENTE
 CREIO NÃO SER POSSÍVEL NO MOMENTO FAZER QUALQUER PREVISÃO SOBRE OS PRO-
 POSITOS DAS FFAA MENCIONADOS PELO COMANDANTE FORÇA NAVAL PT O QUE SEPO-
 DERAM ESPERAR EM UMA INTERRUÇÃO POR ALGUM TEMPO DOS ESTUDOS EMANDA-
 MENTO EM VIRTUDE DO ACIDENTE QUE VITIMOU ONTEM O FILHO DO GENERAL QUANDO
 PT SOU DE PARECER QUE OS PEDIDOS DE ASSISTÊNCIA DIRIGIDOS PELO EXÉRCITO
 FORÇA AÉREA ET FORÇA NAVAL POLIVIANOS AOS SEUS CONGÊNERES DO BRASIL
 DEVERIAM SER ATENDIDOS COM PRESTEZA UMA VEZ QUE REPRESENTARÃO UM FORTALE-
 CIMENTO DAS FFAA DESTE PAÍS PARA SUA DUPLA MISSÃO DE COMBATER O MOVIMEN-
 TO GUERRILHEIRO ET ELIMINAR A INFLUÊNCIA DO COMUNISMO NO GOVÉRNO REVOLU-
 CIONÁRIO PT INFORMO AINDA QUE ALTE ALBARRACIN PROMETEU CONTINUAR MAN-
 TENDO ME PARDO QUE FOR SENDO RESOLVIDO SOBRE A ANUNCIADA INTENÇÃO DAS
 FFAA AS CORONEL JOFFRE SAMPAIO ADIFA LA PAZ FECHAS PAS PTF

ALBERTO RAPOSO LOPES

E. C.